UNIVERSIDADE FEEVALE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL



NOVO HAMURGO 2018

Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social

INÊS CAROLINE REICHERT

TRAMAS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEAS: Doutores Indígenas e os sentidos da Autoria Acadêmica Indígena no Brasil

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Carvalho da Rocha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Reichert, Inês Caroline.

Tramas indígenas contemporâneas : doutores indígenas e os sentidos da autoria acadêmica indígena no Brasil / Inês Caroline Reichert. – 2018.

191 f.: il. color.; 30 cm.

Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2018. Inclui bibliografia.

"Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ana Luiza Carvalho da Rocha".

 Pesquisa científica – Indígenas - Brasil. 2. Autoria acadêmica. 3. Projeto coletivo. 4. Liderança. I. Título.

CDU 001.891(=1-82)(81)

Bibliotecária responsável Patrícia Mentz – CRB 10/2143

Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social

INÊS CAROLINE REICHERT

TRAMAS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEAS: Doutores Indígenas e os sentic	zo t
da Autoria Acadêmica Indígena no Brasil	

Tese de Doutorado aprovada pela banca examinadora em 27 de fevereiro de 2018, conferindo o título de Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

Componentes da Banca Examinadora:
Prof. ^a Dr. ^a (Orientadora) Ana Luiza Carvalho da Rocha
Prof. Dr. Carlos José Ferreira dos Santos
Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira
Prof. ^a Dr. ^a Margarete Fagundes Nunes

DEDICATÓRIA

Em memória de Marcondes Namblá, Nova Liderança do povo Laklãnõ/Xocléng.

Enquanto esta tese estava sendo escrita, nas primeiras horas do ano de 2018, o professor Marcondes Namblá, 38 anos, era brutalmente atacado, na Praia de Penha/SC, vindo a falecer dois dias depois. Marcondes era primo do professor Doutor Namblá Gakran, cuja trajetória esta tese enfoca, com o qual tinha projetos para trabalhos e publicações em língua Laklãnõ. Como Nova Liderança de seu povo, seus projetos não eram apenas seus; antes, colocavam-se como projetos coletivos para sua gente. Sua perda, irreparável para família, amigos, parceiros e colegas, é ainda mais trágica para o povo Laklãnõ/Xocléng, que perdeu, dessa forma violenta, parte de suas estratégias e possibilidades de construir seus projetos de futuro. Em sua homenagem, abro minha tese com a sua trajetória social, infelizmente inserida aqui também como um memorial.

Marcondes Namblá, 38 anos, indígena do povo Laklãnõ/Xocléng, nasceu e viveu na Terra Indígena Ibirama, em Santa Catarina. Formado na Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), era professor na Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ, no município de José Boiteux. Professor, músico e pesquisador de sua cultura, lutava pela garantia dos direitos dos povos indígenas com palavras calmas, sorrisos e sua música. Como Nova Liderança, atuava para a formação e empoderamento de seu povo, mas, também entendia que era uma tarefa importante levar conhecimento para os não indígenas, para a construção de uma interculturalidade promotora de uma convivência saudável e justa. Que seu exemplo nos inspire nas lutas cada vez mais necessárias.

Janeiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

A autoria acadêmica de uma tese exige um grande empreendimento de esforços e, ao final, texto escrito, o resultado leva o nome daquele que empregou estes esforços, tornando-o um Doutor, um autor. É, portanto, um caminho que se trilha só, individual, em encontros e confrontos que o sujeito faz com seus limites, valores e compromissos éticos, assumindo os riscos do que ali está escrito. Porém, um dos tantos aspectos que pude aprender nesta reflexão em torno da Autoria Acadêmica Indígena é que esse não é um trabalho possível sem o envolvimento de muitos e muitas.

Como disse Márcia Mura, uma das Doutoras Indígenas estudadas em minha tese, escrever uma tese é, de fato, um grande trabalho coletivo, um mutirão. Aqui, desejo dar visibilidade a essa comunidade que me apoiou, sentando comigo ao redor de minha fogueira.

À professora Dr.ª Ana Luiza, minha Orientadora, que conjugou à sua enorme potência intelectual uma grande amorosidade, tecendo contribuições que eram teóricas e metodológicas, mas que, ao mesmo tempo, efetuavam entusiasmado diálogo com minhas escritas. Com ela aprendi mais do que Etnografia, Antropologia e Sociedades Complexas. Pude vivenciar o significado mais profundo do que seja orientar! Pela paciência, estímulo para seguir em frente, presença e apoio constantes, meu muito obrigada e reconhecimento infinitos!

Ao professor Dr. Robert Crepeau, que me orientou em meu Doutorado Sanduiche na *Université de Montreal*, minha enorme consideração por sua generosidade em contribuir para a formação de pessoas na área da Etnologia. Sua clareza no diálogo sobre meu trabalho, abrindo seu tempo e a Universidade para minha presença, foi inestimável! E por ensinar-me o significado da palavra *incommensurable*, entre outras minúcias da cultura quebequense, *merci beaucoup*!

Aos professores que compuseram os momentos de banca, professores Dr.^a Dinorá Zuchetti e Dr. Rogério Rosa, na Banca de Qualificação, e professores Dr. Carlos José Ferreira dos Santos (Casé Angatu), Dr. Jorge Eremites de Oliveira e Dr.^a Margarete Nunes, na banca de defesa da tese, pelo compartilhar de seu tempo, olhar e saberes no processo de construção de minha autoria acadêmica, minha enorme gratidão!

Às professoras Maria Aparecida Bergamaschi, e Cledes Markus, pela parceria estabelecida desde sempre, mantendo as portas abertas para minhas inquietações, descobertas e trocas, iluminando e dando a direção com seu exemplo ético na luta pelos povos indígenas. Para minhas primeiras professoras e parceiras nesta rede de trabalho, tributo minha reciprocidade.

À comunidade Por Fi Ga, nas pessoas dos professores Dorvalino Cardoso e Josme Fortes, Novas Lideranças com as quais este trabalho se iniciou, e das lideranças tradicionais com as quais desenvolvemos parceria ao longo desses anos. Profundo reconhecimento por sua generosidade em partilhar aprendizagens conosco, investindo na interculturalidade de nossos alunos e alunas e na produção de conhecimento.

À Universidade Feevale, pela concessão de Bolsa Docente, que tornou viável esta jornada em termos de condições materiais, e pela licença-interesse para o Doutorado Sanduíche, agradeço sinceramente.

Ao PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social, especialmente na pessoa da Coordenadora, Jacinta Sidegum Renner, que não mediu esforços em atender minhas proposições de pautarmos os fazeres do Pós-Graduação com a temática indígena.

À PROPPEX, Pró-Reitoria a qual se vincula o Programa NIARA e o projeto Múltiplas Leituras: povos indígenas e interculturalidade, espaço onde, por anos, pude conviver e aprender sobre a interculturalidade. Muito obrigada por acolher nossas especificidades e por compreender que esta Tese teve suas sementes em um projeto de extensão.

Aos colegas da Universidade Feevale, especialmente do curso de História, e professoras Margarete Nunes e Jozilda Fogaça, desde o lugar que ocupo como docente na Instituição que escolhi para ser também aluna, que me substituíram e apoiaram em meu período de estudos no Canadá. Com seriedade e profissionalismo, tocaram projetos, disciplinas e tarefas, para que tudo continuasse andando, permitindo que eu tivesse tranquilidade para ser estudante por alguns meses. Obrigada!

A todos os meus alunos e alunas de graduação, que vibraram e acompanharam meus processos, e, principalmente, por serem interlocutores com quem sempre e de novo aprendo! Como sempre lhes digo, para mim, não existe melhor profissão do que ser professora. Gratíssima!

Especial nota de gratidão para Gabriela Reyes e Marli Teresinha da Silva, pela atenção e carinho na leitura e revisão final do trabalho!

Em minha fogueira doméstica, agradeço emocionada:

Aos meus pais, Paulo e Sandra, irmãos Joel e Isa, cunhada Carolina, os fofíssimos sobrinhos Ike, Indi e Tim e querida avó Bruni. Sua doce presença em tudo o que envolveu este trabalho para mim — viajar e deixar tudo aqui com vocês, emprestar o carro, cuidar das meninas, entender minhas ausências, apoiar financeiramente, fazer um chá, risadinhas infantis ... — mantiveram meu fogo aceso e construíram a certeza de que somos uma tribo, no sentido literal da palavra, muito forte! No mais, não há palavras que expressem a gratidão ...

Aos queridos Suzi, Simone e Solano, pelo suporte em roupas para o frio, presentes de todo o tipo e entusiasmo e apoio emocional nesta aventura (a caixa que tia Simone mandou pelo correio, cheia de surpresas, chegou em um dia especialmente frio, um Natal antecipado!). Em nenhum momento nos sentimos sós no hemisfério Norte, sabíamos que estavam por ali ...

À Carla, minha amiga mais que especial, parceira em minha trajetória e com a qual fui construindo minha "excêntrica família de Antônia". Sem seu olhar atento e carinho constantes, eu não teria conseguido. Seja no apoio financeiro para uma viagem de entrevista, assumindo minhas garotas para que eu escrevesse ou ouvindo os argumentos teóricos da Tese – que talvez ela nem compreendesse, mas fingiu bem! – sua presença nesta caminhada foi imprescindível. Com ela, contraí dívidas estratosféricas, como disse Almires Machado em sua Tese.

À lloir, minha querida ex-aluna e grande amiga, que graciosamente contribuiu tecnicamente com a pesquisa, e especialmente com seu entuasiasmo, presença e apoio irrestrito em vários momentos nesses anos de Doutorado. Dívida infinita!

Às amigas, mães de amiguinhas ou dindas, Ângela, Nara, Michele, Joceane e Marga, que acolheram Dani e Gabi em suas casas e corações, ocupando-se com elas para que eu pudesse escrever, em férias e feriados, finais de semana e outros momentos agonísticos que uma mãe passa para abrir tempo para a escrita. Redes que vão e vem, em uma teia invisível de apoio que aquece a alma!

À Júlia, meu porto seguro em Montreal, nessa família extensa que fui construindo. *Thank you soooo much* por atravessar o Quebec gelado comigo, dirigindo sem parar, para que eu pudesse entrevistar uma Doutora Indígena, por me emprestar sua biblioteca de Ciências Sociais (que vizinha é essa?!!!!) e por encher a casa com

sua risada gostosa e cativante. Para ti, meu maior retorno é um amor que arde de saudade agora ...

À querida Ana Patrícia, colega no PPG e que se tornou cara e valiosa amiga, um grande presente desse momento. Contigo partilhei a alegria de ser novamente aluna e ter colegas, em brincadeiras alegres e despreocupadas que depois se converteram em angústias e lágrimas, à medida que os prazos se apertavam ... não te furtaste em nenhum deles! Vamos ainda brindar muitas vezes, este é o meu desejo

À Fran e Anna, que mantiveram a casa acolhedora, cheirosa e com comida me esperando, em tudo colocando amor e atenção, não deixando que o caos da escrita invadisse a rotina reparadora de nosso lar. Mil flores prá vocês!

Ao Tiago, por partilhar comigo a beleza de educar essas meninas, acreditando e apostando no projeto do Doutorado, investindo e lançando-se nele como um projeto também seu, enorme gratidão e apreço.

Para Daniela e Gabriela, minhas queridas filhas, mais que agradecimentos. Quando iniciei o Doutorado, vocês tinham seis e dois anos, pequenininhas ainda ... Aprenderam a conviver com uma mãe atribulada, assumindo responsabilidades e dividindo preocupações, e cresceram desta forma. O orgulho que senti por enfrentarem a aventura de ir a uma país estranho, deixando casa, cachorrinhos, escola e amigos, estudando em uma escola diferente, aprendendo um novo idioma, enfrentando preconceito e indiferença, solidão e saudade ... não cabe no peito!

E por fim, minha enorme gratidão aos povos indígenas, representados aqui pelos Doutores Indígenas, meus parceiros e interlocutores nesse estudo, em especial aqueles com os quais pude entabular trocas diretas, professores Doutores Namblá Gakran, Gersem Baniwa, Márcia Gojten Nascimento, Almires Machado, Naine de Jesus e Suzy Basile, do povo Atikamekw, no Quebec.

RESUMO

O trabalho discute a Autoria Acadêmica Indígena no Brasil Contemporâneo a partir da qual indígenas têm se tornado Doutores, interrogando-me sobre os sentidos que essa autoria assume contemporaneamente. Situando o fenômeno social estudado nos contornos das Sociedades Complexas Urbano-industriais, que abrange fluxos intensos de trocas culturais em diversas esferas éticas, parti do pressuposto de que a Autoria Acadêmica Indígena conforma uma paisagem, pelas teias de significados que vai tramando. Nesse sentido, como uma etnógrafa-arqueóloga, busquei delimitar o campo estudado, seguindo os passos efetuados por meus interlocutores em suas trajetórias sociais. Ademais, debrucei-me sobre as obras acabadas dos processos acadêmicos, as teses produzidas, tomando como objeto de análise as narrativas que fazem os Doutores Indígenas sobre suas trajetórias sociais e seus processos acadêmicos. Entendendo tais narrativas como reflexões sobre as experiências de vida em que estão implicados processos identitários que entrelaçam os narradores aos seus grupos étnicos de pertença, em ritmos de tempo que perduram, utilizei-me do conceito de narrativa etnobiográfica para a leitura interpretativa. Emergiram, desses exercícios, características fortemente coletivas de suas trajetórias sociais, evidenciadas também em suas narrativas, que sublinham que a Autoria Acadêmica Indígena tem se colocado como uma estratégia para os povos indígenas que, através da apropriação da escrita como conhecimento por parte de Novas Lideranças, buscam acionar mecanismos e ferramentas para manejo dos códigos culturais do mundo branco, conquistando o acesso a espaços importantes para o atingimento de suas demandas societárias. Nesse movimento em que indígenas se tornam pesquisadores, a Autoria Acadêmica Indígena tem se apresentado como um projeto coletivo que, aportando à Ciência Moderna as Epistemologias Ameríndias, promove deslocamentos nos modos de se pensar a autoria pautada no indivíduo e que caracteriza o pensamento ocidental, com potência para desocidentalizar a Universidade e a Ciência Moderna.

Palavras-chave: Autoria Acadêmica Indígena. Novas Lideranças. Projeto Coletivo.

ABSTRACT

This Thesis discusses the First Nations Academic Authorship in the Contemporary Brazil as from which first nations people have become Doctors, questioning me about the meanings that this authorship assumes contemporaneously. Situating the social phenomenon studied in the countours of the Complex Urban-Industrial Societies, which encompases intense flows of cultural exchanges in several ethical espheres, I assumed that the First Nations Academic Authorship conforms a landscape, through the webs of meanings that it plots. In this sense, as an ethnographer-archeologist, I sought to delimit the field studied, following the steps made by my interlocutors in their social trajectories. In addition, I focussed on the finished works of the academic processes, the theses produced, taking as object of analyses the narratives that the First Nations Doctors make about their trajectories and their academic processes. Understanding these narratives as reflections on life experiences in which identity processes, which interwine the narrators to their ethnic groups of belonging, are involved, in rythms of time that remain, I used the concept of ethnobiographic narrative for the interpretative reading. From these exercises emerged strongly collective characteristics of their social trajectories, evidenced also in their narratives, which emphasize that the First Nations Academic Authorship has been placed as a strategy for the first nations people who, through the appropriation of writing as knowledge by the New Leaderships, seek to activate mechanisms and tools to manage the cultural codes of the White world, conquering the access to importante spaces to achieve their societary demands. In this movement in which the first nations people become researchers, the First Nations Academic Authorship has been presented as a collective project that, adhering the amerindian epistemologies to the Modern Science, promotes displacements in ways of thinking the authorship based on the individual and that characterizes the thought of the occident, with power to reduce the occidentalization in the University and in the Modern Science.

Keywords: First Nations Academic Authorship. New Leaderships. Collective Project.

RÈSUMÉ

Cette thèse traite de la production académique autochtone dans le Brésil contemporain dont les populations autochtones ont acquis des doctorats, en sur signification que cette production m'interrogeant la assume contemporainement. En plaçant le phénomène sociale étudié dans les grands traits des Sociétés Complexes Urbaines-industrielles, qui encompases le flux intense d'échanges culturels dans plusieurs sphères éthiques, j'ai supposé que la production académique autochtone forme un paysage, à travers des réseaux de significations qu'il parcelle. En ce sens, en tant que ethnologue-archéologue, j'ai cherché à définir le domaine étudié em suivant les étapes effectuées par mes interlocuteurs dans leurs trajectoires sociales. Par ailleurs, j'ai regardé les thèses produite, en prenant comme objet d'analyse des récits qui font des docteurs autochtones sur leurs processus sociaux et académiques. En comprenant ces récits comme des réflexions sur leurs expériences de vie dans lesquelles sont impliquée les processos d'identité qui entrelacent les narrateurs à leurs groupes ethniques d'appartenance, dans les rythmes de temps qui s'attardent, j'ai utilisé le concept de la narration etno-biographique pour la lecture interprétative. De ces exercices ont émergé des caractéristiques fortement collectives des leurs trajectoire sociales, ainsi indiquée dans leurs récits, soulignant que la production académique autochtones a été placée comme une stratégie pour les autochtones, qui à travers l'appropriation de l'écriture comme connaissance des nouveaux leaderships, qui a comme but le déclenchement des mécanismes et des outils pour gérer les codes culturels du monde blanc, l'accès aux espaces importants pour la réalisation de leurs exigences comme société. Dans ce mouvement dans lequel les peuples deviennent des chercheurs. autochtones la production académique autochtones a été présentée comme un projet collectif, qui fournit la science moderne des épistémologies amérindiennes, en favorisant un changement dans les modes de pensée fondée sur la production individuelle qui caractérise la pensée occidentale.

Mots-clé: Production Académique Autochtone. Nouveaux Leaderships. Project Collectif.

LISTA DE QUADROS

Quadro	1: Doutores Indígenas e suas Teses	40
Quadro	2: Doutores Indígenas, PPGs e objetos focalizados nas Teses	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Doutores	Indígenas4	9
-------------------------	------------	---

LISTA DE SIGLAS

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APOINME – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPES/DEB – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Diretoria de Educação Básica

CEEIN – Conselho de Educação Escolar Indígena

CINEP – Centro Indígena de Estudos e Pesquisas

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

COMIN – Conselho de Missão entre Povos Indígenas

COP 15 – 15^a Conferência das Partes

CPI/AC - Comissão Pró-Indígena/Acre

CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FACED/UFGRS – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

FAPEAL – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FURB – Fundação Universitária de Blumenal

GRUPEC-UFPE – Grupo de Estudos Comparados: Literatura, Memória e Interdisciplinaridade – Universidade Federal de Pernambuco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

IFP – International Fellowship Program

INBRAPI – Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IFBA – Instituto Federal da Bahia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISA - Instituto Socioambiental

IU - Indiana University

MEC – Ministério da Educação

MINC - Ministério da Cultura

NEHO - Núcleo de Estudos em História Oral

NIGERIA - Núcleo de Identidade, Gênero e Relações Étnico-Raciais

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organizações das Nações Unidas

OPIAC – Organização dos Professores Indígenas do Acre

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PPCLIB – Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas

PPG – Programa de Pós-Graduação

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEE/SC – Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

TIX – Terra Indígena Xapecó

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFGD – Universidade federal de Grande Dourados

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso Do Sul

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UMESP – Universidade Metodista de São Paulo

Unb - Universidade de Brasília

UNEMAT – Universidade do Estado do Mato Grosso

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho

UNICAMP – Universidade de Campinas

UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	UMA CENA ACADEMICA, PARA COMEÇAR E APRESENTAR A
	AUTORIA ACADÊMICA INDÍGENA SOBRE A QUAL ESCREVO19
1.1	UMA PESQUISADORA NÃO INDÍGENA NAS TRAMAS INDÍGENAS
	CONTEMPORÂNEAS: MINHA TRAJETÓRIA E AS ESFERAS ÉTICAS21
1.2	PRINCÍPIOS E DIÁLOGOS QUE SUSTENTAM A TESE25
1.3	DO CAMPO E DA PAISAGEM E OS VESTÍGIOS ENCONTRADOS: A
	ESTRUTURA DA TESE28
	PARTE I32
	O CAMPO E A PAISAGEM32
2	PROSPECÇÕES: DELIMITANDO O CAMPO ESTUDADO, UMA
	PAISAGEM QUE SE CONFORMA32
2.1	DA MOCHILA DO ARQUEÓLOGO: PRIMEIRAS PISTAS, FERRAMENTAS
	NECESSÁRIAS E A ENTRADA NO CAMPO33
2.1.1	Compondo a equipe de trabalho: universo estudado e também
	parceiros de pesquisa39
2.1.2	Coletas de superfície: recolhendo vestígios50
2.1.3	Das dimensões de uma paisagem que se descortina63
3	CAMINHANDO NOS PERCURSOS DOS DOUTORES INDÍGENAS:
	TRAJETÓRIAS SOCIAIS E SINCRONIAS QUE SE ESTABELECEM72
3.1	PREPARANDO UM ROTEIRO: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS
	PARA A CAMINHADA73
3.2	ANDAR, VER E (D)ESCREVER A PAISAGEM: TRAJETÓRIAS SOCIAIS
	DOS DOUTORES INDÍGENAS76
3.3	NA DURAÇÃO DO TEMPO, RITMOS SINCRÔNICOS DÃO SENTIDO À
	PAISAGEM90
3.3.1	Sincronia Escola: "para a domesticação e o manejo do mundo"91
3.3.2	Sincronia "Novas Lideranças", no tempo dos direitos95
3.3.3	Sincronia Doutores Indígenas: um Doutor que porta suas marcas103
4	DO SOLO QUE COMPÕE O CAMPO: NAS NARRATIVAS, A ALDEIA E O
	UNIVERSAL QUE HABITAM NOS DOUTORES INDÍGENAS107

4.1	CINCO NARRATIVAS ETNOBIOGRÁFICAS, CINCO ENCONTROS: DOS
	CRITÉRIOS PARA UM RECORTE E DE COMO AS PRÓPRIAS
	NARRATIVAS AFLUIRAM PARA UMA ESCOLHA109
4.2	PESQUISADORES INDÍGENAS, O LUGAR DE ONDE FALAM E PARA
	QUEM FALAM NAS NARRATIVAS ETNOBIOGRÁFICAS112
4.3	"COM MUITAS DIFICULDADES E PERSISTÊNCIA CONSEGUI
	CONCLUIR": NARRATIVAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DOS
	DOUTORES INDÍGENAS118
4.4	"A PEDIDO DAS LIDERANÇAS TRADICIONAIS INDÍGENAS": NOVAS
	LIDERANÇAS ENGAJADAS NA ALDEIA, MANEJANDO O UNIVERSAL .124
	PARTE II135
	VESTÍGIOS ENCONTRADOS135
5	FOGUEIRAS DA COLETIVIDADE: E OS LUGARES DO NATIVO COMO
	PESQUISADOR ACADÊMICO, NA ALDEIA135
5.1	DE UMA VIAGEM XAMÂNICA: DESLOCAMENTOS DE UMA
	DOUTORANDA NÃO INDÍGENA, PARA UM REENCONTRO COM OS
	INTERLOCUTORES, DOUTORES INDÍGENAS136
5.2	DOUTORANDOS INDÍGENAS E SUAS COMUNIDADES NA
	UNIVERSIDADE, "AO REDOR DO FOGO"143
5.3	NA ALDEIA, UMA SEGUNDA FOGUEIRA: NOVAS LIDERANÇAS COMO
	PESQUISADORES ACADÊMICOS, EM EXPERIÊNCIAS DE
	ESCRIVIVÊNCIA150
5.3.1	"Chamado para comer": sendo indígena e pesquisador acadêmico,
	promovendo disrupturas153
5.3.2	Pesquisadores indígenas, gravadores, livros e leitura: <i>Juruá apó</i> ,
	comportamento de branco158
6	OS SAPATOS TROCADOS. MAS DE QUEM? DOUTORES INDÍGENAS E
	EPISTEMOLOGIAS AMERÍNDIAS NA AUTORIA ACADÊMICA INDÍGENA
	162
6.1	"NO SOM DO MBARAKA", UMA AUTORIA ACADÊMICA INDÍGENA COMO
	POSSIBILIDADES EM CONSTRUÇÃO164
6.2	DE EPISTEMOLOGIAS E SAPATOS TROCADOS: UM JEITO DE ANDAR INDÍGENA170

7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
	REFERÊNCIAS	178

1 UMA CENA ACADÊMICA, PARA COMEÇAR E APRESENTAR A AUTORIA ACADÊMICA INDÍGENA SOBRE A QUAL ESCREVO

No Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB), em 28 de maio de 2015, ocorria uma cena bastante familiar para aqueles que circulam no espaço acadêmico do pós-graduação brasileiro, qual seja, a defesa de uma tese de doutoramento. Nesse dia, Namblá Gakran, defendendo a tese "Elementos Fundamentais da Gramática Laklãnõ", obteve o título de Doutor em Linguística. Porém, em lugar de se constituir como mais um acontecimento cotidiano nesse meio, esse evento acadêmico em específico possui um tom de extraordinário.

Pertencente ao povo Laklãnõ/Xocleng, o professor Namblá Gakran nasceu e cresceu na Terra Indígena Ibirama, em Santa Catarina, socializando-se no idioma e nas tradições de seu povo. Professor em sua comunidade, desde os anos 1990 passou a atuar no sentido de estudar e ensinar a língua Laklãnõ, em uma trajetória que o levou até o Doutorado em Linguística, tornando-se o primeiro indígena a obter o título de Doutor em sua etnia. Um momento que o Doutor Namblá rememorou como um rito que finalizava um grande desafio.

Namblá preparou a apresentação para a defesa de sua Tese de Doutoramento em Linguística, que ocorreria no dia seguinte, na Universidade de Brasília. Seus três filhos já haviam chegado de Santa Catarina para a ocasião, os moços há mais tempo, Txuli, a menina, na véspera. Nesse dia, as coisas não deram certo. A Internet não funcionara, e ele ficara sem poder revisar a apresentação com sua orientadora. Acabou não dormindo toda a noite. Mas no horário combinado, estava pronto, usando cocar e suas marcas clânicas circulares, pintadas no corpo e no rosto. Namblá explicou que as marcas não podem ser usadas cotidianamente, somente em situações especiais, pois operam como uma proteção. São usadas em momentos como nascimentos, mortes e em situação em que a pessoa vence um grande desafio. Para Namblá, a defesa de sua Tese era a última etapa de um grande desafio e, portanto, ele poderia usar suas marcas. (GAKRAN, 2017)

Na cena com a qual abro minha introdução, a Autoria Acadêmica Indígena representada é compreendida por mim como um fenômeno social em emergência, pois desde aproximadamente a década dos anos 2000, muitos indígenas, homens e mulheres, iniciaram percursos acadêmicos que os tornaram Doutores, compondo um quadro que no Brasil soma cerca de 24 pessoas, estando muitos outros ainda em formação. No contexto dos processos históricos de escolarização indígena que

permitiram a chegada de indígenas aos cursos de pós-graduação, considero que cabe que se coloquem questões acerca dos sentidos que essa autoria vem assumindo.¹

Este universo de pesquisa teve origem, em grande parte, de um primeiro contato meu com um professor indígena com título de Doutor, Gersem Baniwa², em um evento de formação do qual participei em julho de 2013, sobre a temática da Educação Indígena Diferenciada e os impasses quanto à sua efetivação no Brasil, de maneira articulada ao debate em torno da situação do acesso e da permanência de estudantes indígenas ao Ensino Superior. Se evoco essa memória neste momento, é pelo tanto que essa fala, por ter sido proferida por um indígena com título de Doutor, teve na formulação de meu objeto de pesquisa.³

Assim, desde uma emergência que "saltou" aos meus olhos, pergunto-me nesta investigação sobre os significados que a Autoria Acadêmica Indígena conforma nos diferentes espaços sociais por onde ela reverbera e circula, principalmente a partir das percepções que os Doutores Indígenas e seus povos tem sobre ela. Para perseguir as tramas configuradas pelos sentidos que pretendo analisar, parto de alguns pressupostos, como o entendimento de que à Autoria Acadêmica Indígena estão implicados processos de afirmação étnica, os quais busco identificar e discutir, localizando-os no complexo quadro das lutas dos povos indígenas pela garantia e efetivação de seus direitos contemporaneamente.

Ademais, nos contextos das Sociedades Complexas Urbano-Industriais às quais os povos indígenas se integram em intensos processos de dinâmicas culturais, procuro também compreender como os Doutores Indígenas lidam com o trânsito cultural entre dois mundos distintos, pautados pelo seu pertencimento étnico a uma comunidade indígena e sua inserção ao espaço universalizante da Ciência Moderna, através de seu projeto de doutoramento. Cogito que a inserção que fazem com a produção de uma Autoria Acadêmica que traz consigo o pensamento indígena e

¹ Descreverei a constituição do conjunto de dados que compõem o universo da pesquisa no capítulo 2 da Tese.

² Gersem José dos Santos Luciano, Gersem Baniwa, é indígena da etnia Baniwa e atualmente é Professor na Universidade Federal do Amazonas. Gersem é Mestre e Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília, tendo defendido a Tese de Doutoramento em 2012, sendo importante referência para os povos indígenas. Sua trajetória social encontra-se detalhada no capítulo 3.

³ Apenas alguns meses depois, quando escrevi minha proposta de investigação para o processo de seleção ao Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social, da Universidade Feevale, encontreime com um campo de interesse para a pesquisa bastante delineado em torno da busca do pósgraduação pelos povos indígenas.

"grava" as Epistemologias Ameríndias no bojo da Ciência Moderna, possui potência para promover deslocamentos epistemológicos, os quais intento situar e discutir.

1.1 UMA PESQUISADORA NÃO INDÍGENA NAS TRAMAS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEAS: MINHA TRAJETÓRIA E AS ESFERAS ÉTICAS

Neste ponto, apresento como o campo das questões indígenas foi se colocando em minha trajetória profissional e, posteriormente, de pesquisa. Mas para que se possa compreender essa articulação, é preciso considerar neste texto que também me encontro inserida em contextos que conformaram minha caminhada, especialmente a constituição de referenciais éticos diferenciados e que pautam as dinâmicas culturais na contemporaneidade. Nesse sentido, recorro ao quadro analítico proposto por Roberto Cardoso de Oliveira (2004), no qual ele propõe chamar esses referenciais de esferas éticas, distinguidas em escalas micro, meso e macroética.

Para esse autor, a microética constitui-se a partir do mundo da tradição e da cosmovisão das comunidades indígenas, correspondendo a mesoética à esfera do Estado Nacional e às suas instâncias e agências de execução e implementação de políticas. A macroética é caracterizada pelos quadros que referenciam princípios internacionais, especialmente os das agências ligadas à Organização das Nações Unidas. Considero que no mundo contemporâneo, no quadro das Sociedades Complexas Urbano-Industriais teorizado por Velho (1981), essas esferas éticas se encontram imbricadas e tensionadas e precisam ser levadas em conta quando se trata de discutir relações interétnicas, constituindo-se como um tecido onde os novos cenários vão se inserindo e possibilitando a emergência de uma Autoria Acadêmica Indígena.

Também entretecida nessas esferas éticas, inicio minha narrativa pelo meu ingresso como profissional no Ensino Superior no ano 2000. Nesse espaço, atravessado pelas éticas emanadas das esferas macro e meso, a diversidade cultural começava a ser discutida com intensidade, pois eram fortes as ressonâncias da Conferência de Durban, a "Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância", ocorrida em 2001, aglutinadas pelo movimento negro como ideário político em torno da etnicidade negra (ALVES, 2002). O contexto nacional era a da promulgação da Lei 10.639/2003, que trouxe a prerrogativa de se criarem espaços de discussão e de formação de

professores para que a história e a cultura da África e afro-brasileira fossem implementadas nos currículos escolares. Especialmente nas Universidades, era grande a reverberação desse debate, onde também se vivia a implementação das primeiras experiências de cotas para estudantes negros (REICHERT, 2005).

Em relação à temática indígena, o período foi marcado pelos fortes impactos gerados pelos eventos que ocorriam na ONU, principalmente a inauguração do "Fórum Permanente da ONU para Assuntos Indígenas", em 2002. O Fórum constituiuse como uma era inaugural, em que especialistas designados pelas organizações indígenas tomavam assento em "pé de igualdade" com os especialistas designados pelos governos, fazendo ouvir sua própria voz como membros plenos entre os povos das Nações Unidas. Um dos resultados desse trabalho foi a "Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas", aprovada em 2007 (YAMADA; MATHIAS, 2010). No texto da Declaração, extremamente avançado, constam princípios como a igualdade de direitos e a proibição de discriminação, o direito a manter suas culturas, o direito à comunicação e o direito à reparação pelo furto de suas propriedades. Centralmente, o direito à autodeterminação e a necessidade de fazer do consentimento e do acordo de vontades tornaram-se o referencial do relacionamento entre povos indígenas e Estados.

Na Universidade Feevale, a repercussão dessas discussões gerou um ambiente favorável para que se iniciasse um trabalho com a questão da etnicidade, concretizado na constituição do Núcleo de Identidade, Gênero e Relações Étnico-Raciais (NIGERIA), em 2003 (NUNES, 2005). A partir desse espaço, iniciei uma atuação no projeto "Múltiplas Leituras: povos indígenas e interculturalidade" em 2009, desenvolvendo um trabalho de assessoria pedagógica, organizado em parceria com a comunidade Kaingang Por Fi Ga, localizada no município de São Leopolgo/RS. Posteriormente, exerci também a coordenação do projeto, através do qual foram implementadas ações de assessoria e mediação nas áreas de Educação e Direito em parceria com a comunidade Por Fi Ga e em diálogo com a formação dos acadêmicos na Instituição.⁴

⁴ À frente da coordenação do curso de História nessa época, participei ativamente dessa construção. Foram muitas as produções, abrangendo o ensino, a extensão e a pesquisa e um pouco desse trabalho pode ser encontrado no livro publicado com base no NIGERIA (NUNES, 2005). Atualmente, o trabalho relacionado às etnicidades negras e indígenas na Universidade se encontra congregado nas ações do Programa de Extensão Nutrindo Identidades Afirmativas Raciais (NIARA), através dos projetos "Aruanda – a voz da juventude negra" e "Múltiplas Leituras – povos indígenas e interculturalidade", sob minha coordenação neste momento, entre outros espaços institucionais existentes.

Nessa mesma época, uma outra experiência se tornaria muito relevante em minha própria trajetória com a temática indígena. Refiro-me ao curso de pósgraduação *lato sensu* de "Educação, Diversidade e Cultura Indígena" que realizei, oferecido na conjuntura da demanda de formação de profissionais gerada pela promulgação da Lei11.645/2008, que ratificava a Lei 10.639/2003 e que incluía a história e a cultura dos povos indígenas como uma prerrogativa para os currículos escolares. Nesse momento, fui aluna e colega de professores indígenas pela primeira vez, e sua presença como professores e protagonistas dos projetos de futuro de suas comunidades configurou-se como um deslocamento epistemológico para mim. Isto porque a posição que assumiam se assentava sobre outras representações que me haviam sido apresentadas, nas quais o protagonismo indígena havia sido silenciado.⁵

Por meio dessa atuação e produção intelectual, pude me aproximar do campo da Educação Indígena e das relações que se estabeleciam entre as demandas por escolarização e os processos de afirmação identitária dos povos indígenas contemporaneamente. Passo a passo, meu andar foi se colocando ao lado e com as caminhadas dos povos indígenas e fui tomando como também minhas as suas lutas e reivindicações. Nesse percurso — nos encontros, nas conversas informais, na observação e escuta da fala dos professores indígenas — meu objeto de pesquisa foi se delineando à medida em que a demanda pela formação no pós-graduação era enunciada pelos povos indígenas como uma estratégia para atingir autonomia e autoria na construção de políticas públicas, no que se relaciona à efetivação e garantia de seus direitos.

Para proceder o trabalho etnográfico, segui os Indígenas Doutores adentrando na trilha marcada pelos vestígios deixados por seus percursos, os quais fui colhendo e registrando⁶. Concordando com Geertz (2002) sobre a etnografia ser situacional – em uma trajetória marcada pela interação e engajamento com o tema, com a comunidade, em espaços de trabalho comuns – procurei andar nos caminhos que os Doutores Indígenas fizeram. Neles andei, vi e escrevi, contemplando as fases da etnografia na analogia proposta por Silva (2009), em que o situar-se, observar e

⁵ Integrei a pioneira turma do curso ofertado pela Escola Superior de Teologia/EST e Conselho de Missão entre Índios/COMIN, e a monografia produzida versou sobre a autoria indígena e suas relações com os processos de afirmação identitária (REICHERT, 2011).

⁶ Fundamentei-me, para o trabalho etnográfico, nos aportes teórico-metodológicos trazidos pela Oficina Prática de Etnografia, organizada pelo Grupo de Metropolização e Desenvolvimento Regional e Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, e ministrada pelas professoras Dras. Margarete Fagundes Nunes e Ana Luiza Carvalho da Rocha.

descrever podem ser convertidos nestas ações sincrônicas. Nesses movimentos empreendidos por mim, o campo etnográfico tornou-se não mais um "seguir" – que de certa forma se faz desde uma certa distância – antes, tomou a forma de uma convivência, uma com-vivência, como Bergamaschi (2005) preferiu nomear.

Penso ser importante esclarecer, no escopo de um texto que se quer introdutório a um trabalho de pesquisa, de que forma construí essa com-vivência. Tendo em mente um universo de pesquisa de 24 indígenas de distintas etnias, distribuídas no território brasileiro, em função dessa dispersão geográfica, o "seguir" física e presencialmente em campo os Doutores Indígenas em seus fazeres nas aldeias, universidades e outros espaços sociais pelos quais circulam, implicaria em uma logística complexa e, para a qual, eu não dispunha de condições materiais. Dessa forma, o "andar e ver" se deu pela circulação nos espaços acadêmicos, especialmente em eventos nos quais os Doutores Indígenas participaram, nas redes sociais, em seus textos publicados, em duas entrevistas presenciais que pude realizar, em entrevistas concedidas a terceiros e publicadas, em vídeos disponibilizados e, centralmente, nas teses produzidas por eles em seu processo de Autoria Acadêmica Indígena.⁷

Entendo que essa forma de etnografia em campo se distancia de uma representação sobre o fazer desta área – e, confesso, que eu mesma compartilhava desta concepção no início de meu processo de doutoramento – em que a etnografia dependeria de uma ida até o Outro, em um sentido "malinowskiano", de que é imprescindível o deslocar, o convívio direto, em encontros face à face. Talvez para os não iniciados em pesquisas de cunho etnográfico, este tenha sido um trabalho de campo mais facilitado que outros, no sentido de "frio" pelo não envolvimento tão direto com os indígenas que foram meus interlocutores. Desejo registrar que senti, de uma maneira muito distante dessa representação, a forma como as relações estabelecidas pela etnografia em campo se processaram.

Uma com-vivência foi se estabelecendo com os Doutores Indígenas, à medida em que fui "mergulhando" em suas trajetórias, em que fui conhecendo os dramas e intrigas que narraram, em que assistia notícias, vídeos, imagens e palavras de suas lutas, em seus territórios. Com eles, embora não tenham percepção disso, chorei muitas vezes. Do lugar solitário, na maior parte do tempo, de onde realizei minha etnografia, minha "ida à campo" se fez com empatia e engajamento, em um processo

⁷ Uma discussão mais detalhada das opções teórico-metodológicas da pesquisa foi realizada e inserida no capítulo 2.

intenso. Não foi fácil e nem foi frio, antes, senti-me atrelada e afetada pelo meu campo, em conjunturas especialmente complexas, vividas entre ameaças e perdas reais impostas aos direitos dos povos indígenas, durante as quais a escrita desta tese se realizou.

1.2 PRINCÍPIOS E DIÁLOGOS QUE SUSTENTAM A TESE

Dessa maneira, pela com-vivência, a relação etnográfica que fui construindo lastreou-se em alguns princípios, que embasam também minha escrita na tese. Um primeiro princípio é o do estabelecimento de uma relação de interlocução com os Doutores Indígenas, os quais considero como parceiros intelectuais, como autores, na medida em que suas produções, minhas fontes de pesquisa, foram tomadas também como fontes teóricas. Esse diálogo efetivou-se igualmente nas discussões e apropriações que fiz de suas categorias de análise, algumas delas elaboradas a partir de seus trabalhos de pesquisa e reflexões teóricas efetivadas no campo das aldeias e comunidades de origem. Assim, fui sentindo que minha própria escrita foi recebendo os "ares" das florestas, aldeias e redes indígenas que existem nas tramas escritas pelos Doutores Indígenas.

Na direção dos diálogos teóricos efetivados, apresento as compreensões que adoto para as denominações de "indígena" e "parente", nos termos em que são apreendidas pelos povos indígenas. Segundo Luciano (2006,contemporaneamente o termo indígena abrange uma diversidade de povos, habitantes originários das terras hoje conhecidas como continente americano. Entre os povos indígenas, esclarece o autor, existem alguns critérios de autodefinição utilizados e aceitos, como a continuidade histórica com sociedades pré-coloniais, a estreita vinculação com o território, sistemas sociais, econômicos e políticos bem definidos, a língua, cultura e crenças definidas, a autoidentificação como diferente da sociedade nacional e a vinculação ou articulação com a rede global dos povos indígenas.8

⁸ Luciano acrescenta que esses critérios não são únicos, nem excludentes. Esse autor indígena dá relevo também para a definição técnica das Nações Unidas, defendendo que "as comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos" (LUCIANO, 2006, p. 27).

Para Fernandes (2017, p. 3), que se baseia em Luciano, o termo indígena é uma apropriação que fizeram os povos indígenas para designar uma identidade que os articula em torno de uma luta comum. Atualmente, o sentido da palavra "parentes" é similar, servindo para nomear as pessoas indígenas pertencentes a etnias diferentes, que se reconhecem como povos que travam lutas em comum, um pertencimento coletivo, que Bengoa (2000) denomina de pan-indianidade.

A investigação se posiciona no campo da Antropologia Urbana que tem se denominado de Sociedades Complexas Urbano-Industriais, por compreender que a presença de grupos indígenas em contextos urbanos legitima essa abordagem, pautada nas dinâmicas culturais que se estabelecem nos contextos sociais e culturais gerados pela modernidade urbano-industrial, abrangendo, na noção de complexidade, a questão de uma heterogeneidade cultural, em que coexistem uma pluralidade de tradições de diversas bases (VELHO, 2003, p. 14). Além desse campo teórico, os aportes da Etnologia Indígena foram importantes no adensamento da tese, para a compreensão sobre a dimensão que o pensamento indígena ocupa no processo de Autoria Acadêmica, e, nesse sentido, enfatizo como relevante para a construção da tese a contribuição da estadia de estudos na *Université de Montreal*, em período de Doutorado Sanduíche, contemplando uma formação nessa área.⁹

Julgo ser pertinente situar neste momento que, ao analisar produções culturais que se inscrevem como discursos acadêmicos, isto é, discursos produzidos mediante uma autoridade específica construída pelo Ocidente, a tese se propõe a discutir como a Autoria Acadêmica Indígena tem dialogado e promovido cortes epistemológicos na Ciência Moderna. Por Ciência Moderna designo a parcela do pensamento ocidental que se configura a partir de determinados modos sociais e históricos de construir o conhecimento. Esses "modos" se constituem como uma epistemologia específica e foram sendo impostos por meio de diversas formas de pressão e força, de tal maneira

⁹ O período de estudos se deu a partir da inserção junto à *Equipe de Recherche sur les Spiritualités Amérindiénnes et Inuits/ERSAI*, vinculada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Montreal, na província do Quebéc/Canadá, sob a orientação do professor Robert Crépeau. A produção intelectual do professor Robert Crépeau tem focalizado a Etnologia Ameríndia, em sociedades da Amazônia e do Sul do Brasil, primeiramente trabalhando com os Achuar da Amazônia peruana e posteriormente, com os Kaingang do Brasil meridional. Dentre seus campos de atuação estão as áreas de Etnologia, Estudos Ameríndios, Cosmologias Autóctones e Epistemologia e História da Antropologia. Seu campo de interesse e investigação toma as expressões político-religiosas no contexto das reivindicações territoriais e identitárias indígenas. Para ele, os mitos e ritos constituem possibilidades para a compreensão da lógica interna das práticas destas sociedades.

que se conformaram sob uma pretensa universalidade, circunscritos muito especialmente ao espaço da Universidade.

Esse processo histórico tornou uma determinada Ciência hegemônica, o que, para Aníbal Quijano (2009), demonstra que o Colonialismo continuou sobre a forma de Colonialidade de poder e de saber, tanto nas estruturas de pensamento das sociedades contemporâneas quanto nas condições concretas de dominação e exploração econômica, política, social e cultural. Emenda-se a isso, o fato de essa Colonialidade se apresentar com força para operar contemporaneamente, por exemplo, através de áreas do conhecimento e da linguagem, com impactos mesmo hoje em contextos interculturais pós-coloniais.¹⁰

Conforme Boaventura de Souza Santos (2009, p. 10) tem discutido em diversas obras, essa intervenção foi tão profunda que descredibilizou e suprimiu as práticas sociais de conhecimento que a contrariasse, tomando a forma de epistemicídios que se traduziram também como perdas ontológicas. Nessa perspectiva, cabe destacar que assumo a posição de que os conhecimentos dos povos indígenas se constituem como Ciências, isto é, possuem características intelectuais próprias à Ciência, como métodos de observação e nomeação rigorosos. Contemporaneamente, essa concepção, a de que os conhecimentos indígenas são Ciência, tem sido uma reivindicação nas pautas dos povos indígenas, que constantemente tem afirmado que "Há Ciência no tronco da Jurema". Santos contrarias describados constantemente tem afirmado que "Há Ciência no tronco da Jurema".

Contudo, se externamente existem diversas Ciências, é preciso também matizar o conceito internamente, conforme sinaliza Santos (2009). Para esse autor, a Ciência Moderna é, ela própria, diversa e, muitas vezes, foi apropriada por grupos

¹¹ Segundo Boaventura de Souza Santos (2008), a continuidade do Colonialismo se deve também porque as independências não foram realizadas pelos povos originais, antes pelo contrário, foram efetuadas pelas elites que participavam conjuntamente da exploração colonial.

¹º Tais questões na contemporaneidade têm sido objeto de exame dos Estudos Pós-Coloniais, área interdisciplinar de crescente importância acadêmica, que tem como alguns de seus autores os canônicos Franz Fanon, Hommi Bhaba e Edward Said (GOMES, 2007).

¹² Conforme discute Lévi-Strauss na clássica obra "O pensamento selvagem" (1976), tais conhecimentos não se ligam a um plano prático – como os ocidentais primeiramente compreenderam os conhecimentos dos povos "selvagens", gerados apenas por suas necessidades orgânicas ou econômicas – mas correspondem antes a exigências intelectuais relacionadas a uma potência para conhecer, uma busca pelo conhecimento que ordena o mundo.

¹³ A expressão, em forma de poema, está presente em diversos textos de Casé Angatu, indígena Doutor em História, e compõe o ideário do movimento indígena. Por jurema, localizam-se diversas espécies botânicas referidas, sendo que de algumas delas são elaboradas bebidas rituais utilizadas por grupos indígenas na região Nordeste, conforme Grünewald (2008). A jurema pode ser uma planta, mas também pode ser uma bebida e uma entidade e tem sido utilizada como um emblema da identidade indígena, juntamente com o Toré, nos processos de etnogênese dos povos indígenas no Nordeste.

sociais marginalizados e subalternos que, desde "dentro", estão a produzir discursos plurais. Assim também se pode compreender o movimento que os povos indígenas fazem para acessar e produzir Ciência, mediante o lugar da Ciência Moderna e de seus aparatos, mas com objetivos e sentidos próprios, os quais são objeto de minha pesquisa.

Para além de interrogar sobre esses sentidos, como enunciei em meus objetivos, a perspectiva contida na Autoria Acadêmica Indígena que daí emerge permite pensar e formular questões sobre as possibilidades de uma escrita que não é apenas realizada a partir das "margens" antes excluídas, mas como uma escrita que apresenta potências para produzir giros epistemológicos nas diversas áreas do conhecimento nas quais essa Autoria se inscreve. Dessa maneira, destaco que a fonte para meu texto se centra nas produções escritas pelos próprios Doutores Indígenas em suas Teses, dando ênfase a essa Autoria.¹⁴

1.3 DO CAMPO E DA PAISAGEM E OS VESTÍGIOS ENCONTRADOS: A ESTRUTURA DA TESE

A tese foi escrita com base em um eixo condutor de minha intriga narrativa, a Arqueologia e o fazer da Arqueologia em campo. As partes e os capítulos, nessa direção, iniciam e são "costurados" através de metáforas inspiradas por esse campo do conhecimento humano, como ações prospectivas, coletas de superfície, composição do solo e achados em contextos culturais arqueológicos. Houve um "início" para essa opção, que durante o processo da realização da pesquisa e na etapa da escrita, foi sendo confirmado e adensado e, neste momento, me volto para ele.

Para contar este início, esclareço que não sou arqueóloga. Minha formação se deu em um curso de graduação de Licenciatura em História, e o Mestrado foi feito na área da Educação. Meu envolvimento com o campo da Arqueologia se deu em uma experiência pretérita do início de minha trajetória profissional, por ter atuado em uma instituição de pesquisas arqueológicas no início de minha vida profissional e, desde essa experiência, ter atuado ao longo dos anos como professora da disciplina de Préhistória e Arqueologia na Universidade, com alguma circulação na área em eventos e discussões. Nesse sentido, ao entrar em campo etnográfico, fui de imediato

¹⁴ Uma discussão mais detalhada das opções teórico-metodológicas da pesquisa foi realizada e inserida no capítulo 2.

"reconhecendo" alguns conceitos e termos que emergiam das teses dos Doutores Indígenas, como mobilidade, território, manejo e domesticação ...

E desde esse reconhecimento, fui pensando a respeito das possibilidades de permanência do pensamento indígena em tramas outras, contemporâneas, como fenômenos de longa duração, nos interstícios de uma autoria que se inscreve em produções discursivas reguladas social e culturalmente, como o são as teses acadêmicas. Entendendo que a Arqueologia e a Etnografia trabalham em níveis analíticos diferentes, relativos a escalas espaço-tempo variáveis (CORRÊA, 2013, p. 28), minha escolha em utilizar a metáfora arqueológica para falar de um fenômeno que se apresenta contemporâneo, a Autoria Acadêmica Indígena, em um percurso que nomeei de etnográfico-arqueológico, se fez no sentido de demarcar as possibilidades de diálogo conceitual, dando destaque para uma história indígena de longa duração.

A partir dessas considerações, apresento a estrutura da tese, em duas partes, pensadas com base em um percurso etnográfico-arqueológico. Assim, a Parte I, denominada de "O campo e a paisagem", congrega os três primeiros capítulos, voltados para a delimitação do campo estudado, com diferentes enfoques a cada capítulo. A Parte II, na alegoria adotada como forma de organizar a escrita e pensar as categorias analíticas, está nomeada de "Vestígios encontrados" e reúne os capítulos cinco, seis e considerações finais, enfeixando as análises voltadas para os processos de Autoria Acadêmica Indígena. A seguir, explicito brevemente as abordagens desenvolvidas a cada capítulo.

No capítulo 2, "Prospecções: Delimitando o campo estudado, uma paisagem que se conforma", descrevo as opções metodológicas, como se deu a entrada no campo etnográfico e a conformação de um *corpus* documental, compondo a montagem da mochila da etnógrafa-arqueóloga. Apresento meus parceiros de equipe, os Doutores Indígenas estudados e seus objetos de pesquisa, delineando dados que são analisados sociologicamente, compreendidos como primeiras pistas coletadas em superfície. Ao final do capítulo, a partir dos dados disponibilizados nas prospecções, algumas dimensões da paisagem do campo estudado se descortinam, como a busca pela escolarização e formação acadêmica como uma estratégia dos povos indígenas, em processos de autoria que se inscrevem como dinâmicas culturais, engajados às demandas societárias de seus povos.

No capítulo 3, "Caminhando nos percursos dos Doutores Indígenas: trajetórias sociais e sincronias que se estabelecem", procurei analisar as trajetórias sociais dos Doutores Indígenas, buscando identificar continuidades e descontinuidades, rupturas e sincronias, e como esses aspectos estabelecem convergências e características fortemente coletivas, em ritmos que perduram no tempo. Finalizo trazendo para a discussão três sincronias: a escola e sua articulação; trajetórias dos Doutores Indígenas; a constituição de uma atuação como liderança na comunidade e a posição assumida como Doutor Indígena, após a obtenção do título acadêmico.

No capítulo 4, "Do solo que compõe o campo: nas narrativas, a aldeia e o universal que habitam nos Doutores Indígenas", eu me aproximo de cinco Doutores Indígenas, recortados do universo de pesquisa, debruçando-me sobre as narrativas que fazem em suas introduções às teses, ao tecerem seus objetos de pesquisa às suas trajetórias sociais e aos seus grupos étnicos de pertença. Dessas narrativas compreendidas como etnobiográficas, focalizo as reflexões que fizeram os Doutores Indígenas sobre as implicações entre os processos de escolarização vividos, seus processos identitários e o projeto de Autoria Acadêmica Indígena, que postulam como projetos coletivos. Também enfoco as narrativas que fazem sobre suas experiências na posição de Novas Lideranças, traduzindo e transitando entre a aldeia e o universal, e como estas experiências engendram um projeto para o pós-graduação.

O capítulo 5, "Fogueiras da coletividade. E os lugares do nativo como pesquisador acadêmico na aldeia", abre a II parte da tese, caracterizando-se como um vestígio encontrado. Nele, percorro os meandros dos processos de Doutoramento e insiro discussões sobre meu processo de deslocamento na direção da alteridade, em meu Doutorado Sanduíche, no sentido em que ele me possibilitou vivenciar experiências que se aproximam, em alguma medida, com as experiências dos Doutores Indígenas. Ao olhar para os lugares que ocupam como pesquisadores indígenas na Universidade e como indígenas pesquisadores nas aldeias e comunidades de origem, a partir das narrativas nas quais refletem sobre essas experiências, pude encontrar os vestígios das fogueiras da coletividade, que sustentaram os Doutores Indígenas.

O capítulo 6, "Os sapatos trocados. Mas de quem? Doutores Indígenas e Epistemologias Ameríndias na Autoria Acadêmica Indígena", procuro discutir os deslocamentos provocados pela entrada do pensamento indígena na Universidade, buscando ver como as Epistemologias Ameríndias efetuaram diálogos, críticas e

rupturas nas áreas do conhecimento em que as teses se inscreveram, tomando como base as produções acabadas, as teses. Parti do pressuposto que a Autoria Acadêmica Indígena, ao se colocar como um projeto de autoria coletivo, apresenta-se com uma potência capaz de promover giros epistemológicos.

Para finalizar este texto que introduz a tese, trago um segundo princípio que fundamentou minha relação etnográfica, que é o entendimento que a *etno-grafia* que dela resulta é uma interpretação minha, que faço como desdobramento da comvivência, no tensionamento do texto etnográfico. Nesse sentido, assumo os riscos e coloco minha própria autoria acadêmica à disposição no que ela tem a contribuir para as lutas dos povos indígenas e para as reflexões em torno de diálogos epistemológicos mais interculturais e equitativos, adensando as discussões que os povos indígenas, e não indígenas, já têm produzido sobre os sentidos da Autoria Acadêmica Indígena. Assim, apresento minha tese revestindo-a de um sentido de retorno à generosidade dos povos indígenas, por seus movimentos na direção da interculturalidade.

PARTE I O CAMPO E A PAISAGEM

2 PROSPECÇÕES: DELIMITANDO O CAMPO ESTUDADO, UMA PAISAGEM QUE SE CONFORMA

Ao iniciar minha escrita sobre o campo estudado, reforço a analogia que propus na introdução deste trabalho, quando discuti as proximidades da pesquisa etnográfica com o campo da Arqueologia em meu objeto de análise, apresentando a delimitação do campo social estudado como uma etapa similar à prospecção arqueológica. A prospecção, no trabalho do arqueólogo, tanto pode ser uma etapa inicial, preliminar a da escavação, quanto se constituir em metodologia principal do estudo, de acordo com os objetivos colocados para cada pesquisa. Em qualquer um dos casos, a prospecção caracteriza-se como um estudo majoritariamente de superfície, não invasivo portanto, no qual o arqueólogo percorre a área estudada, reunindo dados e informações que lhe possibilitem reconstituir a "lógica" de assentamento humano do sítio arqueológico, bem como a inserção do mesmo em um contexto cultural mais amplo¹⁵ (CARVALHO, 2007, p. 62).

Essa compreensão se insere em uma perspectiva culturalista da Arqueologia, na qual as investigações arqueológicas se debruçam sobre os elementos ambientais e culturais e suas inter-relações, atendendo aos espaços territoriais amplos e identificando padrões de assentamentos, para além dos espaços demarcados como assentamentos, uma compreensão que Criado Boado (1991, p. 6) caracterizou como conceito culturalista de paisagem. A paisagem arqueológica assume, consoante essa concepção, o caráter de fenômeno social dentro de contextos históricos específicos e, como tal, transmite símbolos interpretáveis em meio à teia de significados em que está envolvida (FAGUNDES; PIUZANA, 2010, p. 207), abarcando os processos e fenômenos culturais de longa duração. Assim, considero que as prospecções que fiz

[•]

¹⁵ A reconstrução dos padrões ou modelos regionais se insere nos quadros teórico-metodológicos colocados pela *New Archaeology* e pela Arqueologia Espacial, a partir da década de 70, e especialmente pela Arqueologia da Paisagem, derivada da Espacial. (CARVALHO, 2007, p. 58; SILVA, 2014, p. 18). A partir desses referenciais, as prospecções deixaram de ocupar um lugar secundário no campo da Arqueologia para se projetarem como ponto central do corpo metodológico de muitas pesquisas. CARVALHO, Pedro C. **Cova da Beira:** ocupação e exploração do território na época romana. 2007, p. 62.

e que compõem esse capítulo inicial, no sentido de delimitar e apresentar o campo social e o universo estudado, possibilitaram dar visibilidade a uma paisagem, um campo de significações.

Abro este capítulo narrando como se deu minha entrada no campo, bem como as opções teórico-metodológicas adotadas para a composição dos dados etnográficos, e, a seguir, apresento os Doutores Indígenas, parceiros nesta pesquisa, e as teses que produziram. A partir do quadro de dados reunidos no universo, realizo algumas análises, sociológicas e etnográficas, consideradas ainda em uma perspectiva prospectiva, de coletas de superfície. Abarco, portanto, em minhas prospecções, meu percurso, ao qual denomino de etnográfico-arqueológico, desde o "preparo da mochila" para a saída ao campo à paisagem que fui avistando.

2.1 DA MOCHILA DO ARQUEÓLOGO: PRIMEIRAS PISTAS, FERRAMENTAS NECESSÁRIAS E A ENTRADA NO CAMPO

Meu passo inicial foi o de situar-me com o universo de pesquisa, que, empiricamente, eu já percebia como diverso, etnicamente, e disperso no território brasileiro. Sobre esse situar-se, é preciso considerar que esteve aí implicado um duplo movimento, nos termos apresentados por Da Matta (1978, p. 4), o de primeiramente transformar o familiar em exótico, na medida em que ser doutoranda colocava-me em equidade aos meus pesquisados, no que tange à familiaridade com o *locus* específico da Pós-Graduação, com a Universidade e com o fazer científico. E um segundo movimento, o de familiarizar-me com contextos culturais outros, pois as origens étnicas dos Doutores Indígenas colocavam questões diversas às vivenciadas por mim em meu processo de Doutoramento. Questões essas que se apresentavam como foco de minhas interrogações.

Em minhas primeiras saídas exploratório-prospectivas – concebidas por Rocha e Eckert (2008, p. 2) como aquelas etapas nas quais os pesquisadores realizam levantamentos de dados já mobilizados pelas questões da pesquisa – busquei tecer as redes necessárias para me situar no que tange ao universo de pesquisa e construir, com os Doutores Indígenas, uma relação de parceria intelectual. Sobre essa tessitura, é importante registrar que para a entrada em campo foi preciso contar com a figura de mediadores (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 5), que funcionaram como uma chancela em relação a mim e ao meu trabalho. Tal como o ocorrido com Foote Whyte em

Cornerville (FOOTE WHYTE, 1990, p. 79), minha aceitação como pesquisadora dependeu muito mais das relações estabelecidas durante meu trabalho pretérito, que avalizavam que eu era uma pessoa confiável, mais em virtude da relação de trabalho com os povos indígenas, do que de explicações e justificativas em torno da questão da pesquisa que eu empreendia naquele momento.

Assim, meu contato introdutório com os indígenas pesquisados, normalmente via meios digitais, era iniciado por uma apresentação pessoal cuidadosamente escrita de maneira a referenciar pessoas e instituições com as quais eu vinha trabalhando desde há muito tempo, em meu *métier* extensionista, para somente então apresentar minhas questões de pesquisa. Essa função de apadrinhamento foi ocupada pelo Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN)¹⁶ e por meus parceiros de trabalho nessa instituição, e, comumentemente, também fiz referência a uma relação de trabalho com intelectuais indígenas como Lúcia Fernanda Inácio Belfort, Bruno Ferreira e Dorvalino Cardoso.¹⁷ Em algumas vezes, busquei a intermediação de professores que haviam sido orientadores dos Doutores Indígenas, quando estes eram conhecidos de minhas redes acadêmicas, para a indicação de um contato ou para uma apresentação prévia.

Sobre minha entrada em campo, compreendo que vivenciei o que Rocha e Eckert (2008, p. 5) salientam sobre o tema, acerca de essa inserção compreender tanto a permissão formal dos grupos nativos a serem estudados quanto o momento em que o pesquisador é aceito e acolhido no grupo. No caso específico dos povos indígenas e da relação que se estabelece com os pesquisadores e a Universidade, segundo as coordenações do COMIN, que generosamente me aconselharam nessa etapa do trabalho etnográfico, existe uma certa desconfiança, fruto de relações pretéritas de pesquisa. Nesse sentido, estive muito atenta quanto ao estabelecimento desse vínculo em seu início, buscando dar a conhecer meu comprometimento ético e político com as lutas dos povos indígenas, com os campos de conhecimento estudados e com a construção de uma parceria e troca intelectual, procurando

¹⁶ O COMIN foi criado em 1982, com o fim de assessorar e coordenar o trabalho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) junto aos povos indígenas em todo o País, construindo parcerias nas áreas de saúde, educação e terra. Disponível em:< https://www.comin.org.br/>. Acesso em: 04 nov. 2017.

¹⁷ Conheci esses intelectuais e lideranças indígenas a partir da parceria de trabalho com o COMIN, e também em espaços de formação nos quais fui aluna. Dorvalino Cardoso tornou-se, posteriormente, parceiro de trabalho no projeto de extensão Múltiplas Leituras, da Universidade Feevale.

também demonstrar que meu trabalho se encontrava balizado por pessoas e instituições de credibilidade junto aos Doutores indígenas.

Tomei como interlocutor inaugural aquele que foi também o primeiro Doutor indígena que eu havia conhecido, Gersem Baniwa. Fiz um contato por *e-mail*, apresentando-me, expondo minha pesquisa e já perguntando sobre a existência e disponibilidade de dados acerca de indígenas que haviam finalizado o Doutorado. Gersem retornou-me dizendo o que eu já havia percebido a partir de meus próprios levantamentos: não há um banco de dados sobre o tema. "Nem mesmo o Ministério da Educação (MEC) tem. O que temos hoje são dados parciais, localizados", disseme ele (LUCIANO, 2014). Na ocasião, Gersem fez referência a alguns colegas intelectuais citados em sua tese de Doutorado e também a uma publicação que havia organizado, baseada na iniciativa do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP). 19

A obra (LUCIANO, 2010), uma coletânea de seis artigos de autores indígenas produzidos com base em teses de Doutorado e dissertações de Mestrado defendidas entre 2008 e 2010, teve como propósito oferecer, aos estudantes, pesquisadores e profissionais indígenas, um canal de divulgação dos resultados de seus estudos e pesquisas. As indicações fornecidas por Gersem tornaram-se meu ponto de partida para a construção do universo de pesquisa. Também utilizei produções focadas em análises e balanços das ações e políticas afirmativas, empreendidas por iniciativas ligadas ao Ensino Superior Indígena, que forneceram boas pistas sobre os indígenas que as acessaram. Essas iniciativas – políticas e instituições, e, nelas, pesquisadores envolvidos diretamente nessas ações, muitas vezes tendo sido orientadores dos Doutores Indígenas – foram fontes importantes.²⁰

¹⁸ Tive a oportunidade de assistir a uma palestra proferida por Gersem, em julho de 2013, em um evento de formação sobre Educação Indígena Diferenciada, promovido pelo COMIN.

¹⁹ O CINÉP é uma organização civil, sem fins lucrativos que reúne acadêmicos e lideranças políticas indígenas, além de antropólogos e outros profissionais não indígenas, com o intuito de oferecer qualificação formal e assessoria para estudantes universitários e membros do movimento indígena brasileiro. Sua criação ocorreu em novembro 2005, no âmbito de discussões entre membros de organizações indígenas do Brasil, tendo como fundador e primeiro coordenador o Dr. Gersem Baniwa. Fonte: Ensino Superior Indígena. Mapeamento das controvérsias. USP. Disponível em: https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/instituicoes/cinep/. Acesso em: 07 jul. 2017.

Não foi possível utilizar a Plataforma Lattes para levantamento de titulação de Doutores segundo a categoria étnica, contudo, mediante os currículos Lattes em pesquisas nominais, pude identificar a titulação de indivíduos que, em outras fontes, apareceram com titulação de Mestres - uma pesquisa relevante na medida em que a formação em nível de Mestrado alimenta os programas de Doutorado - ou mesmo nomes que emergiram como doutorandos, a fim de averiguar se haviam completado ou não seus estudos.

Dessas fontes, cito como as mais relevantes o Observatório da Educação Escolar Indígena e a experiência de formação de Mestres e Doutores Indígenas em Linguística, desenvolvida pela Universidade de Brasília – UnB (CABRAL et al., 2013); a pesquisa empreendida por pesquisadores da Universidade de São Paulo – USP, divulgada no blog "Ensino Superior Indígena: mapeamento das controvérsias" (SANTOS; MENESES; BRAGA, [s/d]); e a publicação organizada pela Fundação Carlos Chagas e o Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford (*International Fellowship Program*/IFP), visando a divulgação das produções realizadas a partir da ação afirmativa da Fundação Ford para o acesso de indígenas e negros ao pós-graduação brasileiro (ATHIAS; PINTO, 2008). Muito produtivas também foram as pesquisas virtuais, localizando notícias veiculadas na mídia e nas redes sociais quando das defesas dos Doutores Indígenas. As próprias teses por vezes apontaram novos nomes para o levantamento de sujeitos a serem incluídos na investigação.

A questão da ausência de uma base de dados para a localização dos Doutores Indígenas foi algo que precisei ter em conta quando do levantamento inicial. Emendase a isso, a possibilidade de eu não ter acessado, de forma totalizante, o número de indígenas com título de Doutorado até o momento em que finalizei a investigação, segundo semestre de 2017. Apesar disso, entendo que o quadro analisado na tese é representativo de um caminho empreendido pelos povos indígenas na direção de uma Autoria Acadêmica, e que, por tal representatividade, se pôde levantar questões sobre ele. Assim, se por ventura algum indígena não foi contemplado no quadro que apresento para o período focalizado pela pesquisa, informo que isso se deve à dificuldade de acessar os dados e não por qualquer categoria prévia de seleção. Entretanto, desejo que aquele que não foi contemplado sinta-se também representado neste estudo.

Os dados que permitiram delimitar o universo da pesquisa e realizar a etnografia dos cientistas indígenas e de suas obras são oriundos de um *corpus* documental diversificado e abrangente. Compuseram a base empírica da tese os relatos sobre os percursos pessoais, localizados nas teses, dissertações ou artigos acadêmicos de autoria dos Doutores Indígenas; entrevistas presenciais; dados oriundos de observação participante em eventos científico-acadêmicos sobre o tema e que contavam com a presença de Doutores indígenas; produções autorais dos sujeitos pesquisados em redes sociais, sejam escritas ou videográficas; entrevistas e

artigos sobre os Doutores Indígenas, veiculadas na mídia ou em artigos acadêmicos; base de dados acadêmica oriunda da Plataforma Lattes; e os textos das teses produzidas pelos Doutores, propriamente.

Tal trabalho colocou-se como um campo virtual, no qual situei-me em um cenário social comunicativo, mediante a observação *on-line,* com perspectiva etnográfica, mediada pelos meios, através da conjunção de metodologias apropriadas. Os procedimentos de observação têm caráter exploratório e permitem pensar sobre a própria imersão da pesquisadora nesse cenário e sobre as dimensões de uma rede social étnica, a partir de vários elos que correspondem às relações e vínculos dos atores nos seus modos de construir e construir-se nas redes sociais, bem como nas suas diversas modalidades de uso. Esse campo virtual se insere na área de estudos sobre mídias digitais, e sua apropriação pelos povos indígenas para a construção de identidades indígenas em redes sociais, especialmente no que tange às pesquisas de Pereira (2016), Monarcha (2012) e Pinto (2010), está mais focada na questão da inclusão digital indígena na sociedade de informação.

Em minha bagagem de etnógrafa-arqueóloga, os dados avolumavam-se desordenadamente no início e, aos poucos, foram sendo teórica e metodologicamente classificados e arquivados, física e digitalmente. Para sua organização, selecionei a utilização de dossiês temáticos, um para cada Doutor, nos quais os materiais coletados podiam ser paulatinamente acrescentados.²¹ Os dossiês iniciam com uma apresentação acadêmica do Doutor Indígena, e cada material que os compõe foi precedido por um título e, às vezes, por um breve resumo, que funcionam como um indexador. Ali, também registrei meus apontamentos das leituras desses dados, tanto as iniciais quanto as releituras em consultas posteriores. Minha escolha por essa maneira de arquivar documentos foi em razão de sua praticidade, podendo, o dossiê, ser atualizado com novos documentos ou perspectivas analíticas, a qualquer momento, o que de fato ocorreu no decorrer do estudo.

Porém, antes de apresentar os Doutores Indígenas e o que pude responder nesta tese sobre seus processos de Autoria Acadêmica, é preciso esclarecer uma

Superintendência de Documentação Universidade Federal Fluminense. Disponível em: http://www.arquivos.uff.br/index.php/iniciar-aqui/breve-historico-da-car>. Acesso em: 25 nov. 2017.

²¹ Um dossiê é concebido pela arquivística, segundo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), como o conjunto de documentos relacionados entre si por assunto – ação, evento, pessoa, lugar, ou projeto – e que constitui uma unidade de arquivamento. Conforme a Norma, o Dossiê ocupa o nível 4 de descrição de um documento.

outra questão, a do recorte nos Doutores Indígenas em si, isto é, naqueles indígenas que defenderam a tese e obtiveram o título acadêmico. Em dado momento de meu percurso de entrada em campo, interroguei-me sobre a inclusão daqueles indígenas que realizaram Mestrado, ou mesmo, dos indígenas que talvez tenham cursado o Doutorado, mas que não chegaram a defender sua tese; ou mesmo, dos indígenas cursando o Doutorado durante o período de meu estudo, sem ter finalizado até o segundo semestre de 2017. Ou seja, eu me interroguei por que não os incluiria na pesquisa, uma vez que também participaram ou participavam, no momento de minha investigação, de processos de Autoria Acadêmica. Para elucidar esse ponto, pauteime em minha própria experiência no campo acadêmico.

Como professora universitária com titulação de Mestre, vivenciei a interdição de muitos espaços no fazer acadêmico pelo fato de não ter ainda o título de Doutora. Para além desse aspecto mais objetivo — restrição ao acesso a recursos públicos através de editais, a projetos de pesquisa institucionais, à proposição de eventos e grupos de trabalho, entre outros — soma-se a questão de uma limitação à circulação do conhecimento produzido e ao acesso a uma rede acadêmico-científica mais ampla. Enfim, aproximando-me da conceituação de campo científico de Bourdieu (2004, p. 25), busquei sublinhar que nesse espaço, o acadêmico, bastante conhecido por aqueles que nele transitam, operam códigos culturais que ampliam ou restringem o acesso e a mobilidade aos recursos e posições disponíveis, distribuindo desta forma, poder e hierarquia na estrutura do campo.

Com efeito, o recorte que fiz não deriva de uma valoração hierárquica da Autoria Acadêmica Indígena daqueles já Doutores em detrimento daqueles indígenas que estão ou estiveram implicados em processos de Autoria Acadêmica, mas que não são Doutores ainda. Antes, ao colocar meu ponto de clivagem nos indígenas com título de Doutores, focalizo as estratégias e as forças colocadas em jogo no campo intelectual acadêmico, por aqueles sujeitos que, no momento em que a pesquisa foi realizada, lograram conquistar um capital simbólico relevante a esse campo, o título de Doutor (BOURDIEU, 2004), cumprindo os ritos incluídos, como o momento da defesa da tese. Dessa maneira, pôde-se analisar também os deslocamentos em suas trajetórias sociais posteriormente ao título de Doutor, isto é, as posições que alcançam e o tipo de capital científico que se torna possível acumular após terem se tornado Doutores (BOURDIEU, 2004, p. 35).

2.1.1 Compondo a equipe de trabalho: universo estudado e também parceiros de pesquisa

São vinte e quatro os Doutores Indígenas etnografados, em um processo de obtenção do título iniciado após os anos 2000. Para apresentá-los, optei por organizar um quadro a partir da indicação do nome, data de nascimento, origem étnica, local de origem, área de conhecimento do Doutorado e instituição em que realizou o Doutorado, título da tese e ano da defesa. Uma questão inicial que se depreende do número de pessoas focalizado na pesquisa é a pequena representatividade dos indígenas no Doutorado, no que se relaciona ao conjunto da sociedade brasileira, isto é, proporcionalmente ao número de Doutores entre não indígenas. Isso se evidencia também nos dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisados por Viotti et al., (2012, p. 379), de que os indígenas representam 0,12% do total de Doutores do País.

Outro aspecto a sublinhar é que desses 24 Doutores, dois são Doutores Honoris Causa, uma titulação concedida pela Universidade a partir de um processo específico de reconhecimento dos saberes e produção de conhecimentos acumulados ao longo da trajetória de um intelectual, mas que não cumpre a produção de uma tese dentro dos cânones acadêmicos, processo ao qual busquei estar atenta ao longo de minha escrita.²²

Em relação ao nome dos Doutores Indígenas, introduzo o nome civil, isto é, o nome tal qual está registrado nos documentos de identidade do Estado Brasileiro, conforme registrado na Plataforma Lattes, seguido do nome étnico, um nome para fins de identificação étnica, quando utilizado. Faço essa diferenciação para referir ao processo de reivindicação e conquista do direito dos povos indígenas de inserção da sua origem e etnia nos registros públicos e na carteira de identidade, uma luta de longa data para o reconhecimento e fortalecimento das identidades étnicas dos povos indígenas, que em 2012 – com base em um acordo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que normatiza uma prática que já vinha sendo realizada – começou a ser atingido. Alguns dos Doutores, abrangidos na pesquisa, já têm o nome da etnia nos

Dicionário Priberam. Disponível em: https://www.priberam.pt/dlpo/honoris%20causa>. Acesso em: 04 out. 2017.

_

²² Sobre o significado de *Honoris Causa*: "Diz-se de grau universitário conferido a título honorífico e sem exame, geralmente a altas personalidades, ou da pessoa que o recebe (ex.: *doutoramento* honoris causa, *doutor* honoris causa)".

documentos de identidade.²³ Incluí também, na primeira coluna, a data de nascimento, quando foi possível identificar essa informação, no sentido de que, por meio dela, se evidenciam questões geracionais implicadas nos percursos empreendidos pelos Doutores Indígenas.

Quanto às etnias e comunidades de origem, foram inseridas de acordo com as referências feitas pelos Doutores Indígenas nas fontes pesquisadas. Optei por localizar essas comunidades regionalmente no território brasileiro, de maneira a possibilitar uma visão inicial das diversidades étnicas e também históricas dos processos de colonização a que foram submetidos os diferentes povos indígenas. Em seguida, cito a área de conhecimento e a Universidade em que a tese se vinculou, evidenciando, assim, as áreas prioritárias com as quais a Autoria Acadêmica Indígena dialoga e destacando, igualmente, um panorama das instituições que fizeram parte do processo dessa autoria. Por fim, cito os títulos das teses e o ano de defesa, para permitir uma visão ampla das temáticas elencadas nos objetos de pesquisa dos Doutores Indígenas e dos aspectos relacionados à historicidade da produção acadêmica analisada.

Quadro 1: Doutores Indígenas e suas Teses

NOME	ETNIA/TERRITÓRIO	ÁREA DE CONHECIMENTO	TESE/ANO
			"Exá raú
Y			mboguatá
28			guassú
1	Guarani/Terena		mohekauka yvy
	Aldeia Jaguapiru e	Doutor em Antropologia,	marãe'y:
	Bororó, na região da	Universidade Federal do	de Sonhos ao
	Grande	Pará (UFPA).	Oguatá Guassú
	Dourados/MS		em Busca da (s)
			Terra (s) Isenta
Almires Martins Machado			(s) de Mal".
06/09/1967			2015

Senado Federal, Brasil. Disponível em: http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120357. Acesso em: 30 set. 2017.

²³ Essa orientação, baseada nos princípios internacionais, especialmente os pautados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tomou posteriormente forma de Projeto de Lei do Senado, de número 161/2015.

NOME	ETNIA/TERRITÓRIO	ÁREA DE CONHECIMENTO	TESE/ANO
Ailton Alves Lacerda Krenak Ailton Krenak 1954	Krenak Itabirinha do Mantena, região do Vale do Rio Doce/MG.	Doutor <i>Honoris Causa</i> em Botânica, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).	2016
Aisanain Páltu Kamaiwrá	Kamaiwrá Povo Kamaiurá, Alto-xingu, Parque Nacional do Xingu/MT	Doutor em Linguística, UnB.	"Um estudo etnográfico e linguístico de um ritual Kwaryp". 2015
Almir Narayamoga Suruí Almir Suruí 19/08/1974	Suruí Aldeia Lapetanha, Terra Indígena Sete de Setembro, município de Cacoal/RO	Doutor <i>Honoris Causa</i> em Geografia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	2013

		, <u> </u>	(continuação)
NOME	ETNIA/TERRITÓRIO	ÁREA DE CONHECIMENTO	TESE/ANO
Antônio Carlos Seizer da Silva	Terena Aquidauana/MS, redes de parentesco com aldeias próximas	Doutor em Educação, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).	"Kalivôno Hikó Terenôe: sendo criança indígena terena no século XXI – vivendo e aprendendo nas tramas das tradições, traduções e negociações".
Carlos José Ferreira dos Santos Casé Angatu	Xucuru Tupinambá Terra Indígena Tupinambá de Olivença, municípios de Buerarema, Ilheus e Una/BA	Doutor em Arquitetura e Urbanismo, USP.	"Guarulhos: espaços identitários sob a mundialização". 2004
Daniel Munduruku Monteiro Costa Daniel Munduruku 28/02/1964	Munduruku Belém do Pará/PA e Aldeia Maracanã/PA	Doutor em Educação, USP.	"O caráter educativo do movimento indígena Brasileiro (1970- 2000)".

		ÁREA DE	(continuação)
NOME	ETNIA/TERRITÓRIO	CONHECIMENTO	TESE/ANO
Edson Machado de Brito	Kaiapó Macapá/AP	Doutor em História da Educação, Pontífica Universidade Católica/SP (PUC/SP).	"A escola dos indios Karípunas na aldeia do Espírito Santo (Oiapoque) e o ritual do Turé: uma história da resistência indígena".
Edson Kaiapó			
Florêncio Almeida Vaz Filho	Maytapu Pinhél, rio Tapajós, Aveiro/PA.	Doutor em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia (UFBA).	"A emergência étnica de povos indígenas no Baixo rio Tapajós, Amazônia".
			"Examining the
Francisco Kennedy Araújo de Souza	Apuriña	Doutor em Ciência Ambiental, pela <i>Indiana</i> <i>University</i> , IU Bloomington, EUA.	Trade-offs of Conservation- Development Strategies in Amazonia: Integrating Land Use-Land Cover, Economic, and Institutional Analysis of Different Land Tenure Systems". 2014

NOME	ETNIA/TERRITÓRIO	ÁREA DE CONHECIMENTO	TESE/ANO
Fábia Pereira da Silva Fábia Fulni-ô	Fulni-ô Aldeia Carnijó, Águas Belas/PE	Doutora em Linguística, Universidade Federal de Alagoas (UFAL).	"A organização prosódica do Yaathe, a língua do povo Fulni-ô". 2016
Gersem José dos Santos Luciano Gersem Baniwa 1964	Baniwa Sítio Jaquirana, margens do Rio Içana, município de São Gabriel da Cachoeira/AM	Doutor em Antropologia Social, UnB.	"Educação para Manejo e Domesticação do Mundo: Entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no Rio Negro".
Jefferson Fernandes do Nascimento 1964	Macuxi Aldeia Sumuru, hoje Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR	Doutor em Agronomia, Universidade Estadual de Maringá (UEM). Primeiro Reitor Indígena no Brasil.	"Epidemiologia e dano causado pela ferrugem asiática (<i>Phakopsora</i> pachyrizi) da soja (<i>Glycine</i> max)". 2008

NOME	ETNIA/TERRITÓRIO	ÁREA DE CONHECIMENTO	TESE/ANO
Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá 1964	Kaxinawá Aldeia Tarauacá, Terra Indígena da Praia do Carapanã/AC	Doutor em Linguística, UnB.	"Por uma gramática da Língua HãxtaKuin". 2014
Márcia Gojten Nascimento	Kaingang Nonoai/RS	Doutora em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	"Evidencialidade em Kaingang: descrição, processamento e aquisição". 2017
Márcia Nunes Maciel Márcia Mura 1973	Mura Porto Velho/RO	Doutora em História Social, USP.	"Tecendo tradições indígenas". 2016
Maria das Dores Oliveira Maria Pankararu	Pankararu Terra Indígena Pankararu, Tacaratu/PE	Doutora em Letras e Linguística, UFAL.	"Ofayé, a língua do Povo do Mel. Fonologia e Gramática". 2006

		ÁREA DE	,
NOME	ETNIA/TERRITÓRIO	CONHECIMENTO	TESE/ANO
Maria das Graças Ferreira Graúna. Graça Graúna 1948	Potiguar São José do Campestre/RN	Doutora em Literatura Indígena Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).	"Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil". 2003
Naine Terena de Jesus	Terena Cuiabá/MT	Doutora em Educação, Pontifícia Universidade Católica/SP (PUC/SP).	"Audiovisual na Escola Terena Lutuma Dias: Educação Indígena Diferenciada e as mídias". 2014
Namblá Gakran 1964.	Laklaño/Xocléng Terra Indígena de Ibirama, entre os municípios de Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux, Rio Negrinho e Vitor Meireles/SC	Doutor em Linguística, UnB.	"Elementos Fundamentais da Gramática Laklaño". 2015

		ÁREA DE	(continuação)
NOME	ETNIA/TERRITÓRIO	CONHECIMENTO	TESE/ANO
Rita Gomes do Nascimento Rita Potyguara	Potiguar Cratéus/CE	Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).	"Rituais de resistência: experiencias pedagogicas tapeba".
Rosani de Fátima Fernandes Rosani de Fátima Fernandes Kaingang	Kaingang Terra Indígena Xapecó, município de Ipuaçu/SC	Doutora em Antropologia, UFPA.	"Na educação continua do mesmo jeito: retomando os fios da história Tembé Tenetehara de Santa Maria do Pará". 2017
Tonico Benites Tonico Benites Ava Guarani Kaiowá	Guarani Posto Indígnea Sassoró, Tacuru/MS	Doutor em Antropologia Social, UFRJ.	"Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico do Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha".

(conclusão)

NOME	ETNIA/TERRITÓRIO	ÁREA DE CONHECIMENTO	TESE/ANO
Wanderley Dias Cardoso 09/06/1972	Terena Aldeia indígena Limão Verde, Aquidauana/MS	Doutor em História, Pontíficia Universidade Católica/RS (PUC/RS).	"A história da educação escolar para o Terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na aldeia Limão Verde". 2011
		1 0047	

Fonte: produção da autora - 2017



Figura 1: Mapa Doutores Indígenas

- Graúna
- 22004 Carlos José Ferreira dos Santos
- 3 2006 Maria das Dores Oliveira
- 4 2008 Jefferson Fernandes do Nascimento
- 5 2009 Rita Gomes do Nascimento
- 6 2010 Daniel Munduruku Monteiro Costa
- 2010 Florêncio Almeida Vaz Filho
- 8 2011 Gersem José dos Santos Luciano
- 9 2011 Wanderley Dias Cardoso
- 10 2012 Edson Machado de Brito
- 1 2013 Almir Narayamoga Saruí

- Souza
- 1 2014 Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá
- 2014 Naine Terena de Jesus
- 15 2014 Tonico Benites
- 16 2015 Almires Martins Machado
- 1 2015 Aisanain Páitu Kamaiwrá
- 182015 Namblá Gakran
- 192016 Ailton Alves Lacerda Krenak
- 2016 Antônio Carlos Seizer da Silva
- 2016 Fábia Pereira da Silva
- 2016 Márcia Nunes Maciel
- 23 2017 Márcia Goiten Nascimento
- 24 2017 Rosani de Fátima Fernandes

Fonte: produção da autora - 2017

2.1.2 Coletas de superfície: recolhendo vestígios

Uma primeira visada nas informações do quadro demonstra o que se espera, arqueologicamente falando, de uma prospecção, que é dar visibilidade a determinados aspectos sobre a Autoria Acadêmica estudada. Ressalto que, embora a constituição de um panorama amplo, de cunho sociológico, fosse um de meus objetivos, sua delimitação fez-se no sentido de apontar direções à pesquisa, indicar o que e onde aprofundar a escavação. Assim, anuncio o que vi e coletei no campo, mas apenas tangencio a maioria dessas questões, dando foco na tese para determinados aspectos específicos do processo analisado.

Inicio abordando a questão geracional e algumas convergências identificadas sobre essa temática. Conforme as datas de nascimento que pude levantar e as idades que estimei aproximadamente, agrupei os indivíduos em faixas etárias compreendidas por décadas. Assim, dos 24 Doutores, apenas dois possuem mais de 60 anos, Graça Graúna e Ailton Krenak. Na faixa etária de 50 anos ou mais, situei oito indivíduos, e na faixa etária dos 40 anos ou mais, encontram-se dez Doutores. Os mais jovens, na faixa etária de 30 anos ou mais, são em número de quatro. Em que pese algumas possíveis variações nos números para cada faixa etária, é perceptível que parte do grupo era jovem no momento em que o país iniciava a abertura política pós-ditadura civil-militar, presenciando os acontecimentos dessa conjuntura histórica. Outra parte do grupo viveu e vive sua juventude nos cenários pró-indígenas mais contemporâneos, especialmente os gerados pelo protagonismo do movimento indígena e pela implementação de diversas ações afirmativas.

Para sublinhar essa questão, evoco uma cena da qual Ailton Krenak, um dos dois Doutores mais velhos, tomou parte ativamente, no sentido em que ela resume o cenário de lutas pela inclusão das pautas indígenas nos quadros da constituição de novos marcos jurídicos à época, e que concorreram para a conquista de políticas afirmativas, que são área de aderência da tese por sua relação com a ampliação do acesso e da permanência de estudantes indígenas à escolarização, incluindo os níveis do Ensino Superior e do pós-graduação.

Reconhecido militante do movimento indígena, juntamente com Mário Juruna²⁴, entre outros líderes indígenas, Krenak teve intensa participação nos processos

²⁴ Mário Juruna foi um líder indígena, da etnia Xavante e tornou-se o primeiro indígena a eleger-se deputado federal no Brasil. Notabilizou-se, nos anos 70, por gravar as falas dos brancos quando dos

engendrados pela Assembleia Constituinte de 1987, de onde resultaram a conquista de direitos históricos aos indígenas, promulgados na Constituição de 1988. Na época, com então 30 e poucos anos, Ailton proferiu um importante discurso, com o rosto pintado de tinta preta de jenipapo, evento que se tornaria um emblema para o movimento indígena e para os povos indígenas. É possível imaginar que mais da metade do universo de minha pesquisa, aqueles que hoje estão na faixa de seus cinquenta anos e aqueles em torno de seus quarenta anos, tenha assistido a tais acontecimentos, e até mesmo participado, em pleno período de suas juventudes. Os mais jovens, que nasceram na década de 80, realizaram seus itinerários de vida em campos sociais já marcados pela conquista constitucional de direitos aos povos indígenas.

Portanto, o grupo de Doutores Indígenas é constituído por indivíduos cujos percursos de vida se inserem em um tempo de direitos e lutas pela efetivação dos mesmos, capitaneados pelas organizações indígenas, tempo que possibilitou que emergisse uma liderança jovem e escolarizada. Denominadas entre os povos indígenas de lideranças políticas ou novas lideranças, segundo Luciano (2006, p. 65), esses líderes recebem tarefas específicas para atuar nas relações com a sociedade não indígena, ocupando funções importantes para a vida coletiva, o que acaba por modificar a configuração dos espaços de poder presentes nas culturas indígenas.

Bengoa (2000, p. 83) sinaliza essa emergência também em outros países da América Latina, sublinhando que a força política deste novo dirigente está em ser capaz de manejar os códigos ocidentais e ao mesmo tempo, manejar a distinção, o fato de ser indígena e pensar como indígena, o que confere sentido e legitimidade às suas reivindicações. A perspectiva apontada por Luciano (2006) e Bengoa (2000) é também enfatizada por Taiaiake Alfred (2016), Doutor em História e indígena da etnia Mohawk, no Quebec/Canadá, o que permite perceber contornos globais no fenômeno. Nesse sentido, cabe situar que o trânsito entre os códigos universais e a manutenção da distinção étnica, que passa a ser requerido para os novos dirigentes indígenas,

processos de retomada de suas terras, empreendidos pelos Xavante. (JURUNA; HOHFELDT e HOFFMANN, 1982, e GRAHAM, 2011).

²⁵ Tal cena, bem como a mobilização dos povos indígenas à época, foi registrada no filme "O Índio Cidadão", de Rodrigo Arareju, lançado em abril de 2014. O filme foi realizado com base em entrevistas publicadas no "Diário da Constituinte", de fontes em arquivos da época e de depoimentos com indígenas que coordenaram o movimento político de participação na Constituinte.

Blog "O Índio Cidadão". Disponível em: https://indiocidadao.files.wordpress.com/2014/04/ail.jpg.> Acesso em: 04 nov. 2017.

insere-se como característica e possibilidade a partir da constituição de uma esfera macroética gerada pelas agências ligadas à Organização das Nações Unidas/ONU, uma macroesfera entendida como o espaço de onde emanam valores universalizáveis e que assumem uma dimensão de ética planetária (OLIVEIRA, 2004, p. 26).

Os Doutores Indígenas são, em sua maioria, homens. Dos vinte e quatro Doutores, há 16 homens e oito mulheres. No entanto, embora a participação das mulheres ainda seja menor em relação ao número total de Indígenas com titulação em nível de Doutorado, há aspectos a serem destacados sobre essa presença. Das cinco teses defendidas até 2010, três são de mulheres indígenas de etnias localizadas na região Nordeste do Brasil, indicando mais recentemente um expressivo protagonismo feminino no processo analisado. Embora a questão de gênero e representatividade das mulheres nos espaços da Ciência e nas Universidades guarde similaridades entre as mulheres em geral, isto é, indígenas e não indígenas, aqui tematizo a discussão a partir das especificidades das questões de gênero contemporaneamente nas culturas indígenas, campo de estudos em pesquisas desenvolvidas por Sachi e Gramkow (2012) e Zimmermann (2015).

A menor presença das mulheres indígenas entre os Doutores Indígenas e no pós-graduação, em geral, está ligada diretamente a uma menor presença de mulheres indígenas já na graduação e relaciona-se à questão cultural dos papéis de gênero entre povos indígenas (BERGAMASCHI; KURROSCHI, 2013, p. 10). Em muitas culturas, as mulheres são preparadas para serem mães ainda muito jovens, considerando-se os padrões não indígenas atuais em relação à maternidade, e, assim, quando completam a escolarização e tornam-se aptas para ingressar na graduação, muitas delas já são mães, enfrentando dificuldades em conciliar os estudos e o cuidado com os filhos, conforme relata Célia Xacriabá, coordenadora de Educação Indígena do Estado de Minas Gerais. Para ela, é "uma conquista ter mulheres indígenas na universidade, mas esse processo não é tranquilo". (XACRIABÁ, 2017).

Para Rita Gomes do Nascimento, uma das Doutoras etnografadas e, atualmente, Diretora na Diretoria de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais, na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), vinculada ao MEC, a dificuldade em acessar a Universidade para as mulheres indígenas ocorre também pela dificuldade desta em lidar com a diversidade, em uma perspectiva intercultural, aceitando suas especificidades, posição derivada de um percurso histórico da Universidade em que

a centralidade da erudição abstrata, o etnocentrismo e o racismo foram posturas dominantes (CATAFESTO DE SOUZA, 2013). Em um evento promovido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (FACED/UFGRS) para fomentar o debate em torno das ações afirmativas para indígenas no pós-graduação da instituição, em 27 de outubro de 2017, Rita discutiu diversos aspectos ligados à historicidade da inclusão de uma agenda da diversidade no Ensino Superior brasileiro. Contando com a participação de muitos estudantes indígenas da instituição, homens e mulheres, o evento acadêmico diferenciava-se significativamente dos que usualmente ocorrem na Universidade, não somente pela organização em forma de roda de conversa, mas especialmente porque haviam muitas crianças acompanhando suas mães.

Ao som das brincadeiras dos pequenos e do choro dos bebês indígenas, a crítica de Rita corrobora a questão cultural envolvida na entrada de sujeitos indígenas na Universidade, não apenas para mulheres. Para ela,

As políticas afirmativas ainda são pensadas para indivíduos, e não contemplam uma entrada que se faz coletivamente. Os povos indígenas não vêm sozinhos para a Universidade, eles trazem junto a liderança, o pajé, seus filhos [...] a educação para os povos indígenas envolve outros sujeitos, não apenas aquele que está se formando. Pensar políticas de inclusão para todos é mais fácil, o "todos" do discurso é homogêneo, não tem rosto, não tem filho [...] Pensar a especificidade é difícil, se torna caro, mas é um direito, e faço essa demarcação. (NASCIMENTO, 2017)

Contudo, apesar das dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas evidenciadas nos números e nas falas que destaquei, é importante registrar que, em termos de representatividade de gênero no conjunto de Doutores Indígenas, se evidencia um crescimento considerável na participação das mulheres indígenas, derivado das demandas de direitos reivindicados, desde 1980, em organizações brasileiras exclusivas de mulheres indígenas. Entre essas demandas, cabe ressaltar que se dirigem para a garantia dos territórios tradicionais, o direito à saúde e à educação diferenciada, buscando o fortalecimento de coletivo indígena (SACHI; GRAMKOW, 2012) e que tal participação tem trazido mudanças nos contornos dos papéis de gênero nas sociedades indígenas.

Tomando-se o ano de 2014 como referência, tem-se 27% para o período anterior, e, posteriormente a 2014, a participação feminina atingiu 38% do total de indígenas etnografados. É possível relacionar esse crescimento às ações afirmativas empreendidas com mais vigor nos últimos anos, que culminaram com um número

maior de defesas de 2014 em diante, refletindo esse cenário também para as mulheres. Sem a pretensão de aprofundar explicações em torno desse crescimento, acrescento que a demanda pelo título de Doutorado também para as mulheres indígenas se coloca no cenário das exigências de suas novas profissões – atuando como educadoras, advogadas, historiadoras – e das exigências de serem elas, tal como os homens, parte dos quadros das novas lideranças. Essa inserção das mulheres indígenas no mercado de trabalho e nos diversos níveis de escolarização é fruto das modificações nos papéis e nas relações de gênero nas comunidades, resultado de novos arranjos de organização familiar que compõem as mudanças advindas das relações entre os povos indígenas e o mundo não indígena, como discutem Sachi e Gramkow (2012, p. 16).

Os 24 Doutores abrangidos na pesquisa representam 18 etnias diferentes, de um conjunto de 305 etnias vivendo no Brasil, totalizando, segundo o Censo 2010 do IBGE, 896.917 pessoas, falantes de 274 idiomas.²⁷ Meu olhar para as origens étnicas dos Doutores Indígenas, nesse momento de prospecção, faz-se no sentido de que compreendo que são diversas as culturas agregadas sob a categoria "indígena", utilizada para denominar as sociedades que habitavam as Américas quando da chegada dos europeus. São também múltiplos seus processos de contato com o mundo branco e com o Colonialismo, diferenciando-se, assim, suas configurações contemporâneas.

Concordando com Luciano (2006, p. 50) de que as dinâmicas sociais e a intensidade da relação com a identidade étnica variam de povo para povo e regionalmente, de acordo com o processo de contato vivido, parto do pressuposto de que a essas questões estão imbricados os processos de Autoria Acadêmica dos Doutores Indígenas. Portanto, julgo pertinente ressaltar aqui, ainda que brevemente, como se distribuem, no território brasileiro, as etnias às quais se vinculam os Doutores Indígenas, destacando que no contexto do que chamamos de Brasil, estão colocadas dimensões de território diferenciadas, a moderna e as ameríndias, em diálogo e tensão (FREITAS, 2008, p. 18).

²⁶ Entre as Doutoras Indígenas, cito novamente Maria Pankararu, Naine Terena de Jesus, Rosani Fernandes, Graça Graúna e Rita Gomes do Nascimento, de um conjunto muito mais amplo de mulheres indígenas que se destacam na liderança, como intelectuais indígenas, tais como Lúcia Inácio Belfort, Célia Xacriabá, Azilene Kaingang, entre muitas outras.

²⁷ **Portal Brasil.** Disponível em: http://www.brasil.gov.br/governo/2012/08/brasil-tem-quase-900-mil-indios-de-305-etnias-e-274-idiomas>. Acesso em: 01 dez. 2017.

Considerando essas prerrogativas e tensionamentos, opto por apresentar a distribuição das etnias representadas pelos Doutores Indígenas em quatro regiões que aglutinam processos semelhantes em relação ao contato entre povos indígenas e colonizadores europeus, mas que se diferenciam entre si. São elas: a Amazônia Legal, uma área proposta pelo governo brasileiro com base em um critério sociopolítico e não geográfico, considerando necessidades pautadas pela ótica desenvolvimentista, e que engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão;28 a região Nordeste/Sudeste, que coincide com os estados da região brasileira denominada de Nordeste - excetuando parte do estado do Maranhão, abarcado na Amazônia Legal – e parte da região Sudeste, contemplando os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro²⁹; a região Centro-Oeste, compreendendo os estados do Mato Grosso do Sul e Goiás, excetuando o estado do Mato Grosso, que também integra a Amazônia Legal; a região Sul/Sudeste, abrangendo inteiramente os estados que compõem a região sul e o estado de São Paulo.30

Assim, das 18 etnias representadas pelos 24 Doutores Indígenas focalizados na pesquisa, nove delas situam-se na região da Amazônia Legal, totalizando 11 Doutores: Munduruku, com dois indígenas; Kaiapó; Kamaiurá; Mura; Baniwa; Macuxi; Apurinã; Suruí; Kaxinawá e Terena, com um Doutor cada. Nessa área, localizam-se as terras indígenas mais extensas, que em parte coincidem com os territórios indígenas tradicionais, característica que não é uma realidade nas demais regiões do país. Estão na região também os grupos indígenas conhecidos como isolados, ou povos em situação de isolamento voluntário, termo que designa aqueles grupos que optaram pelo não-contato sistemático com as culturas do entorno, e com os quais a

_

²⁸ A abrangência da Amazônia Legal, nesse sentido, não é definida pelo bioma Amazônia, sendo composta também pelo Cerrado e pelo Pantanal matogrossense e corresponde a 61% do território brasileiro. Nos nove estados residem 55,9% da população indígena brasileira, cerca de 250 mil pessoas, segundo dados da FUNASA. Disponível em: **O Eco.** http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

²⁹ Para a junção dos estados da região Sudeste, com exceção do estado de São Paulo, aos da região Nordeste, baseei-me na aproximação que o movimento indígena faz entre os processos identitários e demandas societárias que envolvem as etnias que vivem nessas regiões brasileiras, especialmente concretizada na organização da entidade Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), em 1990. (LUCIANO, 2006, p. 22).

³⁰ Optei por manter o estado de São Paulo na categoria regional dos estados da região sul, compondo uma região sul/sudeste, de forma a respeitar os territórios tradicionais das etnias Kaingang e Guarani, que se estendem a partir daí para o sul do Brasil.

FUNAI não estabeleceu contato. ³¹ É também relativo à Amazônia o estereótipo sobre os povos indígenas, bastante difundido e de certa forma ainda presente para a sociedade brasileira, de "serem esses os 'verdadeiros índios', porque falavam suas línguas, viviam nas selvas nus e pintados e praticavam danças exóticas estranhas às danças do mundo não indígena" (LUCIANO, 2006, p. 42).

Essa representação figura um indígena idealizado e compõe um conjunto de narrativas sobre os povos indígenas construídas ao longo do processo do Colonialismo, a que Lima (2005, p. 237) se refere como um Arquivo Colonial – uma montagem que, segundo o autor, atende muito mais a quem controla o arquivo e as classificações que o organizam e que retira os povos indígenas do movimento da história – ao qual a sociedade brasileira recorre para narrar quem são os indígenas.³² No entanto, no que se relaciona à Amazônia e aos povos indígenas que habitam nesses territórios, é importante ressaltar que o isolamento e preservação dessas culturas não se evidencia, ao contrário, são diversas as dinâmicas culturais envolvidas e múltiplos os processos históricos transcorridos, como a pesquisa arqueológica recente tem demonstrado (MACHADO, 2006, p. 757).

Assim, coexistem muitas Amazônias, com igualmente diferentes histórias de contato às influências ocidentais, implicadas em processos violentos de expropriação de seus modos de vida tradicionais, histórias que podem ser recuadas, segundo os arquivos da história colonial brasileira, até o final do século XVI e XVII (GRUZINSKI, 2001, p. 31; ALENCASTRO, 2000, p. 138). Sob esse aspecto, são também muito diversos os processos de afirmação identitários e as reinvindicações e demandas societárias desses povos na contemporaneidade, abrangendo realidades muito distintas, como são as dos grupos localizados no complexo cultural do Xingu, por exemplo, e de grupos que estão envolvidos em processos de etnogênese, como os povos indígenas localizados no estado do Pará.

No Centro-oeste, situam-se quatro Doutores, dois Terena e dois Guarani, localizados no Mato Grosso do Sul. A região contava com ocupação humana há milênios, tanto o planalto quanto o pantanal, e no período colonial, foi fortemente

³¹ **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/Indios-isolados>. Acesso em: 10 nov. 2017.

³² Diversos autores têm estudado as representações construídas sobre os indígenas e sua relação com o processo de construção da identidade brasileira. Para aprofundamento do tema, podem ser consultados CUNHA (1990), VIVEIROS DE CASTRO (1992); TOLLER (2007).

impactada pela expansão da fronteira desenvolvimentista do Estado brasileiro.³³ As fases do contato diferiram significativamente entre si, passando de relações de parceria em seu início – registradas entre os portugueses e os Guanás, como eram conhecidos os Terena – à relações violentas de expropriação e confinamento, a partir do período Imperial e, posteriormente, também com a atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e com o avanço dos colonizadores brancos na região, já no século XX.

Para os Terena, o confinamento em terras exíguas deu-se após a limitação territorial imposta pela conjuntura do final da Guerra do Paraguai, quando foram alterados os padrões de produção agrícola do povo Terena, pois seu território, nesse momento, não se constitui mais como um território indígena no qual possa ocorrer a reprodução social tradicional. Para a sociedade regional, a Reserva Terena constitui-se como uma reserva de mão de obra, aspecto já registrado por Roberto Cardoso de Oliveira em 1950 (LADEIRA; AZANHA, 2004). O confinamento dos Guarani Kaiowá e Guarani Ñandewa dá-se na mesma conjuntura, quando eles são colocados nos Postos Indígenas através de uma política que tentava impedir seu movimento em direção ao litoral, ao mesmo tempo em que tinha como intenção a assimilação. Os grupos Guarani que buscaram refúgio nas matas intocadas sofreram constantes e intensas ameaças desde o momento em que estas áreas passaram a ser integradas às frentes expansionistas, durante o século XX. A partir de 1977, os Guarani iniciaram renhida luta por manter-se nos locais onde estão e para recuperar antigos territórios (LADEIRA; ALMEIDA, 2003).

Na região Nordeste/Sudeste, há seis Doutores: um tupinambá; uma Fulni-ô; uma pankararu, um krenak e duas potiguares. Além de contar com uma participação feminina majoritária, há que se sublinhar um pioneirismo das etnias indígenas localizadas no Nordeste no processo de Autoria Acadêmica Indígena, pois, das cinco teses defendidas antes de 2010, quatro situam-se aí, aspectos que busco relacionar, na tese, às especificidades que revestem as questões de identidade e território dos povos indígenas localizados no Nordeste brasileiro. Região de intensa ocupação précabralina (MARTIN, 1997), foi o primeiro ponto da ocupação portuguesa e, por isso, palco de processos de intensa e antiga exposição ao Colonialismo, a partir dos vetores da cana-de-açúcar no litoral e do gado para o interior nos primeiros séculos, e desde

22

³³ A ocupação humana do Mato Grosso do Sul foi estudada e difundida principalmente pelo Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul (1985-2001), coordenado pelo arqueólogo Pe. Pedro Ignácio Schmitz, do qual se originaram diversas produções acadêmicas (EREMITES, 2012, P. 180).

a metade do século XVII e no século XVIII, de estabelecimento de missões religiosas e seus aldeamentos com finalidades não somente de cristianização, mas de assimilação e miscigenação propriamente ditas (GRÜNEWALD, 2008, p. 43).

Como resultado, ocorreram profundas perdas territoriais, processos de submissão aos poderes econômicos coloniais e substituição das línguas nativas pelo português, que contemporaneamente concorreram para a constituição de uma invisibilização dos povos indígenas, nessas regiões, pela sociedade envolvente e pelo Estado, que entendiam esses indígenas como remanescentes sem direitos étnicos, "caboclos" que em pouco se diferenciavam dos não indígenas (OLIVEIRA, 2013, p. 13; OLIVEIRA, 1998, p. 53). A partir dos anos 70, porém, esses grupos, mobilizados por suas organizações e por ações indigenistas, reiniciaram a reafirmação e a recriação de suas identidades indígenas, em processos a que a Antropologia tem denominado de etnogêneses, tendo como elementos diacríticos balizadores das identidades indígenas, para as etnias no Nordeste brasileiro, as festas do Turé e o uso da Jurema (GRÜNEWALD, 2008, p. 44). Embora não sejam registrados unicamente na região, os processos de etnogêneses aí se deram primeiramente e em maior número, sendo, o fenômeno, um aspecto emblemático no que se relaciona às demandas societárias, especialmente dos povos indígenas no Nordeste (ARRUTI, 2006, p. 51). ³⁴

Nas regiões Sul/Sudeste estão três Doutores, duas Kaingang e um Xocleng/Laklaño. A região conta com uma história de ocupação humana que remonta a pelo menos 10000 anos (KERN, 1991), em territórios que, para os grupos jêmeridionais, abarcavam desde a bacias do rio Tietê, ao norte, até o sistema Guaíba-Patos, ao sul. Em relação aos Guarani, estima-se que seus ancestrais tenham cruzado o Rio Uruguai, vindos do norte, há cerca de 2000 anos e que, no momento da chegada dos europeus, ocupavam extensa região litorânea, desde o sul de São Paulo até o Rio Grande do Sul, interiorizando-se a partir das bacias dos rios Paraná, Uruguai e Paraguai (FREITAS, 2008, p. 19). O Brasil meridional foi também fortemente impactado pelo Colonialismo, com ações que envolveram diferentes ciclos produtivos,

۸ -

³⁴ Arruti discute que foi no Nordeste brasileiro que ocorreu pela primeira vez a reivindicação de identidade indígena por grupos de caboclos, no que o autor denomina de primeiro ciclo, entre os anos 20 a 40 do século XX. Esses movimentos de reivindicação étnica seriam retomados em um segundo ciclo, iniciado nos anos 70 (2006, p. 50-54).

a partir dos quais a expansão europeia ia se configurando nos limites políticos e territoriais que se estabeleceram desde então no sul do Brasil.

Para os Kaingang e Xocleng a integração das áreas de planalto do sul à região de São Paulo pela estrada de tropa entre as duas províncias, no final do século XVIII, reduziria os pinheirais, fonte de alimento durante os meses de inverno, ameaçando suas principais fontes de sobrevivência. Iniciaram-se, então, conflitos entre brancos e índios, e entre os próprios índios, que lutavam pelos territórios de pinheirais ainda intocados, que se intensificariam posteriormente com a chegada dos imigrantes de origem europeia nessas regiões. No contexto de expansão colonial durante o governo imperial, florestas e índios eram vistos como empecilho ao desenvolvimento e progresso, o que levou à adoção de políticas de forma a "retirar os indígenas do caminho", concentrando diferentes grupos indígenas em aldeamentos (FREITAS, 2008, p. 25).

Posteriormente, esses aldeamentos seriam constantemente recortados, até configurarem-se, no presente, como espaços descontínuos e diminutos. Para os Xocléng, os processos de confinamento tiveram um impacto adicional nos anos 70, com a construção da Barragem Norte, que ao inundar as terras indígenas, dividiu os Xocléng em diversas comunidades, isoladas e ilhadas pela água (WIIK, 1999). Na atualidade, com o crescimento demográfico das comunidades, as terras indígenas no sul do país têm se demonstrado insuficientes para a manutenção e sustentabilidade dos modos de vida tradicionais desses povos. Aos desafios que se impõem, os povos indígenas dessas regiões têm contraposto movimentos e organizações que abrangem a revitalização das línguas indígenas e das culturas, a retomada de seus territórios tradicionais, o fortalecimento de suas organizações e a demanda pela escolarização em nível superior.

O quadro que apresenta o universo da pesquisa também permitiu visualizar as instituições envolvidas no processo de formação em nível de pós-graduação e a sua historicidade. Em relação a esse último aspecto, as cinco pioneiras teses foram defendidas entre 2003 e 2009. Os demais 19 Doutores finalizaram seus Doutorados entre 2010 até 2017, sendo que, destes, 13 defenderam a partir de 2014, um número que demonstra um crescimento significativo, fortemente associado à implementação de ações afirmativas no nível da pós-graduação. Para ilustrar esse aspecto, destaco as ações da UFPA, UnB e UCDB, que respondem conjuntamente pelo Doutorado de sete dos Doutores Indígenas, com base em ações afirmativas para ingresso no pós-

graduação implementadas no período (OLIVEIRA, 2016; BELTRÃO; CUNHA, 2011, p. 11).³⁵ É importante sublinhar também que além das instituições em si, em alguns casos, a atuação de pesquisadores em campos de estudos ligados às temáticas indígenas foi preponderante para a entrada dos então doutorandos indígenas em determinado Programa de Pós-Graduação (PPG). Cito, para esse aspecto específico, a professora Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, da UnB (CABRAL et al., 2013), entre outros pesquisadores.

Nesse cenário, o Programa Internacional de Bolsas para o Pós-Graduação da Fundação Ford ocupa posição central por seu pioneirismo. Constituiu-se como o primeiro programa de ação afirmativa para o pós-graduação brasileiro, tendo sido implementado no Brasil pela Fundação Carlos Chagas em conjuntura muito especial, que foi a do intenso debate sobre ações afirmativas na Universidade brasileira e da expansão da pós-graduação no país, mas que ainda atendia a um perfil de formação das elites nacionais. De 2002 a 2009, foram realizados oito processos seletivos com oferta de 40 vagas, com foco preferencial para candidatos negros e indígenas, oferecendo bolsas para Mestrado e Doutorado. Alguns dos primeiros Doutores do universo pesquisado foram bolsistas Ford, como Maria Pankararu, Gersem Baniwa, Namblá Gakran e Francisco Kennedy de Souza (ATHIAS; PINTO, 2008; p. 7; ROSEMBERG, 2013, p. 4).

Ao visualizar o quadro conformado pelo universo da pesquisa, é perceptível que emergem áreas de conhecimento relacionadas a alguns campos específicos, estratégicos aos povos indígenas, e que aqui foram aglutinados em dois níveis diferentes, um, a partir da inserção nos PPG, e outro, a partir de categorias que emergiram da análise dos objetos focalizados nas teses. Olho separadamente para as áreas de conhecimento elencadas pela vinculação ao PPG e para o recorte de objeto dado em cada tese, porque compreendo que, embora guardem proximidades, é o recorte dado no objeto investigado pelos Doutores indígenas que permite demonstrar, de forma mais contundente, a relação entre a Autoria Acadêmica Indígena e os projetos e demandas societárias dos povos indígenas.

_

³⁵ Para uma historicização mais ampla das instituições envolvidas, consultar OLIVEIRA, Amanda de. Ações afirmativas nos Programas de Pós-graduação: experiências, a nova Portaria do MEC e seus desdobramentos. Rio de Janeiro: **Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação** (ANPED), 29 jul. 2016. Disponível em: http://www.anped.org.br/news/acoes-afirmativas-nos-programas-de-pos-graduacao-experiencias-nova-portaria-do-mec-e-seus>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Contudo, o acento ao recorte no objeto feito pelos Doutores não retira a importância da identificação dos PPGs nos quais se vinculam a produção das teses, pois trata-se de um indicador que permite evidenciar quais áreas estão mais abertas ao diálogo intercultural, isto é, quais áreas abriram suas portas primeiramente e com as quais os Doutores Indígenas tiveram que lidar em termos de epistemologias e referenciais teóricos para a construção de sua Autoria Acadêmica. Assim, considerando-se o PPG em que ocorreu o vínculo, para mapear essas áreas prioritárias e evidenciar algumas possibilidades de análise, utilizei a tabela empregada pela CAPES para Áreas do Conhecimento, categorizando os PPGs dos Doutores Indígenas em dois níveis classificatórios, os maiores hierarquicamente, nomeados na tabela por Grandes Áreas e Áreas de Conhecimento. 36

Os processos de Doutoramento realizaram-se majoritariamente em duas das Grandes Áreas elencadas pela tabela da CAPES, a) Ciências Humanas e b) Linguística, Letras e Artes, totalizando 20 teses, o que em termos percentuais significa 83,33% do total de 24 Doutoramentos analisados. Na Grande Área de Ciências Humanas concentra-se o maior número, com 13 teses, sendo quatro teses em Antropologia; quatro em Educação; duas em História; uma em História da Educação; uma em Ciências Sociais e uma em Geografia. Na segunda Grande Área com maior número, Linguística, Letras e Artes, situam-se sete Doutoramentos, sendo seis em Linguística e um em Literatura Indígena Contemporânea. As demais teses inserem-se em três outras Grandes Áreas, listadas com suas respectivas Áreas de Conhecimento nas quais se colocam as produções: Ciências Agrárias, com duas teses, uma na Área de Conhecimento em Agronomia e outra tese em Recursos Florestais e Engenharia Florestal; Ciências Biológicas/Botânica; Ciências Sociais Aplicadas/Arquitetura, Urbanismo e Design.

Considerando-se as Grandes Áreas elegidas, pode-se depreender dos dados algumas questões relevantes, como uma incidência majoritária na entrada dos

³⁶ Conforme a CAPES informa em seu site, a classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade prática, objetivando proporcionar às Instituições uma maneira funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos. A organização das Áreas do Conhecimento na tabela apresenta uma hierarquização em quatro níveis, do mais geral ao mais específico, abrangendo nove grandes áreas nas quais se distribuem as 48 áreas de avaliação utilizadas pela CAPES. Estas áreas de avaliação, por sua vez, agrupam áreas básicas, ou áreas do conhecimento, subdivididas em subáreas e especialidades. Fonte: FUNDAÇÃO CAPES MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Tabela Áreas do Conhecimento/Avaliação. Disponível em: http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>.Acesso em: 25 out. 2017.

indígenas em PPGs das Ciências Humanas e em Linguística, Letras e Artes e uma participação pequena de indígenas em PPGs das áreas exatas e da saúde, registrando, do total de 24 Doutores analisados, dois apenas na área das Ciências Agrárias, e os dois Doutores Honoris Causa, em Botânica e Geografia. Mesmo na área das chamadas Ciências Sociais Aplicadas há pouca incidência, registrando-se uma tese na área da Arquitetura, Urbanismo e Design. Essa questão é reconhecida pelos povos indígenas, como ressalta Rita Nascimento (2017), que avalia que "a preferência se dá por serem as Ciências Humanas as áreas do conhecimento que lidam e refletem sobre a interculturalidade, um tema praticamente ausente do campo das Ciências Exatas". Ressalto também que em minha percepção, essas escolhas diferem em parte das que se observa serem as áreas preferenciais demandadas pelos povos indígenas para o Ensino Superior – a saber, Educação, Saúde, Direito e Ciências Ambientais – por considerar que o pós-graduação possui uma dimensão do saber científico e da produção de conhecimento voltadas para a questão da autoria acadêmica em si, e não diretamente relacionadas a uma profissionalização, como na graduação. 37

Há que se destacar aqui um outro aspecto que emerge dos dados, pois, se forem considerados os agrupamentos por Áreas de Conhecimento, deslocam-se as posições analisadas pelo corte de Grande Área. Por Área de Conhecimento, colocam-se, em ordem decrescente pelo número de teses produzidas, Letras/Linguística, com seis; Educação/História da Educação, com cinco; Antropologia, com quatro, História, com duas; as demais, com uma tese cada, ou seja, é a Linguística a área com maior número de produções, seguida pela Educação. Considero que – avançando a questão para além do aspecto citado anteriormente, de que essas áreas estão mais abertas na Universidade ao diálogo com a interculturalidade – essas incidências estão a demonstrar a relação intrínseca entre a Autoria Acadêmica Indígena e os processos de afirmação identitária e fortalecimento das culturas indígenas, nos quais as Línguas Indígenas e a escola ocupam lugares centrais e estratégicos, aspecto que discutirei ao longo da tese.

³⁷ Essas são as áreas mais demandadas no Ensino Superior, consideradas estratégicas para os povos indígenas. Se relacionam à conjuntura da Constituição de 1988, que gerou postos de trabalho nessas áreas para os povos indígenas, e às necessidades das lutas pela implementação de seus direitos (BERGAMASCHI; KURROSCHI, 2013, p. 5).

A demanda pelo Doutoramento em Linguística reflete também um crescimento do campo acadêmico ligado ao estudo das Línguas Indígenas no país, no âmbito dos PPGs e na constituição de um corpo de intelectuais desse campo, aptos não somente a atuarem como orientadores, mas que também foram pioneiros em fomentar ações afirmativas para formação de linguistas nativos. Conforme Rodrigues (2005, p. 35), esse processo teve grande crescimento a partir de um programa especial, criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras (PPCLIB), destinado a fomentar tanto a pesquisa como a formação de pesquisadores. Embora tenha sido encerrado nos anos seguintes, o Programa estimulou que outros Programas de Pós-Graduação investissem em linhas destinadas à Linguística e Línguas Indígenas, área então existente apenas na UNICAMP, e que mantivessem a área como prioridade. Nessa conjuntura, iniciaram-se trabalhos na Universidade Federal de Goiás (UFG), UFPE, UFRJ, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Unb.

Percebe-se a convergência da historicidade da área da Linguística para o Pós-Graduação com os dados advindos do quadro de instituições nas quais se desenvolvem as teses na área da Linguística, com destaque em especial para a UnB, que através da Experiência Piloto de Formação de Mestres e Doutores Indígenas em Linguística Teórica, Descritiva e Histórica no Brasil contribuiu para o Doutoramento de três dos Doutores Indígenas estudados, Aisanain Kamaiwrá, Joaquim Kaxinawá e Namblá Gakran (CABRAL et al., 2013, p. 158). Desde a perspectiva de retomada de territórios e fortalecimento e afirmação das culturas indígenas realizadas pelos povos indígenas contemporaneamente, a questão da revitalização das línguas, em processos que contem com protagonismo dos indígenas, é ponto central da agenda dos povos indígenas.

2.1.3 Das dimensões de uma paisagem que se descortina

Para finalizar minhas prospecções, volto minha atenção para o recorte elegido pelos Doutores Indígenas, no sentido em que entendo que nos objetos estudados se evidenciam a tese que defendo, de que a Autoria Acadêmica Indígena está imbricada

³⁸ A experiência esteve articulada à Rede de Estudos, Pesquisas e Formação de Professores Pesquisadores em Linguística e Educação Escolar Indígena, contemplada pelo Edital n. 001/2009, da CAPES/DEB (Diretoria de Educação Básica) (CABRAL et al., 2013, p. 157).

aos processos de lutas e afirmações identitárias empreendidos pelos povos indígenas contemporaneamente. Aqui, anuncio o que em um primeiro momento se dá a ver nesse panorama, também com o intuito de possibilitar o cotejamento desses dados às análises efetuadas anteriormente.

Com base na leitura dos títulos das teses, de seus resumos e dos esclarecimentos anunciados em suas introduções, construí categorias de maneira a agrupar objetos de estudo próximos. São seis as categorias que emergiram dessa análise, sendo que quatro estão diretamente relacionadas à temática indígena: Linguística/Letras; Educação Escolar Indígena; Cosmovisão e Culturas Indígenas; Movimentos Indígenas e Afirmações Identitárias; Ciências Agrárias; e Urbanização e Globalização.

Quadro 2: Doutores Indígenas, PPGs e objetos focalizados nas Teses

Linguística/Letras		
Aisanain Paltú	Doutor em	"Um estudo etnográfico e linguístico
Kamaiwrá/	Linguística/UnB	de um ritual Kwaryp". 2015.
Kamaiwrá		
Fábia Pereira da	Doutora em	"A organização prosódica do
Silva/	Linguística/UFAL	Yaathe, a língua do povo Fulni-ô".
Fábia Fulni-ô		2016.
Joaquim Paulo	Doutor em	"Por uma gramática da Língua
de Lima	Linguística/UnB	HãxtaKuin". 2014.
Kaxinawá/		
Maná Kaxinawá		
Márcia Gojten do	Doutora em	"Evidencialidade em Kaingang:
Nascimento/	Linguística/UFRJ	descrição, processamento e
Kaingang		aquisição". 2017.

Linguística/Letras		
Maria das Dores de Oliveira/Maria Pankararu	Doutora em Linguística/UFAL	"Ofayé, a língua do Povo do Mel. Fonologia e Gramática". 2006.
Maria das Graças Ferreira Graúna/Graça Graúna	Doutora em Literatura Indígena Contemporânea/UFPE	"Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil". 2003.
Namblá Gakran/ Laklaño/Xocléng	Doutor em Linguística/UnB	"Elementos Fundamentais da Gramática Laklaño". 2015.
	Educação escolar	indígena
Édson Machado de Brito	Doutor em História da Educação	"A escola dos índios Karípunas na aldeia do Espírito Santo (Oiapoque) e o ritual do Turé: uma história da resistência indígena". 2012.
Gersem José dos Santos Luciano/Gersem Baniwa	Doutor em Antropologia/UnB	"Educação para Manejo e Domesticação do Mundo: Entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no Rio Negro". 2011
Naine Terena de Jesus	Doutora em Educação/PUC/SP	"Audiovisual na Escola Terena Lutuma Dias: Educação Indígena Diferenciada e as mídias". 2014.
Rita Gomes do Nascimento/Rita Potyguar	Doutora em Educação/UFRN	"Rituais de resistência: experiências pedagógicas tapeba". 2009.

Educação escolar indígena		
Rosani de Fátima Fernandes Wanderley Dias	Doutora em Antropologia/UFPA Doutor em	"Na educação continua do mesmo jeito: retomando os fios da história Tembé Tenetehara de Santa Maria do Pará". 2017. "A história da educação escolar
Cardoso/Terena	História/PUC/RS	para o Terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na aldeia Limão Verde". 2011.
	Cosmovisão e cultura	s e indígenas
Almires Martins Machado	Doutor em Antropologia/UFPA	"Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe'y: de Sonhos ao Oguatá Guassú em Busca da (s) Terra (s) Isenta (s) de Mal".
Antônio Carlos Seizer da Silva	Doutor em Educação/UCDB	"Kalivôno Hikó Terenôe: sendo criança indígena terena no século XXI – vivendo e aprendendo nas tramas das tradições, traduções e negociações". 2016.
Márcia Nunes Maciel/Márcia Mura	Doutora em História Social/USP	"Tecendo tradições indígenas". 2016.

Movimento indígena e afirmações identitárias						
Daniel Munduruku Monteiro Costa/ Daniel Munduruku Florêncio Almeida Vaz Filho	Doutor em Educação/USP Doutor em Ciências Sociais/UFBA	"O caráter educativo do movimento indígena Brasileiro (1970-2000)". 2010 "A emergência étnica de povos indígenas no Baixo rio Tapajós, Amazônia". 2010.				
Tonico Benites Ava Guarani Kaiowá	Doutor em Antropologia Social/UFRJ	"Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico do Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha". 2014.				
Ciências agrárias						
Francisco Kennedy Araújo de Souza/Apurinã	Doutor em Ciência Ambiental, pela <i>Indiana</i> <i>University</i> , IU Bloomington, EUA.	"Examining the Trade-offs of Conservation-Development Strategies in Amazonia: Integrating Land Use-Land Cover, Economic, and Institutional Analysis of Different Land Tenure Systems". 2014.				
Jefferson Fernandes do Nascimento/ Macuxi	Doutor em Agronomia/UEM	Epidemiologia e dano causado pela ferrugem asiática (<i>Phakopsora pachyrizi</i>) da soja (<i>Glycine max</i>)". 2008.				

(conclusão)

Urbanização e globalização					
Carlos José	Doutor em Arquitetura e	"Guarulhos:	espaços	identitários	
Ferreira dos Santos	Urbanismo/USP	sob a mundialização". 2004.			

Fonte: produção da autora, nov. 2017

A montagem desse quadro, tal qual o caminhar no campo de uma etnógrafaarqueóloga, permitiu-me depreender as teias de significados que compõem a tessitura
da paisagem arqueológica (FAGUNDES; PIUZANA, 2010, p. 207). Tomando esses
significados como dimensões do campo, anuncio primeiramente a dimensão da
estratégia, percebida na relação que se estabelece com as áreas do conhecimento
consideradas prioritárias e para as quais os povos indígenas têm direcionado a
produção da Autoria Acadêmica. Em minha tese, defendo que a escolha dessas áreas
e das temáticas de pesquisa evidenciadas nos objetos estudados se dá a partir de
questões fulcrais aos movimentos, lutas e organizações dos povos indígenas
contemporaneamente, e que, portanto, compõem estratégias historicamente
construídas, consoante a questão do protagonismo indígena que anunciei
anteriormente.

Essa percepção é reforçada pelo quadro organizado por categorias, que coincide em parte com o mapeamento que focalizou os PPGs e as Áreas de Conhecimento em que se inserem as teses, demonstrando a prioridade dada ao estudo das línguas indígenas e à educação escolar indígena. Foi também possível dar visibilidade para questões que pautam contemporaneamente a agenda dos povos indígenas, tais como o movimento indígena, os processos de afirmação identitária, a retomada das terras indígenas, a composição de uma autoria literária indígena e a apropriação de novas tecnologias. Nomeio essa dimensão a partir de uma categoria êmica oriunda de meu campo de trabalho extensionista junto à comunidade Por Fi Ga, quando, em diversas situações, ouvi as lideranças utilizarem essa expressão. Como exemplo, relato um encontro de discussão e planejamento com a Universidade, no qual, após a apresentação de dados e questões colocados pelo projeto Múltiplas Leituras, para os quais pedíamos avaliação e direcionamento da comunidade, o cacique Antônio dirigiu-se à equipe, dizendo: "Nós vamos aqui estrategiar essas questões que vocês nos colocam" (SANTOS, 2017).

A segunda dimensão evidenciou-se quando analisei o "como" os objetos de estudo estão pensados pelos Doutores Indígenas em suas teses, denotando discussões que situam os campos estudados em diálogo com questões que advém das mudanças trazidas pelo contato com o mundo branco. A escola, por exemplo, é discutida como um espaço tanto de tradição, quanto de resistência, como nas teses de Edson Kayapó e Rita Nascimento, que enfocam rituais de resistência nos espaços escolares. Ela, a escola, também é compreendida como local onde se aprende o trânsito entre dois mundos e, nesse sentido, é posta em exame na tese de Gersem Baniwa e na de Wanderley Cardoso, que analisa sua historicidade na comunidade de Limão Verde. Os modos de apropriação cultural e os efeitos que esse espaço da cultura não indígena, a educação escolar, tem produzido nas culturas indígenas, são discutidos por Rosani Fernandes e Naine Terena de Jesus.

Essa perspectiva também é evidenciada por Antônio da Silva, que em sua tese situa as tradições como implicadas em processos de tradução e negociação, bem como na tese de Márcia Mura, que através da oralidade das culturas, vai "puxando" e percebendo a tessitura da tradição entre os povos amazônicos, em contextos contemporâneos. As tradições dos Guarani são estudadas por Almires Machado, na tese que aborda a caminhada histórica que esse povo continua a empreender atualmente. Nesse sentido, as produções dos Doutores Indígenas demonstram que as questões que os interpelam, advindas das relações que estabelecem com o Estado e com a sociedade não indígena, e para as quais eles buscam responder também a partir da Autoria Acadêmica, se encontram inseridas às **dinâmicas culturais** a que os povos indígenas estão implicados, nos contornos das Sociedades Complexas Urbano-Industriais das quais fazem parte (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 112).

E a última dimensão dessa paisagem é a que visualizei quando cotejei os objetos estudados pelos Doutores com as suas origens étnicas ou com as origens étnicas de povos indígenas estudados pelos Doutores Indígenas. Foi possível perceber a relação que se estabelece entre a etnia enfocada, sua história de contato com o mundo branco, diversa para cada região³⁹, e os processos identitários empreendidos. Para ilustrar essa dimensão, cito os Doutores Indígenas, autores de cinco teses, que estudaram os povos indígenas situados no Nordeste e no Pará, tematizando a questão das etnogêneses de povos indígenas e de rituais de

Discussão realizado no

³⁹ Discussão realizada no tópico 2.3 "Coletas de Superfície".

resistência, e, com isso, alinhando seus trabalhos a processos que aí se colocam com força. Alinhamento semelhante pôde ser percebido nas nove teses de autoria de Doutores Indígenas oriundos de etnias situadas na Amazônia, que destacam em seus objetos de pesquisa as especificidades das demandas culturais e de manejo dos territórios dos povos indígenas localizados na região amazônica.

A resistência e os processos de retomada dos Tekohá pelos Guarani no Mato Grosso do Sul são tema do antropólogo Tonico Benites, enquanto Naine de Jesus e Wanderley Cardoso analisam questões em torno da presença da escola em suas aldeias de origem. Ou seja, na academia, o olhar voltou-se para a aldeia, com forte acento para os linguistas, que estudam as línguas nativas pela perspectiva indígena. Sob esse ângulo, os objetos estudados pelos Doutores Indígenas denotam as demandas societárias que emanam das diferentes posições que ocupam os povos indígenas no território brasileiro, na relação que estabelecem com o Estado nacional e com a sociedade envolvente, e dos processos próprios de organização e luta. Essa dimensão abrange também as teses que discutem processos identitários inseridos em decorrência da construção de uma pan-indianidade, como as de Graça Graúna e Daniel Munduruku, que abordam movimentos e protagonismo indígena, como a organização do movimento indígena e a literatura, em cenários contemporâneos.

Para finalizar minha saída exploratória ao campo, olho para essas dimensões e para a paisagem que elas conformam conjuntamente, não como uma unidade empírica observável, mas como o resultado de uma composição dos significados simbólicos que pude depreender nessas prospecções (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 112). E o que meu olhar alcança ver é que os objetos de estudo dos Doutores Indígenas, inseridos em um cenário possibilitado pelos movimentos indígenas e pela ética emanada em uma escala planetária e em reverberação com uma escala mesoética, nacional, demonstram um alinhamento às demandas societárias dos povos indígenas. Tais demandas se inscrevem, a partir de suas cosmovisões e tradições, nas dinâmicas culturais que se estabelecem entre os povos indígenas e a sociedade não indígena, envolvendo uma pluralidade de círculos e redes sociais, conflitos, continuidades e descontinuidades culturais e diferenciações sociais, em tempos nos quais os povos indígenas são chamados a se pronunciarem sobre quem são (BENGOA, 2000, p. 13). A essa indagação, as Novas Lideranças constroem respostas diversas e plurais, sendo, uma delas, a constituição de uma Autoria Acadêmica, estrategicamente acionada em determinados campos do conhecimento.

As imbricações entre as dimensões paisagísticas percebidas no campo e o percurso realizado pelos Doutores Indígenas, isto é, entre a trajetória de cada um dos indivíduos e as configurações sociais em escalas sociológicas mais amplas, impulsionaram-me a continuar a caminhar. Assim, ao quadro inicial em que apresento o universo da pesquisa, acrescento no próximo capítulo, "Caminhando nos percursos dos Doutores Indígenas", breve discussão das trajetórias sociais dos vinte e quatro indivíduos estudados na tese, buscando as pistas deixadas pelos Doutores Indígenas.

3 CAMINHANDO NOS PERCURSOS DOS DOUTORES INDÍGENAS: TRAJETÓRIAS SOCIAIS E SINCRONIAS QUE SE ESTABELECEM

A Autoria Acadêmica dos Doutores Indígenas remete o olhar para um processo de autoria que se dá ao longo do tempo, isto é, para um percurso realizado por cada indivíduo até chegar ao título de Doutor, em um campo que se inscreve nos contornos colocados pela perspectiva das Sociedades Complexas Urbano-Industriais, como discuti até aqui. Neste capítulo, para adensar a compreensão da paisagem que se vai conformando, proponho uma caminhada pelos percursos dos Doutores Indígenas, no sentido de examinar como se dá o constante trânsito de códigos simbólicos nas trajetórias sociais dos Doutores Indígenas, buscando perceber como o manejo dessas trocas culturais se articula para a construção de projetos individuais e coletivos de Autoria Acadêmica Indígena no Brasil contemporâneo (VELHO, 1981, p.15).

Compreendendo que o pertencimento étnico para os povos indígenas inclui o pensar em coletividades que se colocam a partir de uma cosmovisão holística, integradora, entre meus pressupostos para a análise dos processos engendrados na Autoria Acadêmica Indígena, concatenados pelas referências empíricas e teóricas, esteve a questão de que os sujeitos implicados no processo de Autoria Acadêmica estudado vivenciaram trajetórias que se aproximavam em muitos aspectos. Centralmente, tais proximidades decorreriam, em minhas premissas, de um percurso de construção do conhecimento e de uma autoria que passam pelo tensionamento provocado por um processo de universalização baseado na noção de individualismo moderno, entendido como uma visão ocidental da pessoa, particular e histórica, processo no qual se inserem sociedades para as quais essa visão não se alinha às suas experiências culturais e que possuem construções diversas da noção de pessoa (SEEGER; DA MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979, p.4).

Se, para Gilberto Velho (2003, p. 34), a metrópole se coloca como o *locus* por excelência desse tensionamento entre o Universal e o Particular, ouso dizer, inspirada por este autor, que a Universidade se coloca como um palco especialmente confluente sob esta perspectiva, a da interação entre grupos heterogêneos, com escalas de valores próprios e distintos, em permanente fluxo. Assim, busquei seguir o traçado desenhado pelas rupturas e continuidades, pelas redes sociais e suas conexões e pela mobilidade e seus deslocamentos, ou seja, pelos passos efetuados

sociologicamente pelos Doutores Indígenas, entre as aldeias, as metrópoles e as universidades.

Entendo que o trabalho de etnógrafa-arqueóloga não se faz sem este movimento do pesquisador, o de seguir seus interlocutores, o andar e ver a pé, proposto por Silva (2009, p. 171), ações também envolvidas na prospecção e que são executadas em estudos e levantamentos arqueológicos, de maneira a cobrir diferentes estratos paisagísticos (MELLO, 1997, p. 10). Durante meu andar pelos caminhos trilhados, estive atenta especialmente às tramas sincrônicas que se estabeleceram e às redes a que estes indivíduos estiveram ligados e que os une também entre si (BOURDIEU, 2006, p. 190). O acento dado às proximidades e sincronias nas trajetórias, concorre para evidenciar a construção de um campo de possíveis, oriundo das dimensões socioculturais (VELHO, 2003, p. 45) e que compõe a paisagem por onde se caminhou. Porém, considerando-se a multiplicidade de itinerários envolvidos e as enormes diversidades culturais e históricas entre os povos indígenas no Brasil, procurei perceber também o caráter único de cada trajetória, especialmente no que se relaciona às diferentes intensidades e modulações que os fenômenos sociais focalizados e seus campos de possibilidades tiveram sobre os povos indígenas (GUÉRIOS, 2011, p. 14).

3.1 PREPARANDO UM ROTEIRO: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A CAMINHADA

Tomo o conceito de trajetória social, ancorada no que Montagner (2007) discute, apresentando-o como a sequência de posições sociais assumidas pelo indivíduo ao longo de sua vida, abrangendo percursos longitudinais, que são apreendidos de maneira compreensiva, em uma reconstituição realizada desde um ponto de vista externo, isto é, de quem monta a trajetória social (MONTAGNER, 2007, p. 252; DUBAR, 1998, p. 13). Nessa perspectiva teórica, as posições, em uma trajetória social, são percebidas a partir de marcas distintivas, estratégias ou injunções colocadas em processos de negociação, de compromisso ou de ruptura nas definições de situação tomadas, considerando os quadros sociais apresentados e os valores culturais de suas origens, que operam como linhas de força no campo social (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Nesse sentido, busquei identificar como as posições sociais assumidas pelos Doutores Indígenas ao longo de suas trajetórias se relacionavam com o processo de produção de uma Autoria Acadêmica. A identificação dessas relações decorre dos argumentos, que discuti na introdução da tese, de que a experiência da escolarização e da atuação como liderança indígena – liderança educacional ou ligada a outras militâncias a partir das distintas formas de organização dos povos indígenas – amplia o acesso, a circulação e a participação ativa nos circuitos culturais e nas dinâmicas sociais que se estabelecem entre os povos indígenas e o mundo branco, quando da busca pela efetivação de seus direitos (VELHO, p. 1981, p. 44). E consoante as dimensões levantadas nas prospecções iniciais, considerei que as posições assumidas operaram como estratégias no jogo de forças implicado no campo social, possibilitando a elaboração e aquisição dos capitais necessários, sociais e culturais, para a entrada no campo acadêmico e a posterior definição de uma posição de "Doutor Indígena" (BOURDIEU, 1989, p. 64).

Para direcionar o andar, aproximei-me da ideia de construção de um caminhamento orientado, denominado *transect*, na metodologia prospectiva da Arqueologia, e que se caracteriza como uma metodologia para localização de sítios em face de linhas previamente traçadas, de modo a cobrir os diferentes percursos ligados à exploração diferenciada dessa paisagem (MELLO, 1997, p. 10). Eremites de Oliveira (1997, p. 29) adverte que a importância do *transect*, que abarca comprimento, mas também largura, é que ele se propõe a cobrir todo o traçado, e não aspectos elegidos previamente. Partindo dessa analogia, para percorrer as trajetórias sociais dos Doutores Indígenas, vali-me de um roteiro previamente construído, no sentido de dar visibilidade aos argumentos da tese, caminhando por um percurso que se deu ao longo do tempo vivido pelos Doutores Indígenas.

Assim, é também um objeto temporal que se apresenta, para o qual mirei desde a perspectiva de uma etnografia da duração, procurando destacar as estruturas espaço-temporais "sob as quais se assentam os fenômenos da alteridade e da experiência humana no mundo urbano contemporâneo" (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 34), em suas consolidações temporais. Em termos de Arqueologia, o tempo colocase principalmente em um sentido longitudinal, em camadas no arquivo da terra que reverberam. Nessa direção, mesmo considerando que, nesse *transect*, estejam colocadas prospecções e coletas iniciais, elas são tomadas em virtude da

compreensão de camadas de tempo que perduraram nos fenômenos culturais estudados.

Para compor o roteiro prévio da caminhada, na descrição inicial das trajetórias sociais de cada um dos Doutores, destaquei sua origem étnica e as relações estabelecidas entre o sujeito e sua etnia, quando se evidenciaram; os processos de escolarização básica e Superior; a atuação profissional e na militância indígena; a presença de bolsas de estudo e/ou ações afirmativas no acesso à formação superior e pós-graduação; a formação na pós-graduação e a constituição de uma Autoria Acadêmica; e a posição social mais contemporaneamente assumida, posterior à obtenção do título de Doutor. Para o *corpus* documental utilizado para a composição dessas trajetórias, utilizei fontes diversificadas: relatos produzidos pelos próprios Doutores, publicizados em suas teses, dissertações ou artigos; biografias disponibilizadas na rede ou em artigos acadêmicos; entrevistas concedidas e reportagens sobre os Doutores, disponíveis na rede; e o currículo Lattes.

A incorporação das mídias digitais na pesquisa reflete a compreensão que adoto, de que sua expansão se coloca como um fenômeno em escala planetária que tem ampliado as possibilidades de construção de identidades culturais, de acordo com o que discute Pereira (2015, p. 5). Tomo, assim, as redes de comunicação digitais como espaços de ambiência comunicacional na contemporaneidade, as quais têm funcionado como repositório de arquivos e memória *on-line* acessíveis, mas, também, entendidas como lugares de memória produzidos pelos sujeitos. Para os povos indígenas, em tempos de redes sociais, as mídias digitais têm possibilitado a expressão coletiva, conferindo visibilidade às demandas societárias, e constituindo-se como redes étnicas, conforme os estudos desenvolvidos por Pereira (2015;2016) com base nos perfis indígenas em redes sociais. Aproximando-me dessa perspectiva em minha investigação, para a composição das trajetórias sociais, vali-me da ambiência comunicacional constituída pela rede mundial de computadores, como uma forma de acessar os conteúdos gerados pelos Doutores Indígenas, interessando-me centralmente naqueles que contivessem informações sobre seus percursos.

Porém, durante o estabelecimento do situar-me em campo, ancorada na constituição das redes de pesquisa que foram sendo tecidas, fui me inserindo também no campo virtual, principalmente através das redes sociais. Estabeleci, via *Facebook,* um relacionamento digital com seis dos Doutores Indígenas enfocados na pesquisa, Carlos José Ferreira dos Santos, Naine de Jesus, Namblá Gakran, Almires Machado,

Edson Kaiapó e Márcia Gotjen do Nascimento. Meus objetivos iniciais, ao contatar com esses Doutores, relacionavam-se diretamente à busca de soluções para alguma dúvida específica ou à coleta de informações adicionais. Contudo, o movimento de conectar-me a esses indivíduos trouxe a possibilidade de segui-los nas redes, e durante boa parte da tessitura da pesquisa e da escrita da tese, pude acompanhar suas publicações. Embora não tenha analisado diretamente esses conteúdos, utilizei esse campo virtual para adensar e balizar minha leitura compreensiva das análises discutidas ao longo da tese.

Relativo a alguns dos 24 indivíduos abrangidos, os dados e informações sobre determinado aspecto não foram localizados; em outros casos, como os Doutores *Honoris Causa*, especificidades de seus processos implicaram em outra estrutura descritiva. Enfim, pequenos "desvios" de roteiro – intercursos na paisagem – foram realizados quando se impuseram como necessários e importantes para os esquemas interpretativos adotados. Mochila pronta, equipe apresentada, roteiro preparado ... coloquei-me em calçados confortáveis para a caminhada.

3.2 ANDAR, VER E (D)ESCREVER A PAISAGEM: TRAJETÓRIAS SOCIAIS DOS DOUTORES INDÍGENAS

Seguindo os passos percorridos e as pistas que ficaram no caminho, apresento os Doutores Indígenas, meus parceiros de pesquisa.

Ailton Alves Lacerda Krenak, Ailton Krenak, indígena do povo Krenak em Minas Gerais, nasceu em Itabirinha do Mantena, região do Vale do Rio Doce/MG. Aos 17 anos, migrou para o Paraná. Alfabetizou-se aos 18 anos, tornando-se produtor gráfico e jornalista. Nos anos 80, foi um dos principais líderes do movimento indígena, com uma militância histórica junto à Assembleia Constituinte, que culminou na garantia de direitos para os povos indígenas na Constituição de 1988. Fundador de vários organismos do movimento indígena pela luta dos povos indígenas, ex-deputado federal, é coordenador da Rede dos Povos da Floresta e intelectual ativo, produzindo e publicando textos ao longo dos anos. Na UFJF, atua desde 2012, em seminários, cursos, disciplinas e cursos de especialização, trazendo para o âmbito da

em:

Acesso

Universidade os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. Recebeu título Doutor Honoris Causa em fevereiro de 2016.40

Aisanain Páltu Kamaywrá é professor indígena do povo Kamaywrá e vive em uma comunidade localizada no Parque Nacional do Xingu, região do Alto Xingu/MT. Iniciou seus estudos no projeto de Formação de Professores Indígenas do Xingu, promovido pelo projeto da Organização Não Governamental (ONG) Instituto Socioambiental (ISA), em diversos cursos ocorridos entre 1996 e 2003. Fez graduação em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), no âmbito do terceiro grau indígena, graduando-se em 2006. Realizou Mestrado em Linguística na UnB, concluído em 2010, com bolsa do CNPq. O Doutorado também foi obtido em Linguística na UnB, ocorrendo a defesa do título em 2015. Atua como professor no Alto Xingu, tendo exercido cargo de Diretor na Escola Central Estadual Leonardo Vilas Boas/Xingu, entre 2002 a 2004. Foi também Diretor da Unidade Executora Central Estadual Leonardo Vilas Boas de 2005 a 2009.41

Almires Martins Machado é filho de pai Terena e mãe Guarani Nãndeva, da Aldeia Jaguapiru, região da Grande Dourados/MS. Realizou parte de seu processo de escolarização básica extra-aldeia. Após o Ensino Médio, foi trabalhador braçal em fazendas de cana-de-acúcar e usinas de álcool na região, período durante o qual também vivenciou conflitos políticos em sua comunidade. A partir de uma ação afirmativa entre o Centro Universitário da Grande Doutorados (UNIGRAN) e a FUNAI, começou o curso de Direito em 1998, graduando-se em 2004. Em 2005, ingressou no Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (INBRAPI), iniciando atuação como consultor nessa instituição. Cursou o Mestrado em Direitos Humanos, entre 2007 e 2009, e o Doutorado em Antropologia, entre 2011 e 2015, decorrente da ação afirmativa da UFPA para o pós-graduação, tendo sido bolsista CAPES no Mestrado e no Doutorado. Atualmente, Almires é ministrante de cursos e oficinas sobre diversas

honoris-causa-a-ailton-krenak/>. Acesso em: 29 set. 2017; Ailton Krenak: um professor formado na luta. Carta Capital. 14 out. 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ailton-krenak- um-professor-formado-na-luta>. Acesso em: 29 set. 2017.

Fontes: Museu Pessoa. Ailton Disponível da Alves Lacerda Krenak. http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/pessoa/ailton-alves-lacerda-krenak-16481>. em: 11 out. 2017; UFJF Notícias. UFJF concede título de professor Honoris Causa a Ailton Krenak. 15 fev. 2016. Disponível em: http://www.ufjf.br/noticias/2016/02/15/ufjf-concede-titulo-de-professor-

⁴¹ Fontes: Currículo Lattes; **FUNAI**. O primeiro indígena Kamayurá doutor em Linguística na história do Xingu estado de Mato Grosso. Disponível http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3283-o-primeiro-indigena-kamaiura-doutor- em-linguistica-na-historia-do-xingu-e-para-estado-de-mato-grosso>.03 jun. 2015. Acesso em: 15 abr. 2016.

temáticas relacionadas aos povos indígenas, membro do INBRAPI, coordenador técnico do Ponto de Cultura Guarani Mbyá *Arandu Mbarete* da Aldeia Tekoá Pyaú, em Jacundá/PA, e professor substituto na UFGD.⁴²

Almir Narayamoga Suruí nasceu na Aldeia Lapetanha em 1974, no estado de Rondônia, cinco anos após o povo Paiter Suruí ter feito o primeiro contato com não indígenas. Fez graduação em Biologia Aplicada e, em seguida, organizou a Associação Metareilá do Povo Suruí, colaborando para a fundação de outras entidades de povos indígenas. Em 1999, propôs a realização de um diagnóstico agroambiental do território indígena, desenvolvendo metodologia, através de diversas parcerias, sobre diagnóstico etnoambiental participativo e plano de gestão de terras indígenas. A partir de 2005, sua proposta de defesa da floresta e de reflorestamento o tornaram mundialmente famoso. Circulou em conferências em mais de 30 países e nacionalmente, e dirigiu entidade de povos indígenas amazônicos. Seu modelo de gestão de territórios indígenas tornou-se referência para o Plano Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas. Em 2010, participou da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 15), apresentando o projeto Carbono Suruí, pelo qual recebeu Prêmio. No ano de 2011, foi considerado uma das 100 pessoas mais criativas do mundo. Professor visitante da UnB e assessor de várias entidades indígenas, recebeu título de Doutor Honoris Causa em Geografia em 2013.43

Antônio Carlos Seizer da Silva é originário do povo Terena, neto de índia Terena Koixomuneti, isto é, rezadeira na tradição terena e descendente de casamentos interétnicos. Cresceu próximo à aldeia, na cidade de Aquidauana/MS e sua família manteve a tradição e os costumes Terena, mediante redes de parentesco e práticas religiosas. É graduado em Matemática (Faculdades Integradas) e Pedagogia (Universidade Leonardo da Vinci) e atua na formação de professores em nível médio e superior, tendo sido coordenador pedagógico em escolas indígenas e

⁴² Fontes: Currículo Lattes; MACHADO, Almires Martins. Jaguapiru, esquecido ou excluído? **Jornal Dourados Agora.** Disponível em: http://www.douradosagora.com.br/noticias/opiniao/jaguapiru-esquecido-ou-excluido-almires-martins-machado>. Acesso em: 29 jun. 2016; MACHADO, Almires. De Incapaz a Mestrando. **Tellus**, ano 7, n. 13, p. 155-161, out. 2007. Campo Grande/MS. Disponível em:

4

<ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus13/9_Almires.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

⁴³ Fontes: Currículo Lattes; Breve biografia de Almir Narayamoga Surui. Disponível em: <<u>www.camarae.net/comunicados/.../download/biografia_almir-narayamoga-surui.pdf</u>>. Acesso em: 11 out. 2017; Índio Visionário. **Carta Capital**, 07 out. 2013. Disponível em: <<u>https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/indio-visionario-1353.html</u>>. Acesso em: 11 out. 2017.

não indígenas. É Mestre em Educação pela UCDB (2009), com bolsa da Fundação de Apoio ao Ensino, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul. É Doutor em Educação (2016) pela mesma instituição. Atualmente, exerce atividade na Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul, sendo também professor visitante no Programa de Pós-Graduação da UCDB. Integra o projeto Saberes Indígenas na Escola, unidade Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), e participa de conselhos, fóruns e comissões ligados à educação indígena e educação tradicional terena, tanto em redes acadêmicas como em organizações do povo terena. Cursou Pós-Doutorado também na UCDB.44

Carlos José Ferreira dos Santos, Casé Angatu Xucuru Tupinambá, mora no Território Indígena Tupinambá de Olivença. Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP), é Mestre em História pela PUC/SP, quando foi bolsista CAPES, e Doutor em História da Arquitetura e Urbanismo pela USP. Atualmente é Professor Efetivo na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus/BA, atuando junto ao curso de História e pós-graduação. Exerce funções de consultoria também em outras Universidades. Na UESC, e em conjunto com o Povo Tupinambá, desenvolve diversas ações na comunidade e junto à Escola Indígena Tupinambá de Olivença. Autor de livros, ministra cursos de extensão em diversos municípios do Brasil, na perspectiva da formação de professores trazida pela Lei 11645/2008. Possui experiência e atuação nas áreas de História Indígena, História Sociocultural, Memória/Oralidade e Patrimônio, com ênfase em História do Brasil, presença indígena e grupos populares. 45

Daniel Munduruku Monteiro Costa, Daniel Munduruku, é filho do povo Munduruku e nasceu em Belém/PA. Passou a infância entre a cidade e a aldeia Maracanã, aldeia de seu pai, e, nessa época, na Escola Salesiana do Trabalho, sofreu muito preconceito por ser indígena. Dedicou-se à Ordem Salesiana, graduando-se em Filosofia. Atuou como educador social de rua através da Pastoral do Menor de Rua de São Paulo e foi professor nas redes de ensino durante dez anos. Possui

⁴⁴ Fontes: Currículo Lattes; SEIZER DA SILVA, Antônio Carlos. Educação Escolar Indígena na Aldeia

Bananal: prática e utopia. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2009. Disponível em: http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8124-educacao- escolar-indigena-na-aldeia-bananal-pratica-e-utopia.pdf>. Acesso em: 11 out. 2017.

⁴⁵ Fontes: Currículo Lattes; PRIETO, José Ricardo. Tupinambás não abrem mão de seu território. **Democracia.** Ano XIII, no 139, out de Jornal A Nova 2014. Disponível em: http://www.anovademocracia.com.br/no-139/5602-tupinambas-nao-abrem-mao-de-seu-territorio>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Licenciatura em História e Psicologia, Mestrado em Antropologia Social e Doutorado em Educação (2010), tendo sido bolsista pelo CNPq, ambos pela USP. É Pós-Doutor em Literatura Indígena (2012), na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Escritor de literatura indígena, autor de mais de 40 livros, premiados nacional e internacionalmente. Desde 2004, organiza encontro nacional de escritores e ilustradores indígenas. Foi fundador e dirigiu o INBRAPI e é Diretor-Presidente do Instituto UK'a – Casa dos Saberes Ancestrais. É Conselheiro Consultivo do Museu do Índio/RJ.⁴⁶

Edson Machado de Brito, Édson Kaiapó, é filho de Kaiapó com Marajoara, nasceu no Amapá, nas margens do rio Amazonas. Realizou sua educação longe da família, depois de completar 11 anos, em internatos da Igreja adventista no Pará, Bahia e Rio de Janeiro. Graduou-se em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1997, quando participou do movimento estudantil. Retornou ao Amapá, atuando na formação de professores indígenas e, nesse momento, iniciou militância no movimento indígena. Realizou Mestrado em História Social pela PUC/SP, concluído em 2008, com bolsa CNPq. Tornou-se Doutor em História da Educação em 2012, pela PUC/SP, com bolsa CNPq e CAPES. Atualmente, é professor efetivo do Instituto Federal da Bahia (IFBA), ministrando diversas disciplinas nos cursos de Licenciatura Intercultural e está em seu segundo mandato como Coordenador da Licenciatura Intercultural. Atuou também como Coordenador no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/Diversidade (PIBID), na mesma instituição. É Coordenador Adjunto da Ação Saberes Indígenas na Escola, do MEC/SECADI.⁴⁷

Fábia Pereira da Silva, Fábia Fulni-ô, é indígena do povo Fulni-ô, povo falante da língua Yaathe, atualmente único idioma indígena ativo e plenamente funcional no Nordeste brasileiro. Nascida na Aldeia Carnijó, nas margens do Rio Ipanema, município de Águas Belas, agreste pernambucano, sua infância foi marcada pelo

1

⁴⁶ Fontes: Currículo Lattes; Histórias do Mestre Munduruku. ISTO É CULTURA. N° 2082, 12 jun. 2015. Disponível em:

http://www.istoe.com.br/reportagens/18757 HISTORIAS+DO+MESTRE+MUNDURUKU>. Acesso em: 14 jun. 2015.

⁴⁷ Fontes: Currículo Lattes; Brito, Edson Machado de. **A educação Karipuna do Amapá no contexto da educação escolar indígena diferenciada na aldeia do Espírito Santo**. 2012. 184 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.; **Blog de Edson Kayapó.** Disponível em: https://www.blogger.com/profile/09118274880554528399>. Acesso em: 26 jul. 2015.

preconceito e pela discriminação a que os Fulni-ô sofrem no convívio com a sociedade nacional na região. Possui graduação em Letras pela UFAL (2008), Mestrado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, também na UFAL (2011), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e Doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, na mesma instituição (2016), tendo sido bolsista CNPq. Tem experiência na área de Linguística, trabalhando com a descrição, análise e documentação de línguas indígenas brasileiras, especificamente o Yaathe (Fulni-ô). Atualmente, é professora da UFAL, Campus do Sertão. No campo da Linguística, seu interesse principal é pelos estudos em Fonologia e em Morfologia, com o objetivo de aplicar os conhecimentos adquiridos na sistematização de uma escrita para o Yaathe, que poderá ser usada no ensino da língua nas escolas da aldeia.⁴⁸

Florêncio Almeida Vaz Filho, povo Maytapú (Munduruku), nasceu e cresceu na localidade de Pinhél, no rio Tapajós, município de Aveiro/PA, hoje uma área da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. É frade franciscano e trabalhou na Comissão Pastoral da Terra de 1998 a 2000, contribuindo para a criação da Reserva Tapajós-Arapiuns. Graduou-se em Ciências Sociais na UFRJ em 1994. Fez Mestrado em Ciências Sociais na UFRJ (1997) e Doutorado em Antropologia pela UFBA, concluído em 2010. Líder do movimento indígena na região, focaliza seus estudos em temas como povos indígenas e comunidades ribeirinhas da Amazônia. Atualmente, é professor assistente na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), integrando também o Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia. 49

Francisco Kennedy Araújo dos Santos, indígena filho de uma Apurinã e um cearense, graduou-se em Economia na Universidade Federal do Acre (UFAC), fez Mestrado em Conservação Tropical e Desenvolvimento (*University of Florida*, EUA) e PhD em Ciências Ambientais (*School of Public and Environmental Affairs da Indiana University*, EUA). Selecionado como bolsista de três programas Internacionais, foi o

_

Fontes: Currículo Lattes: Universidade Federal de Alagoas. Disponível http://www.ufal.edu.br/noticias/2016/2/professora-do-campus-sertao-e-a-segunda-india-a-receber- titulo-de-doutora-pela-ufal/#>. Acesso em: 01 mar. 2016; IGS Web. Fábia Fulni-ô a segunda índia Universidade Disponível doutora história da Federal de Alagoas. http://www.igsweb.com.br/base.php?pagina=noticia&id=607>. Acesso em: 20 jun. 2016.

⁴⁹ Fontes: Currículo Lattes; VAZ FILHO, Florêncio Almeida. Os conflitos ligados à sobreposição entre terras indígenas e a Resex Tapajós-Arapiuns no Pará. **Ruris.** V. 7, n. 2, set. 2013. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/1886/1365>. Acesso em: 14 out. 2017; VAZ FILHO, Florêncio Almeida. A rebelião indígena na UFOPA e a forçada interculturalidade. **Seminário Aba+60**. Disponível em: ">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q.....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q....>">https://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q.....>">https://www.30rba.abant.org

primeiro indígena selecionado com bolsa da Fundação Ford para Doutorado pleno nos Estados Unidos da América/EUA, onde estudou o impacto da exploração de gás e petróleo nas terras dos seus ancestrais pela Petrobrás. Naquele momento, seu trabalho influenciou a tomada de decisão da comunidade, que foi contra a atuação da empresa em suas terras, porque não foi apresentado estudo sobre o impacto que a atividade causaria sobre a floresta. Foi Coordenador Geral de Pesquisa e Extensão no Parque Zoobotânico da UFAC. Possui aproximadamente 20 anos de experiência em pesquisa na Amazônia, nas áreas de Economia dos Recursos Naturais, Economia Institucional, Economia Ambiental, Maneio Florestal, Planejamento Desenvolvimento Rural, Gestão Ambiental, Governança de Recursos Naturais e Mudanças Ambientais Globais. Tem liderado e colaborado com diversos programas de conservação e desenvolvimento na Amazônia, em cooperação com várias organizações brasileiras e estrangeiras, bem como projetos de pesquisa. É coordenador-geral de projetos na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFAC, onde gerencia três programas regionais de pesquisa e pós-graduação em consórcio com organizações governamentais e não governamentais. 50

Gersem José dos Santos Luciano, Gersem Baniwa, nasceu em 1964, no Sítio Jaquirana, hoje Distrito de Assunção do Içana, região do Rio Içana, afluente da margem direita do Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira/AM. Neto de uma importante liderança baniwa *ciuci*⁵¹, viveu na região até os 30 anos de idade, tendo presenciado na infância os últimos anos das grandes tradições baniwa. Aos 12 anos, iniciou sua trajetória extra-aldeia, ingressando no internato dos missionários salesianos, onde permaneceu por nove anos. No campo profissional, foi professor indígena entre 1986 e 1988 na aldeia Carará-Poço. Em 1995, graduou-se em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e, por essa época, iniciou sua militância no movimento indígena. Foi dirigente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e fundou o Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP), sendo, atualmente, seu Diretor-Presidente. Foi Secretário Municipal de

⁵¹ Ciuci é uma das posições mais elevadas da estrutura social baniwa (LUCIANO, 2011).

⁵⁰ Fontes: Currículo Lattes; ATHIAS, Renato e PINTO, Regina Pahin (Org.). **Estudos Indígenas: comparações, interpretações e políticas.** São Paulo: Contexto, 2008. Série Justiça e Desenvolvimento. Disponível em: http://www.fcc.org.br/livros/estudos_indigenas.pdf.>Acesso em: 14 jun. 2015; **Instituto Socioambiental Notícias.** Da aldeia à academia. 31 ago. 2008. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/en/noticias?id=60084&id_pov=223>. Acesso em: 16 jun. 2015.

Educação do município de São Gabriel da Cachoeira/AM de 1997 a 1999; Gerente do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas no Ministério do Meio Ambiente no período de 2000 a 2004; Perito Local da Embaixada da Alemanha entre 2005 e 2006; Conselheiro Nacional de Educação no período de 2006 a 2008 e Coordenador Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação no período de 2008 a 2012. É Mestre e Doutor em Antropologia pela UnB e, atualmente, é Professor da Faculdade de Educação e Diretor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).⁵²

Jefferson Fernandes do Nascimento é filho do povo Macuxi, maior etnia no estado de Roraima. Nasceu em 1964, em Sumuru, hoje Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR. Acompanhou a família no trabalho do plantio e, em janeiro de 1993, concluiu o curso de graduação em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), ingressando, no mesmo ano, na Universidade Federal de Roraima (UFRR) como professor do curso de Agronomia. Em 2000, finalizou o Mestrado em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Doutorado em 2008, também em Agronomia, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Fitopatologia. Como agrônomo, Nascimento atua ativamente em projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas para manejo de áreas tradicionais, tendo coordenado projeto na comunidade do Barro. Além do vínculo profissional, ele mantém participação nos eventos da comunidade, na qual possui laços familiares e afetivos, tendo um irmão tuxaua (liderança) e uma irmã antropóloga. Em 2016, Jefferson Nascimento foi eleito Reitor da UFRR⁵³ para o pleito 2016-2020, tornando-se o primeiro reitor roraimense da instituição e o primeiro reitor indígena do país.⁵⁴

Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá nasceu no município de Tarauacá/AC, na Terra Indígena Praia do Carapanã. Trabalhou em sua juventude no grande seringal

⁵² Fontes: Currículo Lattes; LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para manejo e domesticação do mundo. Entre a escola ideal e a escola real**. Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, 2011.

⁵³ A UFRR foi a primeira Universidade do país a implantar cursos específicos para formação de indígenas, em 2001, coordenados pelo Instituto Insikiram de Formação Superior para Indígenas. Fonte: VALERY, Gabriel. **Rede Brasil Atual**. Reitor indígena quer transparência máxima na gestão de universidade federal. Disponível em: http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/03/primeiro-reitor-indigena-assume-universidade-federal-de-roraima-1602.html>. Acesso em: 19 jun. 2016

⁵⁴ Fontes: Currículo Lattes; VALERY, Gabriel. **Rede Brasil Atual**. Reitor indígena quer transparência máxima na gestão de universidade federal. Disponível em: http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/03/primeiro-reitor-indigena-assume-universidade-federal-de-roraima-1602.html>. Acesso em: 19 jun. 2016.

Alagoas, no Acre, juntamente com toda sua família. O patrão o proibia de falar sua língua, mas seu pai cochichava a língua nativa Hãxta Kuin para os filhos, e assim, Maná, como é conhecido, aprendeu a língua tradicional. Alfabetizado aos 20 anos de idade em escola indígena organizada pela Organização não governamental (ONG) Comissão Pró-Indígena/AC (CPI/AC), Maná Kaxinawá realizou sua trajetória como professor e pesquisador de sua cultura em 1983, quando iniciou seu processo de formação. Finalizou o curso de Magistério Indígena em 2000, também pela CPI/AC e concluiu a graduação intercultural de Ciências Sociais na UNEMAT em 2006. Foi um dos principais idealizadores e fundadores da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC). Como pesquisador da cultura, ele já promoveu a publicação de livros de literatura indígena na sua língua e em português. É protagonista de diversos cursos de formação de professores e outros profissionais, para a sua comunidade e para outras aldeias Kaxinawá. Tornou-se Mestre em 2011 e Doutor em 2014, em Linguística, ambos na UnB. É professor da Escola indígena Francisco I desde 1985. Participou ativamente dos processos de registro exigidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para tombamento dos Kene,⁵⁵ as pinturas e grafismos realizados pelos Kaxinawá, como Patrimônio Imaterial. É pai de importante liderança do povo Kaxinawá, José de Lima Yube Kaxinawá. 56

Márcia Gojten Nascimento é da etnia Kaingang, da Terra Indígena de Nonoai. É Doutora em Linguística pela UFRJ. Foi bolsista CAPES durante o Doutorado, concluído em fevereiro de 2017, e realizou Doutorado Sanduiche em Universidade nos Estados Unidos. Atualmente é professora da Licenciatura Intercultural da UFSC e recentemente realizou intercâmbio de estudos linguísticos entre o povo Maori, da Nova Zelândia, para fundamentar uma proposta de revitalização linguística e cultural, inspirada no Programa *Kõhanga Reo.*⁵⁷

⁵⁵ Os Kene são grafismos tradicionais chamados de pinturas verdadeiras, e são aplicados em diferentes suportes, como pintura corporal, tecelagem, cestaria e cerâmica. Possuem uma variedade de motivos com nomes próprios, e são feitos exclusivamente por mulheres. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/970/. Acesso em: 13 jun. 2016.

Fontes: Currículo Lattes; Em Aberto. O Ponto de Vista dos Professores Indígenas: entrevistas com Joaquim Maná Kaxinawá, Fausto Mandulão Macuxi e Francisca Novantino Pareci. Brasília, v. 20, n. 76, p. 154-176, fev. 2003. Disponível em: http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1165/1064>. Acesso em: 17 dez. 2017; http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9318/1/2011_JoaquimPaulodeLimaKaxinawa.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

⁵⁷ Fonte: NASCIMENTO, Márcia Gojten. Evidencialidade em Kaingang: descrição, processamento e aquisição. 2017. Tese (Doutorado em Linguística). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017; NASCIMENTO, Marcia Gojten; MAIA, Marcus; WHAN, Chang. Kanhgag vĩ jagfe – ninho de língua e cultura kaingang na terra indígena Nonoai (RS) – uma proposta de dialogo

Márcia Nunes Maciel, Márcia Mura, faz parte do povo indígena Mura. Nasceu em 1973, na cidade de Porto Velho, onde morou no bairro Triângulo, espaço de moradia daqueles que vinham dos seringais para a cidade em busca de trabalho. A mãe manteve laços com a família, moradores ribeirinhos, por toda a infância de Márcia. Aos 18 anos, Márcia começou a trabalhar no Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entrada que se deu através de sua participação na Pastoral da Juventude. Possui graduação em História pela UNIR (2001). É Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela UFAM (2010), quando realizou pesquisa de história oral com o povo indígena Cassupá e com mulheres da Amazônia, tendo sido bolsista CAPES. Esse trabalho foi publicado em livro e apresentado em um encontro internacional em Praga, a partir de edital de intercâmbio cultural do MINC. Fez Doutorado em História Social pela USP (2015), também como bolsista CAPES. Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO). Tem experiência com educação escolar indígena e história oral com povos indígenas e pessoas que vivenciaram espaços em seringais da Amazônia. 58

Maria das Dores de Oliveira, Maria Pankararu, nasceu na aldeia Brejo dos Padres Tacaratu, em Pernambuco, na terra indígena Pankararu. Estudou os anos iniciais de sua escolarização em escolas do município de Tacaratu. Ainda quando criança, Maria Pankararu mudou-se para São Paulo, acompanhando o fluxo migratório que a etnia realizou no período para a cidade. É formada em História, em 1990, e em Pedagogia, em 1997, pela UFAL. Concluiu Mestrado em 2001, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL) e o Doutorado em 2006, ambos em Letras e Linguística pela UFAL. Durante o Doutorado, foi bolsista da Fundação Ford, turma 2002, tendo integrado posteriormente a Comissão de Professores para Seleção de Bolsistas da Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas, de 2007 a 2009. É professora da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) desde 1986, com lotação atualmente na Coordenação Técnica Local de Ilhéus/Bahia, onde desenvolve atividades relacionadas às políticas públicas para educação escolar para os povos indígenas, em especial, o povo Tupinambá com o qual atua. Foi Professora

.

intercultural com o povo Māori da Nova Zelandia. Revista LinguiStica / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. V. 13, n.1, jan. 2017, p. 367-383. ISSN 2238-975X 1. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rl. Acesso em: 31 dez. 2017.

⁵⁸ Fontes: Currículo Lattes; MACIEL, Márcia Nunes. **Tecendo tradições indígenas**. Tese de Doutorado. Departamento de História. São Paulo: USP, 2016.

Substituta da UFAL, de 2006 a 2008, e Conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB), de 2009 a 2010. Possui vários artigos publicados relacionados a sua pesquisa com a língua Ofayé. Atualmente é colaboradora da ONG THYDEWA, atuando em diversos projetos dessa Organização, especialmente naqueles que visam subsidiar professores quanto ao atendimento da Lei 11645/2008.⁵⁹

Maria das Graças Ferreira Graúna, Graça Graúna, é indígena potiguara e nasceu em 1948, em São José do Campestre/RN, onde costumava acompanhar a família na pesca e nos fazeres do artesanato em sua infância. Na UPE, ela graduouse em Letras em 1985 e fez o Mestrado sobre mitos indígenas com bolsa CNPq, finalizando-o em 1991. O Doutorado também foi na UPE, versando sobre a Literatura Indígena Contemporânea, com bolsa CAPES, finalizado em 2003. É Pós-Doutorada em Educação e Direitos Humanos pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), realizado em 2011. Atualmente, é professora adjunta em Literaturas de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira na UPE, Campus Garanhuns, onde coordena o Grupo de Estudos Comparados: Literatura, Memória e Interdisciplinaridade (GRUPEC-UPE). Autora de vários livros publicados, participa de diversas antologias poéticas no Brasil e no Exterior. Colaborou em jornais e revistas do Brasil e do exterior. É membro titular do Conselho de Educação Escolar Indígena (CEEIN), em Pernambuco e autora de blog.⁶⁰

Naine Terena de Jesus é da etnia Terena e, embora não tenha nascido em comunidade Terena, manteve fortes vínculos em virtude de uma convivência de vida e periódicas visitas aos parentes. Graduada, em 2003, em Comunicação Social/Radialismo na UFMT, período durante o qual realizou militância estudantil e atuou em teatro. Realizou Mestrado em Artes pela UnB, entre os anos de 2004 a 2007. É Doutora em Educação pela PUC/SP, defendendo sua tese em 2014, com bolsa CNPq. É docente de Comunicação Social e Educação Indígena e atua na organização

Disponível em: http://portalpankararuoficial.blogspot.com.br/.> Acesso em: 27 fev. 2014.

Fontes: Currículo Lattes; **Biografia de Maria Pankararu.** Disponível em: http://www.mulher500.org.br/acervo/biografia-detalhes.asp?cod=924.> Acesso em: 27 fev. 2015; **Entrevista. Blog Pankararu.** 10 nov. 2012.

⁶⁰ Fontes: Currículo Lattes; **Rede de Escritoras Brasileiras (REBRA)/Blocos Online/Inter criaturas de Ñanderu: releituras.** Disponível em: <rebra.org/index.php?pg=oquerebra.php>. Acesso em: 02 fev. 2016; GRAÚNA, Graça. Entrevista com Graça Graúna, escritora indígena e professora da Universidade de Pernambuco: por Tarsila de Andrade Ribeiro Lima. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, n. 20, jan.-jun. 2015, p. 136-149.Disponível em:

http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num20/entrevista/palimpsesto20entrevista01.pdf. Acesso em: 18 out. 2017. ISSN: 1809-3507.

Oráculo Comunicação, que presta assessoria em comunicação comunitária e elaboração e execução de projetos culturais. Após o Doutorado, atuou nos anos de 2014 a 2015 na UFMT e, em 2016, realizou seu pós-doutorado, temática audiovisual, na UNEMAT, com bolsa CAPES.

Namblá Grakan é da etnia Laklaño/Xocléng e nasceu na Terra Indígena de Ibirama. Cresceu na aldeia, junto à língua e às tradições passadas pelos avós e pais, tendo sido informante de um pesquisador linguista em sua infância. Aos 10 anos, iniciou seu processo de escolarização, cursando o Ensino Médio extra-aldeia, entre 1985 a 1987. A partir de 1992, torna-se um pesquisador de sua língua, buscando parcerias para a publicação de materiais na língua Xocléng e, em 1994, é contratado como professor na Escola Indígena pela Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, atuando também na formação de professores indígenas, em curso de Magistério Indígena. Graduou-se em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), entre 1998 a 2002. Fez o Mestrado em Linguística na UNICAMP entre 2003 e 2005, sendo bolsista da Fundação Ford. Continuou a atuar como professor na SEE/SC até 2013. O Doutorado também foi em Linguística, na UnB. Namblá atuou como professor visitante na UFSC entre 2011 e 2016 e na Fundação Universitária de Blumenau (FURB) em 2012.61

Rita Gomes do Nascimento formou-se em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) em 1986. Tornou-se Mestre em 2006 e Doutora em 2009, ambas em Educação pela UFRN. Possui Pós-Doutorado pela Universidade Nacional de Tres de Febrero, Argentina. Atualmente desenvolve pesquisas na área de educação indígena, com experiência nas áreas de gestão escolar, formação docente, práticas pedagógicas, didática, avaliação e currículo. Em 2011, recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, na categoria Educação em Direitos Humanos. Atualmente é Diretora da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais, junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Ministério da Educação (SECADI/MEC).62

Rosani de Fátima Fernandes é da etnia Kaingang, filha de pai indígena e mãe não indígena, descendente de colonos alemães. Cresceu no Toldo Chimangue, na

Fonte: **Portal MEC.** Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/quem-e-quem. Acesso em: 13 jun. 2016.

⁶¹ Fontes: Currículo Lattes; GAKRAN, Namblá. **Aspectos morfossintáticos da língua Laklãnõ (Xocléng).** Mestrado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Pós-Graduação em Linguística, Campinas/ UNICAMP, 2005.

cidade de Chapecó, tendo presenciado muitos conflitos entre indígenas e colonos. Estudou o Ensino Fundamental em escola extra-aldeia, enquanto auxiliava a mãe, viúva muito cedo, com o trabalho na roça e o cuidado dos irmãos menores. Concluiu a escolarização básica e o curso de Magistério na cidade de Chapecó, tendo que viver na cidade nesse período, trabalhando em casa de família. Atuou como professora na Terra Indígena Xapecó (TIX), vinculada à Secretaria de Educação e foi nessa posição que desenvolveu grande parte de suas atividades como educadora. Nesse período, cursou Pedagogia na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), com bolsa FUNAI, concluindo em 2001. Foi fundadora da Associação Kanhru em 2000. Atuou também junto à Secretaria de Educação do município, a convite do viceprefeito, que era indígena de sua comunidade. Mediante convite feito à sua família seu esposo é da etnia Xerente – passou a morar e trabalhar na Terra Indígena Kyikatejê, etnia Timbira, no Pará. Nessas duas comunidades, participou ativamente de reuniões de liderança, auxiliando na mediação das demandas das comunidades junto às diferentes instâncias da sociedade não indígena. Cursou Mestrado em Direito (2010), sendo bolsista da Fundação Ford, e realizou Doutorado em Antropologia (2017), com bolsa CAPES, através de uma das primeiras vagas para indígenas possibilitadas pelas ações afirmativas do PPG em Antropologia da UFPA.63

Tonico Benites é Guarani, filho de mãe Guarani-Ñandeva e pai Guarani-Kaiowá. Nasceu e cresceu no Posto Indígena de Sassoró, município de Tacuru/MS, seguindo os rituais e tradições Kaiowá durante sua infância. Presenciou a organização e a luta de suas famílias pela retomada de seus territórios tradicionais, dos quais haviam sido forçados a sair por fazendeiros nos anos 70, vivenciando momentos conflitivos. Iniciou sua escolarização aos 10 anos, em escola fora da comunidade, com professora missionária falante de Guarani. Em 1993, concluiu o Ensino Fundamental através do Ensino Supletivo e, em 1994, já morando com seu povo no território reocupado de Jaguaripe, hoje Terra Indígena Jaguaripe, iniciou sua atuação como professor para a Escola Indígena da aldeia. Concluiu o Ensino Médio em 2000 e, de 2001 a 2004, cursou a graduação em Pedagogia na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Após esse período, participou de levantamentos

. .

⁶³ Fontes: Currículo Lattes; FERNANDES, Rosani de Fátima. "Na educação continua o mesmo jeito": retomando os fios da história Tembé Tenetehara de Santa Maria do Pará. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém, 2017.

antropológicos relacionados às demandas fundiárias dos Kaiowá. Realizou Mestrado em Antropologia na UFRJ, sendo bolsista da Fundação Ford. Defendeu sua dissertação em 2009. O Doutorado em Antropologia foi realizado na mesma instituição e a tese foi finalizada em 2014. Em 2015, Tonico realizou estudos de pós-doutorado também na UFRJ.⁶⁴

Wanderley Dias Cardoso iniciou sua escolarização na escola da Aldeia Limão Verde, concluindo os anos finais do Ensino Fundamental e o Médio em escolas extraaldeia, em Aquidauana. Ao finalizar o Ensino Médio, Wanderley voltou para a aldeia como professor dos anos iniciais na escola indígena. A partir de 1998, cursou História na UCDB, através de convênio entre a FUNAI e Universidade, residindo, então, em Campo Grande. Nessa época, iniciou atuação junto à Secretaria de Educação, como Técnico em Educação Escolar Indígena. Desde os anos 2000, concorreu a vereador por três vezes, em Aquidauana. Ocupou cargo comissionado na FUNAI, de 2004 a 2007, e foi Conselheiro de Educação no Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul, de 2003 a 2007. Realizou Mestrado em Desenvolvimento Regional entre 2002 e 2004, na UCDB, e Doutorado em História na PUC/RS, de 2008 a 2011, tendo sido bolsista da Fundação Ford. Após o Doutorado, Wanderley seguiu atuando na Secretaria Estadual de Educação e exerce, atualmente, atividade docente na Universidade, como voluntário no Programa Prolind ⁶⁵, além de participar ativamente de eventos acadêmicos. ⁶⁶

Como visto, a descrição das trajetórias sociais dos doutores pesquisados aponta para uma análise que atente para os deslocamentos entre espaços sociais diferenciados e as aprendizagens de códigos ético-morais diversos, segundo os universos simbólicos por onde transitam os percursos dos Doutores Indígenas no mundo do branco, considerando a heterogeneidade que envolve as Sociedades

⁶⁴ Fontes: Currículo Lattes; BENITES, Tonico. *Roj eroky hina ha roike jevy tekohape* (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2014.

⁶⁵ O Prolind é um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica. Iniciado em 2008, busca estimular o desenvolvimento de projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/prolind>. Acesso em: 21 dez. 2017.

⁶⁶ Fontes: Currículo Lattes; CARDOSO, Wanderley. Aldeia indígena de Limão Verde: escola, comunidade e desenvolvimento local. Dissertação de Mestrado. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7877-aldeia-indigena-de-limao-verde-escola-comunidade-e-desenvolvimento-local.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

Complexas Urbano-Industriais. Nesse ponto, exercitei ainda mais o estranhamento daquilo que me era familiar ao lidar com os dados oriundos da caminhada orientada – no caso desta pesquisa, percursos formativos, profissionais e acadêmicos conhecidos por mim – e com um campo já conhecido empírica e teoricamente, procedendo a uma leitura interpretativa densa com vistas a identificar categorias que emergissem da análise, em uma vigilância epistemológica para com categorias advindas *a priori*.

Ao andar no campo, interessei-me por olhar as continuidades e descontinuidades na vida social e as pluralidades de círculos e redes sociais, em suas contradições, conflitos e diferenciações sociais, mas não como uma linha de fatos e acontecimentos que se sucedem ao longo do tempo e que se poderia "tomar entre as mãos". Antes, assumo a perspectiva trabalhada por Rocha e Eckert (2011, p. 113), de que se tratam de configurações cristalizadas dos efeitos de composição de um conjunto de motivações simbólicas, de atos e de volições que perduram de forma dinâmica nas experiências humanas. Compreender, pois, as trajetórias sociais dos indivíduos estudados, desde esse ponto de vista, significa apreender essas motivações, atos e volições, "escutando" seu ritmo, isto é, a cadência derivada de seus movimentos. Com efeito, apresento, a seguir, alguns aspectos coletados durante minha caminhada prospectiva, os quais denominei de sincronias.

3.3 NA DURAÇÃO DO TEMPO, RITMOS SINCRÔNICOS DÃO SENTIDO À PAISAGEM

Para "escutar o ritmo", procedi o cruzamento das proximidades e distâncias entre as trajetórias sociais, observando os deslocamentos sociais, ou suas continuidades, por universos simbólicos distintos, em cada trajetória e das trajetórias em conjunto, em uma perspectiva sociológica inspirada nos trabalhos de Bourdieu (1989), para quem as trajetórias se constituem como o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias, de acordo com o que Montagner discute sobre sua obra (2007, p. 254).

Ademais, de acordo com a Etnografia da Duração discutida pelas autoras Rocha e Eckert (2011, p. 112), o viver cotidiano dos habitantes nas cidades contemporâneas abarca diferentes arranjos temporais que o ritmam, e importei-me em perceber a permanência nos instantes descontínuos que orientaram as trajetórias sociais dos Doutores Indígenas, conferindo uma direção ao seu caminhar. Nesse

sentido, procurei observar que direções e intensidades tomaram seus deslocamentos, partindo da aldeia e de seus locais de origem, durante os itinerários que fizeram até o momento em que se tornaram Doutores, bem como depois da conquista do título de Doutores. As convergências resultantes desses cruzamentos foram nominadas de sincronias, abarcando não apenas aquelas existentes entre as experiências vivenciadas durante os percursos e épocas de vida dos sujeitos analisados, pertencentes a faixas etárias diversas, mas também significados que, por persistirem no tempo, ressoam no caminho, indicando, tal qual setas e sinalizações, os rumos para uma compreensão paisagística.

Assim, sublinho que as três sincronias que apresento não se caracterizam como momentos estanques e sucessivos, antes, tal qual ondas sonoras que vão se somando e promovendo intersecções, sobrepõem seus ritmos, estabelecendo sentidos que perduram no tempo e se relacionam à Autoria Acadêmica estudada.

3.3.1 Sincronia Escola: "para a domesticação e o manejo do mundo"

A escola coloca-se como uma primeira sincronia nas trajetórias dos Doutores Indígenas e encontra-se imbricada, em minha perspectiva, aos processos e escolhas que seriam realizadas posteriormente em suas trajetórias. Embora não tenha sido possível localizar informações que, nas fontes disponíveis estudadas, identificassem a totalidade das instituições escolares frequentadas pelos Doutores Indígenas⁶⁷, se evidencia que esta é um aspecto convergente, isto é, em um sentido amplo, a escola situa-se como um ponto de partida comum.

Desde o ponto de vista das esferas éticas, considerando-se as faixas etárias majoritárias, de nascidos na década de 60, percebe-se que o início da escolarização dos Doutores Indígenas se deu em um momento, nos anos 70, em que no Brasil, se começava, novamente, a respirar os ares da democracia, com a abertura política que ocorreria no período final do governo militar. No mesmo período, à Antropologia engajada na luta pelos direitos sociais se somavam as discussões promovidas pela sociedade civil, que reivindicava a necessidade de se criar políticas públicas e formar uma rede de instituições, ambas voltadas para ações de apoio às sociedades indígenas (SOUZA LIMA, 2005, p. 243). No contexto em que se gestavam esses

⁶⁷ Neste tópico da sincronia escola, analiso os percursos de escolarização básica, abarcando o Ensino Fundamental e Médio, de acordo com a nomenclatura adotada pelo sistema educacional brasileiro.

novos cenários, e que se constituem como campo de possibilidades, para as famílias indígenas a escola se apresentava como uma forma de construir as ferramentas para lidar com os códigos brancos, ferramentas dos guerreiros desses novos tempos (ALFRED, 1999, p. 133), uma demanda que se apresentava revestida por um caráter novo e emergente, diferenciado daquele com o qual havia se apresentado às gerações anteriores.

Situando essa demanda em um quadro ético que vai se diferenciando no Brasil dos anos 70 e 80, é preciso ter em vista a historicidade da própria educação escolar indígena no Brasil e o momento em que se deu a entrada na escola para os Doutores Indígenas. De acordo com Bergamaschi e Medeiros (2010), no percurso da instituição escola situam-se posições diversas, que as autoras categorizam em dois grupos principais, a "escola para índios" e as "escolas indígenas". Por "escola para índios", as autoras compreendem os processos escolares empreendidos entre indígenas nesses séculos de conquista, apontando com o conceito para o papel ocupado pela escola nesse momento, que também foi o de invadir e conquistar, "portadora de um projeto educativo para a formação de cristãos e súditos da Coroa portuguesa e, posteriormente, de cidadãos portadores de uma identidade nacional" (2010, p. 56).

Já a "escola indígena" é aquela construída em decorrência de políticas públicas em educação e processos concretos de colocar a escola a serviço dos interesses e necessidades dos povos indígenas, especialmente através do protagonismo dos professores indígenas (BERGAMASCHI; SILVA, 2007, p. 129). Considerando-se as faixas etárias dos Doutores Indígenas, uma estimativa aproximada de entrada na escola para a maioria dos sujeitos investigados se coloca entre os anos 1970 e 1980. De onde se evidencia que, para praticamente a totalidade dos indígenas estudados, a escola frequentada se inseria ainda em uma perspectiva assimilacionista. ⁶⁸

Outro aspecto que emerge das trajetórias analisadas é que a escolarização foi causadora, em algum momento, da saída dos indígenas de suas aldeias, pois envolveu, no mais das vezes, o viver e morar fora da aldeia, desde a escolarização básica. Denota-se, assim, que a escola se apresenta como um deslocamento geográfico, como o ocorrido com Maria Pankararu, Wanderley Cardoso, Edson Kaiapó e Namblá Gakran, entre outros, que para estudar tiveram que viver e morar na cidade, longe das famílias, pois as aldeias não contavam, à época, com escolas que

⁶⁸ Para aprofundamento da história da educação escolar indígena, indica-se Bergamaschi e Silva (2007), Monte (2000) e Ferreira (1992).

abarcassem a educação básica como um todo. Para Paladino (2006; 2010), a questão da educação escolar de indígenas em contextos urbanos precisa ser rebatida com a urbanização mesma dos indígenas e com os possíveis processos de desagregação dos grupos de parentesco decorrentes de seu afastamento cotidiano das aldeias. Conforme essa autora, a saída dos jovens das aldeias para estudar foi e é vivida como um tensionamento entre as antigas gerações e os jovens, para o qual os povos indígenas e suas lideranças se dedicam com atenção e preocupação, como estudado entre os Tikuna por Paladino (2010) e por Brand et al. (2012, p. 47) para as etnias localizadas no Mato Grosso do Sul. 69

Em meu transect, busquei estar atenta às sincronias, mas também a ver o que internamente a essas convergências pudesse evidenciar reverberações distintas. Nesse sentido, destaco que, em algumas trajetórias sociais, a escolarização se colocou em um cenário distinto daqueles indígenas que estudaram em escolas públicas, indígenas ou não indígenas, como nas experiências escolares de Daniel Munduruku, Edson Kaiapó e Gersem Baniwa, pois para esses indígenas, os passos dados apontam para a influência de uma escolarização oferecida por iniciativas religiosas, também longe de casa. Embora o contexto inicial da escolarização entre indígenas - ofertada e implementada pela Igreja Católica - tenha se modificado em parte no período republicano, a marca da escolarização confessional foi profunda. Conforme defendem Bergamaschi e Silva (2007, p. 127), a presença e influência da escolarização religiosa perdura, sendo visível até os dias atuais, mediante algumas escolas ligadas a missões religiosas que permaneceram atuantes.

Pode-se situar as demandas pela escolarização como um fenômeno ligado aos movimentos de organização indígena e aos processos diferenciados que cada etnia vivencia relação à sociedade nacional. histórica assume contemporaneamente. A partir dos dados informados pelos percursos realizados, entendo que a motivação para acessar à escola e seus bens culturais era, à época, bastante consistente – e de maneira independente da perspectiva na qual se inseria a escola no momento de entrada de cada um dos estudantes indígenas – visto que as dificuldades enfrentadas pelas famílias e pelos seus filhos foram enormes. Alguns

⁶⁹ A implementação de escolas que abrangessem o Ensino Fundamental completo e, posteriormente, o Ensino Médio, começou a ser atendida apenas em meados da década de 1990 em diante, e somente para as aldeias com maior contingente populacional (PALADINO, 2010, p. 165). Atualmente, esta é uma necessidade que se coloca mais fortemente quando do ingresso no nível do Ensino Superior.

deles estudaram em regime de internato aos 12, 13 anos, como Gersem Baniwa e Edson Kayapó ... Outros moraram e trabalharam na cidade, longe de sua família e da aldeia, muitas vezes sem salário e sem descanso, em troca do alimento e da moradia, como depreende-se da trajetória de Rosani Fernandes. Os relatos de preconceito e discriminação racial vividos nessa época são recorrentes nas trajetórias analisadas.

Outra dissonância que reverbera nessa sincronia são as escolarizações que se inscrevem em paradigmas distintos, já a partir da perspectiva de projetos de autonomia e autoria, assinalando especificamente as experiências educacionais de Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá e Aisanain Paltú Kamaiwrá. Uma primeira diferenciação nessas trajetórias sociais é a de que os processos de alfabetização e escolarização ocorreram em um momento diverso de faixa etária, como para Joaquim Kaxinawá, que foi alfabetizado aos 20 anos de idade. Nesse sentido, a esfera ética emanada dos quadros da ONU e de suas agências já havia instaurado modificações no âmbito de uma mesoética (OLIVEIRA, 2004), encontrando-se nos anos 80, já em desenvolvimento, processos de escolarização organizados por ações indigenistas capitaneadas por Organizações não governamentais (ONGs), em associação às organizações indígenas, tais como cooperativas e organizações.

O foco do trabalho iniciado nos anos 70 por essas entidades indigenistas era a formação de professores indígenas bilíngues, para que eles próprios pudessem atuar em seus projetos educacionais, como professores e pesquisadores de suas culturas, alinhados aos princípios emanados da macro esfera, e esse enfoque se traduzia como uma reação às agências missionárias, conforme Monte (2000, p. 126). Nessa conjuntura, Maná Xaxinawá participou das ações empreendidas pela Comissão Pró-Indígena no Acre (CPI/AC) e Aisanain Paltú Kamaiwrá, mais contemporaneamente, realizou sua alfabetização e sua formação como professor nos cursos promovidos pelo Instituto Socioambiental, em percursos escolares bastante diversos dos demais Doutores.⁷⁰

Precisei ter em conta que, apesar das motivações que mobilizaram os povos indígenas a buscar e permanecer na escola, a inserção a esse espaço da cultura não

Posteriormente, tais entidades ganhariam apoio técnico de algumas universidades e de agências de fomento internacional. A historicização de tal processo e sua implicação com a Autoria Indígena foi meu objeto de estudo em curso de especialização *lato sensu*, resultando em monografia de conclusão de curso (REICHERT, 2011). Nesse trabalho, focalizei a Autoria Indígena em um sentido literário, analisando o percurso de dois grupos diferentes de professores indígenas, os Kaxinawá no Acre e os professores Kaingang no Rio Grande do Sul e a produção de livros a partir de processos protagonizados pelos professores.

indígena, portador da cultura ocidental e da Ciência Moderna, trouxe implicações aos processos identitários dos Doutores Indígenas, a partir de diferentes modulações, implicações estas que busquei considerar em meu trabalho. De acordo com o que é defendido por Paladino (2006) acerca dos Tikuna, por Luciano (2010) no que tange aos Baniwa e por Cardoso (2011) atinente aos Terena – e a título de ilustração do argumento – a escolarização permite, considerados seus limites, a aquisição dos códigos culturais necessários para a proposição de projetos, para a conquista de determinados cargos e para a administração de suas organizações, de forma autônoma.

Depreende-se, desses estudos, que a escolarização possibilita aos povos indígenas o domínio de práticas, códigos culturais e condutas de ação entendidos como necessários para as relações que se estabelecem com a sociedade nacional, focalizando-se, nesse momento, os contextos contemporâneos nos quais se inserem as trajetórias dos Doutores Indígenas. Retomando o que defendo nesta investigação, sublinho que os processos de escolarização não apenas são promotores da escrita e da leitura, antes, instrumentalizam para a escrita e leitura em um outro mundo — ou como diz Gersem Baniwa, no título de sua tese, "para a domesticação e o manejo do mundo", configurando-se em uma estratégia que se apresenta como um ritmo que permanece no tempo, culminando no processo que levou à constituição da Autoria Acadêmica Indígena estudada.

3.3.2 Sincronia "Novas Lideranças", no tempo dos direitos

Caminhando nos passos dados pelos Doutores Indígenas para essa ação prospectiva, uma segunda sincronia evidenciada em meu *transect* é a constituição de um lugar de liderança que os sujeitos estudados assumem junto aos povos indígenas. Tomo o conceito de "Novas lideranças", tal como o define Luciano (2006, p. 66) e Bengoa (2000, p. 82), significando as funções centrais para a vida coletiva que passam a exercer professores, dirigentes de organizações, agentes de saúde e florestais, entre outras posições técnicas trazidas pelas organizações indígenas. Para esses autores, os espaços de poder tradicionalmente organizados nas sociedades indígenas se modificam quando as Novas Lideranças incorporam papéis de diálogo

⁷¹ Os processos identitários encontram-se debatidos no capítulo 4 da tese, a partir de narrativas biográficas de cinco dos Doutores Indígenas abarcados na pesquisa.

com a sociedade nacional, sendo requeridas habilidades específicas para esse trânsito cultural, enquanto que as lideranças tradicionais, gestadas com base nas tradições, continuam a desempenhar papéis de coordenação e articulação decorrentes das dinâmicas culturais próprias. ⁷²

Novamente, antes de apresentar os aspectos que convergem nesta análise, inicio situando esse momento das trajetórias sociais estudadas. Quando alguns desses indígenas atingem a juventude, nos anos 90, já reverberava no aparato jurídico do Estado brasileiro uma nova ética, pautada pelos princípios da autonomia e do protagonismo dos povos indígenas, da autogestão e do autorreconhecimento, período que os povos indígenas denominam de "Tempo dos Direitos" (CPI/AC, 1996). Após as conquistas jurídicas trazidas pela Constituição e apoiadas em princípios internacionais, esse novo quadro é marcado especialmente pelo desafio da implementação desses direitos, trazendo demandas concretas para os povos indígenas que pautaram as ações das diversas e distintas formas de organização dos povos indígenas, incorporando também um número maior de ONG's, antropólogos e interessados, bem como abrigando movimentos indígenas e indigenistas (OLIVEIRA, 2013, p. 76), em um processo de retomada dos cargos em diversos quadros e esferas (RAMOS, 2007, p. 22). O período foi marcado fortemente pela emergência de um movimento indígena – a partir de associações, cooperativas e organizações dos povos indígenas e pelos conflitos em torno da questão de seus territórios – vivenciado pelos povos indígenas no Brasil, naquele momento da infância e juventude dos Doutores Indígenas, e acompanhado de perto por muitos deles, conforme se denotou em suas trajetórias.

Andando nos percursos feitos e na tentativa de perceber como se deu a articulação das trajetórias individuais com a constituição desse lugar de liderança, identifiquei que um ponto de partida pode ser localizado na finalização do Ensino Médio, pois esta etapa sinaliza um claro deslocamento das posições sociais ocupadas pelos Doutores Indígenas. Ao completarem a escolarização básica, muitos dos Doutores Indígenas foram chamados a cumprir papéis estratégicos em suas comunidades e, de jovens estudantes, passaram a desempenhar funções importantes

_

⁷² Jean Paraizo Alves (2007) apontou o surgimento de uma elite intelectual indígena, uma intteligentsia indígena, em situações amazonense e mexicana, em sua tese de Doutorado, intelectualidade que trabalha com vistas ao fortalecimento étnico e alternando-se em cargos de liderança local e em órgãos públicos.

para os povos indígenas no que tange a uma multiplicidade de temas que emanam do relacionamento com a sociedade nacional e com o aparelho do Estado brasileiro, atuando ao lado das lideranças tradicionais de suas comunidades. Postulo esse argumento, considerando que o ingresso de estudantes indígenas no Ensino Médio se deu de forma mais acentuada muito recentemente, visto que no Censo Escolar Indígena realizado pelo MEC em 1999, dos 93037 estudantes indígenas matriculados, 80,6% estavam matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental (INEP, 2007, p. 18), de onde se pode depreender que no momento em foco, ainda não haviam muitos indígenas com o Ensino Médio concluído.

Sob esse aspecto, considerando também o que discuti anteriormente na sincronia escola, entendo que em razão de serem escolarizados e de terem estudado e vivido fora das aldeias, em contextos urbanos (OLIVEIRA, 2013, p. 21), os indígenas foram inseridos em uma posição de vantagem ao olhar de sua comunidade, pois possuíam, em alguma medida, os códigos culturais para o diálogo com a sociedade não indígena e encontravam-se mais habilitados que a maioria dos indígenas de sua aldeia, para desempenharem determinadas tarefas e exercerem certas funções. Assim, a conclusão do Ensino Médio é uma etapa que assinala o início do exercício de um papel junto às lideranças de sua comunidade, sendo que para alguns destes indígenas, que haviam morado na cidade para estudar, esta etapa significa também um retorno ao convívio com a família e com o cotidiano da cultura de sua etnia. Quase posso vê-los sendo chamados a participar de reuniões, registrando atas, redigindo documentos e projetos, acompanhando as lideranças nas instâncias de negociação com diversos agentes externos, enfim, assumindo um lugar de mediação entre dois mundos, e nesse fazer, aprendendo a ser esse mediador e tradutor.

Na direção desses novos papéis, enfatizo um aspecto que é marcadamente perceptível nas trajetórias dos Doutores Indígenas, que é a importância do lugar do professor e da escola. Pude contabilizar, com base nas informações disponíveis, que pelo menos 18 dos 24 Doutores Indígenas tornaram-se professores em suas comunidades, seja logo após o término do Ensino Médio, como para Wanderley Cardoso, Tonico Benites, Rosani Fernandes, Namblá Gakran, Maria Pankararu, Maná Kaxinawá, Aisanain Paltú Kamaiwrá e Gersem Baniwa, seja depois do ingresso nos cursos de licenciatura para, então, passarem a atuar como docentes. Portanto, denota-se que o cargo de professor indígena, decorrente de um processo de luta que reivindica o protagonismo indígena na elaboração e execução de políticas públicas,

entre elas, a educação escolar (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010, p. 59), está fortemente articulado aos processos que engendraram a constituição das novas lideranças, às quais associo como imbricadas aos processos de Autoria Acadêmica Indígena que estudo.

É importante destacar, neste ponto, que se os Doutores Indígenas foram, em sua maioria, alunos em uma escola para índios, como professores já atuaram em uma escola indígena, que se colocava alicerçada em outros referenciais. Com a Educação Indígena Diferenciada⁷³, meta das políticas educacionais do Brasil e de outros países sul-americanos, o Estado Nacional reconhece constitucionalmente seu caráter multicultural e pluriétnico, assumindo, como de seu interesse, a preservação das línguas e culturas indígenas, com profundas repercussões nos programas educacionais gerados a partir daí, especialmente referendados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96) (MONTE, 2000, p. 118). Em decorrência desse novo quadro, professores como Maná Kaxinawá, Aisanain Paltú Kamaiwrá, Namblá Gakran, Rita Nascimento, Márcia Nascimento, Maria Pankararu, Antônio Silva, Wanderley Cardoso, Édson de Brito, Gersem Luciano dos Santos, entre outros, passaram a exercer sua docência, contribuindo para a construção dessa perspectiva diferenciada, bem como realizando reflexões e apontamentos sobre seus limites, como procurei ressaltar no capítulo anterior, sublinhando o foco na educação escolar indígena, nas teses produzidas pelos Doutores Indígenas.⁷⁴

Entre os cursos relacionados à formação docente – tomando-se como referência apenas um dos cursos realizados quando o indígena cursou mais de uma graduação – estão Pedagogia, com cinco Doutores; Ciências Sociais, com quatro; História, com quatro; Letras, com três; Filosofia, com dois; Matemática, com um. Em relação à entrada no Ensino Superior, denota-se que ela se faz como um resultado da busca dos movimentos indígenas pelos conhecimentos necessários para redefinir a presença indígena no Estado do Brasil, como forma de ampliar ainda mais o "manejo do mundo", busca que também passa a ser uma demanda para os Doutores Indígenas realizarem (LIMA, 2012, p. 169; BERGAMASCHI, 2014, p. 19).

∩ 4

⁷³ O desenvolvimento da Educação Intercultural Bilíngue, como é chamada no âmbito latino-americano, se deu a partir de uma longa trajetória das políticas de organismos internacionais, tendo como resultado e marco principal a Convenção169 da OIT. Segundo Monte (2000, p. 120), tais políticas contribuíram para a fragilização do paradigma da educação indígena como meio para a integração e assimilação do índio à sociedade nacional.

⁷⁴ Ver Quadro 1.

Nessa direção, foram cursados, além dos cursos nas áreas da Educação, Direito, Agronomia, Geografia e Comunicação Economia, Social, especialmente relevante, na atuação das Novas Lideranças e em suas opções por cursos, a questão territorial e as demandas em torno da retomada de seus territórios, do manejo e da autonomia no que tange à gestão de seus territórios. 75 Esse aspecto se relaciona de maneira muito evidente na trajetória social do Doutor Honoris Causa Almir Suruí, da etnia Suruí. Graduado em Geografia, Almir constrói uma trajetória conformada em torno da proposição de modelos de gestão ambiental de territórios indígenas, e desde essa autoria, que se dá fora dos trâmites acadêmicos, recebeu o título de Doutor Honoris Causa. A questão do manejo dos territórios indígenas localizados na Amazônia evidencia-se também nas trajetórias de Autoria Acadêmica de Francisco Araújo de Souza e de Jefferson do Nascimento, que se colocaram em áreas das Ciências da Terra.

Destaco que o acesso à determinadas instituições de ensino superior esteve, naquele momento, vinculado às instituições privadas, através de ações afirmativas constituídas em parceria com a FUNAI, como é o caso da UNIGRAN, UNOESC, UCDB, ou às universidades públicas, em cursos especialmente pensados para a formação de professores indígenas, como na UNEMAT⁷⁶ e às propostas realizadas entre povos indígenas de etnias na Amazônia. Contudo, é preciso assinalar que, na trajetória dos indígenas que foram os primeiros a finalizar o Doutorado, pertencentes a povos indígenas localizados no Nordeste brasileiro, em anos anteriores a 2010, se percebe uma característica mais ligada a um esforço pessoal do que a um caminho aberto institucionalmente por ação afirmativa.

Reverberando de acordo com a nova esfera ética, deu-se a participação dos Doutores Indígenas nos espaços das organizações indígenas, herdados ou construídos por esta geração a partir de suas redes sociais, dentro e fora das suas comunidades, apresentando-se como um aspecto que se alinha e justapõe às

.

⁷⁵ Bergamaschi (2014, p. 20) aponta que o interesse por cursos da área da saúde, do direito e das ciências da terra se dá por serem áreas que dialogam diretamente com as políticas indigenistas.

⁷⁶ A licenciatura da UNEMAT é referência para vários indígenas, pois inaugura uma proposta indígena de fato, e não apenas a integração de indígenas aos cursos superiores, onde sofriam violentos processos de exclusão. Na UNEMAT existem, desde 2001, os cursos de Licenciatura Específica para a Formação de Professores Indígenas, com três habilitações: Línguas, Artes e Literaturas; Ciências Matemáticas e da Natureza e Ciências Sociais. Disponível em:
www.ensinosuperiorindígenawordpress>. Acesso em: 14 dez. 2017.

experiências de Nova Liderança em sua comunidade. ⁷⁷ Em suas trajetórias, percebi que os indígenas estudados fundaram e dirigiram associações, como o INBRAPI, por Daniel Munduruku, e o CINEP, por Gersem Baniwa, ao mesmo tempo em que integraram e participaram de associações de professores, como a OPIAC, por Maná Kaxinawá, a FOIRN e a COIAB, por Gersem, a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), por Doutores Indígenas de etnias no nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 2013). Militaram também em ONGs diversas, como a Associação Indígena Kanhru, na qual participou Rosani Fernandes e outras, nas quais atuam Maria Pankararu e Márcia Nascimento. Conjuntamente a essa participação, os Doutores Indígenas circularam representando seus povos e os povos indígenas em eventos nacionais e internacionais, articulando seus discursos aos dos povos nativos no mundo (BENGOA, 2000, p. 138), e desde fora, projetaram sua voz, como Almir Suruí e Ailton Krenak, entre outros.

Essa atuação se dá de forma mais ou menos concomitante à liderança política que passam a exercer em suas comunidades, especialmente para aqueles Doutores Indígenas que retornaram para suas comunidades após o Ensino Médio. Para outros, a inserção à militância da causa indígena se coloca primeiramente. Outra diferenciação que assinalo como relevante é que, para alguns, a inserção em uma luta a partir de organizações indígenas se dá mais em base local, étnica, e para outros, mais com base em características e abrangências mais amplas, de maneira imbricada às questões étnicas e identitárias, assumidas nesse momento de suas trajetórias. Em qualquer uma das formas de participação, os Doutores Indígenas passaram a se colocar e se inserir de forma mais direta nos discursos de uma esfera ética, em que há o horizonte de uma luta que é comum, da qual emerge a categoria de "parentes", integrando o movimento indígena em caráter de pan-indianidade (BENGOA, 2000, p. 139), tanto nacional como internacionalmente, mesmo que atuem a partir de uma organização de base étnica local.

Nesses processos de construção e consolidação das organizações indígenas, os Doutores Indígenas estabeleceram também redes com parceiros indigenistas que, muitas vezes, jogaram importante papel em suas trajetórias como Novas Lideranças,

⁷⁷ Não sendo objeto deste trabalho a discussão do movimento indígena em si, apenas destaco que a constituição dessas organizações é distinta, sendo algumas de base étnica local, por aldeia ou comunidade, ou interlocal. Outras possuem uma abrangência mais ampla, regional, ou nacional, em menor número.

naquele momento específico ou posteriormente. Com base em suas articulações com esses parceiros, os Doutores Indígenas tiveram oportunidades de exercer autoria e protagonismo, participando da proposição de projetos com os mais diversos objetivos, construindo redes acadêmicas, realizando formações profissionais, integrando-se mesmo no movimento indígena desde sua inserção nestes espaços. Esses assessores indigenistas atuaram como agentes externos relevantes, como as ONGs CPI/AC e o Instituto Socioambiental, presentes na formação profissional de alguns dos Doutores Indígenas; além das Universidades e suas ações afirmativas desenvolvidas ou apoio técnico, como a UCDB e a UNEMAT.

Cita-se, no que tange ainda às parcerias indigenistas nesses novos cenários pró-indígenas que se colocavam, o aparelho eclesiástico da Igreja Católica, atuando sob o alicerce da Teologia da Libertação. Essa perspectiva esteve presente nos passos dados de três dos Doutores Indígenas, Daniel Munduruku, Márcia Mura e Florêncio Almeida Vaz Filho, de maneira um tanto distinta dos anteriores, pois primeiramente atuaram sob o suporte desta esfera ética religiosa, compondo e participando dos quadros da Igreja Católica em diferentes espaços, como as Pastorais da Terra, Juventude e do Menor de Rua e junto ao CIMI. A partir dessa trajetória inicial de engajamento e luta, perfizeram um caminho para o Ensino Superior concomitante a uma atuação militante no movimento indígena.

Denota-se, também, uma ampliação, nesse momento de "Novas Lideranças", de visibilidade e representatividade política, no sentido do sistema político brasileiro, de maneira coordenada à participação militante no movimento indígena e ao exercício de suas funções de liderança política nas aldeias e junto aos povos indígenas. Essas se deram em virtude do acesso a cargos e postos nas esferas governamentais, seja na FUNAI ou nas Secretarias de Educação do Estado ou dos municípios, em Conselhos de Educação, atuando como assessores, técnicos, conselheiros ou gestores. Emenda-se a isso, a participação, na política, como candidatos,

⁷⁸ Em especial, a constituição de um aparelho eclesiástico em 1972 — o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) — foi de grande relevância para a emergência de um contexto pró-indígena no Brasil, seguindo as propostas da Teologia da Libertação emanadas do Concílio Vaticano II. O CIMI foi um espaço articulador central para o surgimento de um associativismo pan-indígena, principal via para o fortalecimento do princípio da autodeterminação indígena, a partir da promoção de assembleias indígenas, reuniões que tiveram início em 19 de abril de 1974, em Diamantina/MG, e que se disseminaram pelo País.

Disponível em: < https://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/organizacoes-indigenas/historia >. Acesso em: 29 dez. 2017.

representando os povos indígenas em pleitos eletivos, a exemplo, tem-se Wanderley Cardoso. Muito importantes, no sentido de possibilidade de participação na construção das políticas públicas, são os cargos na esfera executiva federal, junto ao MEC, especialmente as experiências de Gersem Baniwa no Ministério do Meio Ambiente e no MEC/SECADI, ambas anteriores a obtenção do título de Doutor.

A ampliação de visibilidade se verificou também em processos de autoria, como nos livros de Autoria Indígena editados por professores indígenas, exemplificados por meio da autoria dos professores do Acre ou de autoria individual, como Daniel Munduruku e Graça Graúna. Ressalto que os processos de autoria se deram igualmente em projetos demandados por organismos de fomento internacionais, como a Fundação Ford ou outros organismos, ilustrando esse aspecto, tem-se Gersem Baniwa, Maria Pankararu, Almires Machado, entre outros.

Em termos de sincronia, é preciso marcar uma reverberação distinta na constituição da posição de Nova Liderança para os Doutores Indígenas. Há, nas trajetórias de alguns desses sujeitos, principalmente dos mais jovens, citando como alguns exemplos Naine Terena de Jesus, Antônio Silva, Francisco Kennedy dos Santos e Fábia da Silva, uma inserção primeiramente no pós-graduação, com a produção de uma Autoria Acadêmica Indígena, e somente daí evidenciou-se a construção desse lugar de Nova Liderança. No entanto, embora o sentido tenha sido inverso, com base no que já discuti, entendo que a entrada no pós-graduação se dá como uma estratégia de luta para os povos indígenas e, nessa perspectiva, o tornar-se acadêmico e construir uma trajetória acadêmica alinha-se também ao que estou apontando nesta sincronia, isto é, o fato de que os Doutores Indígenas ocuparam papéis de Novas Lideranças, de tradutores entre dois mundos, desde sua comunidade, ou desde o tornar-se um Doutor Indígena.

É um momento de retomada para os povos indígenas, referendado pelo marco jurídico da Constituição brasileira, no qual os Doutores Indígenas – já "formados" em suas culturas orais, na escola dos brancos, pelas lideranças de sua comunidade, na participação do movimento indígena ou nos quadros das Universidades, como estudantes de pós-graduação – contribuíram ativamente. Assim, reitero que meu andar pelos caminhos percorridos demonstrou que os Doutores Indígenas foram colocando suas trajetórias em quadros que se inscrevem na perspectiva das Sociedades Complexas Urbano-Industriais, no sentido de uma Nova Liderança que se torna hábil no manejo dos códigos culturais do mundo branco, com os quais articula

as demandas específicas dos povos indígenas, pautadas principalmente pela aspiração à diferenciação étnica (BENGOA, 2000, p. 83).

3.3.3 Sincronia Doutores Indígenas: um Doutor que porta suas marcas

Os sentidos da Autoria Acadêmica Indígena que se evidencia no cenário contemporâneo no Brasil e é produzida pelos indígenas que finalizaram o Doutorado são o objeto da tese e, neste sentido, retomo que, para discuti-los, busquei seguir os Doutores Indígenas por onde quer que tenham andado (LATOUR, 2000), recolhendo as pistas de seus significados deixados pelos caminhos. Nessa direção, a sincronia que discuto neste momento e que versa sobre a posição assumida nas trajetórias sociais dos indígenas estudados, quando do momento da conquista do título de Doutor, se coloca como uma primeira mirada sobre o tema, um anúncio ainda panorâmico, desde o lugar de uma prospecção primeira, e tem a intenção de localizar e situar onde "escavar mais fundo" nos próximos capítulos.

Assim, foi possível perceber, em suas trajetórias sociais, que a questão de uma atuação mais forte na socialização dos conhecimentos que foram adquirindo é um aspecto em comum aos sujeitos pesquisados e que se coloca como um deslocamento de posição bem evidenciado quando da obtenção do título de Doutor. O título de Doutor lhes trouxe a possibilidade de ampliar esse aspecto formativo de suas atuações — que em algumas maneiras e instâncias já ocorria — abrangendo, como Doutores, um número maior de pessoas e abarcando um alcance e reconhecimento maior, principalmente pelo acesso à docência e à atuação no Ensino Superior. Dos 24 Doutores Indígenas, 19 lecionam no Ensino Superior. Aqueles que obtiveram seus títulos mais recentemente encontram-se vinculados como professores visitantes ou substitutos, enquanto alguns atuam já como professores efetivos, como Florêncio Vaz Filho, Carlos José Ferreira dos Santos, Édson de Brito, Gersem Luciano, Francisco Araújo, Jefferson Nascimento e Graça Graúna.

Nas Universidades, além da docência, os Doutores Indígenas passaram a exercer também funções estratégicas em setores diversos, atuando junto ao Pós-Graduação, como Florêncio e Graça Graúna, em cargos de gestão, como Francisco Araújo e Jefferson Nascimento, primeiro reitor indígena no país, e propondo e implementado programas de ações afirmativas nas Universidades, como Gersem Luciano e Florêncio Vaz Filho. É bem frequente a construção de vínculo com as

Universidades por meio de Programas específicos, como o Saberes Indígenas na Escola, o Prolind, o Programa de Iniciação à Docência/PIBID-Diversidade e as Licenciaturas Interculturais, sendo que a maioria dos recém-doutores se encontra inserida na academia desta maneira. Como o fenômeno estudado é recente, alguns dos Doutores Indígenas realizaram, ou estavam realizando neste momento em que finalizo a tese, programas de estudo de pós-doutorado, sendo que alguns dos pioneiros Doutores já possuem pós-doutorado.

A vinculação ao Ensino Superior também possibilitou a inserção nas redes acadêmico-científicas de suas áreas e, com isso, o acesso à autoria de publicações e produções de cunho acadêmico. Tomando como base as produções constantes nos Currículos Lattes dos Doutores Indígenas, e cotejando essas informações com a temporalidade da defesa das teses, é perceptível a ampliação da produção acadêmico-científica, da participação em eventos na área estudada e da inserção em grupos de pesquisa, de maneira muito sincrônica à entrada já no Mestrado e, de forma mais consistente e contínua, no período do Doutorado.

A constituição de conhecimento e a obtenção do título correspondem também a uma ampliação da atuação em esferas governamentais de abrangência federal, e, portanto, espaços constitutivos e de implementação de políticas públicas. Especialmente relevante apontar as atuações de Gersem Luciano e Rita Nascimento junto à SECADI/MEC, ele como Coordenador Geral de Educação Escolar Indígena/MEC, quando ainda tinha a titulação de Mestre, e ela como Diretora da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais, sucedendo à Gersem. Maria Pankararu também foi Conselheira de Educação Básica na Câmara de Educação Básica.

Importante ressaltar que a atuação na formação de pessoas continua a ocorrer, após o título e após o acesso ao Ensino Superior, por meio de espaços formativos diversos. Os Doutores ministram cursos, como Almires Machado, Carlos José Ferreira, Édson Brito, Maria Pankararu e Daniel Munduruku; atuam como escritores e, devido à autoria, promovem espaços de difusão e discussão sobre a questão da Autoria Indígena, como Daniel Munduruku, e sua militância, que teve início nas ONGs. Alguns, ao retornar para suas aldeias, trabalharam na formação e atuação em sua comunidade, produzindo livros e vídeos, formando professores e alunos e pesquisando sua cultura, como Maná Kaxinawá e Aisanain Paltú Kamaiwrá.

Sob esse ângulo, enfatizo que a tomada de uma posição acadêmica não se faz abandonando a militância no movimento indígena, antes, a posição pós-título é na maioria das vezes, plural, ocupando-se diversos lugares concomitantemente, os acadêmicos e os no campo do movimento indígena e das redes indígenas, quer em base local étnica, regional ou mais ampla. Em todas as trajetórias, os Doutores Indígenas ocupam a função de formar pessoas, especialmente a de formar indígenas, mas, também, não indígenas, atuando, assim, na promoção da interculturalidade, para fora da aldeia, em um trânsito pós-título que envolve ir e voltar às suas aldeias e comunidades, ou as envolver em sua atuação, desde o lugar que ocupam.

Para finalizar a discussão acerca das sincronias, destaco que elas foram desenhando características fortemente coletivas sobre as trajetórias sociais dos Doutores Indígenas, conformadas por um campo de possíveis (BOURDIEU, 2006; VELHO, 1981), que se começou a ser gestado nos anos 70 e 80, afluiu em uma intensa teia nos anos 90, conformada pela circulação e trânsito dos Doutores Indígenas e seus povos e organizações nesse período. Uma teia que foi sendo entretecida em um campo que se desdobrou das políticas públicas, de seus movimentos de organização e luta e de seus contatos com o mundo branco e a cultura escrita, por entre escolas indígenas, ONGs, projetos, programas, políticas públicas, ações afirmativas, gestão em espaços públicos e universitários, autoria de livros, autoria em redes digitais e Universidades, entre outros espaços sociais nos quais projetaram os ritmos do tempo vivido de suas experiências.

Essas Novas Lideranças dos anos 90 em diante diferem das lideranças tradicionais que haviam iniciado suas lutas políticas em torno das demandas por terra, apresentando-se como escolarizadas, conectadas e mais urbanizadas. Consoante os referenciais teóricos das Sociedades Complexas (VELHO, 1981, p. 35), para estar na Universidade e tornar-se um autor acadêmico, os indígenas precisaram participar da vida da cidade e demonstrar plasticidade em lidar com as diversas experiências, mantendo a tradição "acesa" enquanto se transcorriam seus processos de universalização, bastante diversificados, conforme suas trajetórias sociais evidenciaram. Desde a trajetória coletiva que emerge, compondo o horizonte da paisagem percorrida, quero destacar um outro aspecto que diviso nestas trajetórias, a questão de que a Autoria Acadêmica Indígena se relaciona muito diretamente com

⁷⁹ Tal perfil de liderança também emerge nos anos 90 na América Latina, em diversos países, conforme Bengoa (2000) e na América do Norte (ALFRED, 1999).

a conformação de uma intelectualidade indígena com perfil militante, que atua nas questões das lutas dos povos indígenas, um intelectual engajado (SEMERARO, 2006; BERGAMASCHI, 2014; e LISBOA, 2017), cuja força reside justamente no trânsito fluente entre dois mundos, o nativo e o ocidental (BENGOA, 2000, p. 83).

Nesse sentido, fundamento o postulado de que a construção da Autoria Acadêmica Indígena se apresenta como um Projeto Coletivo, nos termos desenvolvidos por Gilberto Velho (1981, p. 27) que entende o projeto como uma conduta organizada e pré-determinada para se atingir determinados fins. Assim, o caráter ético-político da Autoria Acadêmica Indígena, enunciado e negociado com suas coletividades, coloca essa autoria como um Projeto Coletivo, um horizonte já evidenciado nas dimensões da paisagem⁸⁰ e que, agora, na análise das trajetórias sociais, sublinho mediante a articulação entre os objetos de estudo, a prática acadêmica e as vivências e lutas derivadas da posição que assumem como Novas Lideranças e representantes de coletividades.

Findo meu *transect* e percebo que, ao caminhar nos passos dados pelos Doutores Indígenas, pude alcançar alguns de seus pontos de vista, enxergar a paisagem desde os lugares que eles a foram conformando. Desloquei meu olhar e corpo para seus processos. Sob o efeito do deslocamento, pude ver que, nos percursos realizados, não apenas foram empunhando novas ferramentas para domesticar e manejar o mundo, antes, ao se tornarem também intelectuais acadêmicos, carregaram consigo suas marcas clânicas, seus mitos e suas formas de pensar o mundo e construir conhecimentos. Carregaram consigo seus territórios e territorialidades e, por isso, aponto que, para compreender os significados da Autoria Acadêmica Indígena, empreendida por intelectuais indígenas envolvidos em projetos coletivos, é preciso retornar em seus caminhos e fazer a viagem de volta para a aldeia.

80 Discutidas no capítulo 2 "Prospecções".

4 DO SOLO QUE COMPÕE O CAMPO: NAS NARRATIVAS, A ALDEIA E O UNIVERSAL QUE HABITAM NOS DOUTORES INDÍGENAS

Em pesquisas arqueológicas, o solo que compõe a estratigrafia é entendido também como registro do que aconteceu no ambiente, pois, conforme o que discute Kern (2009, p. 21), a formação do solo se dá a partir de interações extremamente complexas entre clima, plantas e animais, rochas e topografia, que recebem a ação de intemperismos variados, em processos diferenciados, em que o padrão de assentamento exerce forte influência nas propriedades físicas e químicas. Portanto, uma ocupação que se dá em uma superfície, e as demais ocupações que se sucederam no mesmo espaço ao longo do tempo, produzem uma intensa atividade que participa dos processos que formam o solo, tomado como um componente da paisagem.

Alinhando-me a essa perspectiva, considero que na paisagem configurada pela Autoria Acadêmica Indígena, que é campo deste estudo, e a partir do que pude divisar nas dimensões e sincronias discutidas, o solo é composto pelos diferentes processos e dinâmicas envolvidos nos percursos dos Doutores Indígenas, atravessando e percorrendo longitudinalmente a estratigrafia analisada, como fenômenos que perduram no tempo. E para conhecer o solo de onde brota essa autoria, compreendêlo em seus múltiplos sedimentos e como conjunto que compõem esses sedimentos quando se depositam, aproximo-me do produto gerado, as teses construídas nos processos de Doutoramento, neste momento focalizando as narrativas biográficas contidas nesses textos.

Parto do pressuposto enunciado por Gussi (2009, p. 1), de que a vida narrada é o entrelaçamento de experiências evocadas pelo sujeito, ou seja, compreendo as narrativas como sentidos disponibilizados sobre a experiência vivida. Essa compreensão se coaduna com o que Bordieu (2006, p. 185) discute, de que a vida não se apresenta como uma sucessão de fatos concatenados ao longo do tempo e de maneira ordenada, em seu argumento que biografias podem construir uma ilusão neste sentido, ao ordenarem na narrativa um projeto pré-figurado, que não existe no tempo vivido. Nessa direção, as narrativas biográficas são tomadas como versões que os sujeitos produzem ao refletirem sobre suas experiências, em processos através dos quais revivem e ressignificam essas experiências, podendo recriar e reconfigurar

suas identidades para além das posições identitárias emblemáticas em que muitas vezes são situados (ROCHA; ECKERT, 2010, p. 123).

Dessa forma, os narradores conferem ao seu texto uma identidade narrativa, noção desenvolvida por Ricouer, que amarra a narrativa do mundo à narrativa de si (ROCHA; ECKERT, 2010, p. 125; GUSSI, 2009, p. 10), em um esforço conduzido pelo sujeito que narra por concatenar o subjetivo e o social, possibilitando um encontro entre a vida íntima do indivíduo e sua inscrição numa história social e cultural (CARVALHO, 2003, p. 284). Esse exercício da identidade narrativa supõe um processo de ipseidade, conceituada como a identidade de um si mesmo relacional, marcado pela abertura de um ser afetado pelo mundo (CARVALHO, 2003, p. 291).

Pautando-me nesses pressupostos teóricos, considero que nas narrativas produzidas pelos Doutores Indígenas estão implicadas também narrativas sobre os processos identitários vividos, constituindo-se, portanto, como *locus* importante para a compreensão dos sentidos da autoria que estudo. Nessa direção, inspirando-me no cinema documentário de Jorge Prelorán⁸¹, compreendo que os autorrelatos produzidos pelos Doutores Indígenas se constituem como etnobiografias, ao demonstrar, conforme Rocha e Eckert (2016, p. 120) analisam, suas próprias lógicas de narrar os tempos pensados e vividos, entretecidos às formas de viver o espaço e denotando forte vínculo de pertença territorial e aos ritos da tradição.

Neste ponto de minha caminhada etnográfica-arqueológica, procurei acompanhar e estudar as narrativas em um encontro que fosse, senão pessoal, mais próximo dos Doutores Indígenas. Desejei não apenas seguir seus passos, sociologicamente como fiz até o momento, mas conviver com os Doutores Indígenas, ouvindo-os narrarem o que viveram. E para alcançar essa "intimidade" da convivência mais profunda com seus textos, optei por realizar um recorte no universo de Doutores, especialmente considerando o universo de 22 sujeitos que vivenciaram processos acadêmicos de escrita e autoria de teses acadêmicas. Nesse procedimento

81 Jorge Prelorán nasceu em 1933, na província de Buenos Aires, Argentina. Tendo estudado cinema

entre o indivíduo e seu povo (PRELORAN, 2006, p. 7)

por dois anos na Universidade da Califórnia (UCLA), regressou ao seu país e, ao final dos anos 60, após alguns trabalhos iniciais, realizou um levantamento cinematográfico de expressões da diversidade cultural argentina, de diferentes regiões, trabalho que seria um divisor de águas em sua carreira. Ao final desse estudo, havia filmado 18 curtas e um filme de média metragem, intitulado de "Hermógenes Cayo", a partir do qual cunhou o estilo de filmagem que com o tempo se conheceria como etnobiográfico, e que lhe renderia reconhecimento em escala mundial (LAGUARDA, 2017, p. 75). Nesse filme, ao dar a palavra para Hermógenes, um indígena coya, o cineasta intenta criar uma aproximação com todo o povo coya, baseado em uma etnobiografia, demonstrando o entrelaçamento

metodológico, optei por cinco dos Doutores Indígenas, Márcia Mura, Édson Kayapó, Rosani Fernandes, Almires Martins e Tonico Benites, em uma escolha que se efetivou com base em meus aportes teórico-metodológicos, explicitados a seguir.

4.1 CINCO NARRATIVAS ETNOBIOGRÁFICAS, CINCO ENCONTROS: DOS CRITÉRIOS PARA UM RECORTE E DE COMO AS PRÓPRIAS NARRATIVAS AFLUIRAM PARA UMA ESCOLHA

Para aproximar-me de alguns entre o universo estudado, procurei preservar as questões discutidas por mim até aqui, ou seja, tomei como premissa inicial que o recorte deveria demonstrar, na medida do possível, a diversidade do todo estudado. Assim, considerei importante que as áreas de conhecimento majoritárias que emergiram do quadro conformado na pesquisa – Linguística, Educação, História e Ciências Sociais – estivessem contempladas no recorte, procurando priorizar o foco nos 83% de representatividade das Ciências Humanas nos processos de Doutoramento dos indígenas abrangidos na pesquisa. Nesse momento, não diferenciei as áreas a partir do vínculo com os Programas de Pós-Graduação, das áreas contempladas nos objetos analisados nas teses. Em outras palavras, considerei significativo, por exemplo, que uma tese inscrita em um PPG de História e que versasse sobre a Educação Escolar Indígena pudesse se inscrever em meus critérios a partir desse duplo lugar, nas áreas da História e da Educação.

Também tive em mente que a diversidade étnica estivesse abrangida no recorte em alguma medida, baseado nas regiões do território brasileiro onde se encontram, representando os diferentes processos vividos pelos povos indígenas, conforme quadro analítico desenvolvido no capítulo 2, "Prospecções". Ademais, estive atenta para a inclusão de mulheres indígenas em meu trabalho, pois, embora no conjunto dos 24 indígenas estudados a presença das mulheres indígenas ainda seja menor, sua participação no processo de constituição de uma Autoria Acadêmica Indígena é significativa para a compreensão dos processos de mudanças efetuados nas sociedades indígenas. Por fim, baseando-me em um levantamento realizado em relação à disponibilização digital das teses que já havia limitado meu número de possibilidades — já que não tive acesso a algumas das teses mais antigas, bem como às teses de defesas muito recentes — debrucei-me exploratoriamente sobre as teses. Busquei identificar em quais delas os Doutores haviam produzido relatos sobre seus

percursos, caracterizadas como narrativas biográficas, para a aproximação que eu tencionava fazer.

Neste momento da escrita em que faço reflexões sobre os processos teóricometodológicos efetuados, percebo que eu tinha uma ideia construída desde minha
experiência de aluna e professora nas áreas da História e da Educação,
especialmente da Educação, nas quais a produção de memoriais descritivos das
trajetórias realizadas é prática comum na produção de trabalhos acadêmicos. Desde
essa experiência pessoal, eu imaginava que materiais desse cunho seriam
frequentes, mas não foi o que ocorreu. Nas teses produzidas na área da Linguística,
por exemplo, tais autorrelatos não se encontram presentes nas introduções. O acento
nesses trabalhos se dá em enfoques etnológicos e linguísticos, e as trajetórias dos
pesquisadores e autores dos trabalhos não estão destacadas de forma explícita.
Também, nas teses mais antigas, dos primeiros Doutores, localizados no Nordeste
brasileiro, não encontrei narrativas biográficas. Assim, embora eu estivesse munida
de critérios para realização de meu recorte, a existência de tais narrativas nas teses
acabou tornando-se um fator inicial e preponderante sobre os demais.

É preciso dizer ainda que durante essas etapas, eu me "dei por conta" de que algumas das narrativas se colocavam como minhas preferidas. Ao tomar consciência dessa preferência, em lugar de tentar subtrair essa questão e dar ênfase aos critérios adotados, me perguntei por quais motivos algumas narrativas chamavam mais minha atenção que outras. Retomei, então, a leitura do conjunto de narrativas e vislumbrei que algumas tinham sido mais eficazes que outras em me entreter, no sentido conferido na obra de W. Benjamin que Gussi (2009, p. 10) discute, de que narrar é influenciar uma tomada de posição do leitor, através de uma arte construída com as palavras, e, assim, inclui o convencimento que determinadas narrativas, as de Márcia Mura, Almires, Tonico, Edson Kayapó e Rosani, haviam produzido em mim na seleção dos textos dos quais eu me aproximaria.

Entrelaçando os dois tópicos de estudos que trago sobre a leitura das teses dos Doutores Indígenas – o da não existência de relatos autobiográficos em algumas áreas do conhecimento, como a Linguística, e o do caráter de "convencimento" que algumas dessas narrativas apresentam ao leitor, segundo aponta Foucault (QUEIROZ, 2011) – procuro, assim, refletir sobre as relações entre escrita e autoria. Ou seja, o que a escrita das teses produzidas pelos Doutores Indígenas nos permite ver sobre a condição de sua autoria e autoridade cientifica referida à sua pertença

étnica, até este momento de minha análise, é que elas se inscrevem em formações discursivas que pertencem a diferentes comunidades interpretativas, com suas regras e critérios do "rigor científico" para a aceitação da subjetividade do pesquisador.

Importante ressaltar que no Ocidente moderno as obras produzidas pelas áreas das Ciências Humanas e Sociais, para tornarem-se obras consideradas como integrantes do campo científico, ou seja, para adquirirem este *status* de autoria e autoridade científica "e ser interpretada desde um comum de sentido dado no interior de uma comunidade linguística" (FARFAN BARROSO et al., 2008, p. 3), precisam diluir a presença do sujeito do pesquisador, apagando do texto seus afetos, percepções e sentimentos, como parte integrante do processo de produção do conhecimento, em um exercício que Foucault denomina de função-autor. Para o autor, a função-autor representa a construção do anonimato do sujeito em seus textos, não importando quem fala, mas a validade do que é dito, em si. Para obter sua legitimidade acadêmica, as Ciências Humanas e Sociais se esforçam, assim, para que suas produções sejam a expressão de uma racionalidade, em detrimento da subjetividade.⁸²

Dito de outra forma, a função-autor para Foucault (QUEIROZ, 2011, p. 72) dá visibilidade para a retirada do sujeito do texto, com seu papel de fundamento originário, em uma perspectiva que situa o texto como uma função em um complexo discurso regulado socialmente, no caso o acadêmico, um "código cultural do mundo branco" que os Doutores Indígenas demonstram manejar em seus textos. Nesse sentido, aponto para as formas distintas com as quais as autorias dos Doutores Indígenas exploram os cânones acadêmicos e as normas criadas para a comunidade linguística referente às áreas com as quais as suas teses dialogam.

Para a interpretação analítica das narrativas etnobiográficas dos cinco Doutores Indígenas abrangidos pelo recorte, procurei realizar uma leitura que as considerassem em seu caráter único, naquilo que cada uma delas possui de particular (DIAZ, 1999, p. 40), tanto no que se relaciona às informações sociais e históricas quanto às formas de falar de si, aos estilos e às identidades narrativas (GUSSI, 2009, p. 2). Ou seja, para proceder a análise, intentei manter em vista o que Diaz denomina de "desafio individualizador". Assim, em alguns casos, nessa primeira aproximação já

⁸² Em muitas áreas, como a Antropologia e a História, houve a desconstrução deste processo de controle dos discursos, no esforço de redescobrir uma nova posição da imagem tradicional do autor na produção da autoridade científica.

pude perceber características adotadas na narrativa em termos de estilo literário, bem como as categorias sociais sinalizadas (DIAZ, 1999, p. 54).

Dessa primeira mirada, foram emergindo também as categorias de conteúdo, que indicaram intensidades, direções e associações feitas. Com base nos tópicos elencados nesses primeiros procedimentos interpretativos, em uma segunda leitura busquei conhecer como os indígenas se autorreferenciavam, isto é, em que momentos no texto descrevem a si próprios, o que Diaz (1999, p. 38) denomina de "si mesmo". Para esse autor, considerando os postulados de Ricouer, estes "si mesmo" se constroem a partir de acontecimentos recuperados, fatos, atitudes, sentimentos e concepções, individual ou coletivamente, que os narradores vão atribuindo a si, tópicos através dos quais é possível identificar o "quem" da ação.

Na leitura desta fase da pesquisa, compreendendo a narrativa como uma trama, procurei identificar os diferentes tópicos que foram agregando o que está disperso na memória em instantes descontínuos, configurando ao leitor o enredo da biografia em um tempo que perdura pelos ritmos que os fenômenos assumem, na direção da dialética da duração (ROCHA; ECKERT, 2010, p. 126), ritmos que podem ser percebidos também longitudinalmente, como uma estratigrafia em que as camadas se interpenetram. Desde esse ponto de vista, tratei de pensar as narrativas etnobiográficas de forma coordenada entre os seus sentidos subjetivos e os sentidos construídos sociologicamente, com base nas sincronias percebidas, que reverberam também nas narrativas.

4.2 PESQUISADORES INDÍGENAS, O LUGAR DE ONDE FALAM E PARA QUEM FALAM NAS NARRATIVAS ETNOBIOGRÁFICAS

Considerando que as narrativas etnobiográficas enfocadas se desenrolam em um tempo ordenado pelos itinerários de vida e de formação até a entrada no Doutorado, algumas questões me conduziram no encontro com essas narrativas. A primeira delas, é que a adoção do conceito de narrativa etnobiográfica — apoiada no cinema etnobiográfico cunhado por Jorge Prelorán (2006, p. 21), em que o cineasta construiu, baseado no registro da diversidade étnico-cultural argentina, contrapõe-se ao apagamento promovido pela construção de uma identidade nacional branca e eurocêntrica — se faz no sentido de que nesta perspectiva, o indivíduo não está a

narrar apenas a sua biografia, mas a do grupo étnico ao qual pertence, isto é, suas histórias encontram-se entrelaçadas.

Assim, interessou-me inicialmente o como os Doutores Indígenas articulam, nesses textos, sua trajetória pessoal aos seus objetos de estudo e a sua Autoria Acadêmica, tendo em meu horizonte as dimensões da paisagem evidenciadas de que a Autoria Acadêmica se coloca como uma estratégia, de maneira a responder às demandas societárias dos povos indígenas e seus coletivos de pertença, mesclando suas histórias com a de uma comunidade inteira. Como ponto de partida para perceber esses entrelaçamentos, cogitei que, na abertura das narrativas, estariam colocadas as origens, não só compreendidas como pontos de início, mas também como objetivos maiores que estariam a "costurar" as intrigas, demonstrando, com mais ênfase, as relações entre suas trajetórias sociais e a Autoria Acadêmica, agora a partir da voz dos próprios narradores. Trago aqui a narrativa de Almires Machado, Guarani, Doutor em Antropologia.

Penso ser pertinente delinear os caminhos por mim percorridos, como Avá Guarani (referido pela academia como Nhandeva) e Terena (sou filho de pai terena e mãe guarani), até chegar ao momento do doutorado. [...]. Passei a minha infância no meio da floresta, éramos a última casa da parte leste da aldeia, passava a maior parte do tempo na casa da xe jary, que me ensinava as formas do endu (ouvir), -exa (ver) e -apo (fazer), do nhande reko guarani (nosso modo de ser), ela era nhandecy (nossa mãe, orientadora espiritual); sempre a acompanhava nas visitas de ípohanõ (medicar), nos tekohas (lugares de morada) e nas jeroky (danças) seja no nhande roká (nosso terreiro) ou na nhanderoga do nhanderu Karape"ì (hoje meu compadre e ensinador) que ficava próximo de nossa casa, nos dias atuais nossas nhemonguetá (conversas) adentram pelas madrugadas, quando o visito. Aqui na tese, muitos dos seus ensinamentos estarão na escrita do texto, sobre o nhandereko (nosso modo de ser). (MACHADO, 2015, p. 16)83

Almires, ao sublinhar a importância de traçar seu "caminho percorrido até o Doutorado", sendo descendente de casamento interétnico entre duas etnias indígenas diferentes, inicia sua narrativa etnobiográfica destacando seu pertencimento étnico como Ava Guarani, que significa "homem guarani" e é a autodenominação utilizada por esse subgrupo Guarani. Ao situar seu pertencimento étnico pela utilização da autodenominação e sublinhar que o termo Ñandewa é um termo academicamente construído, Almires está a demarcar que quem escreve é um Guarani, reivindicando

⁸³ Conforme nota explicativa em sua tese, Almires não grafa em itálico as expressões em guarani, visto ser falante da língua.

o direito à sua autodenominação, e com este ato, demarcando uma fronteira clara entre a escrita acadêmica e a escrita acadêmica realizada por um indígena.⁸⁴

A partir dessa afirmação identitária, sua escrita reordena as memórias de sua infância em um "passeio" pelos espaços e pessoas centrais para a socialização na cultura Guarani, evidenciando uma representação de território como um espaçotempo indissociável da vida de seus habitantes, representação essa presente na cosmovisão indígena dos povos das terras baixas da América do Sul (FREITAS, 2008, p. 18). Tal tema vai assim adensando as prospecções discutidas⁸⁵, quando apresentei, brevemente, os processos de confinamento a que foram submetidos os Guarani Kaiowá e Guarani Ñandewa, especialmente no século XX, e os processos de retomada de seus territórios tradicionais.

Desde essa perspectiva de sua narrativa, realço sua configuração como uma narrativa etnobiográfica, em que suas experiências no tempo e no espaço denotam forte vínculo de pertença territorial e aos ritos da tradição. Assim, a floresta na aldeia e os espaços do *tekoa*⁸⁶ pelos quais ele circulava em atividades espirituais, de cura e de aprendizagem, acompanhando a vida da aldeia junto aos sábios e conselheiros, bem como os tempos de ouvir, ver e aprender, são os traços diacríticos⁸⁷ (CARNEIRO DA CUNHA, 1986) da cultura Guarani que seu texto vai perfilando na construção narrativa sobre seu pertencimento étnico.

Dessa maneira, Almires vai também demarcando, em sua escrita, uma formação primeira, anterior à acadêmica, que é a formação pela e na oralidade da cultura Guarani, demonstrando que, embora se trate de uma tese que se inscreve nos cânones acadêmicos, é igual e, primeiramente, uma tese de um indivíduo formado na oralidade e na perspectiva da tradição de seu povo, conforme defende Bergamaschi

⁸⁴ Ñandewa é a denominação proposta por Egon Schaden para esse subgrupo Guarani, e significa "todos nós", ou "nós", um termo utilizado por esse grupo que fala um dialeto único. Considerando esse pressuposto, de que o termo indica uma especificidade linguística e cultural, os etnólogos recomendam o uso do termo Nãndewa.

ALMEIDA, Rubem Ferreira T; MURA, Fabio. **Guarani Ñandewa**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1296. Acesso em: 28 jan. 2108.

⁸⁵ Remeto o leitor para o capítulo 2, ou para aprofundamento do tema, ver LADEIRA, Maria Elisa e ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz. Guarani. **Povos Indígenas do Brasil.** 2003. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa. Acesso em: 27 nov. 2017.

⁸⁶ O *tekoa* Guarani, segundo Freitas (2008, p. 20) são os espaços de vida e residência de um grupo local, família-extensa ou conjunto de famílias e, na atualidade, os Guarani têm buscado estabelecer seus *tekoa* nas porções baixas das bacias hidrográficas, apropriadas ao cultivo. Para aprofundamento da noção de *tekoa*, consultar Ladeira (2001); Machado (2013).

⁸⁷ Conforme o que Cohn (2001, p. 37) retoma da teoria de etnicidade de Barth, para a definição de traços constitutivos de uma cultura importa a fronteira entre as culturas, a sua atribuição de diferença, a partir de traços flexíveis e maleáveis, que Carneiro da Cunha (1986) denomina de traços diacríticos.

(2014, p. 13), ao tratar sobre os intelectuais indígenas e os processos de educação. Essa ênfase também está inscrita no fechamento do excerto introdutório em destaque, quando o autor afirma que os ensinamentos aprendidos com o Karape"ì "estarão na escrita do texto [tese], sobre o nhandereko (nosso modo de ser)".88

Cotejando a narrativa etnobiográfica com o objeto estudado por Almires em sua tese, sublinho a "amarração" que ele faz em seu texto entre sua identidade narrativa e sua tese, intitulada "Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe"y – De Sonhos ao Oguatá Guassú em Busca da (s) Terra (s) Isenta (s) de Mal", na qual analisou a forma como as lideranças religiosas Mbya, cumprem os sonhos recebidos de Nhanderú Ete, iniciando a caminhada em direção a terra sem mal, pelas lentes da Antropologia. Do lugar de pesquisador indígena, Almires escreve sobre os povos indígenas para destinatários plurais, os povos indígenas e a academia. Sublinho que os aspectos analisados na narrativa de Almires – como a perspectiva de demarcar as questões de seu pertencimento étnico a partir da territorialidade, da oralidade, da cosmovisão Guarani, o entrelaçamento entre sua forma de narrar e o objeto de sua pesquisa – também se encontram presentes em outras teses estudadas e, de maneira muito próxima, na narrativa de Tonico Benites, Guarani e Doutor em Antropologia.

Destaco neste momento, do conjunto das cinco narrativas focalizadas, as posições iniciais que demarcam a narrativa de Márcia Nunes Maciel, Mura, Doutora em História.

Falo do lugar de quem nasceu na cidade de Porto Velho, atual capital do estado de Rondônia, mas que na época de meu nascimento em 1973, ainda era território federal, com presença federal e espaços reservados para médicos, engenheiros e outros profissionais que faziam parte dessa elite social. Morei no bairro Triângulo, bairro da cidade atravessado pela ferrovia Madeira-Mamoré, onde moravam funcionários da ferrovia e pessoas que vinham dos espaços dos seringais. À parte do bairro, havia a Vila da Candelária, que foi criada na época da construção da ferrovia para ser habitada pelos seus funcionários, e um condomínio, onde moravam médicos engenheiros e outros profissionais que eram de classe alta. Nesse último, eu ia às vezes, porque minha mãe fazia alguns serviços domésticos em algumas das casas, de onde tenho a lembrança de uma vez ter ficado uma manhã inteira debaixo de um pé de seringueira, brincando com as sementes de seringa que caíam. São lembranças vagas, mas que marcam a divisão social percebida pelo meu olhar de criança. [...]. Cresci sendo parte de uma família que veio do espaço de seringal, de uma história de apagamentos indígenas

acento que faço se direciona para as narrativas etnobiográficas, com um olhar especialmente voltado para a identidade narrativa que os Doutores Indígenas foram construindo ao longo de seus textos.

⁸⁸ Anuncio que assumo a compreensão de que os conhecimentos produzidos pelos povos indígenas, bem como suas epistemologias, são considerados como Ciência. Nessa direção, a discussão na tese sobre como se dá o diálogo entre essas duas ciências colocadas em contato e tensionamento a partir da produção de Autoria Acadêmica Indígena, será realizada no capítulo 6. Neste momento da tese, o

e vendo o esforço da avó e da mãe para manter o alimento de cada dia, recebendo uma ajuda ou outra dos filhos homens da minha avó. Na fase inicial de criança bem pequena era cuidada por minha avó e todas as vezes que ela ia para o sítio onde meu tio Manel, filho dela, minha tia Mundinha e meus primos moravam, ela me levava junto. Lembro também de ter ido nessa fase de criancinha com ela para o Furo (atual Nazaré) de barco. Assim, mesmo morando na cidade tinha vivências na floresta, no rio, nos igarapés, nos lagos e nos igapós. (MACIEL, 2016, p. 19)

A narrativa de Márcia Mura inicia com a compreensão de que ela assume que sua identidade está imbricada aos processos vividos por ela, pois "fala desse lugar". Sua narrativa anuncia que escreve sobre seu percurso identitário e, portanto, demarca que é esta a identidade narrativa de seu texto. Em uma escrita poética e livre, busca evocar emoções estéticas, discorrendo sobre imagens, cores, gostos, cheiros e experiências lúdicas e corporais que vivenciou na infância, baseado nas suas memórias. Desde esse ponto de vista, sua narrativa enfatiza essas experiências e sua forma de compreendê-las no momento em que escreve, em uma direção que a aproxima da perspectiva que Prelorán (2006) adotava para a constituição de seu cinema etnobiográfico, para quem a etnobiografia permitiria "[...] crear un mapa de sentimientos y condutas humanas, y esto sería un aporte extraordianario para que el conocimiento de cuánto de los otros hay en nosotros se logre" (PRELORÁN, 2006, p. 22).

Percebe-se que ela rememora, em seu texto, uma multiplicidade de lugares para compor sua identidade narrativa, os da cidade, compondo processos de "apagamentos indígenas", e os da floresta, em uma circulação que fez ao longo de seus itinerários por distintos espaços e culturas, ora a citadina, nacional, ora suas raízes, como pertencente aos povos da floresta. Em sua tese, que teve como objeto de pesquisa a tessitura das tradições indígenas da Amazônia, de forma integrada às suas próprias tradições, o estilo da narrativa biográfica denota a vontade de "transportar" o leitor para as diversas Amazônias pelas quais ela caminhou, as urbanas e as da floresta. Seu estilo se aproxima ao gênero literário de memórias⁸⁹, em cenas que se assemelham a lampejos, instantes recuperados e costurados em uma justaposição que conforma um conjunto de partes, uma colcha de retalhos,

⁸⁹ Koche e Boff (2009, p. 3) destacam que o gênero de memórias emprega uma linguagem literária que busca despertar emoções por meio da beleza e da profundidade.

indicando um alinhamento de sua escrita com a perspectiva teórica de sua tese, filiada à História Oral⁹⁰ e demonstrando a função-autor nessa relação que demonstra.

No entanto, percebo que há uma outra marca no texto de Márcia Mura, para a qual quero dar relevo, que é uma inversão nos termos de reconduzir o autor-indivíduo a um sentido de pertença a uma comunidade étnica. Quando em sua narrativa Márcia vai tecendo seu processo de reafirmação identitária às memórias que ouve, colhe e potencializa pela escuta que proporciona como pesquisadora, ela também vai se misturando às memórias de seus narradores. Conforme Almeida e Queiroz (2004, p. 201), há nesse processo uma dessubjetivação, na qual o "sujeito se perde no estilo e se reencontra por algum traço, quando a cultura torna-se realmente importante", ressignificando a Autoria Acadêmica nos moldes de um coletivo de pertença.

Em minha tese, pela caminhada realizada até aqui, pauto-me no pressuposto de que a Autoria Acadêmica Indígena que analiso se propõe a uma apropriação política da escrita acadêmica, servindo-se de suas formações discursivas como uma estratégia de empoderamento para os povos indígenas, quando retoma, pelo texto, o que foi apagado, expropriado, desterrado, catequizado, colonizado ... Diante do preconceito, os povos indígenas "[...] reagem com o gesto antropofágico da ressignificação" (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 201). Essa Autoria é também política em uma outra dimensão, dada por aquilo que a escrita faz ao sujeito-autor, que se denomina nesses textos como um autor-coletividade. Dessa maneira, como Novas Lideranças que transitam entre dois mundos tecendo diferentes éticas, os Doutores Indígenas tramam habilmente em seus textos essa dupla ação política – apoderamse das formações discursivas acadêmicas e, ao mesmo tempo, subvertem-nas, imprimindo em seus textos uma autoria coletiva que emana de seus interstícios.

Uma outra ênfase que Márcia Mura coloca nas experiências vividas, e que busco ressaltar aqui, é uma certa intenção de demonstrar um tipo específico de maneira de experienciar o mundo, que é corporal, diferentemente do homem ocidental, para quem a experiência tem se colocado cada vez mais de uma forma "cerebral", onde o cogito se destaca. Suas lembranças partem do que seus olhos

⁹⁰ A História Oral tem uma trajetória relativamente recente, iniciada nos anos 40 nos Estados Unidos e Europa Ocidental. Expandiu-se rapidamente como uma perspectiva de pesquisa história, nos quadros de retorno do sujeito ao centro das atenções do fazer das Ciências Humanas, e a partir de uma organização internacional, desde 1996 vem integrando grupos de pesquisadores da Ásia, África e América, incorporando também questões e novas temáticas advindas dessas regiões (ALBERTI; FERREIRA; FERNANDES, 2000, p. 11).

viram, da água barrenta que tocava com a mão quando estava no barco, do gosto da fruta mari-mari que comeu a primeira vez..., em descrições que faz na sequência do texto de sua abertura. Tal acento remete a uma forma de construção do conhecimento que compõe a concepção de totalidade, própria das cosmovisões ameríndias, "que reconhece o corpo, em sua inteireza, como o lugar de aprender e produzir conhecimento" (BERGAMASCHI, 2014, p. 12).

Alicerçada nesse aspecto de sua narrativa, e retomando o que discuti sobre a centralidade que Almires confere a sua formação na oralidade, reitero que os Doutores Indígenas demarcam que, como pesquisadores indígenas, estão a aportar epistemologias outras em sua Autoria Acadêmica. Esse é o "ponto de origem" de suas narrativas – de Almires e de Márcia, mas também presentes nas narrativas de Rosani, Tonico e Edson –, a afirmação identitária que fazem, o lugar do qual escrevem, como pesquisadores indígenas que trazem consigo uma diversidade epistemológica com potencialidade para matizar e promover rupturas na Ciência Moderna, ao mesmo tempo em que dialogam e integram as epistemologias das áreas dos conhecimentos nas quais se inscrevem.⁹¹

4.3 "COM MUITAS DIFICULDADES E PERSISTÊNCIA CONSEGUI CONCLUIR": NARRATIVAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DOS DOUTORES INDÍGENAS

Partindo da discussão realizada sobre as sincronias percebidas no campo estudado, bem como procurando adensá-las, busco ver neste momento as relações estabelecidas entre os processos de escolarização e os processos de construção identitária dos Doutores Indígenas referidos em identidades narrativas em seus textos acadêmicos. Inicio apresentando a narrativa etnobiográfica realizada por Rosani Fernandes, Kaingang, Doutora em Antropologia, sobre sua escolarização básica, ocorrida no interior de Santa Catarina.

Dividindo o tempo entre as tarefas da casa, da roça e o cuidado dos irmãos mais novos, consegui concluir o ensino fundamental na escola não indígena da comunidade, que ficou fora da área demarcada. Sem a oferta de educação básica na comunidade, continuei meus estudos na cidade de Chapecó. Sem qualquer incentivo financeiro ou bolsa, prossegui motivada principalmente pelo apoio de minha família, especialmente de minha mãe que, com muitos esforços, conseguia pagar o ônibus que fazia o trajeto da comunidade até a escola na cidade. Com o apoio de uma professora amiga, minha mãe conseguiu matrícula em um colégio público de boa qualidade na cidade de

⁹¹ Esses diálogos estão discutidos nos capítulos 5 e 6 da tese.

Chapecó, mas não me sentia à vontade no ambiente, não raras vezes me senti inferiorizada, principalmente quando alguns colegas me chamavam de "bugra", termo pejorativo muito empregado na região sul do país para referir os indígenas. Mesmo com muitas dificuldades prossegui, sabia que o dinheiro investido no pagamento do ônibus não poderia ser desperdiçado e o que me esperava, caso desistisse, era o trabalho duro na roça. Quando faltou o dinheiro para o pagamento do ônibus passei a morar sozinha na cidade de Chapecó, com treze anos de idade, trabalhando em uma casa de família onde trocava o serviço doméstico pela comida e pela roupa do corpo para poder estudar à noite. Sem descanso nos finais de semana e feriados, lembro que ainda ficava agradecida pelo que recebia, assim como minha mãe, achando que aquela família estava prestando um grande favor em me "acolher" em sua casa para eu poder estudar. Em sendo do interior, não via outra possibilidade de permanência na cidade, que para mim, parecia ser muito maior do que é hoje. Durante mais de um ano cumpri turno diário de doze horas de trabalho doméstico, das seis da manhã às dezoito horas da tarde, sendo jardineira, limpadora de piscina, cozinheira e faxineira durante o dia. À noite andava mais de quatro quilômetros para chegar ao Colégio Bom Pastor, trajeto que fazia quase sempre sozinha. Com muitas dificuldades e persistência consegui concluir esta etapa de minha escolarização, adquirindo o certificado de Magistério. Cursei os quatro anos do ensino médio com uma camiseta que lavava todas as noites para ser usada no dia seguinte e um par de tênis "sola seca". (FERNANDES, 2017, p. 8-9)

Para o estabelecimento de categorias, procedi a identificação dos conteúdos apresentados na narrativa realizada por Rosani, configurando-os em duas categorias principais. A primeira refere-se à percepção de um tempo vivido como dificuldade durante sua escolarização em escolas não indígenas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, pelas questões financeiras para sustentabilidade, às quais se somam, no texto, ao preconceito sofrido e aos estranhamentos causados pela vida na cidade. A segunda categoria que emerge da leitura da narrativa é a da educação como chave e porta de acesso para possibilidades outras, no sentido de opção ao que lhe esperava na aldeia, "o trabalho duro na roça", caso desistisse e não completasse sua escolarização.

Desejo dar ênfase aqui para a questão da ida para a cidade e o consequente afastamento de seus familiares e do convívio em sua aldeia, rememorado por ela como uma dificuldade. Em sua escrita, ela demonstra seu estranhamento dizendo que "sendo do interior", "a cidade [...] para mim, parecia ser muito maior do que é hoje", e de que ela não se sentia à vontade no ambiente escolar não indígena. Coloca-se nesse momento um si mesmo no qual ela se situa como moça do interior, avessa, portanto, aos modos de ser e estar na cidade, que lhe parecia maior do que é hoje, quando já está mais familiarizada ao espaço urbano. Também reitero minha compreensão de que os preconceitos e estranhamentos experienciados por ela são advindos, em parte, pelo fato de que a presença de estudantes indígenas nas escolas

em contextos urbanos, extra-aldeia, ainda é percebida pelas sociedades nacionais como um oxímoro, em que aos indígenas está associada a tradição, e a cidade, a modernidade, entendidas nestes estereótipos como categorias inconjugáveis (SEVILLA; SEVILLA Y CÁSAS, 2013, p. 21).⁹²

A narrativa etnobiográfica de Rosani confirma, assim, o que divisei nas dimensões da paisagem a partir do universo estudado, de que a escolarização, aqui focalizada na escolarização básica, se coloca como uma estratégia para os povos indígenas, nos quadros conjunturais colocados pelas esferas éticas que emergiam, pautando os aparatos constitucionais dos Estados nacionais (LUCIANO; HOFFMANN; OLIVEIRA, 2012). Embora, na narrativa a escolarização entendida como ampliação do acesso a determinados espaços sociais e as dificuldades envolvidas no processo de escolarização caminhem lado a lado, concretamente, no âmbito da vida dos indivíduos, de suas famílias e de seus povos, essa tensão se equaciona no apoio dado pela família para que estudem, e, no caso de Rosani, na figura de sua mãe, possibilitando "a motivação para prosseguir" (PALADINO, 2006).

Na abertura de sua narrativa, Rosani diz perceber que a sua história de vida é muito próxima a do povo por ela estudado. Em sua tese, intitulada "Na educação continua do mesmo jeito: retomando os fios da história Tembé Tenetehara de Santa Maria do Pará", Rosani faz uma etnografia descrevendo a saga⁹³ do povo Tembé Tenetehara quanto aos processos coloniais a que foram submetidos a partir da escolarização e, que em sua análise, permanecem até os dias atuais. Desde esse ponto de vista, percebo convergências entre objeto estudado, área teórica e epistemológica da tese e estilo de escrita, e, para sublinhar essas convergências, focalizo na narrativa de Rosani a questão de seu si mesmo, com base em seus sentimentos e sensações expressos em suas reflexões sobre sua escolarização.

Referencio-os, aqui, da forma como ela os registrou: "me chamavam de bugra"; "me senti inferiorizada"; "sem descanso"; "prossegui motivada"; "com muitas dificuldades e persistência consegui concluir esta etapa", de onde depreende-se que

⁹² Estereótipo ao qual os povos indígenas têm contraposto seus projetos próprios na cidade, territorializando-se, estabelecendo sua presença pela circulação e venda de seus produtos, em suas manifestações políticas e na lida com os aparatos dos Estados nacionais, conferindo concretude ao projeto possível de "índio urbano". Para aprofundamento da questão do indígena urbano, podem ser consultados Bengoa (2000) e Tamagno (2012).

⁹³ Definida em termos de gênero literário como uma história que se conta ao longo do tempo, marcada por incidentes fortes e dramáticos. Fonte: **Dicionário Caldas Aulete Digital**. Disponível em: http://www.aulete.com.br/saga>. Acesso em: 28 jan. 2018.

em termos de identidade narrativa, há um acento na persistência que ela demonstrou e que, em sua perspectiva, se tornava necessária para trilhar em um caminho palmilhado por dificuldades.

Nesse sentido, seu estilo de escrita coaduna-se com "o que" é narrado, conferindo à narrativa também um tom de saga. Assim, a saga de Rosani narrada na introdução de sua tese, mescla-se a dos Tembé Tenetehara que ela estuda, em uma escrita que busca, ao demonstrar esta coincidência, marcar o deslocamento da autoria das mãos de Rosani para uma coletividade. Tal recurso estilístico, como discuti anteriormente, está a demonstrar uma trama entre as formações discursivas de sua área e uma tendência a um apagamento do autor como indivíduo singular, como sujeito histórico e regulador da ficção, papel característico da era industrial e burguesa do século XVIII, conforme discute Foucault (QUEIROZ, 2011), apontando novamente para um indivíduo-coletivo, como antevi nas teses de Almires Machado e Márcia Mura.

Somo às experiências de escolarização de Rosani o excerto da narrativa etnobiográfica de Edson Machado de Brito, Kaiapó, Doutor em História da Educação, em um início de escolarização narrado a partir da cidade de Altamira, no Pará.

A minha pesquisa junto aos Karipuna da aldeia Espírito Santo remonta a uma história dinâmica, que envolve a minha atividade docente no município de Oiapoque e a minha identidade indígena revigorada, após anos de internamento em colégio confessional evangélico em meio a floresta amazônica, no município de Altamira, estado do Pará. Entre a minha infância no Amapá, na margem esquerda do Rio Amazonas, e minha adolescência no internato da missão no baixo Amazonas, no município de Altamira, vivenciei o cotidiano que declaradamente visava "formar para a eternidade". A prática pedagógica adotada naquele internato lembrava a ação jesuítica entre os povos indígenas nos primeiros séculos de colonização, em que "salvar" e civilizar as almas dos jovens indígenas eram objetivos nobres e necessários. A educação religiosa que recebi me afastou dos parentes, mas principalmente das formas de vivência indígenas que aprendi na infância. (BRITO, 2012, p. 12)

Já nas primeiras linhas, o narrador interliga seu objeto de pesquisa da tese com sua trajetória profissional, com a docência em escolas indígenas, com seu processo de pertencimento étnico e com sua "identidade indígena revigorada". Esse entrelaçamento entre objeto e percurso identitário narrado é ainda mais visível quando se tem em conta que a tese de Edson⁹⁴, discutindo as possibilidades da

⁹⁴ A tese tem como título "A escola dos índios Karípunas na aldeia do Espírito Santo (Oiapoque) e o ritual do Turé: uma história da resistência indígena" e foi defendida em 2012.

resistência indígena⁹⁵ praticada a partir da escola indígena na perspectiva da Educação Indígena Diferenciada, "funciona" como um contraponto identitário à escola de caráter confessional e assimilacionista vivenciada por ele.

Cotejando o recorte de estudo efetuado por Edson e sua narrativa aos dados discutidos sobre os processos históricos vividos pelos povos indígenas no território brasileiro, em suas distintas faces frente ao projeto colonial impretado, retomo que, na região da Amazônia Legal, é no Pará que se colocam fortemente os processos de etnogênese de povos indígenas, sendo este o tema de outra das teses produzidas pelos Doutores Indígenas estudados, de Florêncio Almeida Vaz Filho. 96 Sob esse aspecto, o enfoque dado à escola como espaço de resistência, a partir do ritual do Turé, é um tema que se insere em um cenário mais amplo, abarcando os processos identitários vivenciados por Edson, mas, também, pelos povos indígenas da região.

A partir desse anúncio que faz, sua narrativa assume um ordenamento cronológico que inicia na infância, para contar sobre seu processo de escolarização. Refletindo do hoje sobre seus itinerários, Édson escolhe dar destaque aos processos de apagamento de suas "vivências indígenas na infância", ocorridos no âmbito de sua escolarização confessional, de cunho assimilacionista. Digo isso para salientar que ele poderia ter iniciado seu autorrelato a partir de suas vivências indígenas, para então justapor a escolarização vivida no internato em Altamira.

Nesse sentido, há em sua escolha um agenciamento dos fatos, uma intriga, que faz o papel mediador entre o tempo e a narrativa, como discute Carvalho (2003, p. 288), fundamentado na obra de Paul Ricouer, que coloca o foco nos processos identitários de apagamento. Isto é, a intriga que perfaz a identidade narrativa no texto é quase um "relato-denúncia" do quanto a instituição escolar, especialmente em seus objetivos catequéticos, esteve atrelada a fins colonialistas, como evidencia no trecho em que relata que "A prática pedagógica adotada [...] lembrava a ação jesuítica entre os povos indígenas, [...] em que "salvar" e civilizar as almas dos jovens indígenas eram objetivos nobres e necessários".

⁹⁶ A tese de Florêncio tem como título "A emergência étnica de povos indígenas no Baixo rio Tapajós, Amazônia", defendida em 2010. Florêncio tem atuado na construção e implementação de políticas afirmativas em sua Universidade, conforme apontei em sua trajetória, no capítulo 3.

٨

⁹⁵ Adoto a categoria de resistência indígena para denominar as diversas e históricas estratégias para manterem-se como povos culturalmente distintos e defenderem seus direitos, frente às relações desiguais que se estabelecem com o mundo branco, por ser este o termo utilizado pelo movimento indígena (LUCIANO, 2006, p. 84).

Entre os Doutores Indígenas, Edson não foi o único a vivenciar a experiência de uma escolarização pautada em fins confessionais, e relembro aqui as trajetórias sociais de Márcia Mura, Daniel Munduruku e Florêncio Vaz. Gersem Baniwa foi também aluno de internato, como Edson, em missões salesianas no Rio Negro e em Manaus, por nove anos, em períodos longos que os afastavam dos parentes, como se refere Édson, e que impunham violências físicas e morais. Lembrando que as experiências traumáticas advindas da imposição de escolas, missões e internatos entre os indígenas estenderam-se por todas as três Américas (LISBOA, 2017, p. 24), originárias em um passado colonial comum do continente americano, em que o Colonialismo se colocou sobre os territórios dos povos autóctones.⁹⁷

Para Edson, o racismo institucionalizado – que não foi uma prerrogativa da escola confessional, pelo contrário – promoveu um afastamento, "principalmente das formas de vivência indígenas que aprendi na infância", como ele refere no relato. Desde o ponto de vista do sujeito, no qual a experiência vivida afeta seus processos identitários, quero sublinhar que, nas sociedades, essas intervenções universalizantes colonialistas – e a imposição da catequese cristã foi uma delas – desencadeiam o que Santos (2010, p. 10) denomina de epistemicídio, ou seja, "a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena. De fato, sob o pretexto da 'missão colonizadora', o projeto da colonização procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais".

Por esse ângulo, a narrativa etnobiográfica de Edson, nos trechos que seguem, possui um estilo de escrita que demonstra uma ipseidade que está sob controle do Outro, como em uma sequência de acontecimentos em que ele narra a continuidade

Fontes: Disponível em: http://itccs-portugues.blogspot.com.br/2014/04/mortes-em-massa-de-criancas-aborigenes.html; https://www.youtube.com/watch?v=; https://www.youtube.com/watch?v=; https://iela.ufsc.br/povos-originarios/noticia/tragedia-indigena-no-canada.> Acesso em: 13 jul. 2016.

⁹⁷ Em meu trabalho de campo na província do Quebec, Canadá, durante minha estadia de estudos de Doutorado Sanduíche junto à Université de Montreal, pude acompanhar um trabalho em torno da memória sobre os impactos do colonialismo entre os povos autóctones até um período bem recente. Um dos episódios relembrados por esse trabalho, capitaneado pela Comissão da Verdade e da Reconciliação, retomou com força a questão das "Escolas Residenciais Indígenas", semelhantes às escolas internato brasileiras, sistema que permaneceu em vigor até o ano de 1993. Essas Escolas foram criadas para o que a política indigenista do Estado Canadense denominava de "reeducação" dos indígenas, mas que de fato integravam uma política assimilacionista violenta, que envolveu sequestros em massa, negligência médica e assassinatos, sob a gerência das igrejas Católica, Anglicana e *United Church* do Canadá, com a chancela do governo canadense. Dados confirmados pelo governo canadense informam que cerca de 50.000 crianças morreram sob esse sistema, em um genocídio que está sendo chamado de "O Holocausto Canadense", atestando oficialmente o veredicto legal que o Tribunal Internacional de Justiça de Direito Comum, com sede em Bruxelas, já havia estabelecido em 25 de fevereiro de 2013, conforme George Dufort, do próprio Tribunal.

de seus estudos, desde o primeiro internato em Altamira. Em dois parágrafos, Edson escreve "[...] fui transferido [...]"; "[...] fui enviado [...]", "[...] fui educado para não ser índio [...]", "Os missionários tinham me convencido a renegar minha condição indígena [...]" (BRITO, 2012, p. 13), denotando que o seu si mesmo não aparece no comando da ação. O tempo verbal de sua escrita sublinha um si mesmo como o "quem" da ação em um outro momento de sua narrativa, mas, não aparece em sua escolarização básica, marcada pelas discursividades confessionais.

As narrativas etnobiográficas que Rosani e Edson fazem sobre seus processos de escolarização básica concorrem para um adensamento das discussões levantadas até aqui. Se a escolarização é uma chave de acesso a postos considerados estratégicos para os povos indígenas contemporaneamente, foi vivida e refletida pelos Doutores Indígenas como um tempo de dificuldade e sofrimento, um período em que saudade, sofrimento, preconceito e apagamento étnico foram constantes, e em que eles impuseram esforço, persistência e o apoio de suas famílias e povos. Pautada nesses aspectos advindos das narrativas, postulo que a escolarização não se coloca apenas como uma estratégia/dimensão da paisagem, ou como uma sincronia/ponto de largada para um processo que culmina na Autoria Acadêmica Indígena.

Pelo contrário, foi possível evidenciar que, desde um ponto de vista da subjetividade dos indivíduos, a experiência da escolarização foi também constituidora da centralidade que a escola indígena e a Educação Indígena Diferenciada assumem em seus objetos de pesquisa. Das seis teses que se inserem na Grande Área da Educação⁹⁸, todas recortam seus objetos na escola indígena, transitando em análises que buscam discutir suas possibilidades e seus limites, em posições que, ao se considerar seu lugar e posição estratégica, possuem uma afinidade entre si quando a tomam como espaço complementar às suas culturas (BENITES, 2012, p. 86).

4.4 "A PEDIDO DAS LIDERANÇAS TRADICIONAIS INDÍGENAS": NOVAS LIDERANÇAS ENGAJADAS NA ALDEIA, MANEJANDO O UNIVERSAL

Neste ponto de minha escrita, em que busco conhecer o solo que forma a paisagem, desde as lógicas próprias dos Doutores Indígenas de narrar os tempos pensados e vividos entretecidos às formas de viver o espaço, já é possível olhar para

⁹⁸ Conforme Áreas categorizadas pela CAPES, apresentadas no capítulo 2.

os contornos do horizonte apresentado. Alicerçada nas prospecções realizadas, retomo o que discuti sobre a formação de uma Nova Liderança indígena nos anos 90, sublinhando que nos contextos que se colocavam à época para os povos indígenas, habilidades específicas começaram a ser requeridas para o trânsito entre as culturas que se estabelecia, nos marcos jurídicos do Estado brasileiro, às quais os jovens escolarizados e que haviam vivido mais tempo nos espaços urbanos puderam atender.

Em minha perspectiva, os então jovens indígenas, futuros Doutores, uma vez que ocupam o papel de Nova Liderança, passaram a exercer funções centrais aos povos indígenas, funções essas que foram ao mesmo tempo promovendo um deslocamento de papéis em seus grupos étnicos de pertença e possibilitando um processo de autoria que culminou na proposição de uma Autoria Acadêmica Indígena. Aqui, destaco de suas narrativas excertos em que pensam sobre esses lugares, no sentido de que os Doutores Indígenas os articulam, em seus autorrelatos, às suas trajetórias de Autoria Acadêmica, iniciando com a narrativa de Tonico Benites, Guarani, antropólogo.

Como já dito, desde 1994 até os dias de hoje, na condição de representante dos professores indígenas e das terras indígenas em conflito participei ativamente de diversos eventos locais, regionais e nacionais. Como exemplo, quero mencionar minha participação na organização e na articulação dos diversos Aty Guasu (Assembleias Gerais realizadas entre as lideranças tradicionais das famílias extensas Guarani e Kaiowá), congressos, seminários, oficinas, cursos e encontros de professores indígenas, nos quais pude proferir muitas palestras e denunciar questões graves, abordando temas complexos e polêmicos relacionados à questão da recuperação das terras indígenas, da educação escolar indígena, da saúde indígena, entre outros temas de importância para os Guarani e os Kaiowá. Em meio a esses eventos importantes elaborei, muitas vezes, a pedido das lideranças indígenas, documentos diversos escritos em português, nos quais constavam as decisões e as reivindicações das lideranças que reocuparam parte dos seus territórios tradicionais de onde haviam sido expulsos ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970. Em face dos problemas aflitivos que atingiam os Guarani e Kaiowá em geral, escrevi muitas petições e abaixo-assinados indicando as soluções possíveis do ponto de vista que as lideranças indígenas me expunham. Esses documentos foram enviados múltiplas autoridades (executivo, judiciário e legislativo) assim como para as universidades e os pesquisadores de diferentes áreas. Desta forma senti e assumi uma grande responsabilidade, uma vez que minha função era a de transcrever e traduzir em documentos escritos os pensamento e decisões transmitidas de forma oral pelas lideranças tradicionais indígenas das terras em conflito. (BENITES, 2014, p. 19)

À luz dos conteúdos que a narrativa traz, o texto de Tonico concorre para enfatizar o que foi distinguido na sincronia Novas Lideranças, expondo através das

atividades que desempenhou e dos espaços dos quais participou as "peças" que compõem a estratigrafia estudada: o pertencimento étnico Guarani, ligado à sua família extensa; o exercício da docência indígena, nos quadros da Educação Indígena Diferenciada; a participação e atuação na organização de seu povo em seus processos de retomada de territórios e a inserção ao movimento indígena de caráter mais amplo; o envolvimento, como Nova Liderança, em temas pertinentes ao seu povo que transcendem a questão da educação; a articulação aos agentes indigenistas que participaram desses contextos, como Universidades e seus pesquisadores e esferas governamentais; e o uso da escrita como estratégia de luta para os Guarani.

Destes aspectos pelos quais a narrativa de Tonico vai tramando sua trajetória como Nova Liderança à sua Autoria Acadêmica, ressalto a centralidade que as questões de retomada de seus territórios assumem na trajetória social de Tonico e em sua narrativa etnobiográfica focalizada aqui, através de diversas estratégias de organização como a realização das *Aty Guasu*, tema de sua tese de doutorado. Tais temas, nomeados por Tonico de "problemas aflitivos" que os Guarani vivenciam, vão assim adensando as prospecções realizadas⁹⁹, quando apresentei, brevemente, os processos de confinamento a que foram submetidos os Guarani Kaiowá e Guarani Ñandewa, especialmente no século XX, bem como a retomada de seus antigos territórios tradicionais.

Desde essa perspectiva da narrativa de Tonico, realço sua configuração como uma narrativa etnobiográfica, em que suas experiências no tempo e no espaço denotam forte vínculo de pertença territorial e aos ritos da tradição (ROCHA; ECKERT, 2016, p. 120), emergindo desse excerto uma primeira categoria analítica que desejo enfatizar, a de uma Nova Liderança como um intelectual engajado, militante, comprometido eticamente com as demandas de seu grupo étnico. E para a atuação nesse lugar, ele busca demonstrar que possui as habilidades requeridas, de manejo das esferas éticas envolvidas (OLIVEIRA, 2004) denotando em sua escrita que circula pela tradição; que vivenciou os conflitos de seu povo; que ocupa posição ativa e atuante no movimento indígena; que se relaciona com os diversos agentes

_.

⁹⁹ Discussão inserida no capítulo 2. Para aprofundamento do tema, ver LADEIRA, Maria Elisa e ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz. Guarani. **Povos Indígenas do Brasil.** 2003. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa>. Acesso em: 27 nov. 2017.

relacionados à meso esfera, o Estado brasileiro, sejam as estatais, ou a Universidade e seus grupos de pesquisadores.

Ademais, a escrita de Tonico, em mais de um momento, reforça uma ipseidade que é marcada por uma vinculação ao lugar de Nova Liderança, comprometido eticamente com sua comunidade: "na condição de representante dos professores indígenas e das terras indígenas em conflito"; "elaborei, muitas vezes, a pedido das lideranças indígenas, documentos diversos"; "nos quais constavam as decisões e as reivindicações das lideranças"; "soluções possíveis do ponto de vista que as lideranças indígenas me expunham"; "minha função era a de transcrever e traduzir em documentos escritos os pensamentos e decisões transmitidas de forma oral pelas lideranças tradicionais indígenas das terras em conflito". Assim, evidencia-se, em sua narrativa, um forte acento para uma autoria, nesse momento como Nova Liderança, que vai se construindo em nome do coletivo, respaldada pelo pensamento e pelas decisões elaboradas pelo consenso das discussões que se deram na oralidade.

O Doutor Tonico se situa, na reflexão que faz sobre seu processo de escrita de documentos e textos, em uma função de transcritor e tradutor, inserindo a autoria na direção da coletividade. Reside nesse aspecto, de uma "assinatura" coletiva de sua escrita, a identidade narrativa (CARVALHO, 2003, p. 291) que ele imprime ao seu texto, nos contornos de uma formação discursiva na área da Antropologia, de onde ele escreve como pesquisador indígena acadêmico. O que sua narrativa aponta, ao repetir e repetir o entrelaçamento de sua posição ao que sua coletividade anseia e propõe como projeto coletivo, é que esse doutorando que se apresenta "bate à porta da Universidade" como indígena que escreve a partir de seu pertencimento étnico.

Tonico, assim como os demais Doutores Indígenas, assume a responsabilidade de ocupar um lugar de tradução e demarca em seu texto que a universalização – pela inserção em espaços acadêmicos e pela produção de textos nos quadros da Ciência Moderna, conforme suas comunidades linguísticas, ritos e adequações – é realizada a partir de uma ressignificação da Autoria Acadêmica, nos moldes de um coletivo de pertença. No exercício de ocupação de um solo simbólico, como uma deliberação política que parte da aldeia, defendo que os povos indígenas estão a renomear a autoria, na direção, quiçá, do que anunciava Foucault (QUEIROZ, 2011) do desaparecimento da função-autor.

A narrativa que faz Márcia Mura, nascida na cidade de Porto Velho, percorre um caminho diferenciado das Novas Lideranças nascidas nas aldeias. Ela narra esta

etapa de sua trajetória social, da inserção no mundo do trabalho, na militância no movimento indígena e na formação superior, como momentos que se somam às experiências vividas quando criança, nas quais teve origem, segundo ela, sua consciência indígena.

Comecei a trabalhar no Conselho Indigenista Missionário por meio da indicação da minha amiga Mônica, que era secretária da Pastoral da Juventude, da qual eu também fazia parte. Eu tinha 18 anos de idade. A partir daí, iniciei minha atuação na causa indígena, ainda não me assumindo como indígena, mas como aliada e em formação e atuação no grupo de apoio aos Povos Indígenas de Rondônia. Construí minha família, passei no vestibular grávida do meu segundo filho e cursei a graduação de História na Universidade Federal de Rondônia aos 22 anos de idade. Terminando o curso de licenciatura e iniciando o de Bacharelado, cursei a disciplina complementar de História Oral com a professora Fabiola, foi quando começou o caminho que me trouxe até o Doutorado em História Social fazendo uma pesquisa de afirmação de minha história indígena e das comunidades às margens do Rio Madeira e Lago do Uruapeara, das quais faço parte. Falo hoje a partir de todas essas vivências de categuizada desde criança, de jovem atuante na Pastoral da Juventude formada na linha da teologia da libertação, de atuante no grupo de apoio aos Povos Indígenas, de neta de seringueira que passou por um longo processo de afirmação e tomada de consciência indígena até chegar na afirmação Mura. Minha consciência indígena nasce de toda a minha vivência familiar e social, mas se reconstrói a partir da História Oral que possibilitou tecer junto com as comunidades que faço parte as nossas tradições. (MACIEL, 2016, p. 23)

Sua narrativa desfila por um percurso através do qual se pode acompanhar Márcia em suas diferentes vivências, que engendraram seu longo processo de afirmação identitária, conforme ela o percebe. Em sua narrativa, esse percurso é composto por diferentes lugares, tempos e agentes, e por diversas posições nas quais ela se situa – "ainda não me assumindo como indígena, mas como aliada e em formação e atuação no grupo de apoio aos Povos Indígenas de Rondônia" – as quais ela vai demarcando ao longo do texto. Semelhante a um trajeto, em que se parte de um ponto específico para um local de chegada delimitado, a identidade narrativa que Márcia imprime à sua escrita é a de uma "viagem de volta" na direção que Oliveira (1998, p. 66) emprega para o termo, de que uma etnificação é "um ato de comunhão

. ^

¹⁰⁰ O termo "viagem de volta" foi utilizado por Oliveira em 1994 e foi por ele retomado posteriormente (1998). Nesse último texto, o autor discute teoricamente os conceitos utilizados para designar os processos de afirmação identitária empreendidos pelos povos indígenas no Nordeste, apresentando o termo figurativo de "viagem de volta" como uma alternativa para nomear tais processos. Partindo da experiência de um migrante, para o autor o termo "viagem de volta" evita uma polarização do entendimento da etnicidade como processo político ou como lealdade primordial. Para ele, a etnicidade supõe uma trajetória histórica e uma origem, uma experiência primária, mas que podem ser acopladas em saberes e experiências narrativas (OLIVEIRA, 1998, p. 64). Atualmente, seu uso é bastante recorrente entre os povos indígenas e, muitas vezes, o vi sendo utilizado sem uma referência à sua autoria.

de sentidos, de valores, do batismo de cada um de seus membros [...]", ou seja, uma prática social efetiva.

Como indígena pertencente ao povo Mura, que sofreu processo de apagamento identitário, é manejando os princípios de uma ética que emana da macro esfera, mas que reverbera no contexto do Estado nacional – a partir da Pastoral da Juventude, no CIMI, no Movimento Indígena, na Universidade, com a História Oral – que ela retece sua identidade indígena, "puxando o fio da memória", como ela diz, que "possibilitou tecer junto com as comunidades que faço parte as nossas tradições". Desde esse ponto de vista, ressalto que é a partir do campo de possibilidades circunscrito histórica e culturalmente (VELHO, 1981, p. 29) e convertido em múltiplos espaços sociais, que funcionaram como espaços de aprendizagem para Márcia, que ela reconstrói sua "consciência indígena". Um processo identitário amalgamado por sua atuação como pesquisadora da História Oral, é a partir de sua Autoria Acadêmica que sua afirmação étnica vai se colocando, em uma "viagem de volta" que trama éticas, vivências e memórias às narrativas às quais ela se mescla, "nossas tradições", pelo pertencimento étnico.

Para esse tópico no qual me propus a examinar como os Doutores Indígenas narraram e articularam suas atuações como Novas Lideranças ao percurso que os trouxe até o Doutorado, trago ainda um excerto da etnobiografia de Almires Machado.

Ao terminar o científico (ensino médio atual) em 1985, no colégio Presidente Vargas, não tinha outra opção, a não ser ir trabalhar nas usinas de açúcar e álcool, isso se deu até o ano de 1997, em intervalos regulares. [...] Quando voltava das usinas e ia à cidade fazer o rancho, sempre passava de carroça com minha mãe na frente da Universidade Federal e ficava olhando o entra e sai de estudantes, então ela dizia: "um dia você vai entrar aí e sair doutor", ria dos devaneios de minha mãe, pois era impossível querer algo assim naquela época, estar em curso superior, era um sonho quase que proibido para indígenas. No final do ano de 1997, Alexandre chefe de posto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), me convidou para, junto com sua esposa que respondia pela pasta da educação na FUNAI local, escrever um projeto de inserção do aluno indígena na Universidade, montamos o projeto e foi apresentado as universidades, mas a que resolveu aceitar o desafio foi a Universidade da Grande Dourados (UNIGRAN), uma Universidade privada, inicialmente era para abrir espaço para 100 alunos indígenas. Foi nesta Universidade que me graduei no curso de direito no ano de 2004 e logo iniciei uma especialização em Direito Constitucional. (MACHADO, 2015, p. 18)

Nesse trecho, Almires insere um enredo muito evidente, que é o entendimento de que a Universidade se apresenta, consoante o que discuti anteriormente, como uma alternativa para ampliar o acesso a determinadas posições estratégicas, frente aos limitados recursos que eram disponibilizados para ele e sua comunidade, em uma

narrativa bem estruturada, com início, meio e fim amarrados pela trama que ele elege. Na origem de sua narrativa, ele rememora sua posição como egresso do Ensino Médio, para quem não havia outras opções a não ser o trabalho braçal nas Usinas da região. No desenrolar da trama, situa-se o olhar que ele dirige para a Universidade de cima de uma carroça, um desejo talvez percebido pela mãe, que com seu "devaneio" parece vocacionar o filho para o Ensino Superior. E um epílogo no qual se apresenta sua participação e protagonismo na construção das pontes que faltavam para o acesso ao Ensino Superior, a redação de um projeto de política afirmativa que o levaria ao curso de Direito.

Assim, na narrativa etnobiográfica de Almires, como nas de Tonico, Rosani, Edson e Márcia, estão presentes os temas que se evidenciaram na composição do campo e de sua paisagem até o momento: os agentes indigenistas que participam, a FUNAI e as Universidades, o manejo das distintas esferas éticas, a habilidade e vantagem que possui em sendo escolarizado, participar ativamente, como Nova Liderança, na autoria de projetos afirmativos, nos cenários dos anos 90. Nessa direção, nos contextos das Sociedades Complexas Urbano-Industriais em que os povos indígenas se inserem na contemporaneidade, o ir e vir entre cosmologias holista e individualista (VELHO, 2003, p. 34) requer uma grande plasticidade para lidar com as constantes interpelações colocadas pelos espaços urbanos, característica que as Novas Lideranças demostraram possuir.

Encaminhando para a finalização desta primeira parte da tese, desejo ressaltar que a constituição dessa plasticidade, demonstrada pelas Novas Lideranças, se deu a partir de múltiplos espaços formativos. Se a escolarização emerge como um lugar de estratégia, entendo que ela se coloca como complementar aos demais lugares pelos quais as Novas Lideranças circulam, na direção das discussões que os povos indígenas têm realizado em torno da presença da escola em suas vidas (BENITES, 2012, p. 89; BERGAMASCHI, 2014, p. 26). Assim, aprende-se na comunidade, com os anciãos, pajés, conselheiros, caciques e lideranças tradicionais; no movimento indígena, com os parentes indígenas e parceiros não indígenas, lidando com as instâncias governamentais¹⁰²; na escola, inserindo-se como professor indígena em

¹⁰¹ No capítulo 2, "Prospecções", trago a questão de que as populações indígenas da região desde os anos 50 são vistas como uma reserva de mão de obra para o trabalho.

¹⁰² Relembro o leitor que a tese de Daniel Munduruku aborda o caráter educativo do movimento indígena.

contextos e redes de uma Educação Indígena Diferenciada; na associação da comunidade; na sala de aula da Universidade ou no diálogo com os pesquisadores e outros agentes indigenistas que adentram na comunidade.

Consoante a etnografia que levantei até o momento, o lugar de Nova Liderança apresenta-se como um espaço constituidor de aprendizagens múltiplas, composto por diversas tarefas, funções e atividades, aspecto que os Doutores Indígenas ressaltam em suas narrativas, compondo seus percursos formativos apoiados nesses múltiplos espaços, transitando entre dois mundos, manejando e tecendo epistemologias distintas. E inseridos no trânsito cultural que lhes implica em um fazer e refazer de mapas cognitivos, característicos da vida cotidiana dos indígenas das aldeias ou das cidades (VELHO, 2003, p. 45), as Novas Lideranças foram colocando sua atuação também para a vida acadêmica.

Rosani Fernandes reflete sobre como se processou sua opção e entrada no Doutorado em sua narrativa.

Neste novo contexto político, meus trabalhos passaram a ser requeridos pela comunidade tanto nas atividades relacionadas à escola quanto na participação direta nas reuniões das lideranças e associação para tomada de decisão, principalmente com a Empresa de Mineração VALE. Cada vez mais, sentia necessidade de apropriação dos conhecimentos antropológicos para intervenções qualificadas nas demandas da comunidade. Foi então que, depois de quase dois anos de conclusão do mestrado, movida por questões pessoais, profissionais, mas, principalmente pelo compromisso político com a melhoria da qualidade da educação escolar e pela necessidade de estabelecer diálogos a partir dos referenciais da Antropologia com os diversos profissionais que adentravam a comunidade (indigenistas, médicos, educadores, antropólogos, entre outros) prestei a seleção para o curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da UFPA, sendo aprovada para uma das vagas reservadas para indígenas. (FERNANDES, 2017, p. 11)

Sua narrativa inicia colocando a importância que sua atuação como Nova Liderança assumia para sua comunidade, "tanto nas atividades relacionadas à escola quanto na participação direta nas reuniões das lideranças e associação para tomada de decisão", e que nesse fazer ela sente a necessidade de qualificar suas intervenções tomando como base os conhecimentos antropológicos. Destaco em sua construção textual que ela primeiramente demonstra as pautas coletivas às quais ela é requerida a participar e atuar, para só então apresentar seu projeto de Autoria Acadêmica Indígena como uma decorrência dessas demandas, evidenciando que sua autoria se configura como um projeto coletivo, nos termos propostos por Velho (1998, p. 29).

Na reflexão que faz sobre o que lhe moveu ao Doutorado, Rosani sublinha "questões pessoais, profissionais, mas, principalmente pelo compromisso político com a melhoria da qualidade da educação escolar e pela necessidade de estabelecer diálogos a partir dos referenciais da Antropologia", articulando seu projeto individual ao coletivo e a um campo de possíveis que se colocava. O texto de Rosani demonstra também uma compreensão de que para lidar com o mundo branco, citando os agentes indigenistas com os quais ela desejava ter um diálogo mais qualificado, se tornou necessário realizar uma apropriação das mesmas ferramentas.

Uma lógica que concorre com o lugar de autoridade que é conferido à Universidade nas sociedades modernas, em que "é a universidade que lhes dá aquela plataforma de autoridade na qual um intelectual se apóia" (MARGATO; GOMES, 2004, p. 16). Dessa forma, antropofagicamente, os povos indígenas demonstram deslocarse de uma posição de investigados para a de pesquisadores, apropriando-se da Autoria Acadêmica concebida como poder político.

Nessa inversão de posições que vai se estabelecendo pela presença de estudantes indígenas na Universidade, e aqui focalizo o pós-graduação, cabe situar a discussão, mesmo que brevemente, em torno do emprego do termo "intelectuais indígenas". Conforme Bergamaschi (2014, p. 12), os movimentos indígenas e os meios acadêmicos o têm utilizado cada vez mais, em um entendimento que contemporaneamente se direciona para uma proximidade e apropriação políticas, uso que os povos indígenas têm feito, abrangendo tanto os intelectuais da tradição e da oralidade quanto os intelectuais que produzem reflexões a partir do movimento indígena e aqueles indígenas que se dirigem para a Universidade. Ou seja, para os povos indígenas, os intelectuais indígenas se constroem na luta pela reconhecimento e garantia de seus direitos.

Contudo, a autora também destaca que seu uso traz ambivalências, pelo significado que a palavra carrega de um conhecimento que é produzido por um intelecto, de forma, portanto, contrária às cosmologias ameríndias. Ademais, ao nomear que existem intelectuais, a expressão também estaria hierarquizando e regulando a produção e a circulação do conhecimento, denotando uma epistemologia ocidental (BERGAMASCHI, 2014, p. 12). Desde esse ponto de vista, e coerente à paisagem que pude visualizar com este estudo, compreendo que o acesso de indígenas aos quadros acadêmicos, e sua titulação como Doutores, se faz desde um lugar de Nova Liderança que esses indígenas vinham construindo.

Isto é, a entrada para a academia não estaria a caracterizar, em minha perspectiva, uma ruptura nesse papel, antes, expressa um deslocamento como ampliação dessas funções, pela ampliação das redes e pelo empoderamento político. Considerando que a narrativa que denota a reflexão que Rosani faz sobre sua opção pelo Doutorado se alinha também com as justificativas que pude encontrar nas demais teses, afirmo em minha tese que os Doutores Indígenas não se "descolam" do papel assumido como Nova Liderança, pois o compromisso ético que os entrelaça ao seu grupo de pertença, no estabelecimento do projeto de Autoria Acadêmica como um projeto coletivo é expressado e comunicado de forma contundente.

Assim, embora eu compreenda que o uso do termo "intelectual indígena" se reveste de uma importância política de empoderamento dos povos indígenas, no texto de minha tese permaneço utilizando a expressão Novas Lideranças quando nomeio os Doutores Indígenas, demarcando o sentido ético e político que a Autoria Acadêmica Indígena assume, pois entendo que é essa a centralidade que dão em seus relatos, essa é a tessitura sempre presente em suas tramas, como enfatiza Rosani, neste excerto que escolhi para finalizar.

As inquietações em torno dos conflitos pela terra, da negação e afirmação do pertencimento étnico são presentes na feitura deste trabalho, porque também são parte da minha própria história, como "menina da zona rural" pelejando pela vida, desarmando armadilhas e enfrentando muitas dificuldades para alcançar o objetivo de estudar e poder fazer a diferença na família e na comunidade. (FERNANDES, 2017, p. 12)

Nesse trecho com o qual encerro esta primeira parte, em que Rosani situa na narrativa que faz a justificativa de sua entrada no Doutorado, é interessante perceber como ela "volta ao início", retomando os conflitos vividos em sua infância e juventude, "costurando" sua trajetória social à da etnia que ela estuda em sua pesquisa, "são parte da minha própria história". Com esse ato de escritura da narrativa, ela se dilui como autora individual e traz à tona, novamente, uma coletividade na autoria marcada pelo compromisso ético. Desde esse ponto de vista, o excerto da narrativa etnobiográfica "enfeixa" as dimensões percebidas, retoma as sincronias discutidas pelas trajetórias sociais e deixa ver e sentir a composição e o cheiro do solo que fazem parte da paisagem.

E o solo que pude encontrar e que embasa a Autoria Acadêmica Indígena estudada é complexo e rico, composto por inúmeros processos. Mas de seus grãos, gostaria de enfatizar dois que se sobressaem, conferindo a textura principal: o

pertencimento étnico, como lugar de onde se escreve; e o manejo das diferentes éticas, em um trânsito entre dinâmicas culturais que se estabelecem nas Sociedades Complexas Urbano-Industriais, configurando-se, a aldeia e o universal, como os fios dessas tramas indígenas contemporâneas.

PARTE II VESTÍGIOS ENCONTRADOS

5 FOGUEIRAS DA COLETIVIDADE: E OS LUGARES DO NATIVO COMO PESQUISADOR ACADÊMICO, NA ALDEIA

Para o arqueólogo interessado em interpretar os significados da ocupação humana registrados em um sítio arqueológico, encontrar os vestígios de fogueiras préhistóricas constitui-se como uma possibilidade importante, porque, como escreveu Leroi-Gourhan (1988), o fogo e suas funcionalidades estão presentes em quase todas as atividades humanas. Na pré-história, seu uso está ligado à iluminação, aquecimento, proteção, obtenção de matérias-primas, cocção de alimentos e atividades rituais e, sendo assim, a presença de vestígios de fogueiras pode contribuir para o estudo das atividades cotidianas e de rituais em assentamentos humanos.

Em sua perspectiva cultural, isto é, como um fogo intencional que tem origem no domínio de gestos culturais e não de coletas fortuitas, o fogo pode ser compreendido em termos tecnológicos, sociais e simbólicos, como ressaltam Azevedo, Copé e Scheel-Ybert (2013, p. 63) ao estudarem vestígios de fogueiras préhistóricas em sítios arqueológicos no planalto meridional brasileiro, em ocupações de grupos ancestrais aos Jê meridionais. Nessa direção, tomando as fogueiras em suas significações sociais e rituais, aqui anuncio que entre os meus achados encontram-se os indícios das fogueiras acendidas pelos Doutores Indígenas em seus processos de doutoramento, pois considero que, no período em que transitaram entre as Universidades e suas aldeias e cidades de suas origens, aportaram consigo suas coletividades e esta presença deixou marcas no campo estudado, tal qual a fogueira denota um espaço social e cultural central em sítios arqueológicos.

Assim, o foco segundo o qual construo meu texto neste momento se direciona para o processo de construção das teses, desde a entrada dos Doutores Indígenas em um Programa de Pós-Graduação específico, estabelecendo diálogos com

YBERT 2013, p. 65-72).

¹⁰³ Nesses sítios, os estudos desenvolvidos pelos autores ressaltam que as fogueiras encontradas eram de origem doméstica, para cocção de alimentos e fabricação de ferramentas, no interior do assentamento e de origem ritual, para cremação de cadáveres. Sejam domésticas ou rituais, são fogueiras de base côncava, que apresentam um rendimento maior na quantidade de lenha utilizada como combustível, atingindo uma temperatura maior com determinada quantidade de lenha do que em fogueiras de base plana, com uma queima mais lenta, por exemplo (AZEVEDO; COPÉ; SCHEEL-

determinada área do conhecimento, desenvolvimento de pesquisas em campo e escrita de suas teses, até o momento de sua finalização. Volto minha atenção especialmente para os tensionamentos provocados pelos deslocamentos simbólicos vividos pelos Doutores Indígenas, de Novas Lideranças atuantes em suas redes para o lugar de pesquisadores, sendo indígenas.

Para falar desses deslocamentos, inicio refletindo sobre minha experiência de tornar exótico o familiar, em uma posição semelhante à dos Doutores Indígenas, ao realizar uma estadia de estudos de cinco meses, na modalidade de Doutorado Sanduíche, em Montreal, província do Quebec, Canadá, de setembro de 2016 a fevereiro de 2017. A oportunidade de aportar referenciais teóricos na área da Etnologia havia se concretizado no convite formalizado pelo prof. Dr. Robert Crepeau, etnólogo vinculado à Universidade de Montreal, 104 e para além da expectativa intelectual, animava-me a ideia de ter um tempo no qual eu poderia ser apenas estudante.

Nesse momento, busco tecer interpretações sobre essa experiência, alinhadas ao objeto que examino, em um exercício para o qual evoco algumas cenas de minha memória e utilizo igualmente excertos de meu diário de campo, através dos quais pude me reencontrar com os sentimentos derivados de uma viagem que se realizou também no subjetivo.

5.1 DE UMA VIAGEM XAMÂNICA: DESLOCAMENTOS DE UMA DOUTORANDA NÃO INDÍGENA, PARA UM REENCONTRO COM OS INTERLOCUTORES, DOUTORES INDÍGENAS

Chegara finalmente o dia de nosso embarque, 8 de setembro de 2016. Acordamos em tempo para um café da manhã de despedida com a família, malas já fechadas, casa preparada para nossa ausência, recepção lá em Montreal organizada. Olhando de hoje para aquela cena, percebo que vivíamos as fases finais de uma longa

Fonte: Dynamique religieuse de autochtones des Amériques: vers de nouvelles methodes. Disponível em: http://www.ersai.umontreal.ca/>. Acesso em: 02 out. 2015.

¹⁰⁴ O professor Dr. Robert Crépeau se dedica a pesquisas sobre as configurações religiosas de grupos ameríndios na contemporaneidade, integrando o grupo de pesquisa Equipe de Recherche sur les Spiritualités Amérindiénnes et Inuits/ERSAI, vinculada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Montreal, na província do Quebec/Canadá. Os professores que compõem a ERSAI, além do prof. Robert Crépeau, são Marie-Pierre Bousquet, Natacha Gagné, Ingrid Hall, Laurent Jérôme, Jean-guy Goulet, Frédéric Laugrand, Louise Paradis, Enrique Pilco, Sylvie Poirier, Clint Westman.

preparação implicada nesse fluxo de pessoas, informações, produtos e conhecimentos que caracterizam a humanidade, mais fortemente nos quadros das Sociedades Complexas Urbano-Industriais, ao qual nos incorporávamos através desse tempo de estudos em outro país (VELHO, 1981, p. 15). Isto porque se há um fluxo, há também as fronteiras, e, para atravessá-las, é preciso "cruzar as portas" de acordo com as normas institucionalizadas (VELHO, 1981, p. 16).

E foram muitos os trâmites burocráticos para atravessar essas portas, em movimentos que se iniciaram em março de 2015, com o aceite do professor e, depois com as etapas que vieram, a carta formal, a matrícula institucional, incluindo permissões de trabalho e estudo e, finalmente, os vistos, às vésperas do setembro de nossa viagem, após uma longuíssima jornada plena de obstáculos e frustrações, em parte derivados do desconhecimento do assunto por parte das agências envolvidas, enfim ... um trajeto que se aproximou de uma odisseia, a qual se adicionaram as questões de sustentabilidade financeira derivadas do encerramento, naquele período, do acesso às bolsas para a realização de Doutorado Sanduíche, no contexto da crise econômica e política que o Brasil vivia desde 2014.

Dificuldades só superadas pela minha firme proposição em realizar essa viagem, atitude que me auxiliava nos movimentos pelo emaranhado burocrático dessas exigências, e que advinha de uma forte intuição. Eu sentia, mais do que entendia, que precisava fazer essa viagem, visto que o meu objeto de pesquisa, a Universidade e o pós-graduação, me eram familiares, não apenas por ser aluna do Pós-Graduação, mas, especialmente por ser professora nesse espaço há pelo menos 15 anos. Conforme discute da Matta (1978, p. 4), eu divisava que o *locus* do Ensino Superior e seus processos de construção do conhecimento e de autoria acadêmica estavam naturalizados em mim, por "respirar" esses ares desde há muito tempo.

E para olhar de mais longe o que eu conhecia tão bem, fiz um caminho que me colocava para fora da Universidade conhecida, em direção ao Outro. Embora esse Outro se caracterize como um espaço ainda familiar para mim – visto ser também uma Universidade, instituição ocidental, pautada em uma perspectiva de indivíduo moderno, cultura na qual estou inserida – o deslocamento se configurava como um encontro com a alteridade, uma ida que se faz a uma terra distante semelhante a uma viagem heroica, nos termos que da Matta utiliza (1972, p. 4).

No entanto, foi igualmente uma viagem subjetiva, em um descentramento semelhante ao que o Xamã vive, afastando-me verticalmente daquilo que me era

conhecido. Seguindo a metáfora utilizada por da Matta, compreendo que o estranhamento cultural que vivi em minha estada no Canadá se caracterizou também como esse segundo tipo de viagem, realizada pelo sensível. De acordo com o autor (DA MATTA, 1978, p. 5), essa é a via que precisa ser percorrida para estranhar o que é familiar, haja vista que o que foi familiarizado, o foi pelo corpo. E é esse aspecto, o da viagem subjetiva e interior vivenciada no encontro com a alteridade, em conflitos percebidos como dramas, que desejo enfatizar em minha experiência.

Inspiro-me na perspectiva do antropólogo Roy Wagner (BENITES, 2007, p. 120; FERRARI et al., 2011), que tomando a cultura como uma invenção – um ato criativo no qual a cultura é inventada pela relação dos significados construídos entre as culturas, a que observa e a que é observada em posições que se invertem – possibilitou colocar em questão o lugar privilegiado do antropólogo, tomando os procedimentos de observador e observado como equivalentes. Desde esse ponto de vista, essas posições podem ser invertidas, e a antropologia que o nativo faz, buscando compreender o que o antropólogo estuda, é o que Wagner denominou de "antropologia reversa".

Portanto, meu exercício de deslocamento não se coloca como um tornar-se nativo, pelo contrário, pois em sua análise, a atitude é mais próxima à de enxergar o nativo como um antropólogo. Para o autor, o reconhecimento disso é importante na medida em que institui um tratamento simétrico, que contribui para a superação da dicotomia "nós/eles". Nesse sentido é que insiro minha opção em debruçar-me sobre minha experiência de alteridade no Doutorado Sanduíche, que é reforçada pelo fato de que não estão registradas nas narrativas dos Doutores Indígenas as dificuldades cotidianas, os conflitos vividos, os estranhamentos do mundo urbano ou acadêmico, a saudade da aldeia ... essas questões apenas aparecem nas bordas, sutilmente.

As narrativas dos Doutores Indígenas abrangem seus percursos até o momento de sua entrada no Doutorado, cumprindo uma função específica das formações discursivas (QUEIROZ, 2011) associadas a esse tipo de texto de suas áreas que é anunciar o lugar de onde se fala, conforme discuti anteriormente. Assim, as teses se constituem como obras acabadas, produtos finais de um processo de autoria que culminou, nesta etapa, na tessitura de um texto e no ritual de sua defesa.

¹⁰⁵ Ver capítulo 4.

Dessa forma, o "durante" das teses não aparece de forma explícita, e cogitei, então, que o lado "avesso" dessas tramas – que Michel Herzfeld (GOLDMAN, 1998, p. 150) chamou, à propósito da relação estabelecida no campo etnográfico, de "intimidade cultural", aquilo que há de embaraçoso – pudesse ser de alguma maneira alcançado ao tomar as minhas experiências em conta. Nessa direção, busquei "ser afetada" (FAVRET-SAADA apud BENITES, 2007, p 121), entendendo que minhas reações a essas situações foram minhas e que não correspondem às formas como os Doutores Indígenas lidaram com suas experiências.

Além desse aspecto, penso que ao tomar as implicações do encontro com a alteridade desde a minha vivência e das sensibilidades possibilitadas por ela, submeto também o meu texto a um exame analítico. Expondo-me, falando sobre meus incômodos, apresento minha humanidade e, através dela, promovo um encontro reconciliatório com meus interlocutores. Reconciliatório na direção do que Farfan Barroso et al. (2008) discutem, ao investigarem as fontes escritas do pensamento antropológico, de que a posse da palavra em escritos etnográficos está na raiz do ponto de desentendimento trazido pela obra de Rancière, visto que a escrita está referida a um campo de saberes letrados, no qual a voz e a interpretação dos interlocutores-nativos podem não se reconhecer.

Dessa maneira, entendo que na escrita etnográfica que faço, sendo minha a posse da palavra sobre as experiências vividas pelos Doutores Indígenas, as reflexões em torno de minha experiência de alteridade podem promover, em alguma medida, um estatuto científico da escrita etnográfica de base biográfica, um "aconteceu comigo também", conferindo um sentido de base comum ao estudar teses e suas práticas de escrita de autores indígenas (FARFAN BARROSO et al., 2008, p. 7). Volto então no tempo, em minha narrativa, para umas semanas antes de viajar, quando em um encontro de orientação, conversávamos sobre as aprendizagens que seriam possíveis em meus estudos com um etnólogo, e as expressões "beber o peiote" 106 e "fazer uma viagem xamânica" circularam em nossas palavras.

Envolvida nos preparativos, essa fala ficou lá, isolada e esquecida, e não tive muito tempo para interrogar-me, ou afinal, querer descobrir, lá no Quebec, como eu faria isso. Mas agora, no momento da escrita, lembrei-me dela, e cotejando com os desafios de estranhar o familiar que havia me colocado, entendi que deveria voltar

¹⁰⁶ O peiote é uma planta psicotrópica utilizada por xamãs em práticas rituais (MOREIRA, 2014, p. 177).

nos caminhos que eu havia percorrido e pensar sobre os significados de "beber o peiote" e "fazer uma viagem xamânica". Para iniciar minha reflexão sobre essa vivência subjetiva e sua importância, trago um excerto de uma obra que se insere entre a Literatura e a Antropologia, a "Viagem a Ixtlan", de Carlos Castañeda, na qual ele narra suas pesquisas de campo com um xamã mexicano.

Interessado inicialmente no uso de plantas psicotrópicas em atividades xamânicas, aos poucos, é D. Juan que começa a "investigar" o pesquisador e inquirilo sobre suas práticas, praticando a antropologia reversa. No trecho que selecionei, Castañeda dizia à D. Juan que só poderia compreender as coisas que podiam ser explicadas.

Eu disse a Don Juan que minha insistência para encontrar explicações não era coisa que eu tivesse concebido arbitrariamente, só para ser difícil, porém uma coisa tão profundamente arraigada em mim que sobrepujava todas as outras considerações.

- [...] você cede a seus caprichos, procurando explicar tudo. As explicações não são mais necessárias, no seu caso.

Insisti que eu só podia funcionar em condições de ordem e compreensão [...]. - Você é muito esperto – disse ele por fim. – Volta para onde sempre esteve, mas dessa vez você está liquidado. Não tem para onde voltar. Não vou lhe explicar mais nada. O que Genaro lhe fez ontem, fez a seu corpo, por isso, deixe seu corpo resolver como as coisas são. (CASTAÑEDA, 1972, p. 235)

Se do ponto de vista acadêmico, eu prontamente saberia discorrer sobre os conhecimentos adquiridos com a estadia de estudos em outro país, citando quais seminários, disciplinas, obras e trabalhos de campo havia realizado e quais conceitos e perspectivas teóricas eu havia incorporado, instigada por essa epistemologia xamânica, perguntei-me se eu havia "deixado o corpo resolver como as coisas são". Dito de outra maneira, minha questão foi se eu havia conseguido entrar em um lugar de intimidade cultural, divisando o embaraçoso dessa experiência. Para respondê-la, revisitei meu diário de campo e, através dele, rememoro as experiências vividas e como foram sentidas, como no primeiro excerto escolhido, que fala sobre minha primeira ida até a *Université*.

Tudo ainda é estranho, o abrir das portas, o uso do banheiro, onde achar uma lancheria ... A parte do registro burocrático foi simples e como tudo, organizado, metódico e do ponto de vista de uma brasileira, frio e sem empatia. Sinto que as pessoas querem fazer o papel delas e só, não se envolver, e esperam que você dê conta. Se você não dá conta, o olhar de desprezo que te dirigem é cruel. Para os indígenas na Universidade, os choques são bem semelhantes, eles vêm de uma cultura do acolhimento, e as relações na Universidade são complexas para eles. Posso compreender, sentir na pele o que é estar em outro mundo, diferente do seu, e de repente

sentir-se inadequada, só a partir de um comentário. Fragilizou-me emocionalmente, depois de tantos esforços ... (Diário de Campo, 07 out. 2016)

E o que o estranhamento fez ao meu corpo, quais são os signos do sensível nesse trecho? "Do ponto de vista de uma brasileira, frio e sem empatia"; "olhar de desprezo que te dirigem"; "posso compreender, sentir na pele"; "sentir-se inadequada"; "fragilizou-me emocionalmente", são sensações de desconforto, que deixam ver aquilo que não é tão "glamoroso", como algumas pessoas podem pensar, nessas atividades acadêmicas. Se teses finalizadas se apresentam nas normas exigidas, foram revisadas e encadernadas, com textos produzidos com base nos limites colocados por comunidades científicas e seus horizontes teóricometodológicos, configurando as formações discursivas a que a função-autor está delimitada, é preciso lembrar que a escrita do texto final é uma das faces dessas teses, aquela que é mostrada. A outra face, o lado humano desse processo de autoria e que aparece nos diários, é muitas vezes subsumida nos textos científicos. Mas aqui preciso falar disso, é precisamente dessa matéria que este capítulo trata.

Nesse sentido, compreendo que ao olhar para processos de Autoria Acadêmica Indígena a partir da perspectiva de que são resultados de construções, confiro a dimensão que Latour (2000) discute para a Ciência, quando focaliza em sua obra os processos implicados no fazer científico, até chegarem em seus produtos finais, suas obras acabadas. Situo, portanto, tal produção acadêmica como uma Ciência em Construção, uma *Science-in-the-making*, um ponto de vista no qual a Ciência é tomada como um artefato cultural epistemológico e datado, possibilitando considerar o próprio conhecimento como um processo em contextualidade, com sua materialidade negociada entre uma diversidade de atores, humanos e não humanos (MONTEIRO, 2012, p. 139).¹⁰⁷

Assim, a pesquisa se inspira na obra de Bruno Latour (2000), para quem a construção do saber e sua validação não se dão envoltos em uma aura de "mistério"

que colaborou para que a Ciência e o conhecimento epistemológico pudessem ser tomados como produções culturais passíveis de se tornarem também objeto de investigação (MAIA, 2013, p. 11).

dominantes no início do século XX. Já no final do século, ganharam espaço a Sociologia e Antropologia da Ciência, inaugurando um recorte disciplinar que ficou conhecido como Estudos da Ciência, os *Science Studies*. A Etnografia da Ciência surge assim, junto à Nova Sociologia da Ciência, que, na década de 1970, firma-se como campo de investigação com os estudos de Bloor, sugerindo formas de reflexão que ampliaram o alcance até então dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT). Assim, foi a incorporação da etnografia no estudo das práticas científicas a partir de fins dos anos 1970

e neutralidade nos espaços científico-acadêmicos, mas pela forma como circulam em fluxo contínuo entre a sociedade e os cientistas. Em meu campo de estudo, muito embora eu me debruce centralmente sobre obras acabadas de um processo, as teses, situo em um horizonte teórico no qual a Ciência é compreendida como um processo, a partir das reflexões que sobre ele fizeram os Doutores Indígenas, em seus momentos de escrita. Cotejando essas fontes às suas trajetórias sociais e aos campos de possibilidades onde tais processos se colocam, incluindo aqui meu próprio processo de escrita de uma tese, compreendo que foi possível acompanhar e seguir os Doutores Indígenas desde um ponto de vista de "feitura" de suas Autorias Acadêmicas.¹⁰⁸

Para Roberto da Matta, descrições densas em uma etnografia constituem-se a partir de idas até às margens, sendo necessário "[...] sentir a marginalidade, a solidão e a saudade. É preciso cruzar os caminhos da empatia e da humildade" (1978, p. 11), em um confronto interno sem o qual, em sua perspectiva, não seria possível atingir o anthopological blues. Para esse autor, isolar-se e viver uma segregação com doses de sofrimento, é um movimento necessário para se alcançar uma experiência sensível. Sobre esse deslocamento em direção a um isolamento, registrei em meu diário:

Essa questão talvez seja central para entender a questão indígena no Ocidente, na Universidade, na relação interétnica que se estabelece; ter estado naquele lugar, naquela posição, fazer um descentramento de seu lugar ... não apenas o que se diz: colocar-se no lugar do outro. Acho que isso não é possível, somente tendo estado lá. (Diário de Campo, 07 out. 2016)

Percebi que, de uma maneira ou de outra, atravessei meu deserto, "bebi o peiote" e, xamanicamente, deixei o corpo resolver como as coisas são. E, ao final, ao escrever sobre esse deslocamento, ao levar o leitor por minhas memórias, impressões e sentimentos, em um caminho marcado pelo sensível, percebo que também eu fui levada por essa via, de uma maneira que ela pudesse estar presente no texto, auxiliando-me na leitura das narrativas etnobiográficas enfocadas. E assim, sigo daqui para a frente, "costurando" as minhas impressões aos desafios enfrentados pelo lugar de pesquisador que viveram os indígenas estudados.

. .

¹⁰⁸ Segundo Pestre (1996), Latour inova a história social e cultural das Ciências ao trazer novas definições e abordagens, saindo do laboratório e buscando compreender como o complexo técnicocientífico e o corpo social se (re)definem e se (re)constroem simultaneamente.

Para discutir os processos vividos durante a realização do Doutorado, e centralmente a Autoria Acadêmica que deriva de um lugar de pesquisador indígena, faço uma aproximação com três das cinco teses nas quais eu havia feito meu recorte anteriormente: Almires Machado, Guarani, antropólogo, que focaliza em sua tese aspectos da caminhada Guarani, inserindo-se em campo de pesquisa em grupo Guarani estabelecido no Pará; Márcia Maciel, Mura, historiadora, que se debruça em seu estudo sobre as tradições da Amazônia que vivem na memória, junto a populações amazônicas próximas ao Rio Madeira, na perspectiva da História Oral; e Rosani Fernandes, Kaingang, antropóloga, que discute os processos de colonialidade impressos na educação escolar, e que persistem contemporaneamente, entre os Tembé Tenetehara no Pará.

Considerando que desde o lugar de pesquisador indígena estão implicadas questões quanto à entrada em campo, quanto aos seus compromissos éticos para com aquele povo, quanto ao trânsito na cosmovisão da cultura estudada, entre outros tensionamentos que decorrem do fazer pesquisa desde um duplo lugar, acadêmico e indígena, centrei meu olhar para que as narrativas sobre as quais eu me detivesse com mais atenção neste momento, contemplassem uma certa diversidade no que tange às relações entre a origem étnica do pesquisador e a etnia focalizada em seus objetos de campo.

Assim, para este capítulo, busquei entre as cinco teses já recortadas anteriormente, aquelas em que as seguintes relações tivessem se estabelecido: de pesquisador indígena que estuda sua própria etnia, contemplada no estudo de Almires; de pesquisadora indígena que estuda outra etnia indígena, dimensão presente na tese de Rosani; e de pesquisadora indígena que vivenciara processo de afirmação identitária, refletindo-se esse processo em seu objeto de estudo, como na tese de Márcia Mura.

5.2 DOUTORANDOS INDÍGENAS E SUAS COMUNIDADES NA UNIVERSIDADE, "AO REDOR DO FOGO"

Uma das questões envolvidas no trânsito de pessoas entre fronteiras, sejam as nacionais ou entre as da aldeia e do mundo urbano, é que esse trânsito implica em adaptações constantes dos atores a escalas de valores, esferas éticas e conjunto de símbolos distintos da vida moderna, utilizados pelas pessoas nas pequenas e grandes

interações cotidianas (VELHO, 1981, p. 15). Assim compreendo as dificuldades que senti para circular com desenvoltura no espaço, então novo para mim, da Universidade de Montreal, percebidas em minhas primeiras idas para essa Universidade em terra canadense e registradas em meu diário: "Além da questão do domínio da língua, mesmo consultando mapas. Eu não conseguia ter uma visão do todo da Universidade, da organização dos prédios. Senti-me perdida [...]" (Diário de Campo, 10 out 2016).

Na experiência que me propus, minha vivência levantou interrogações sobre as experiências dos estudantes indígenas em cursos de pós-graduação na Universidade. Entre elas, eu me interessei centralmente em compreender como teriam se dado as adaptações que tiveram que empreender os Doutores Indígenas em seus processos de estudo e vida acadêmica na Universidade, consideradas a partir da reflexão que delas fizeram em suas narrativas. Tomei como premissa que, na situação de inserção ao espaço acadêmico e ao mundo urbano, como sujeitos que representam comunidades e coletividades étnicas, necessitaram empreender um duplo esforço: dialogar com os fazeres do mundo acadêmico como sujeitos que demarcam sua diferença e manterem-se em suas redes de pertencimento étnicas.

A presença de indígenas na Universidade, seja na graduação ou em cursos de pós-graduação, implica em discutir como as populações indígenas tem se relacionado com o fenômeno urbano nas diferentes regiões do Brasil, uma questão relativamente recente na Etnologia brasileira. Primeiramente, cumpre pensar que os universos indígenas estão cada vez mais envolvidos com os processos do mundo branco, nas Sociedades Complexas Urbano-Industriais (VELHO, 1981; 2003), em circuitos culturais que abrangem intensas e dinâmicas trocas, tais como o consumo, os processos de monetarização, acesso a bens e serviços, as relações com as esferas governamentais e parceiros, as demandas e circulação nos espaços da Universidade, entre outros aspectos. Dessa forma, a presença indígena nas cidades e metrópoles brasileiras configura-se como uma das faces do fenômeno urbano, que se não é novo – haja vista o antigo e intenso relacionamento que os povos indígenas estabeleceram

¹⁰⁹ Conforme Nunes (2010, p. 11), é desde os anos 2000 que a temática da "urbanidade indígena" começou a ser considerada mais centralmente pela Antropologia como foco de pesquisas, após "o pioneiro trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira (1968) sobre os Terena nas cidades de Campo Grande e Aquidauana, no Mato Grosso, e de quatro dissertações de mestrado do início da década de 1980.

com as cidades - não pode mais ser ignorado nos cenários recentes de direitos aos quais os povos indígenas têm se colocado (NUNES, 2010, p. 10).

Sem pretender esgotar o assunto, intento apenas enfatizar o que pude perceber nos meus fazeres extensionistas e que discuti brevemente neste trabalho de pesquisa¹¹⁰, de que a presença indígena em contextos urbanos ainda porta consigo um "incômodo" que Sevilla e Sevilla Cásas (2013) expressaram como um oxímoro, o indígena urbano. Esse oxímoro se assenta sobre um imaginário social construído com base em um Arquivo Colonial (SOUZA LIMA, 2005) que associa o indígena à floresta, ao mato, e o não indígena, à cidade. Nessa representação essencialista que nega a dinamicidade das culturas indígenas, a presença indígena em contextos urbanos é compreendida pela sociedade nacional, de maneira ampla, como um ato desagregador de sua cultura, que o tornaria, nesse ponto de vista, "menos indígena" do que os indígenas que se encontram aldeados, um preconceito com o qual os indígenas em contextos urbanos precisam cotidianamente lidar. 111

Por outro lado, da perspectiva da aldeia, de suas comunidades de origem, parentesco e lideranças tradicionais e religiosas, o deslocamento geográfico para a cidade e a mudança de papel social – como uma Nova Liderança que agora se coloca também como um pesquisador acadêmico, comprometido eticamente - trazem a prerrogativa de reafirmar vínculos e compromissos com seus povos, através de laços de pertença tramados em redes sempre e de novo acionadas, desde os lugares pelos quais transitaram durante seus processos de doutoramento. Tendo apresentado seu projeto de doutorado como um projeto coletivo, cogitei que para os Doutores Indígenas a manutenção dessa tessitura tivesse assumido grande importância no sentido de materialização dos apoios de toda ordem que se fizeram necessários para sua permanência na Universidade.

Dessarte, procurei ver os vestígios deixados por uma coletividade que se trouxe consigo para a cidade, nos diferentes espaços sociais que pautam o fazer acadêmico de um doutoramento e na produção finalizada, a tese. Entendendo que as fogueiras denotam importante espaço de socialização da coletividade, conforme Azevedo, Copé

¹¹⁰ Ver capítulo 4.

¹¹¹ A essa perspectiva o movimento indígena se contrapõe, demarcando que o descrédito e desmonte da relação de dinamicidade que se estabelece entre a aldeia e a cidade é uma condição não apenas para suprimir direitos, mas também para desqualificar a condição dos estudantes indígenas urbanos como sujeitos de direitos específicos (SOUZA, s/d, p. 4).

e Scheel-Ybert (2013, p. 63), busquei ver as "marcas de carvão" que ficaram, encontrando boas "amostras" desse registro nos agradecimentos feitos nas teses, como na de Almires Machado. Em sua escrita, Almires ressalta a participação de seu grupo étnico em seu percurso, e vai ao mesmo tempo contando a trama de suas redes e de como foram mantidas e acionadas.

Aos parentes Guarani Mbya do tekoa Nova Jacundá, município de Rondom do Pará/PA, Xambioá/TO, Cocalinho/MT e de outros tekoas (lugar de morada), de São Paulo e Rio de Janeiro, quando nos encontrávamos em eventos e falamos sobre o nhandereko (modo de vida) e muitos outros com os quais, por vezes, ao redor do fogo ou debaixo das árvores, nas deliciosas rodas de tereré (bebida de mate gelada), compartilhava momentos de alegria, ansiedade, dor, tristeza, saudade. A todos, por tudo que me ensinaram HÁ°EVETEIKO (muito obrigado). [...] Ao meu pai que não pôde viver o suficiente para me ver conquistando esse título, de cujo conselho não me aparto: "jamais se esqueça de quem você é". Agradeço de forma muito especialíssima a xe jary"ì (minha avózinha) Benedita (*in memoriam*), ensinamentos sobre modo de ser Mbya Guarani. (MACHADO, 2015, p. vii)

Na reflexão que fez, Almires deu ênfase às redes de parentesco com seu grupo étnico, mantidas através de idas e vindas realizadas por ele entre a universidade, os eventos e os *tekoas*, "Ao redor do fogo ou debaixo das árvores, nas deliciosas rodas de tereré". Conforme sua narrativa, nesses momentos de convivência foi possível compartilhar emoções, "alegria, ansiedade, dor, tristeza, saudade" e aprender conhecimentos tradicionais, "falamos sobre o nhandereko (modo de vida)". Para além dessa ênfase, desejo dar relevo para outras questões que se depreendem desse trecho, principalmente o que ele está a demarcar sobre os processos de construção e transmissão do conhecimento na cultura Ava Guarani.

Um primeiro aspecto é que ao descrever e dar relevância aos espaços coletivos de convivência como espaços onde se compartilhavam emoções, Almires escritura um texto do qual ele não só não retira, como dá relevância aos aspectos subjetivos dessa caminhada, seus sentimentos, aportando uma cosmologia do sensível, mais do que do racional. E um segundo aspecto, articulado ao primeiro, é que ele também intenta demonstrar uma forma de construção de conhecimento que se dá na coletividade, em um manejo do conhecimento em processos intergeracionais de transmissão oral dos conhecimentos tradicionais (BERGAMASCHI, 2014, p. 18). Ao final do excerto, nas redes de parentesco com sua família mais próxima, esses aspectos são novamente percebidos, quando Almires enfatiza os apoios nas esferas

espiritual e afetiva, mencionando os conselhos recebidos de seu pai, "jamais se esqueça de quem você é" e da líder espiritual entre os Mbyá, a avó que ensina. 112

Dessa forma, neste capítulo em que intento discutir como os Doutores Indígenas demarcam sua diferenciação étnica ao adentrarem na Universidade como coletividades, busco ressaltar que essa coletividade se apresenta de distintas formas, seja na manutenção das redes e de apoios cotidianos de diversas instâncias, seja no texto acadêmico no qual os Doutores desejam manifestar, sem hierarquizar, que são portadores de outras epistemologias, as quais colocam em diálogo com o mundo acadêmico.

Rosani Fernandes, Kaingang, que em seu trabalho pesquisou as resistências e lutas empreendidas pelo povo Tembé Tenetehara, destaca em seus agradecimentos os laços colaborativos e o compromisso ético construídos com um grupo étnico distinto de seu grupo de pertença.

Este trabalho é fruto de muitos esforços: familiares, coletivos, comunitários, políticos e étnicos. Para além dos objetivos iniciais, a elaboração da tese me possibilitou muitos momentos especiais, conheci pessoas e lugares, estabeleci laços de amizade e colaboração, compartilhei ideias e ideais, construí relações de reciprocidade que não findam com a conclusão do trabalho. Por isso, não poderia deixar de registrar meu agradecimento especial: Aos Tembé Tenetehara de Santa Maria do Pará, à família de Dona Judite Vital da Silva, em especial à Dona Judite pela acolhida sempre carinhosa em sua casa, pelo abraço afetuoso nas chegadas e despedidas, pelas longas conversas, troca de ideias e compartilhar de ideais, pelas lições de vida e pelo companheirismo nas nossas muitas caminhadas e conversas com as pessoas da aldeia. Muito obrigada! (FERNANDES, 2017, p. v)

Rosani dá destaque em seus agradecimentos, ao papel que os Tembé Tenetehara ocupam em sua pesquisa, o de interlocutores que são colaboradores, descrevendo como essa colaboração se deu através do acolhimento, do companheirismo, da interlocução e da troca de ideias e ideais, em uma rede que foi sendo tecida em seu fazer como pesquisadora, na universidade. Consoante a forma como ela se insere entre o grupo, sendo uma antropóloga indígena¹¹³, considero que Rosani demarca essa posição com seu compromisso por essa colaboração, estabelecido através do oferecimento de uma reciprocidade que não se encerra com

¹¹² Conforme Luciano (2006), nas cosmologias indígenas há uma associação entre maturidade e ser velho, pois a pessoa mais velha assume um estatuto importante, de pessoa mais sábia e respeitada da comunidade, e com um lugar resguardado para manter e guardar as tradições, transmitindo o idioma, costumes, valores e tradição religiosa, aspecto também referendado por Marques et al. (2015). ¹¹³ Tópico que discutirei a seguir neste capítulo.

o fim da pesquisa, antes, se concretiza através de um vínculo ético que permanece nas lutas comuns e cotidianas.

Com esse gesto, o do inserir-se em uma teia de reciprocidade, Rosani confere uma identidade narrativa ao seu texto, dizendo que "é alguém de dentro que está a escrever", sublinhando uma diferença entre ela e um antropólogo não indígena. 114 Para este último, mesmo que esteja eticamente vinculado e comprometido com o retorno do trabalho da pesquisa para o grupo étnico no qual tenha se inserido, o final do trabalho no campo também significa um "um até logo" para a convivência cotidiana e para os laços e compromissos de reciprocidade que por ventura tenham se estabelecido durante a pesquisa, distintamente do que ocorre com ela. 115

Para Márcia Mura, que afirmou sua identidade indígena em um longo processo durante sua pesquisa em campo, as redes que se estabelecem e que sustentaram os doutorandos indígenas durante seus processos, não se dão em direção a uma aldeia específica, mas a espaços simbólicos que compuseram sua trajetória social e que ela vai situando em seus agradecimentos.

Minha irmã indígena que compartilhou comigo do fruto do pé de jatobá que ela namora da sua janela e com quem aprendi muitos saberes tradicionais. [...] e tantas e tantos colegas com quem troquei ideias e estabeleci relações políticas, de vizinhança e de solidariedades na moradia e nos demais espaços uspianos. [...]. E à toda rede indígena que passei a fazer parte nas cidades de São Paulo, Porto Velho e outras cidades do Brasil. (MACIEL, 2016, p. 6)

Márcia menciona o envolvimento de parentes sanguíneos e por afinidade em seu trabalho de doutorado, em uma rede que foi sendo constituída a partir de relações afetivas, políticas e culturais, como com os "colegas com quem troquei ideias e estabeleci relações políticas, de vizinhança e de solidariedades na moradia e nos demais espaços uspianos". Seu texto denota uma identidade narrativa (CARVALHO, 2003, p. 291) na qual ela demonstra sua afirmação étnica Mura em um processo de construção identitária, para o qual ela busca, coleta e retece memórias e saberes da

¹¹⁵ A reciprocidade se coloca como uma categoria central para a vida social nas cosmologias ameríndias, entendida como uma comunicação entre sujeitos que se interconstituem no e pelo ato da troca. Dessa forma, "A reprodução das sociedades indígenas é assim concebida e vivida sob o signo de uma circulação de propriedades simbólicas entre humanos e os demais habitantes do cosmos" (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 2006/2010, 2011, p. 72).

¹¹⁴ Essa relação, do antropólogo indígena e as comunidades indígenas que pesquisa, está aprofundada no próximo tópico, neste capítulo.

tradição também em seus espaços da vida cotidiana, como com sua "irmã indígena que compartilhou comigo do fruto do pé de jatobá que ela namora da sua janela".

Ressalto a menção que Márcia faz a uma rede indígena urbana em seu texto, "E à toda rede indígena que passei a fazer parte nas cidades de São Paulo, Porto Velho e outras cidades do Brasil". Como visto em sua narrativa anteriormente¹¹⁶, aos saberes tradicionais que aprendeu com sua irmã indígena, ela insere, sem distinção ou dilemas quanto a uma maior ou menor "autenticidade", sua pertença a uma rede indígena entretecida a partir do espaço urbano. Dessa forma, considero que a escrita de Márcia, bem como o conjunto dessas narrativas, está a indicar uma concepção bastante dinâmica sobre os movimentos de ir e vir entre as aldeias e cidades de origem e as metrópoles onde se deram seus processos de doutoramento, e que se trata de uma compreensão que abrange também os processos de urbanização em que está envolvida parte significativa dos povos indígenas no Brasil (SOUZA, s/d; NUNES, 2010; AMARAL, 2012).

Tributo essa compreensão que expressam em alguma medida à sua atuação como Novas Lideranças, que lhes oportunizou experiências de grande plasticidade nas dinâmicas culturais envolvidas, nos termos que Velho (2003, p. 43) apresenta, com base no que se pôde depreender das trajetórias sociais dos Doutores Indígenas. 117 Dessa maneira, analiticamente, diviso que os Doutores Indígenas percebem a cidade e o espaço urbano como possibilidade para a conquista de novos "aparatos" que os instrumentaliza – que Rosani menciona em sua narrativa sobre sua trajetória social, "como menina do interior, desarmando as armadilhas" – mas que ao mesmo tempo, esses espaços também são assumidos como possibilidade de afirmação, autonomia e empoderamento. 118

Os textos deixam entrever também que os então doutorandos, suas famílias e grupos étnicos, de algum modo promovem uma reorganização nas formas como pensam a identidade étnica e a participação na vida e na tradição do seu povo, ajustando-se dentro de redes de parentescos que se atualizam nos centros urbanos e em outros grupos indígenas e redes indígenas. Portanto, não existe um "estar fora"

¹¹⁶ No capítulo 4, analiso as narrativas de Márcia, nascida na cidade de Porto Velho e afirmada etnicamente como Mura, como uma narrativa em estilo de memórias que justapõe as diferentes Amazônias, urbanas e da floresta, conformando seu processo identitário.

¹¹⁷ Discutidas no capítulo 3.

¹¹⁸ Souza (s/d), aponta para a mesma direção, após trabalho etnográfico entre os estudantes Ticuna, que entendiam que a ida para a cidade se torna importante para aprender sobre os brancos. Nesse sentido, ela utiliza a expressão da cidade como "grande espaço didático".

da aldeia, visto que no momento em que saíram de seus grupos étnicos para realizar o doutorado, o fizeram exatamente porque são parte desses grupos, em um projeto coletivo já manifesto e publicizado como coletivo (VELHO, 1981, p. 29).¹¹⁹

Encerrando este tópico, destaco um excerto de como Márcia Mura sublinha a construção de seu trabalho como um grande "Puxirum".

Esse trabalho só foi possível porque consegui estabelecer uma rede de relações de parentescos e afins e me manter ligada aos espíritos dos antepassados. Foi mesmo um trabalho realizado por meio de um grande Puxirum, um trabalho coletivo entre os parentes sanguíneos e parentes por afinidade. (MACIEL, 2016, p. 6)

Assim, a saída da comunidade, embora seja vivida como uma dificuldade pelo afastamento do convívio com os seus e sentida como dor e saudade, não é vista como ausência ou perda de seus laços étnicos. Como o solo da paisagem demonstrou, foi compartilhando o "fruto do pé de jatobá" e "estabelecendo laços de amizade e colaboração" que mantiveram a aldeia consigo. Esse foi o primeiro vestígio de fogueira que encontrei, aquela que acenderam no espaço acadêmico, a partir de suas redes, nas salas de aula, nos quartos de moradia, nos restaurantes, auditórios e bibliotecas do cotidiano acadêmico, onde se pode quase visualizar os Doutores Indígenas, sentados com seus parentes "ao redor do fogo".

5.3 NA ALDEIA, UMA SEGUNDA FOGUEIRA: NOVAS LIDERANÇAS COMO PESQUISADORES ACADÊMICOS, EM EXPERIÊNCIAS DE ESCRIVIVÊNCIA

Como Doutores Indígenas que focalizaram em seus objetos de pesquisa as demandas societárias de seus povos indígenas ou de parentes indígenas em um projeto de doutoramento que se inscreve como um projeto coletivo, a pesquisa realizada por eles demandou um trabalho de campo empírico em comunidades indígenas. Ressalto que, mesmo quando as temáticas investigadas nas teses envolveram eventos e fenômenos dos quais eles tenham participado diretamente como protagonistas, desde o momento em que se tornam doutorandos, foi necessário

. .

¹¹⁹ A importância da manutenção das redes de parentesco para a permanência dos estudantes indígenas na cidade, em cursos de Ensino Superior, já havia sido demonstrada por Paladino (2006), que estudou esses processos entre os Ticuna. Jorge Romano, nos anos 80, (apud NUNES, 2010) já indicava a questão das redes de parentesco para a permanência na cidade.

"retornar" 120 aos seus grupos, revisitando os aspectos estudados, agora como pesquisadores.

Dessa maneira, focalizo em minha análise um desdobramento dos processos de doutorado, que é o trabalho de pesquisa em campo, seguindo, à la Latour, os traços e pistas sobre essa etapa e suas especificidades deixados pelos pesquisadores indígenas no caminho percorrido por eles. Portanto, tomando como base as dinâmicas culturais das quais participam, focalizadas aqui através dos processos de doutoramento, pontuo que há um trânsito em dois sentidos: o das coletividades que entram pela porta da Universidade, acompanhando os doutorandos indígenas, que portam suas marcas étnicas em distintos momentos; e o da Universidade que adentra nas aldeias e comunidades investigadas em suas teses, através do fazer dos pesquisadores indígenas, também carregando nesse ato as suas tecnologias e códigos simbólicos.

Esse segundo sentido poderia se divisar como mais sutil, menos perturbador, talvez, por tratar-se de indígenas inseridos em seus grupos de pertença étnica e em suas redes étnicas, inserindo-se novamente após momentos de afastamento, saudade e dor, como se evidenciou no tópico anterior. Porém, parti do pressuposto que os aparatos tecnológicos e simbólicos que compõem a pesquisa acadêmica funcionam como os "espelhos" do mundo branco contemporâneo e que, por se tornarem visíveis aos grupos estudados pelos pesquisadores indígenas, denotam que as Novas Lideranças passaram a ocupar novos papéis. Assim, neste momento, intentei dar visibilidade a como, nas reflexões que fazem em suas narrativas sobre essa experiência, os Doutores Indígenas vivenciaram esse deslocamento e como buscaram "acomodar-se" em seus grupos de pertença, desde esse novo lugar.

Nessa posição de pesquisador, interessei-me por duas questões mais centralmente: como se deu a entrada em campo, como pesquisadores indígenas e, uma vez iniciada a pesquisa, como ela se desenvolveu no terreno mesmo; e, nesse desenrolar da pesquisa, busco ver os tensionamentos gerados durante a realização da pesquisa nas aldeias e comunidades indígenas. E para adentrar por essas veredas percorridas pelos Doutores Indígenas, olho novamente para minha experiência de

¹²⁰ Coloco o retorno entre aspas para destacar que compreendo que não houve uma saída de fato, visto terem se mantido ligados aos seus grupos através de suas redes de parentesco. Utilizo a ideia do retorno para expressar que há um deslocamento de papéis, que será discutido ao longo do tópico.

deslocamento, buscando um pouco mais de intimidade cultural para "levar comigo" nesse esforço.

Além do espaço [da Universidade de Montreal] e do acesso a ele, há a questão do papel, do lugar que se ocupa nele nesse descentramento que está sendo para mim o sair de Novo Hamburgo. Na Feevale, sou alguém reconhecida como a professora Inês. [...] Aqui em Montreal não sou nada, nem ninguém, para além de meu vínculo com o professor. Então não é só o espaço que é estranho, mas o lugar social que se ocupa nele, quem você deixa de ser quando ocorre um descentramento destes. Então, a Universidade pode ser, para os de fora, um lugar de invisibilidade. Se está na multidão, mas nada ali é seu, ninguém te reconhece. É como se você fosse um "espírito" que anda por ali, e se você fosse isso mesmo, ninguém notaria de fato. (Diário de Campo, 10 out. 2016)

Rememorando o desconforto que senti pelo deslocamento de meus papéis sociais, busco horizontes teóricos na perspectiva discutida por Velho (1981, p. 34) para refletir sobre os significados dessa experiência pessoal. Para o autor, nos quadros das Sociedades Complexas Urbano-Industriais, a grande metrópole oportuniza aos habitantes uma multiplicidade de experiências que, recebendo estímulos e se deslocando entre ambientes e experiências variadas, de acordo com seus interesses e possibilidades, podem vivê-las como uma intensa fragmentação, o que repercute como uma crise em seus grupos.

Desde esse ponto de vista, meu deslocamento para outro grupo social, em uma cidade desconhecida e para um papel social de estrangeira com uma estadia curta – ou seja, com pouco tempo de inserção para manejar mais habilmente as minúcias da cultura quebequense e universitária em contextos culturais diversos – foi sentido como uma experiência desconfortável, desagregadora até, a qual contrapus o projeto que dava sustentação ao papel que ali estava ocupando, a de doutoranda em estudos de Doutorado Sanduíche. Essa posição explicava aos diferentes grupos sociais com os quais eu mantinha contato – a escola das meninas, a Universidade e seus meandros acadêmico-burocráticos, o senhorio de nosso apartamento, os vizinhos e conhecidos que iam fazendo camaradagem conosco – nossa estadia ali, em uma cidade em que essa experiência de estudos de estrangeiros é usual e até rotineira.

Assim, na direção do que Velho (1981, p. 34) aponta, o projeto "Doutorado Sanduíche" traduziu-se para mim como "uma tentativa consciente de dar um sentido ou uma coerência a essa experiência fragmentadora", em um sentido conformado por um individualismo bastante singular e próprio das Sociedades Complexas. A experiência nessa posição etnográfica similar me possibilitou formular questões sobre

os deslocamentos vivenciados pelos Doutores Indígenas, supondo que seus projetos coletivos possam também ter funcionado como legitimadores das mudanças de papéis, mas com impasses diferentes.

Esses impasses se centram especialmente pelo tensionamento que envolve a Autoria Acadêmica Indígena como portadora de marcas que a caracterizam, de uma inscrição a um espaço ocidental individualista, a Universidade, em projetos que se apresentam como coletivos, sendo o "embaraço" gerado na aldeia o foco de minha escrita nesse ponto de meu trabalho. Para abordar como se deram as entradas no campo de pesquisa com os povos estudados pelos Doutores Indígenas, seu desenvolvimento e os tensionamentos que se evidenciaram nas reflexões escritas em suas teses, apresento como essas etapas foram narradas nas três teses das quais me aproximo neste capítulo.¹²¹

5.3.1 "Chamado para comer": sendo indígena e pesquisador acadêmico, promovendo disrupturas

Inicio trazendo a narrativa de Almires Machado, Ava Guarani, que realizou sua investigação antropológica entre um grupo Guarani Mbya, estabelecido no Pará, onde Almires fez seu Doutorado. Ele conta que ouvira falar dos Mbya de Nova Jacundá na sala de aula do Mestrado, por meio de um colega e amigo que os visitava com frequência, o convidando para acompanhá-lo em uma ida até o *Tekoá*. Na sequência de seu texto, Almires anuncia que enxerga seu trabalho etnográfico como resultado de uma convivência com os parentes Mbya ao relatar: "que me acolheram e incluíram como um etarã (parente no sentido que extrapola o social e o biológico), nas longas conversas em pescarias, caçadas, trabalho nas roxaro (roças) [...]" (MACHADO, 2015, p. 22).

No tekoá (Lugar de morada), feitas as apresentações passei pela usual sabatina de quem entra pela primeira vez na terra do "outro", na condição de ser indígena e guarani, lembrando que na qualidade de Guarani, estava nos domínios de Mbya, conhecia as regras formais a que estava sendo submetido, embora tenha aplicado a mesma inúmeras vezes no tekoha Jaguapirú/MS, minha terra de nascimento, era "estranho" estar no papel de

¹²¹ É um impasse duplo, pois Velho nos lembra que as visões de mundo em que "os indivíduos não aparecem com a mesma nitidez como no discurso humanista-burguês-terapêutico" (1981, p. 36) geram dificuldades para se lidar com esses discursos. Ou seja, na outra ponta, fica a interrogação sobre como a Universidade consegue compreender e dialogar com a Autoria Acadêmica Indígena, questão que procurei responder no capítulo 6, "Sapatos Trocados".

inquirido, tendo que demonstrar o meu pertencimento, minha etnicidade, conhecimentos sobre a cultura, religião, narrativas, ser falante da linguagem, a reciprocidade e os valores da alteridade. Sendo chamado para comer (aceitação plena), passei a conhecer casas e convidado para entrar, discorrer sobre narrativas, interpelado inúmeras vezes a mostrar como era o meu tekoha de origem, nas fotos armazenadas em arquivos no notebook. (MACHADO, 2015, p. 22)

A entrada em campo de Almires denota o deslocamento de papéis que as Novas Lideranças vivenciam ao se colocarem em seus grupos étnicos, ou em grupos indígenas parentes, no lugar de indígenas que são pesquisadores. No excerto selecionado, o estranhamento provocado por esse novo lugar é vivido por ele inicialmente, em sua reflexão de que foi ele o "examinado" em seu pertencimento étnico, nos atos de seu reconhecimento étnico como Ava Guarani, "nos atos formais" empreendidos pelos Guarani Mbya, em uma negociação que certamente seria diferente se ele fosse um antropólogo não indígena, e não um Guarani antropólogo. Para Baniwa (2015, p. 239), tais estranhamentos e acomodações na relação entre indígenas antropólogos e suas comunidades e povos são relativos a um processo ainda em construção de um fazer antropológico próprio, a ser enfrentado pelas coletividades e segundo ele, o momento ainda é o de apropriação cautelosa dos instrumentos metodológicos e conceituais da disciplina.

Rosani Fernandes, Kaingang, que vive e trabalha entre o povo Kyikatêjê, localizado no Pará, foi também aluna do Pós-Graduação em Antropologia da UFPA, através das ações afirmativas desenvolvidas pelo programa. Concretizou sua pesquisa de campo em um grupo que vive processo de reafirmação, os Tembé Tenetehara de Santa Maria do Pará. Em sua narrativa, ela registra que foi apresentada a eles na condição de parente indígena, integrando o grupo de pesquisadores orientados pela antropóloga Jane Felipe Beltrão, também sua orientadora no Doutorado.¹²²

Em sua escrita, ela situa como sua tese se articulou às demandas colocadas por esse grupo, ressaltando os pressupostos da relação estabelecida na situação etnográfica de sua pesquisa, com base no diálogo, na participação e na colaboração entre pares, reforçando sempre sua trajetória de vida articulada com a pauta da educação escolar indígena e das lutas pelos direitos indígenas (FERNANDES, 2017).

¹²² Desde 2009, a Universidade desenvolve atividades de trabalhos e orienta pesquisas nas aldeias do Jeju e Areal, onde vivem os Tembé Tenetehara, atendendo ao convite das lideranças (FERNANDES, 2017, p. 44).

Quando fui apresentada à Dona Judite, fui recebida com um abraço demorado e caloroso, primeiro pelo fato de ser irmã de Edimar Antonio Fernandes, pessoa da cozinha de Dona Judite com quem Almir¹²³ morou em Belém desde quando foi aprovado no processo seletivo para indígenas e passou a cursar enfermagem na UFPA, em 2010, e com quem também morei durante o período que estive em Belém para cursar as disciplinas do doutorado. A amizade da família de Dona Judite com meu irmão e Edimar, que construiu a dissertação de mestrado sobre a associação da aldeia, defendida em 2013, me possibilitou a entrada na comunidade na condição de "irmã de Edimar" e orientanda da professora Jane. (FERNANDES, 2017, p.44)

A entrada de Rosani em campo foi diferenciada da de Almires, visto ela não ser uma Tembé Tenetehara, mas uma parente, introduzida pela Universidade, em uma relação que já estava estabelecida. É preciso considerar que essa entrada se deu em um grupo étnico em processo de afirmação identitária e que demonstra valorizar e manejar a Universidade, seus pesquisadores e seus saberes em um sentido político, de parceria em suas lutas.

Portanto, nessa direção, Rosani deixa ver em seu texto que percebe que os Tembé Tenetehara e suas lideranças nutrem expectativas quanto aos processos de formação de indígenas na Universidade, entendida como uma estratégia 124 para a formação de quadros indígenas para atuar dentro e fora das aldeias, em problemas locais ou integrando órgãos colegiados de formulação de políticas públicas voltadas para os povos indígenas, como reitera Lisboa (2017, p. 26) quando analisa o tema da escolarização e a formação de intelectuais indígenas, em texto que dialoga com as lideranças indígenas.

O excerto em que Rosani narra o início de sua relação com as comunidades do Jeju e Areal também situa a importância, além da vinculação que ela possui com a Universidade, das redes indígenas conformadas nos espaços urbanos pelos estudantes indígenas e suas redes de parentesco, conforme discuti neste capítulo. Sendo assim, é na condição de aliada, como pesquisadora e como parente, respaldada por redes já construídas pelo lugar de pesquisador indígena ocupado por seu irmão, que ela é recebida e inserida na comunidade. Segundo Rosani, o "ser aliada" deriva do fato de que as identidades étnicas postas em contato, sua e dos Tembé, acionam identificações, que ao mesmo tempo em que permitem acessar

. .

Dona Judite Vital da Silva, mãe de Almir Vital da Silva, uma das lideranças Tembé Tenetehara mais atuantes nas comunidades, tendo sido presidente por dois mandatos consecutivos da Associação Tembé de Santa Maria do Pará (AITESAMPA), fundada em 2003 (FERNANDES, 2017, p. 3).

¹²⁴ Dimensão da paisagem levantada nas prospecções do capítulo 2 e no capítulo 3.

lugares e conhecimentos no grupo étnico que pesquisa, também a chama ao compromisso de "ajudar a comunidade" (FERNANDES, 2017, p. 45).

E por fim, retomo a trajetória de pesquisa em História Oral de Márcia Maciel, indígena do povo Mura, inserida junto às populações ribeirinhas do Rio Madeira. Ao narrar sua entrada em campo, ela esclarece que partiu da rede construída com quatro mulheres em sua pesquisa de Mestrado, abrangendo novas pessoas à medida em que as memórias orais iam tecendo comunidades afetivas, configurando, assim, um dos conceitos que ela aborda em sua tese. Conforme Márcia, o conjunto das narrativas objetiva contribuir para a reconstrução da memória indígena existente na região do Rio Madeira, e foi tomado como base para interpretar as manifestações culturais dessas comunidades, como visto nesta narração: "das quais faço parte, mesmo com o longo processo de desterritorializações, e que ainda mantém um vínculo com as tradições, por meio de um fio de memória vinda dos antepassados, e significadas" (MACIEL, 2016, p. 36).

Com base na reflexão que Márcia faz, e retomando os anúncios que também explicitaram Almires e Rosani ao apresentarem seu campo de pesquisa e de como se inseriram nele, sublinho o relevo que os Doutores Indígenas deram para sua pertença étnica aos povos indígenas que estudam – comunidades das quais fazem parte, parentes aos quais eles articulam suas trajetórias de lutas por reconhecimento étnico e com as quais compartilham experiências – enfatizando a identidade narrativa etnobiográfica em sua autoria, ou seja, de que ao escreverem sobre suas experiências no campo de pesquisa, as entrelaçam aos de seus povos (PRELORAN, 2006).

Com relação a tessitura da etnografia em campo, identifiquei uma base comum quanto aos princípios que norteiam as teses das quais me aproximei neste capítulo, que foi o estabelecimento de uma convivência nos espaços sociais e culturais dos grupos étnicos nos quais se inserem, nas interlocuções e nos diálogos interétnicos que se desenvolveram durante suas pesquisas. Uma convivência que abrangeu o tomar parte nos espaços cotidianos, participando de atividades, rituais, e compartilhando, como membro do grupo étnico ou como parente, experiências de indígenas que possuem lutas em comum.

Foi dessa maneira que Rosani participou de atividades nas escolas onde os Tembé estudam, em reuniões da comunidade, em momentos de lazer como os banhos nos igarapés, as festas tradicionais, os jogos de futebol e as caminhadas e conversas na cozinha de Dona Judite. Também convivendo, Almires acompanhou as

caçadas, realizou pescarias e tomou o tererê, em conversas que se estendiam ao redor do fogo ou pelas noites enluaradas. Em sua narrativa que trago a seguir, foi igualmente desse mesmo modo, em "convívio familiar", que Márcia foi experienciando as tradições de que trata em sua tese (MACIEL, 2016, p. 40).

Por trabalhar com a perspectiva da História Oral – tradição oral, sentia necessidade de permanecer junto às comunidades para vivenciar os modos de vida e não apenas fazer o trabalho de entrevistas e retorno para o momento da conferência das narrativas. Estando nas comunidades restabeleci e me descobri em novas relações de parentescos que levaram a ver por meio dessas relações as formas como são repassadas as tradições. Minha base foi Porto Velho onde nasci e construí minha vida. De Porto Velho me desloquei para Nazaré, Humaitá, Urupeara e para novas redes de parentescos indígenas com os Mura do Itaparanã no final do trabalho de campo em julho de 2015 fui até a aldeia Mura Bom Intento, que faz parte da terra indígena Jauari que foi retomada em tempos recentes. Nessa comunidade não fiz entrevistas, apenas fui junto com Lucas Mura, vivenciar algumas trocas de experiências dentre elas a pintura de jenipapo, cantos e danças que compartilhamos com eles e a caça de marrecos do outro lado do rio Madeira na madrugada e em tardes de convívio familiar na beira do Madeira à sombra das árvores.

Da narrativa que destaco da tese de Márcia, em relação à adoção de um trabalho de campo construído com e na convivência, sublinho que tal escolha metodológica se apresenta como um aspecto com potência disruptiva para a área na qual ela inscreve sua pesquisa, a História Oral¹²⁵. Tal perspectiva compreende uma metodologia pautada na realização de entrevistas gravadas, realizadas a partir de um acordo e estabelecimento de relação de confiança entre depoente e pesquisador, mas que não implica em uma inserção de convivência. Conforme a escrita de Márcia, ela ressalta que "[...] sentia necessidade de permanecer junto às comunidades para vivenciar os modos de vida e não apenas fazer o trabalho de entrevistas e retorno para o momento da conferência das narrativas".

Dessa maneira, aponto que a Autoria Acadêmica Indígena está a demarcar contornos singulares já desde o momento em que instaura uma proposição teórico-metodológica diferenciada aos cânones estabelecidos na academia, postura que, para Baniwa (2015, p. 229), se reveste de "um fazer pesquisa próprio", um desenvolvimento

¹²⁵ Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), a "história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea". História Oral. Fundação Getúlio Vargas/CPDoc. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/. Acesso em: 03 fev. 2018.

que concorre na direção de como os povos indígenas enxergam a constituição dos projetos coletivos de doutoramento, uma via para a autonomia.

5.3.2 Pesquisadores indígenas, gravadores, livros e leitura: *Juruá apó*, comportamento de branco

Para abordar a relação das comunidades de origem com as Novas Lideranças que retornam para a aldeia agora como pesquisadores acadêmicos, centro-me nas reflexões que Almires faz sobre sua experiência em campo, como Guarani antropólogo entre seu grupo étnico. Em sua narrativa, ele inscreve as dúvidas e inquietações com as quais iniciou seu trabalho, conforme ele as relembra no momento de sua escrita, e rememora também os incômodos gerados na aldeia por seu novo lugar.

Seu texto é uma descrição rica e densa, produzida a partir de uma relação bastante recente para as comunidades, que é a de indígenas antropólogos estudando suas próprias culturas. Nesse sentido, considero que Almires confere uma "atenção especial" ao tema em sua tese, uma identidade narrativa sobre esse lugar, o antropólogo indígena, compreendendo que os trabalhos desenvolvidos por estes pesquisadores indígenas se colocam – nesse momento em que ainda são poucos os antropólogos indígenas – em uma posição de certa forma inaugural, contribuindo para a construção dessa relação.¹²⁶

Desde esse ponto de vista, selecionei excertos da escrita de Almires sobre esse tema, convergindo-os conforme abordam os mesmos aspectos dessa relação. O primeiro bloco de excertos abrange dúvidas e inquietações que ele expressou ter no início de seu trabalho de campo, e um primeiro "retorno" de como a comunidade passa a elaborar formas de construir o lugar de pesquisador indígena e sua relação com essa posição.

O dilema que surge agora é: como pesquisador, serei visto com desconfiança, por ser pesquisador? Penso que novas formas de colocar o pesquisador no jogo serão elaboradas, pois imagino conhecer as táticas do povo a que pertenço. Então, seremos cavalheiros no trato ou serei atirado à vala comum onde cabem todos os que são vistos como pesquisadores? [...] O eu Guarani assumirá alguma importância ou será invisibilizado pela capa do antropólogo? Serei mais um colonizador acadêmico embora indígena? As dúvidas e a autocrítica sempre serão companheiras no dia a dia, nessa tarefa

¹²⁶ Uma responsabilidade também referida por Rosani Fernandes, Gersem Baniwa e Tonico Benites em suas teses.

de vir a ser e estar antropólogo, enquanto Guarani. [...] Ainda mais que ao mesmo tempo de minha indagação investigativa, estava em campo uma antropóloga paulista e logo chegou ao tekoá (lugar de morada) outro antropólogo carioca para dar início a sua pesquisa de doutorado, então todo tempo estive na mira das comparações e dos aconselhamentos em não incorrer no mesmo "equívoco" da técnica investigativa. Fui chamado à atenção pelo fato de usar gravador: "você é Guarani, tem que ter gravado na cabeça e não nas coisas de Juruá" (branco); esta é a razão de ter poucas entrevistas gravadas. (MACHADO, 2015, p.29)

Em minha análise, compreendi que Almires vai demonstrando que a própria comunidade lhe dá as respostas às inquietações com as quais inicia sua narrativa. Na dupla identificação que agora carrega, o ser Guarani e o ser antropólogo, os Mbyá Guarani sublinham sua inscrição como Guarani, demonstrando que a "capa" de antropólogo – expressão que Almires utiliza referenciando a célebre metáfora de Roberto da Matta (1978) – não invisibilizou sua identidade Guarani. E nessa direção, sua narrativa "desfila" uma série de desconfortos que advieram de seu papel de pesquisador, sendo Guarani.

Em estando no tekoá (lugar de morada), na minha ingenuidade, imaginava que não teria maiores problemas, no entanto quando me apresento como pesquisador, a situação não se mostra tão tranquila como o imaginado, os parentes não conseguiam entender (ao menos aparentavam não entender), porque me "recolhia" ao abrigo de minha casa e ficava horas a fio lendo, sumido por de trás de pilhas de livros e fotocópias. Tinha a impressão que se aborreciam em razão de dedicar muitas horas solitárias a leitura, e não à acompanhá-los em boas risadas nas horas de conversa que se seguiam, ou ainda me recusar a ir pescar em grupo, para ficar fitando papel. Alguns me visitavam e ficavam me observando, chegando a afirmar "você vai ficar louco de tanto ler". O mais instigante, intrigante, é o caso da matriarca do grupo, xe jary"í (nossa avó), ao me ver absorto, concentrado na leitura, com o livro nas mãos, música clássica ao fundo, balançava a cabeça e vaticinava "Juruá apó" (coisas/comportamento de branco). Talvez por estar indo com menos frequência a sua casa para o usual bate papo da tarde, onde discorríamos sobre o nosso modo de ser, até os casos mais triviais. No entanto seu aborrecimento maior estava em quando me atrasava na entrega de garrafadas (remédio), para a mesma, argumentando que estava incorrendo em irresponsabilidade, sendo mesquinho em não prover o que meu conhecimento alcançava. (MACHADO, 2015, p. 29)

Das cenas em que Almires descreve os aborrecimentos que suas atividades de pesquisa pareciam causar na comunidade, depreendo que o principal motivo, que Almires deixa antever, é o fato de que sua nova posição modificou os papéis sociais estabelecidos e regulados pela reciprocidade Guarani. Na visão do grupo, como Almires entendeu, ele deixa de cumprir adequadamente, ou na intensidade desejada, com suas "responsabilidades" advindas da reciprocidade. Em sua narrativa, nesse momento o que "perturbou" a comunidade não é tanto o que Almires faz — embora

lhes pareça estranho, *juruá apó* – mas o que ele deixa de ser e fazer como Guarani que está morando na comunidade, por causa de suas atividades como pesquisador.

Um segundo aspecto me parece ser o de que para a comunidade a posição de um antropólogo Guarani é nova. Explicitando melhor, penso que antropólogos brancos não são uma "novidade" para os povos indígenas – como se percebe pela circulação de outros pesquisadores citados no excerto de Almires – e, por isso, as "regras do jogo" a jogar com os antropólogos *juruá* já estão estabelecidas: quais benesses irão solicitar, como se dará a relação, o que poderá ser dito e o que não. Dessa maneira, Almires cogitou que a relação etnográfica no campo se daria sem impasses, por ele compreender a cultura, sendo Guarani. Mas, do outro lado da relação, para os Mbyá, não foi tão simples compreender o seu duplo trânsito cultural, o que ele trouxe de artefatos dos *Juruá* e que deslocaram os papéis colocados pela cultura Guarani. Encontrei no balanço que Baniwa (2015, p. 237) faz sobre a atuação de antropólogos indígenas uma constatação semelhante.

Para esse autor, é compreensível que nessa relação, do pesquisador antropólogo indígena e sua comunidade, ocorra estranhamento no primeiro momento "como forma de proteção preventiva por ambas as partes, que aos poucos vai se ajustando na medida em que as comunidades vão se apropriando autonomamente das novas ferramentas de luta disponibilizadas pelos indígenas antropólogos" (BANIWA, 2015, p. 237), enquanto as Novas Lideranças, no retorno à sua aldeia em novas posições, vão também se readaptando às suas comunidades, depois de longo tempo de formação acadêmica em contextos urbanos. Nessa direção, Baniwa também adverte que uma adaptação mútua se dará, em uma proposição sua, na medida em que o intelectual indígena, expressão que ele utiliza, se coloque em posição de apoio e engajamento às lutas da comunidade, conquanto se mantenha uma posição igualitária internamente, não hierarquizando sua posição na estrutura social ou política do grupo, visto que hierarquias de poder não se alinham às cosmologias dos povos ameríndios das terras baixas da América do Sul (BANIWA, 2015, p. 237).

Sob esse ângulo, tomando a convivência percebida para a relação etnográfica, no momento em que as Novas Lideranças passam a ser também pesquisadores acadêmicos; considerando a vivência da experiência como forma de construção dos conhecimentos acadêmicos; e percebendo a reflexão sobre seus compromissos, papéis e lugares como indígenas pesquisadores, identifiquei a segunda fogueira da

coletividade em meus vestígios. Essa fogueira é acesa na comunidade, nas relações vividas ou revividas pelos indígenas doutorandos, Novas Lideranças agora como pesquisadores, quando se é aceito nesse lugar e "chamado para comer", "abraçado" ou "envolvido pelas redes de parentesco" nas memórias da tradição. Com tensionamentos, em reflexão e dinamicamente em construção, mas coletivamente acionada.

Nessa direção, trago para finalizar meu primeiro achado neste percurso etnográfico-arqueológico, o conceito de "Escrivivência", concebido e praticado pela Doutora Graça Graúna, escritora e poeta, e do qual Márcia Mura se apropria para estruturar sua tese. No livro "Flor da Mata" (apud MACIEL, 2016, p. 16), Graça Graúna escreve, acompanhando a ilustração de uma fogueira e pessoas em torno dela: "Em volta da fogueira/memória, história/O mundo se recria". Assim, percebo que as fogueiras que sinalizam espaços sociais importantes nos sítios arqueológicos, com as quais abri este capítulo, permanecem como estruturas simbólicas importantes para a transmissão da memória e para os processos de construção e reconstrução das identidades, de onde uma Autoria Acadêmica Indígena emerge como uma experiência de escrita que se afigura como uma escrivivência, pautada em vivências ao redor da foqueira.

6 OS SAPATOS TROCADOS. MAS DE QUEM? DOUTORES INDÍGENAS E EPISTEMOLOGIAS AMERÍNDIAS NA AUTORIA ACADÊMICA INDÍGENA

O campo acadêmico da Arqueologia tem presenciado nos últimos anos um incremento em pesquisas realizadas de forma colaborativa em terras indígenas, compreendendo por esta terminologia pesquisas que envolvem populações indígenas desde a formulação e apresentação dos trabalhos, a definição dos critérios para a realização e do planejamento logístico, até a tentativa de construção de um conhecimento em diálogo, multivocal, que não implique no estabelecimento de consensos, mas efetivamente dialogue e integre as diferentes perspectivas envolvidas na pesquisa, conforme Silva (2011) discute.

Processo complexo advindo de diversos fatores, destaco aqui a participação dos movimentos indígenas nessa modificação de paradigmas, colocando suas pautas e demandas como desafios para a Arqueologia, promovendo um redimensionamento dessa relação entre diferentes saberes, que Silva et al. (2011, p.36) denominaram de "indigenização" da Arqueologia¹²⁷. Quero destacar aqui os resultados desse giro – que em seu desenho mais amplo tem sido conhecido como Arqueologia Colaborativa – entre eles, a possibilidade de construir uma perspectiva que busque compreender a complementaridade de diferentes regimes de historicidade.

Neste último capítulo, para compor a metáfora de um percurso etnográficoarqueológico na qual me inspirei para estruturar a tese, optei por inserir uma linha
teórica de trabalho colaborativo no campo da Arqueologia, no sentido de que ela
estabelece relações com o que procuro discutir, ou seja, o horizonte de uma Autoria
Acadêmica Indígena que tem se proposto multivocal, coletiva e colaborativa. Em
minha tese, defendo que a produção acadêmica empreendida pelos povos indígenas
contemporaneamente apresenta potencialidades para promover proposições
disruptivas nos cânones acadêmicos, em uma diálogo intercutlural e entre
epistemologias que têm sido empreendidas em vários campos do saber científico
ocidental, como exemplificado a partir da Arqueologia, e que, aqui, examino a partir

¹²⁷ Um trabalho realizado nessa perspectiva, em pesquisa arqueológica e etnoarqueológica, foi implementado em maio de 2010, com o objetivo de localizar os antigos assentamentos Asurini que ficavam às margens do igarapé Ipiaçava e verificar o potencial arqueológico dessa parte da T.I. Kuatinemu. Seus procedimentos e primeiros resultados podem ser consultado em Silva et al. (2011).

das teses produzidas pelos Doutores Indígenas na interlocução que estabelecem com as áreas do conhecimento onde se inseriram.

Em obra que busca refletir sobre a presença de estudantes indígenas na UFGRS, José Otávio Catafesto de Souza (2013) discute a questão dos impactos da introdução das Epistemologias Ameríndias integradas à Universidade, como uma possibilidade de ampliar a polifonia das estruturas desse espaço de universalização dos conhecimentos da Ciência Moderna. Inicio este capítulo da tese com a interessante provocação feita por esse autor, sobre o deslocamento de perspectiva e de posições que a Autoria Acadêmica Indígena estaria a provocar na Universidade.

Para Catafesto de Souza, a presença de estudantes indígenas na Universidade é uma oportunidade de "fecharmos um circuito" que nos fez viajar aos territórios distantes para encontrar a diferença cultural e reconhecer a existência de outras formas legítimas de existência humana. Em sua metáfora, no momento atual, "depois de voltar dessa viagem, é preciso aceitar que os nativos venham nos visitar, aprender, competir e compartilhar conosco dentro de nosso espaço íntimo de vida" (CATAFESTO DE SOUZA, 2013, p. 124), oportunizando uma ampliação e fusão de horizontes epistemológicos através da Universidade.

Diante do que pude divisar nesta investigação que tematizou a Autoria Acadêmica Indígena, eu ousaria avançar na metáfora de Souza, dizendo que os indígenas não apenas estão a nos visitar em nossas salas de pesquisa, de onde, tal qual visita que chega e logo parte, ainda os olharíamos de nossa "escrivaninha"/ponto de vista. Antes, os povos indígenas se introduzem na Universidade como sujeitos e coletividades que chegaram para ficar, em uma conquista alcançada como resultado de longo processo de lutas: entram nos gabinetes, instalam-se, sentam eles próprios em suas escrivaninhas, tomam esses lugares, inscrevem seus nomes nas portas, publicam teses e fazem circular suas palavras. E, se ocupam esse lugar, de alguma forma estão a "desalojar" o que e quem aí estava, provocando deslocamentos e rupturas.

Sobre a "chegada" de nativos na posição de autores acadêmicos e seus deslocamentos, aqui focalizo centralmente como ela incide na escrita das teses e nas áreas com as quais dialoga, considerando os aspectos que venho discutindo, advindos do trânsito cultural empreendido por indígenas entre dois mundos. Nesse sentido, cogitei que em se tratando de uma produção que é relativamente recente no Brasil, o momento em que se dá essa produção ainda é inicial e, por esse motivo,

marcado por cautela, impasses, interrogações e também pelas primeiras proposições colocadas sob paradigmas diversos.

Para me aproximar dessa produção e localizar tais marcas, apropriei-me de uma categoria indígena trazida por Márcia Mura em sua tese¹²⁸, a história "Sapatos Trocados. Como o tatu ganhou suas grandes garras" (WAPICHANA, 2014). Na história criada por Cristino Wapichana com base nas tradições de seu povo, dois animais, Kapachi e Aro, realizam uma competição, e em determinado momento, trocam seus sapatos/patas. A partir desse episódio, a história conta como isso mudou a vida deles, porque, conforme o autor, quando se troca um sapato, é preciso reaprender a andar. Inspirando-me na narrativa de Wapichana e na escrita de Márcia Mura, considero que os indígenas, ao se inserirem em espaços regulados por cânones acadêmicos, que exercerem uma função-autor específica (QUEIROZ, 2011), precisam trocar os sapatos e reaprender a andar. Com os novos sapatos, entendo que seguem caminhando, mas que também imprimem a esses novos sapatos o seu "jeito de andar".

Algumas interrogações orientaram minhas interpretações nessa direção: com a entrada de indígenas na Universidade em posição de autoria, tem havido espaço na Ciência Moderna para esse "jeito de andar" indígena? E se há esse espaço, as Epistemologias Ameríndias tem conseguido se colocar em equidade, em simetria, para alcançar uma relação intercultural em que os não indígenas também troquem os sapatos? Para responder a essas interrogações, procurei ouvir as vozes dos Doutores Indígenas em relação a isso, focalizando suas experiências com os diálogos epistemológicos vivenciados na Universidade, permanecendo com os interlocutores que me aproximei nos capítulos anteriores.

6.1 "NO SOM DO MBARAKA", UMA AUTORIA ACADÊMICA INDÍGENA COMO POSSIBILIDADES EM CONSTRUÇÃO

Para pensar nos significados que a Autoria Acadêmica Indígena vem assumindo desde o momento em que ela se coloca em circuitos acadêmicos, transitando também entre as comunidades indígenas e o movimento indígena, procurei ver nas teses que interrogações os Doutores Indígenas levantaram sobre

.

¹²⁸ No decorrer do capítulo analiso o uso que Márcia faz dessa categoria em sua tese.

esse processo, com atenção voltada para a presença de suas cosmologias na escrita. Com base em uma categorização de conteúdos apresentados nos textos, organizei os excertos dos Doutores Indígenas de maneira que eles produzissem uma textualidade em seu conjunto, uns com os outros, e explicitassem seu entendimento sobre a Autoria Acadêmica Indígena. Um dos temas que se evidenciou com força nesse exercício interpretativo foi a apropriação política da escrita acadêmica.

Rosani Fernandes articula sua formação a um projeto político maior, pois, para ela, sua presença na universidade é resultado de lutas que ela também teve a possibilidade de protagonizar, e, nessa perspectiva, Rosani se coloca como parente interessada, em uma posição política comprometida e situada, como um requerimento das comunidades com as quais ela dialoga, tomando seus interlocutores como também autores e autoras de sua escrita (FERNANDES, 2017, p. 62).

Nesse sentido, o trabalho se propõe polifônico, conforme discute James Clifford (1998), pautado na valorização da oralidade como possibilidade de registro das histórias, como estratégia de descolonização e contraponto aos cânones eurocêntricos das elaborações acadêmicas. Para tanto, a escrita, politicamente situada, tem como objetivo, questionar padrões coloniais de dominação que, historicamente se constituíram instrumentos de poder para sujeição e produção da condição de subalternização dos povos indígenas. A apropriação da escrita pressupõe sua desconstrução enquanto instrumento de negação das epistemologias e ciências ameríndias, sufocadas pelas produções individualizadas e ocidentalizadas, para novas elaborações coletivas em favor dos direitos indígenas. (FERNANDES, 2017, p. 5)

Assim, a posição que Rosani assume para a escrita acadêmica que fazem os Doutores Indígenas é a de uma apropriação como desconstrução, "do instrumento de negação das epistemologias e ciências ameríndias", que se daria, em seu ponto de vista, a partir de elaborações de cunho coletivo. Uma perspectiva também defendida por Angela Wilson, do povo Dakota, que compreende que os indígenas, ao acessarem a Universidade, podem contribuir para a recuperação dos conhecimentos indígenas, mediante uma descolonização das estruturas simbólicas e educacionais e de uma reafirmação dos fundamentos epistemológicos e ontológicos indígenas, realizadas desde a produção e pesquisa acadêmica de autoria indígena. Para essa autora, "nossa tarefa é desafiar a academia enquanto um agente de colonialismo e entalhar um lugar para nossas próprias tradições, enquanto temas legítimos de estudo acadêmico, mas em nossos próprios termos (WILSON, 2004, p. 73).

O que depreendo dos textos dos Doutores Indígenas é que eles compreendem e afirmam que possuem o compromisso de contribuir significativamente para a qualificação e ampliação dos debates, postura também assumida por Gersem Baniwa,

que percebe que os indígenas formados na academia, de posse das ferramentas teóricas e analíticas das diferentes áreas do conhecimento e conhecedores das realidades de suas comunidades e povos, possam construir e exercer "processos discursivos críticos e independentes aos preceitos canônicos da disciplina perpetuados ao longo de sua existência" (BANIWA, 2015, p. 237). A apropriação política dos textos da Autoria Acadêmica Indígena pelas comunidades e movimentos indígenas também tem sua relevância sublinhada pelos Doutores Indígenas como instrumento de luta, porque podem, no dizer de Rosani, dar outras formas de visibilidade às trajetórias e reescrevê-las, "suprimidas e sufocadas pela escrita colonizadora que invisibiliza sujeitos e coletividades" (FERNANDES, 2017, p. 6).

Nessa direção, reafirmo o que Almeida e Queiroz (2004, p. 197) discutem, referindo-se aos textos literários indígenas, de que a escrita indígena, ao colocar-se como expressão do que é comum, torna-se política, reordenando a coletividade. Assim, o que parece emergir dos textos produzidos pelos Doutores Indígenas estudados aqui é a percepção de que a Autoria Acadêmica Indígena, como uma expressão coletiva, tem se configurado como uma prática social que se relaciona com suas lutas, e que pode construir "tramas alternativas, engajamentos e práticas descolonizadoras e revitalizações profundas em suas sociedades", como enfatiza também Lisboa ao estudar a constituição de uma intelectualidade indígena escolarizada (LISBOA, 2017, p. 33).

Nesse sentido, sublinho igualmente, como já percebido nas narrativas discutidas no capítulo 4, que a destituição do sujeito clássico/indivíduo ocidental dos textos acadêmicos indígenas para dar lugar a um sujeito coletivo que está a cumprir uma função-autor outra, nos termos que Foucault discute (QUEIROZ, 2011; ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 216), promove um desvio indigenizante nas práticas ocidentais de autoria verificadas na academia e vai, com isso, demarcando e enfatizando a posição política assumida pelos Doutores Indígenas para sua escrita, muito embora esteja presente um tensionamento sobre como é possível minimizar os impactos de uma escrita acadêmica, constituída na perspectiva individualizada.

Com base na dimensão política da Autoria Acadêmica Indígena evidenciada nas narrativas dos Doutores Indígenas, procurei ver, nas narrativas e reflexões que os Doutores Indígenas fazem, se houve a possibilidade de se fazer "nos próprios termos", como mencionou Wilson. O que os textos deixam antever sobre isso converge para a direção do que anunciei, de ser um momento ainda "cauteloso", que

Rosani nomeia como "possibilidades em construção". No sentido de identificar as possibilidades de "trocar os sapatos, mas andar de um jeito seu", um primeiro aspecto que pude perceber é uma escrita construída a partir de uma outra estética.

Na leitura das teses que me detenho neste capítulo, pude notar um acento nesse sentido, quando a escrita é mencionada em sua relação com o corpo, especificamente, em sua relação com as mãos e seus movimentos. Ao tentar criar espaços nos textos que possam figurar um movimento corporal, os Doutores Indígenas aliam-se à uma compreensão da escrita para além de um fonema, tomando-a como a grafia da vida e oportunizando a emergência de uma estética que Almeida (2009) denomina de orgânica.¹²⁹

A escrita dessa tese é uma *mboiningã*: mbo-i-ningã — **um escrever/tecer com as mãos**, os fios de memórias e as vivências das tradições nas aldeias e nos espaços resultantes dos seringais, é mesmo uma escrivivência. (MACIEL, 2016, p.16)

E assim, contando e recontando nossas histórias de vida, fomos aos poucos estreitando os laços e tecendo os fios da convivência, que por vezes se entrecruzam e se confundem. [...] temos em comum o fato de sermos sujeitos e protagonistas de nossas próprias biografias individuais e coletivas, que **não escrevemos sós, e sim com muitas mãos.** (FERNANDES, 2017, p. 7)

Exploro o caminho [...] onde todos nós guarani somos autores do texto, considerando que **somos uma coletividade, embora a escrita saia unicamente pelas minhas mãos.** (MACHADO, 2015, p. 20)

Nesse projeto estético e ético concretizado como uma Autoria Acadêmica Indígena, percebi igualmente nos excertos justapostos uma afirmação da autoria coletiva que atravessa as teses, em muitos e diversos momentos, com uma intensidade que permite pensar que essa demarcação é necessária, tanto porque a Autoria Acadêmica Indígena se inscreve em um campo social pautado pelo indivíduo, o espaço acadêmico, quanto por assentarem-se em um princípio de construção dessa autoria coletiva, própria das cosmovisões ameríndias, e, nesse sentido, precisa ser marcada no texto. Ao anunciarem que escrevem/tecem com as mãos os fios de memórias e as vivências, que estreitam os laços e tecem os fios da convivência e que todos são autores do texto, em minha análise, os Doutores Indígenas estão também a enfatizar que sua autoria coletiva se concretiza através do que aprendem com a sua comunidade, na convivência com os modos próprios de aprendizagem na tradição, que transparece, pela escrita, em seus textos.

¹²⁹ Grifos meus.

Assim, nas dobras das textualidades produzidas pela Autoria Acadêmica Indígena, percebo que tem sido possível constituir uma significativa experiência tradutória (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004), figurando as cosmovisões ameríndias e as vivências ancestrais em produções acadêmicas. Aponto para um outro desses desdobramentos da presença das epistemologias indígenas na Autoria Acadêmica Indígena, que se coloca nos silêncios que os textos portam. A questão dos interditos¹³⁰, aquilo que pode e o que não pode ser comunicado à Universidade e ao mundo branco também indica, ao meu ver, uma das formas como a autoria coletiva se estabelece, através do diálogo entre as lideranças tradicionais, pajés e sábios e os estudantes indígenas de graduação e pós-graduação. Almires relembra sobre os limites colocados pela sua condição de guarani pesquisador, e de como se articulam com a escrita que produz.

Por fim, o estar em campo como pesquisador de acordo com as permissões e possibilidades de interação. (Lembrando que há aspectos da cultura e da nhande roviá (modo de crer), sobre a qual o Mbya guarani não fala ou não quer que seja publicizado, são corpos que neste momento falam em silêncio, assim como me é constantemente lembrado, até onde posso adentrar os rastros da escrita, na condição de guarani pesquisador. (MACHADO, 2015, p. 21)

Desse modo, para os pesquisadores indígenas, esses limites podem tomar a forma de lacunas na escrita do texto, que se revestem, contudo, de significados e presenças ao "falar em silêncio". Sobre esse aspecto, trago a narrativa com a qual Tonico Benites, Guarani, antropólogo, encerrou sua tese. Ele explica que iniciou sua escrita acadêmica abordando sobre o etnógrafo e a sua formação nesse campo e que, para finalizar sua tese, desejava contar como se recorda de sua primeira participação no *Aty Guasu*, as grandes assembleias Guarani que foram objeto de seu estudo, na retomada de seus territórios no Mato Grosso do Sul, como visto em: "harmonia e das

No evento "Educação Intercultural Indígena", realizado pela FACED/Rede Abya Ayla em dezembro de 2014, cujo público era majoritariamente de professores e estudantes indígenas, o tópico sobre o cuidado em relação ao trânsito de conhecimentos indígenas para a Universidade foi bastante debatido. Alguns estudantes, já há mais tempo inseridos na academia, exortavam as lideranças tradicionais para que orientassem os acadêmicos sobre o que poderia e o que não poderia ser falado. (Diário de Campo, 13 dez. 2014).

possíveis contradições entre a condição de pesquisador e membro de meu próprio povo" (BENITES, 2014, p. 250).

Gostaria de relatar minha primeira participação no Aty Guasu. Lembro-me quando tinha 12 anos, naquele momento meu pai e meu avô falaram para mim que já estava na hora de participar do Aty Guasu. Por isso, pela primeira vez, participei da grande reunião ocorrida em Sassoró, juntamente com os representantes e reivindicantes do tekoha Jaguapiré. Recordo do conselho de meu pai que falou para mim, assim: — nós vamos participar do Aty Guasu para garantir a recuperação do tekoha Jaguapiré e outros tekoha. Vamos falar sobre isso com todos os ñanderu e também vamos falar com as autoridades karai não indígenas e entregar documentos. [...] Eles receberam-nos com o ritual, uma menina estava tingindo de urucum o rosto de nosso grupo e o rosto de todos os participantes. Ao chegarmos, no meio da reunião, um líder indígena pediu ao meu pai para se apresentar. O meu pai apresentou todo o nosso grupo, afirmando que os seus integrantes eram de tekoha Jaguapiré. Nesse momento vi e ouvi o movimento e som do mbaraka com a frase de boas-vindas, demonstrando a sua alegria, todos os homens portavam os mbaraka. Fomos recepcionados com as rezas, com os risos e a alegria. Desse modo, pela primeira vez, durante o dia vi e ouvi as lideranças falando em língua guarani sobre vários assuntos, alguma discussão não entendia, por isso perguntava ao meu pai. Os ñanderu e ñandesy quando falavam nesse Aty Guasu, percebi que todos (as) ouviam atentamente. Na sequência as lideranças reafirmavam os discursos e as orientações dos ñanderu. Um dos discursos era sobre a vida da nova geração, falava que os jovens precisavam participar com frequência dos rituais religiosos, sobretudo respeitar e valorizar as orientações dos ñanderu e ñandesy. À noite vi a realização do ritual no pátio, o que durou a noite inteira. O pátio estava cheio, havia vários grupos rezando e tomando a bebida fermentada. Todos participavam dos rituais. Era difícil de dormir. Mais tarde da noite o meu pai falou-me que podia entrar também no ritual. Assim, pela primeira vez comecei a participar do ritual e do Aty Guasu que perdura até os dias de hoje. (BENITES, 2014, p. 253)

Primeiramente, desejo destacar como Tonico apresenta sua opção por encerrar a tese com uma narrativa de sua vivência na Aty Guasu, utilizando um estilo, como ele disse, de quase uma confidência, uma memória, sem reflexões teóricas, diferentemente da escrita mais acadêmica produzida na abertura. Compreendo que com essa opção ele procurou pontuar no texto sua pertença a um lugar que é duplo, buscando uma "harmonia" no papel tradutório em que se situa, como uma Nova Liderança que se apropria da escrita acadêmica como ferramenta de luta. Como Doutor Indígena, Tonico tece uma trama que traz para um texto acadêmico as demandas de seu povo, e como um indígena que se torna Doutor impregnou sua escrita acadêmica com o "jeito indígena".

Desse modo, o leitor pode acompanhar Tonico em sua narrativa etnobiográfica, percebendo, na forma como ele rememora, os significados do Aty Guasu, objeto de sua pesquisa, para o povo Guarani. Através dos sons, das palavras, dos risos, das rezas e das deliberações, uma cena vai sendo figurada pela escrita, até o momento

em que tudo se encerra: o narrador é autorizado a participar do ritual, "que perdura até os dias de hoje". E, nesse momento, a academia fica de fora, em um silêncio que está a falar de uma presença indígena na autoria acadêmica produzida.

6.2 DE EPISTEMOLOGIAS E SAPATOS TROCADOS: UM JEITO DE ANDAR INDÍGENA

Se ao som do *mbaraka*, a Autoria Acadêmica Indígena tem alcançado algumas possibilidades, desconstruindo a autoria ocidental, individual e historicamente colonialista no que tange ao fazer de suas pesquisas e os textos delas resultantes, contudo, há que se discutir algumas questões que permanecem em aberto ao final deste trabalho, ainda que brevemente. Coloco em análise neste momento os diálogos epistemológicos que ocorrem quando cosmologias distintas se relacionam, tendo em conta o que Bergamaschi (2014) ressalta, que por muito tempo o colonizador acreditou que somente ele tinha a ensinar e que, como decorrência, existe uma continuidade do pensamento colonizador, que Quijano (2009) denomina de Colonialidade.

Concordando com esse ponto de vista, Wilson (2004, p. 71) entende que a Universidade se constituiu como um espaço atrelado a propósitos coloniais, dispensando qualquer conhecimento que desafiasse as formas de saber ocidentais. E consoante essa atuação, a presença de estudantes e pesquisadores indígenas e das Epistemologias Ameríndias no meio acadêmico apresenta um desafio particular, que passa por respeitar e valorizar os conhecimentos indígenas como Ciência. Minhas questões se direcionam para tentar pensar de que maneiras a Autoria Acadêmica Indígena tem contribuído para responder a esse desafio, desde o ponto de vista das produções analisadas na tese. Para esta interpretação, detenho-me no percurso realizado pela historiadora Márcia Mura em sua trajetória formativa.

Recupero alguns aspectos da caminhada de Márcia como pesquisadora, apresentados durante meu texto, de forma sucinta, no sentido de que entendo que eles elucidam o que quero discutir. Inicialmente, destaco que Márcia dá uma centralidade às vozes dos depoentes e parceiros em seu trabalho que é pouco comum em trabalhos acadêmicos filiados à História Oral. Assim, consoante a perspectiva que ela postula, Márcia insere as narrativas que trabalhou no campo de sua pesquisa de uma maneira que elas puderam compor integralmente sua tese, cotejando-as

posteriormente ao referencial teórico. Dessa forma, sua autoria conferiu uma concretude a sua postura, que é visível, tátil, em uma percepção que pela leitura vai se adensando, pois suas opções em relação a essas narrativas permitem que elas dialoguem diretamente com o leitor, sem a sua mediação naquele momento.

Sublinho uma outra postura de pesquisa assumida por Márcia que considero bastante autoral no âmbito da área na qual ela se inscreve. Como apontado no capítulo 5, Márcia realizou as entrevistas e registros de suas narrativas de maneira associada a uma experiência direta no campo, participando pela convivência com os grupos focalizados em seu trabalho, compartilhando as tradições que iam sendo tecidas pela memória.

No decorrer da escrivivência da tese fui me tornando parte da rede de escritores intelectuais indígenas, formados por estudantes indígenas, professores indígenas, escritores e sabedores tradicionais que interagem nos espaços acadêmicos compartilhando saberes. Por meio dessa interação foi possível ter acesso a referências teóricas de perspectivas indígenas que embasaram as discussões sobre os modos de vida ligados à natureza como maneiras de ser indígena, questão que é o cerne dessa tese. Sapatos trocados é um conceito que encontrei no livro de Cristino Wapichana "Sapatos Trocados – como o Tatu Ganhou suas Grandes Garras". Gostaria de contar a história toda narrada no livro, mas como isso não é possível, vou mencionar apenas o que eu tomei como ponto de reflexão para pensar meu lugar como pesquisadora sendo parte da própria pesquisa. Desde o mestrado venho escrevendo sobre a minha própria história, por meio da História Oral com pessoas da minha família e as demais da mesma comunidade, mas ainda assim meu olhar sobre as narrativas ainda era muito direcionado pelas teorias acadêmicas. No doutorado, me propus a vivenciar as experiências nos espaços de tradições e buscar a partir delas novos conceitos. Quis aprender com os mais velhos, entender os modos tradicionais da maneira como se aprendem as tradições: fazendo parte delas. Indo para a roça, para a casa de farinha, para as pescarias das mulheres, ricar o peixe, dançar e lutar junto com os parentes nas aldeias atravessadas por rodovias e participar dos Festejos e ladainhas nos espaços de antigos seringais que resultaram nas localidades, vilas e distritos às margens do rio Madeira. (MACIEL, 2016, p. 13)

Nesse trecho de sua narrativa, é possível perceber no processo da pesquisadora Márcia que ela vai demarcando uma ruptura epistemológica em sua escrita: "por essa interação foi possível ter acesso a referências teóricas de perspectivas indígenas"; "me propus a vivenciar as experiências nos espaços de tradições e buscar a partir delas novos conceitos"; "entender os modos tradicionais da maneira como se aprendem as tradições: fazendo parte delas". Há em suas opções, denotadas em sua narrativa, um "jeito de andar" que é indígena, que ela vai construindo durante seu doutoramento. Nesse sentido, ela foi também entretecendo

seu pertencimento a essas tradições, e, de pesquisadora, passou a fazer parte dos grupos de seu estudo.

Uma ruptura epistemológica que percebi, principalmente, na crítica que Márcia faz a autores e teorias acadêmicas ocidentais, buscando apoiar-se em produções indígenas que a levam a construir categorias de análise para sua tese emanadas das cosmovisões indígenas. Considerando o que discuti até aqui em meu trabalho, concordo com Bergamaschi (2014, p. 15) que a Ciência Moderna está se modificando, desconstruindo o paradigma cartesiano e aprendendo com os indígenas americanos. Para corroborar sua percepção, a autora traz para a análise diversos trabalhos acadêmicos produzidos por estudantes indígenas no âmbito da UFRGS, apontando para as Epistemologias Ameríndias presentes nessas produções, em diálogo com a academia. Nesses trabalhos, segundo ela, metodologias diferenciadas são propostas, uma "corporalidade dos saberes" emerge dos textos e a concretude de um diálogo intercultural que efetiva o dinamismo da tradição, em consonância com os parâmetros da academia, se evidencia (BERGAMASCHI, 2014, p. 23).

Contudo, é preciso situar que tais rupturas não se dão sem ruídos, pois o encontro da academia e da Ciência Moderna com os conhecimentos indígenas é pautado por muitas incompreensões, diante das quais se coloca a necessidade e o compromisso da ciência acadêmica em ser menos totalitária, colonialista e hierarquizadora das relações humanas, como pontua Gersem Baniwa (2015). Para Bergamaschi (2014, p. 26), a troca só é possível se houver equivalência de saberes e conhecimentos, se os dois lados estiverem em reciprocidade. E é nesse sentido, no campo de forças que se estabelecem na academia, que Baniwa (2015, p. 238) compreende que reside o compromisso dos intelectuais indígenas no pensar o seu lugar nas comunidades, mas também na Universidade, como uma militância que ele denomina de epistemológica.

Para além dos ruídos e incompreensões que estão a indicar impasses ainda a resolver, e encaminhando meu texto e meus achados para uma finalização, desejo destacar, com outro trecho de Márcia Mura, que a Autoria Acadêmica Indígena tem logrado alcançar uma tessitura na escrita na qual os conhecimentos indígenas, com seu sentir emocional, estão presentes.

Costurar com as mãos é uma tradução possível para a palavra escrita, que não existia antes do contato com os não indígenas, na língua wayoro ou ngwayoro do Povo Wajuru. Estava numa aula de nheengatu e falávamos sobre como os sentidos das palavras indígenas podem ser referências

conceituais em nossos trabalhos acadêmicos, como, por exemplo, a concepção de escrita. Mencionei que é comum nos utilizarmos da imagem de Penélope tecendo e destecendo o xale à espera de Ulisses como metáfora do tempo da memória e da própria escrita dessa memória. Foi quando a Antônia Fernanda de Souza Nogueira, que é pesquisadora da língua wayoro, nos explicou que nessa língua 'escrever' é mboinningã. De acordo com seus estudos, cada parte da palavra seria: mão-marca.de.objeto-tecer/costurar e o significado literal seria: (algo que indica) "a mão tece/costura. Para os Wajuru, tecer também se tornou o ato de escrever. Tão poético como a imagem de Penélope tecendo seu xale é a imagem de uma Wajuru tecendo com linhas feitas de fios de tucum uma bolsa tradicional, o chamaro marico. (MACIEL, 2016, p. 15)

Na Autoria Acadêmica Indígena analisada, e aqui representada por esse excerto de Márcia Mura, percebo que as Epistemologias Ameríndias inserem o pensador no seu objeto de estudo, em lugar de cortá-lo e distanciá-lo desse mesmo objeto, algo próximo a inserir o olho que vê a paisagem, como afirma Almeida (2009), e, nessa direção, encontram-se potencialidades disruptivas para a ciência de origem cartesiana, para que esta também "troque seus sapatos". Porém, na intersecção promovida entre essas epistemologias pela entrada de indígenas na Universidade, entendo que há também — e nas teses produzidas isso se evidenciou — um tensionamento vivido pelo Doutor Indígena entre a cosmovisão ameríndia e o projeto de autoria dos povos indígenas e o atendimento ao diálogo acadêmico, aos cânones acadêmicos-científicos.

Dessa forma, existe a crítica e a transgressão a esses limites, um "jeito de andar indígena", mas ressalto que ele se dá em conformação aos limites colocados pelo mundo acadêmico, portanto, com sapatos trocados. Nesse meio-fio tenso, os Doutores Indígenas caminham, adequando-se, mas também questionando, pressionando e borrando fronteiras, dinamicamente. No lugar de duplo pertencimento em que vivem, também sentido na aldeia, vão manejando e tecendo tramas indígenas contemporâneas, pautados pelo compromisso com seus povos, como enfatiza Rosani, "Por isso, o desafio não é somente fazer um trabalho academicamente aceitável para a conclusão do curso, mas produzir reflexões que possam contribuir coletivamente" (FERNANDES, 2017, p. 62).

Desde essa perspectiva, os Doutores Indígenas estão, com a Autoria Acadêmica Indígena, a defender a cientificidade dos conhecimentos indígenas em diálogo com a Ciência Moderna, construindo possibilidades de relações mais simétricas, em busca de poder calçar seus próprios sapatos, "dialogando prá valer", conforme postula Viveiros de Castro (1999), no balançar do *mbaraka*.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar minha escrita, olho para o caminho percorrido na com-vivência com meus interlocutores, em uma tentativa de retomar as respostas que fui construindo ao longo da tese, em um cenário onde a presença indígena na pósgraduação e as reflexões nesse sentido são recentes e necessitam ainda de aprofundamento e visibilidade. Assim, apresento minha tese como uma contribuição que se dá na direção das "possibilidades em construção", como mencionou Rosani Fernandes, em um processo que também para mim se colocou como uma "escrivivência".

No capítulo 2, "Prospecções: delimitando o campo estudado, uma paisagem que se conforma", acredito que foi possível perceber a paisagem onde a Autoria Acadêmica Indígena vem se inscrevendo, visto que dimensões do panorama do campo estudado se descortinaram, como a busca pela escolarização e formação acadêmica como uma estratégia dos povos indígenas, em processos de Autoria que se inscrevem como dinâmicas culturais, engajados às demandas societárias de seus povos. Nos objetos estudados pelos Doutores Indígenas, a questão da "retomada" é um tema recorrente, seja de terras, seja de suas identidades étnicas ou de suas tradições, processos nos quais os temas das Línguas Indígenas e da Educação Escolar Indígena demonstraram ocupar um lugar central.

Nesse capítulo, a paisagem conformada permitiu ver também o alinhamento entre os objetos estudados e os processos vivenciados pelos diferentes povos indígenas no território brasileiro, com suas diversidades culturais e especificidades derivadas das diferenças de experiências advindas do contato com o mundo branco colonialista. Dessa maneira, nestas considerações finais, intento demonstrar que as prospecções realizadas apontam para a Autoria Acadêmica Indígena como um projeto coletivo que se coloca como uma estratégia na busca por autonomia e protagonismo.

No capítulo 3, "Caminhando nos percursos dos doutores indígenas: trajetórias sociais e sincronias que se estabelecem", no qual andei pelas trajetórias sociais dos Doutores Indígenas, foi possível estabelecer convergências e características fortemente coletivas, em ritmos que perduram no tempo como sincronias, como a escola e sua articulação às trajetórias dos Doutores Indígenas; a constituição de uma atuação como liderança na comunidade e a posição assumida como Doutor Indígena, após a obtenção do título acadêmico.

Nas trajetórias sociais e nas sincronias percebidas, colocou-se fortemente o campo de possibilidades gerado pela emergência de um novo horizonte ético no relacionamento dos povos indígenas com o Estado Nacional brasileiro, pautado constitucionalmente pelo respeito à pluralidade étnica e cultural e concretizado, a partir dos anos 80, em processos de revitalização e fortalecimento das culturas indígenas, via Educação Escolar Indígena e retomada e fortalecimento de suas línguas e culturas, processos aos quais a Autoria Acadêmica Indígena se articula.

Desses aspectos, desejo ressaltar, pela análise dos percursos, que a proposição do projeto de doutoramento se fez como um projeto coletivo articulado às trajetórias de Novas Lideranças, que ocupam lugares estratégicos de mediação para os povos indígenas. Esse projeto coletivo está revestido pelo empoderamento que o título de Doutor permite, evidenciado na ampliação da circulação em esferas mais amplas, nos quadros de intensos fluxos culturais das Sociedades Complexas Urbano-Industriais e na participação em espaços propositivos de ações assertivas, de construção de políticas públicas afirmativas e de formação de pessoas, especialmente, de indígenas.

No capítulo 4, "Do solo que compõe o campo: nas narrativas, a aldeia e o universal que habitam nos Doutores Indígenas", eu me aproximei de alguns dos Doutores Indígenas, a partir de suas narrativas compreendidas como etnobiográficas, analisando suas reflexões sobre as implicações entre os processos de escolarização vividos, a atuação como Novas Lideranças, seus processos identitários e o projeto de Autoria Acadêmica Indígena. Assim, um dos focos do capítulo colocou-se sobre o trânsito entre os dois mundos, na medida em que ser uma Nova Liderança requer plasticidade e habilidade para dar conta do ir e vir entre mundos e cosmovisões diferenciadas.

Desse esforço, emergiu minha compreensão de que a posição de Novas Lideranças que ocupam, traduzindo e transitando entre a aldeia e o universal, está fortemente articulada, sendo constituidora diretamente, do projeto para o pósgraduação. Nesse ponto, dialogo com Gersem Baniwa (2015, p. 237), quando ele discutia a associação entre a formação de pesquisadores indígenas com a posição que ocupam como lideranças da comunidade, interrogando-se, "por coincidência ou não". Postulo, pelo que discuti neste trabalho, que não há coincidência, e, dessa forma, a categoria Nova Liderança não é subsumida pela de pesquisador acadêmico, mas que a ela se adiciona uma militância acadêmica e epistemológica.

Ao me debruçar sobre o texto das teses, isto é, sobre a produção resultante do fenômeno social analisado, apresento essa escrita como uma trama indígena contemporânea, pela tessitura que a Autoria Acadêmica Indígena realiza. Inscrita em uma paisagem específica, uma teia de significados, a Autoria Acadêmica Indígena, que se denota a partir das narrativas etnobiográficas estudadas, novamente assume contornos de um projeto coletivo, e, nessa direção, o doutorado é uma apropriação do mundo branco, um ato político. Assim, escreve-se para destinatários plurais, manejando os códigos acadêmicos e demarcando a identidade indígena simultaneamente.

Nesse sentido, o texto escrito que resulta desse processo está "encharcado" pelo tensionamento entre um autor-coletivo que "bate à porta" dos Programas de Doutorado e um sujeito-autor, o indivíduo em si, que pauta a autoria acadêmica resultante do construto da Ciência Moderna. As narrativas denotam esse tensionamento, em tramas entretecidas habilmente pela convergência entre os objetos estudados, as áreas e suas epistemologias específicas nas quais se inserem e as demandas societárias colocadas, em diálogo com suas epistemologias próprias.

E dessa trama se projeta uma autoria diferenciada, na qual o sujeito se perde no estilo, reaparecendo no traço como uma autoria plural. Fica claro também que esta é uma outra escrita, se escreve com outra cosmovisão, com o corpo, com a oralidade, com uma episteme que não prioriza a razão, antes, dá lugar para a emoção, evidenciando a presença das Epistemologias Ameríndias. E se os textos produzidos pelos Doutores Indígenas se apresentam como denúncias dos epistemicídios vividos em seus percursos, constroem-se também como atos de resistência e luta, na tentativa de imprimir no bojo da Ciência Moderna, diálogos epistemológicos, um fazer da Ciência próprio.

O capítulo 5, "Fogueiras da coletividade. E os lugares do nativo como pesquisador acadêmico na aldeia", caracterizou-se como um vestígio encontrado, tendo como uma ideia central o olhar para a Autoria Acadêmica Indígena desde a perspectiva de uma Ciência em construção, em uma tentativa de perceber no texto a reflexão que os Doutores Indígenas tiveram desse processo. Nesse capítulo, percorri os meandros dos processos de Doutoramento e olhei para os lugares distintos que passaram a ocupar, como pesquisadores indígenas na Universidade e como indígenas pesquisadores nas aldeias e comunidades de origem, a partir das narrativas nas quais refletem sobre essas experiências. Analisei como buscaram responder aos

deslocamentos de papéis e posições pelo trânsito entre esse duplo lugar, nos contornos das Sociedades Complexas Urbano-Industriais, que exigiram enorme plasticidade e adaptação, buscando os vestígios deixados.

E como marcas visíveis de uma autoria que se fez de forma coletiva, encontrei as marcas das fogueiras deixadas, que sustentaram os Doutores Indígenas mediante laços de pertencimento constantemente tramados entre as aldeias e locais de origem e a Universidade. As fogueiras também denotaram a questão das Epistemologias Ameríndias, quando a entrada em campo e as metodologias foram construídas postulando rupturas nos cânones teórico-metodológicos das áreas com as quais as teses dialogam, sublinhando um "fazer pesquisa" que se apresenta com modos próprios e se coloca como "possibilidades ainda em construção".

Ao final, no capítulo "Os sapatos trocados. Mas de quem? Doutores Indígenas e Epistemologias Ameríndias na Autoria Acadêmica Indígena", procurei discutir os deslocamentos provocados pela entrada do pensamento indígena na Universidade. A partir dos textos produzidos nas teses, foi possível evidenciar que a Autoria Acadêmica Indígena tem impresso cosmologias e Epistemologias Ameríndias no bojo de uma prática de escritura ocidental, como é a acadêmica. Pela escrita coletiva e colaborativa, pela apropriação política da Autoria Acadêmica, pela inserção de um projeto estético e ético, pelos silêncios que falam e pelas rupturas epistemológicas efetuadas, calçando os sapatos teóricos da Ciência Moderna, defendo que tem sido possível construir uma Autoria Acadêmica Indígena, com um jeito de andar indígena.

Os limites dos diálogos epistemológicos, as dificuldades e os enfrentamentos a serem feitos no campo social efetivamente são ainda desafiadores. Especialmente na questão das áreas com as quais as teses dialogam, concentrada que está a Autoria Acadêmica Indígena na Grande Área das Ciências Humanas. Nesse sentido, compreendo que minha pesquisa levanta muitas outras questões, por exemplo, uma melhor discussão entre a Autoria Acadêmica Indígena e o campo das Ciências Exatas. Por outro lado, considerando essa autoria como um fenômeno social em emergência, intentei construir um trabalho com características prospectivas, isto é, mais amplo horizontalmente, no intuito de fornecer pistas para a compreensão de uma paisagem que vai se conformando, e, dessa forma, propiciar questões para outras pesquisas, como nos sítios arqueológicos que mesmo escavados, continuam a guardar possibilidades interpretativas, nos laboratórios ou no registro da terra.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria; FERREIRA, Maneta de Moraes (Org.) **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. **Na captura da voz** - As edições da literatura oral no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Desocidentada: experiências literárias em terra indígena. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

ALVES, J.A. Lindgren. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. **Revista Brasileira Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 198-223, dez. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7329200200020009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 fev. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-7329200200020009.

ALVES, Jean Paraizo. **Em busca da cidadania**: escolarização e reconhecimento de identidades indígenas em dois países americanos (Brasil e México). 2007. 349 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

AMARAL, Wagner Roberto; BAIBICH-FARIA, Tânia Maria. A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagogógicos.** Brasília, v. 93, n. 235, p. 818-835, Dez 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812012000400014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jan. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812012000400014

ARRUTI, José Mauricio. Etnogêneses indígenas. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Org.) **Povos indígenas no Brasil**: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, p. 50-54.

ATHIAS, Renato; PINTO, Regina Pahin (Org.). **Estudos indígenas:** comparações, interpretações e políticas. São Paulo: Contexto, 2008. (Série Justiça e Desenvolvimento).

AZEVEDO, Leonardo Waisman de; COPÉ, Silvia Moehlecke; SCHEEL-YBERT, Rita. **Considerações para o estudo de fogueiras nas terras altas sulbrasileiras.** Dez 2013, p. 63-74. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/306281271>. Acesso em: 27 dez 2017. DOI: 10.19177/memorare.v1e1201363-74

BANIWA, Gersem. Os indígenas antropólogos, desafios e perspectivas. **Novos Debates.** vol. 2, n.1, janeiro 2015, p. 233-244. Disponível em:

http://novosdebates.abant.org.br/index.php/numero-atual/139-v2-n1/opiniao/210-osindigenas-antropologos-desafios-e-perspectivas. Acesso em: 17 jun. 2015.

BELTRÃO, Jane; CUNHA, Mainá Jailson Sampaio. Resposta à diversidade: políticas afirmativas para povos tradicionais, a experiência da universidade Federal do Pará. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 10-38, jul./dez. 2011. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/21822. >. Acesso em 20 nov. 2017.

BENGOA, José. La emergência indígena em America Latina. Santiago/Chile. Fondo de Cultural Econômica, 2000.

BENITES, Luiz Felipe Rocha. Cultura e reversibilidade: breve reflexão sobre a abordagem "inventiva" de Roy Wagner. **Campos**, n. 8, v. 2, p. 117-130, 2007.

BENITES, Tonico. Tradições e conhecimentos Kaiowá e história das formas de dominação. In: LUCIANO, Gersem José dos Santos; HOFFMANN, Maria Barroso; OLIVEIRA, Jô Cardoso (Organizadores). **Olhares indígenas contemporâneos II.** Brasília: Centro indígena de estudos e pesquisas/CINEP, 2012.

_. *Rojeroky hina ha roike jevy tekohape*. (Rezando e lutando): o

movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. 270 p. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2014.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **NEMBO'E Enquanto o Encanto Permanece! Processos e Práticas de Escolarização nas Aldeias Guarani**. Porto Alegre: UFRGS. 2005. Tese (Doutorado). UFRGS. Faculdade de Educação. Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2005.

______; SILVA, Rosa Helena Dias da. Educação escolar indígena no Brasil: da escola para índios às escolas indígenas. Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 124-150, jan./jun. 2007.

_____; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola kaingang. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 55-75 – 201, 2010.

_____; KURROSCHI, Andreia Rosa da Silva. **Estudantes indígenas no ensino superior:** o programa de acesso e permanência na UFRGS. Políticas educativas, Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 1-20, 2013.

_____. Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 14, n. 26, p. 11-29, jan./jul. 2014.

BRITO, Edson Machado de. **A educação Karipuna do Amapá no contexto da Educação Escolar Indígena diferenciada na Aldeia Espírito Santo**. 2012. 184 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado em Educação, História, Política e Sociedade. 2012

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

____. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico.
São Paulo: Unesp, 2004.

____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes. **Usos**

BRAND, Antonio; NASCIMENTO, Adir Casaro; URQUIZA, A. H. Aguilera. A relevância do patrimônio cultural na afirmação étnica dos acadêmicos índios nas cidades. In: PEREIRA, Walmir; TAMAGNO, Liliana (Org.). **Experiências contemporâneas Latino-Americanas**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

e abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2006, p. 183-191.

CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara et al. O observatório da educação escolar indígena e a experiência piloto de formação de mestres e doutores indígenas em linguística teórica, descritiva e histórica no Brasil. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 16, n. 2, p. 157-168, mai./ago. 2013.

CARDOSO, Wanderley Dias. A história da educação escolar para o terena: origem e desenvolvimento do Ensino Médio na aldeia Limão Verde. 2011. 143 p. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Etnicidade: da cultura residual mas irredutível. **Antropologia do Brasil.** São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 293-302, jul. 2003.

CARVALHO, Pedro C. **Cova da Beira:** ocupação e exploração do território na época romana. Coimbra: Fundão Editorial, 2007.

CASTANEDA, Carlos. A viagem a Ixtlan. São Paulo: Nova Era, 1972.

CATAFESTO DE SOUZA, José Otávio. Perspectivas ameríndias integradas ao universo acadêmico: o lugar dos indígenas na transformação polifônica da estrutura de ensino superior no Brasil. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; NABARRO, Edilson; BENITES, Andréa. **Estudantes indígenas no ensino superior:** uma abordagem a partir da experiência na UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p. 113-127.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). História Oral. Fundação Getúlio Vargas/CPDoc. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/. Acesso em: 03 fev. 2018.

COHN, Clarice. Culturas em transformação: os índios e a civilização. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 36-42, abr. 2001. Disponível em: < ">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jan. 2018.

CORREA, Ângelo Alves. Longue durée: história indígena e arqueologia. **Ciência e Cultura,** São Paulo, v. 65, n. 2, p. 26-29, jun. 2013. Disponível em: ">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011&lng=en&nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php.nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php.nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php.nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php.nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php.nrm=iso>">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php.nrm=iso>">http://cienciaecu

CRIADO BOADO, Felipe Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje. **Bolétín de antropología americana** - 24, 1991, p. 5-29.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Imagens de índios do Brasil: O século XVI. **Estudos Avançados.** vol. 4, n.10. São Paulo: set./dez., 1990. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ea/v4n10/v4n10a05.pdf>. Acesso em 20 nov. 2015.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter um *anthropological blues*. **Boletim do Museu Nacional – Nova série Antropologia**, n. 27. Rio de Janeiro, mai. 1978.

DIAZ, Raúl. Personaje e identitad narrativa: una aproximación metodológica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 12, p. 37-58, dez. 1999.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 19, n. 62, p. 13-30, abr. 1998.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, jul./dez. 2012, p. 178-218.

Levantamento arqueológico, para fins de diagnóstico de bens pré-históricos, em áreas de implantação de dutovias. In: CALDARELLI, Solange Bezerra (Org). Atas do simpósio sobre política nacional do meio ambiente e patrimônio cultural. Repercussões dos dez anos da resolução CONAMA nº 001/86 sobre a pesquisa e a gestão dos recursos culturais no Brasil. Fórum interdisciplinar para o avanço da arqueologia, Goiânia, 1997, p. 27 - 38. Disponível em: http://www.scientiaconsultoria.com.br/site2009/pdf/artigos/atas_simposio.pdf. Acesso em: 12 dez. 2017.

FAGUNDES, Marcelo; PIUZANA, Danielle. Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológica. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. Manizales: Centro de estudios avanzados en niñez y juventud alianza de la universidad de manizales y el cinde. vol. 8. n. 1. jan./jun. 2010.

FARFAN BARROSO, Priscila; LOPO, Rafael; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; VEDANA, Viviane. **Revista Iluminuras**. Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS, v.9, n. 21, 2008. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9298>. Acesso em 02 fev. 2018.

FERNANDES, Rosani de Fatima. "Na educação continua do mesmo jeito": retomando os fios da história Tembé Tenetehara de Santa Maria do Pará. 2017.Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Pará, 2017.

FERRARI, Florencia; DULLEY, Iracema; PINHEIRO, Jamille; VALENTINI, Luísa; SZTUTMAN, Renato; MARRAS, Stelio. "O Apache era o meu reverso". Entrevista com Roy Wagner. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP,v. 54, n. 2, 2011.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. **Da origem dos homens à conquista da escrita**: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em antropologia social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. Territórios ameríndios: espaços de vida nativa no Brasil meridional. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Org.). **Povos Indígenas & Educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FOOTE WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

GAKRAN, Namblá. Entrevista. 23 jun. 2017.

GEERTZ, Clifford. Estar lá - A antropologia e o cenário da escrita. IN: GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas:** o antropólogo como autor. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2002.

GOLDMAN, Marcio. *Cultural intimacy: social poetics in the nation-state.* **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 150-153, out. 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200010. Acesso em: 15 jan. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000200010.

GOMES, Heloisa Toller. Quando os outros somos nós: o lugar da crítica Pós-Colonial na universidade brasileira. **Revista Acta Scientarum -** Ciências Sociais e Humanas. Universidade Estadual de Maringá. Vol. 29, n. 2, 20007, p.99-105. Disponível em:

http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/725/436. Acesso em: 20 mai. 2016.

GRAHAM, Laura. Citando Mário Juruna: imaginário linguístico e a transformação da voz indígena na imprensa brasileira. **Maná**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, p. 271-312, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/mana/v17n2/a02v17n2.pdf. Acesso em: 04 nov. 2017.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Toré e Jurema: emblemas indígenas no Nordeste do Brasil. **Ciência e Cultura.** vol. 60, n. 4, São Paulo, oct. 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400018. Acesso em: 21 ago. 2017.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **O estudo das trajetórias de vida nas ciências sociais:** trabalhando com diferentes escalas. Campos, v. 12, n. 1, 2011, p. 9-29.

GUSSI, Alcides Fernando. Reflexões sobre os usos de narrativas biográficas e suas implicações epistemológicas entre a Antropologia e a Educação. **Anais da 26 Reunião de Antropologia.** Disponível em: <

http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2007/alcides%20fernando%20gussi.pdf> . Acesso em: 6 jan. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil**. Brasília: INEP, 2007. 2003 p.

JURUNA, Mario; HOHFELDT, Antônio; HOFFMANN, Assis. **O gravador do Juruna**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1982.

KERN, Arno Alvarez (Org). **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do** Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

KERN, Dirse Clara. Análise e interpretação dos solos, e, ou, sedimentos nas pesquisas arqueológicas. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Anais da I Semana de Arqueologia, Suplemento 8: 21-35, 2009.

KOCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete. Memórias Literárias como um gênero textual no ensino da escrita. **V Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais.** Caxias do Sul, 2009. Disponível em:

https://www.ucs.br/ucs/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/arquivos/mem<orias literarias como um genero textual no ensino da escrita.pdf>. Acesso em 15 jan. 2018.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico guarani mbya: significado, constituição e uso.** São Paulo, 2001. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

LADEIRA, Maria Elisa; AZANHA, Gilberto. **Terena. Povos indígenas do Brasil**. 2004. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1042>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____; ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz. **Guarani Kaiowá. Povos indígenas do Brasil**. 2003. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa>. Acesso em: 27 nov. 2017.

LAGUARDA, Paula. **Políticas culturales, documentales y identidades: la producción de Jorge Prelorán.** [Doc. On-line] n. 21, mar. 2017, 73-96. Disponível em: http://www.doc.ubi.pt/21/artigos_1.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEMAD - LABORATÓRIO DE ENSINO E MATERIAL DIDÁTICO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. **Cartilha de História/Setor de Educação CPI/AC e professores indígenas**, 1996. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/. Acesso em: 28 dez 2017

LEROI-GOURHAN, André. El hombre y la materia (evolución y técnica). Madrid: Taurus, 1988. LEVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. São Paulo: Editora Nacional, 1976. LISBOA, João Francisco Kleba. Escolarização e intelectuais indígenas: da formação à emancipação. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, vol. 11, n. 2, 2017. _. A educação superior de indígenas no Brasil contemporâneo: reflexões sobre as ações do projeto trilhas de conhecimentos. Revista História Hoje. v. 1, n. 2, p. 169-193, 2012. LUCIANO, Gersem José dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced/Museu Nacional, 2006. ; OLIVEIRA, Jô Cardoso & HOFFMAN, M. B. (orgs.). Olhares Indígenas Contemporâneos. Centro Indígena de Estudos e Pesquisas-CINEP, Brasília, 2010. ; HOFFMANN, Maria Barroso; OLIVEIRA, Jô Cardoso (Organizadores). Olhares indígenas contemporâneos II. Brasília: Centro indígena de estudos e pesquisas/CINEP, 2012. . Dados de pesquisa. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por inesrei@feevale.br, em 09 abr. 2014. MACIEL, Márcia Nunes. **Tecendo tradições indígenas**. São Paulo, 2016. 821 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de Sao Paulo. Departamento de História Social. MACHADO, Almires. De incapaz a mestrando. **Tellus**, ano 7, n. 13, p. 155-161, out. 2007. Campo Grande/MS. Disponível em:< http://tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/146/158>. Acesso em: 29 jun. 2016. _. *Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe*"y : de sonhos ao Oguatá Guassú em busca da (s) terra (s) isenta (a) de mal. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém, 2015. . Jaguapiru, Esquecido ou Excluído? Jornal Dourados Agora. Disponível em: <http://www.douradosagora.com.br/noticias/opiniao/jaguapiru-esquecido-ouexcluido-almires-martins-machado>. Acesso em: 29 jun. 2016. MACHADO, Juliana Salles. Dos artefatos às aldeias: Os vestígios arqueológicos no

entendimento das formas de organização social da Amazônia. Revista

Antropologia, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 755-786, dez. 2006. Disponível em:

http://dx.doi.org/10.1590/s0034-77012006000200009 >. Acesso em: 26 nov. 2017.

_____. História (s) Indígena (s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 1, 2013.

MAIA, Carlos Alvarez. **História das Ciências.** Uma história de historiadores ausentes. Precondições para o aparecimento dos science studies. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MARGATO, Izabel; GOMES, Renata Cordeiro. **O papel dos intelectuais hoje**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

MARQUES, F.; SOUZA, L. M.; VIZOTTO, M. M.; BONFIM, T. E. A Vivência dos mais velhos em uma comunidade indígena Guarani Mbyá. **Psicologia & Sociedade**, n. 27, v. 2, 2015, p. 415-427. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci arttext&pid=S0102-71822015000200415&Ing=pt&tIng=pt>. Acesso em: 01 fev. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p415.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste**. 2. ed. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997. 440 p.

MELLO, Paulo Jobim de Campos. Levantamento arqueológico, para fins de diagnóstico de bens pré-históricos, em áreas de implantação de empreendimentos hidrelétricos. In: CALDARELLI, Solange Bezerra (Org.). Atas do simpósio sobre política nacional do meio ambiente e patrimônio cultural. Repercussões dos dez anos da resolução CONAMA nº 001/86 sobre a pesquisa e a gestão dos recursos culturais no brasil. **Fórum interdisciplinar para o avanço da arqueologia**, 1997, p. 17 – 21. Disponível em:

http://www.scientiaconsultoria.com.br/site2009/pdf/artigos/atas_simposio.pdf.Aces so em: 12 dez 2017.

MONARCHA, Hellen Maria Alonso. **Redes sociais e sociedades indígenas:** entre dígitos e jenipapo. 2012. Mestrado. (Mestrado em Comunicação, Linguagem e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, Universidade da Amazônia, Belém, 2012.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusina. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.

MONTE, Nietta L. E agora cara pálida? Educação e povos indígenas, 500 anos depois. **Revista Brasileira de Educação**, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, Brasil, nº 015, p. 118-133, nov./dez. 2000.

MONTEIRO, Marko Synésio Alves. Reconsiderando a etnografia da Ciência e da Tecnologia. Tecnociência na prática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 27, n. 79, jun. 2012, p. 139 – 151.

MOREIRA, Fernanda Cristina. **Redes xamânicas e redes digitais**. Por uma concepção ecológica da comunicação. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, 2014.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. Rita Gomes do Nascimento: depoimento verbal. Roda de Conversa "Políticas Afirmativas e a produção de conhecimentos nos PPGs". Porto Alegre: FACED/UFRGS, 27 out. 2017.

NUNES, Margarete Fagundes (Org.). **Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos.** Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, Amanda de. **Ações afirmativas nos programas de pós-graduação:** experiências, a nova portaria do MEC e seus desdobramentos. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 29 jul. 2016. Disponível em: http://www.anped.org.br/news/acoes-afirmativas-nos-programas-de-pos-graduacao-experiencias-nova-portaria-do-mec-e-seus. Acesso em: 20 nov. 2017.

OLIVEIRA, Kelly Emanuelly de. **Diga ao povo que avance! Movimento indígena no Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003. Acesso em: 22 nov. 2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: OLIVEN; Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org.). **Antropologia e ética:** O debate atual no Brasil. Niterói: Eduff, 2004. p. 21-32.

PALADINO, Mariana. **Estudar e experimentar na cidade:** trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre "jovens" indígenas Ticuna, Amazonas. Rio De Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2006.

Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, p.160-181, jan./jun. 2010.
escolas de Ensino Médio das cidades da região do Alto Solimões, Amazonas.
Experimentando a diferença. Trajetórias de jovens indígenas Tikuna em

PINTO, Alejandra Aguilar. **Identidade/diversidade cultural no ciberespaco:** práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas, o caso dos Kariri-xocó e Pankararu no Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PEREIRA, Carmem Rejane Antunes. Configurações do movimento indígena na ambiência comunicacional contemporânea. In: **XXXVIII Congresso brasileiro de ciências da comunicação. 2015**. Rio de Janeiro. Intercom, Sociedade brasileira de

estudos interdisciplinares da comunicação. Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro de 2015.
Memória étnica e mídias digitais: apontamentos de pesquisa sobre a atuação dos perfis indígenas em redes sociais. 6 Encontro Regional Sul de História da Mídia : Mídia, fluxos migratórios e diásporas: perspectiva histórica. 15 a 17 de junho de 2016.
PESTRE, Dominique. Por uma nova História Social e Cultural das Ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. Cadernos IG/UNICAMP, v. 6, n. 1, 1996.
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: 2006/2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
PRELORÁN, Jorge. El cine etnobiográfico . 1 ed. Buenos Aires: Catálogos, 2006. 184 p.
QUEIROZ, Sônia (Org.). O que é um autor? De Michel Foucault, duas traduções para o português . Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2011.
QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. S; MENEZES, M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73 – 118.
RAMOS, Alcida Rita. Do engajamento ao desprendimento. Campos , Curitiba, v. 8, n. 1, p. 11-32, 2007.
REICHERT, Inês C. Tornar-se negro na Universidade: a pluralidade étnico-racial no Ensino Superior e a experiência do NIGERIA. In: Margarete Fagundes Nunes (Org.). Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, 2005, v. 1, p. 50-64.
De paisagens, plurais e flores: o que escrevem os Kaingang para dizer quem são. Monografia (Especialização em Educação, Cultura e Diversidade Indígena). São Leopoldo: EST/COMIN, 2011.
ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. 2008. Disponível em: < <u>www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/download/9301/5371</u> >. Acesso em: 26 set. 2017.
; Cidade narrada, tempo vivido: estudos de etnografia de duração. Revista Rua , Campinas, n. 16, v. 1, jun. 2010.
; Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais. política & trabalho. Revista de Ciências Sociais . n. 34, abr. 2011, p.107-126.Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/12185 . Acesso em: 02 dez. 2017.

_____; _____. Documentários Etnobiográficos em etnografias da duração – filmar narradores em seus tempos vividos e espaços praticados. **Revista Visagem**. Belém, v. 2, n. 1, p. 117-136, jan./jul. 2016.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; VEDANA, Viviane; FARFAN, Priscila e LOPO, Rafael. As fontes escritas do pensamento antropológico, seus dilemas e desafios – um ensaio. **Revista Iluminuras**. Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9298/5369>. Acesso em: 15 jan 2017.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 35-38, jun. 2005. Disponível em: < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0009-67252005000200018&Ing=en&nrm=iso. Acesso em: 27 nov. 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Ação afirmativa na pós-graduação**: o programa internacional de bolsa da Fundação Ford na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: FCC/SEP, 2013. Disponível em: < http://www.publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/textosfcc/article/download/2454/2408>. Acesso em: 14 out. 2016.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (Org.). **Gênero e povos indígenas:** coletânea de textos produzidos para o "fazendo gênero 9" e para a "27ª reunião brasileira de antropologia". Rio de Janeiro: Museu do índio/GIZ/FUNAI. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. S; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009, p. 23-72.

SANTOS, Augusto Ventura dos; MENESES, Guilherme Pinho; BRAGA, Leonardo Viana. **Ensino superior indígena:** Mapeamento de controvérsias. [s/d] São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em:< https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/cosmologia/>. Acesso em: 27 set. 2017.

SANTOS, Antônio dos. **Antônio dos Santos:** depoimento verbal. São Leopoldo, 09 nov. 2017.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. **Boletim do Museu Nacional.** Antropologia, n. 32, p.4, mai. 1979.

SEIZER DA SILVA, Antônio Carlos. Educação escolar indígena na aldeia Bananal: prática e utopia. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande. Disponível em: http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8124-educacao-escolar-indigena-na-aldeia-bananal-pratica-e-utopia.pdf>. Acesso em: 11 out. 2017.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set/dez. 2006.

SEVILLA, Manuel; SEVILLA CÁSAS, Elías. **Los Yanaconas y el proyecto posible de Indio urbano.** Popayán: Universidade del Cauca, Pontifícia Universidade Javeriana, Cali, 2013.

SILVA, Fabíola Andrea; BESPALEZ, Eduardo; STUCHI, Francisco Forte. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. **Amazônica**, Belém, v. 3, n.1, 32-59, 2011.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol. 13, n. 32, jul.- dez. 2009.

SILVA, Mariane Moreira da. **O conceito de sítio arqueológico:** breve histórico da sua evolução conceitual e considerações sobre a sua aplicação na pesquisa arqueológica. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2014.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. Invenção do Brasil: os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade. In: LESSA, Carlos (Org.). **Enciclopédia da brasilidade: autoestima em verde-amarelo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, 2005, p. 218-231.

SOUZA, Hellen Cristina de. Entre a aldeia e a cidade: estudantes indígenas em contextos urbanos no Brasil. **Anais da 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Desigualdade na Diversidade.** s/d. Disponível em:

http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/t_rabalhos/GT%2034/hellen%20cristina%20de%20souza.pdf. Acesso em: 30 jan. 2018.

TAIAIAKE ALFRED, George. *Peace, power, righteousness: an Indigenous manifesto*. Ontario: Oxford University Press Canada, 1999.

______. Indigenous literatures in the Americas. International writers blog. *Hay festival*: Cartagena de Indias. Colômbia, fev. 2016. Disponível em: http://blog.hayfestival.org/index.php/2016/02/taiaiake-alfred/>. Acesso em 11 jun. 2016.

TAMAGNO, Liliana e PEREIRA, Walmir (Org.). **Experiências contemporâneas latino-americanas.** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2012.

THIONG'O, Ngugiwa. *Decolonising the Mind.* The politics of language in Africa Literature. Nairobi/Quenia: East African Educacional Publishers, 1976.

TOLLER, Heloisa. Bons e maus selvagens: a indispensável visão mítica no colonialismo/imperialismo europeu. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. ii, n. i, p.113-124, jan./jul. 2007.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura:** Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

VIOTTI, Eduardo B; DAHER, Sofia; Queiroz, André S; et al. Mestres, doutores e os brasileiros de todos os níveis educacionais: revelações do censo 2010. In: _____. **Mestres 2012:** estudo da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília, DF. Centro de gestão e estudos estratégicos, 2012. Disponível em: < http://www.cgee.org.br/hotsites/mestres2012 downloads/tabelas pdf/mestres2012 c ap4.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O campo na selva visto da praia. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 170-190.

_____. **Encontros. Eduardo Viveiros de Castro**. Beco do Azougue Editorial, 1999.

WALKER, Ranguini. Identidade e Antropologia Maori na Nova Zelândia. **Maná**, v. 3, n. 1, Rio de janeiro, abr. 1997. Disponível em: http://dx.org/10.1590/SO104-93121997000100007. Acesso em: 06 dez. 2017.

WAPICHANA, Cristino. **Sapatos trocados.** Como o tatu ganhou suas grandes garras. Paulinas, 2014.

WIIK, Flavio Braune. **Xocléng.** Histórico do contato. Povos indígenas no Brasil. Instituto socioambiental. Jul. 1999. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xokleng. Acesso em: 02 dez. 2017.

WILSON, Angela Cavender. Reclaming our humanity: decolonization and the recovery of Indigenous knowledge. In: MIHESUAH, Devon Abbot; WILSON, Angela Cavender. Indigenizing the academy: transforming scholarship and empowering communities. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 2004.

XACRIABÁ, Célia. Encontro discute experiências e desafios de estudantes indígenas: depoimento. **Ciência e Cultura**. Agência de notícias em ciência e tecnologia. Entrevista concedida a Beatriz Braga, Esther Santana e Nayra Lima. Juazeiro, 6 jun. 2017 Disponível em:

http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/encontro-discute-experiencias-e-desafios-de-estudantes-indigenas-na-universidade/. Acesso em: 04 nov. 2017.

YAMADA, Erika; MATHIAS, Fernando. Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas. **Povos Indígenas no Brasil**. Instituto Socioambiental: abril 2010. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/internacional/declaracao-da-onu-sobre-direitos-dos-povos-indigenas>. Acesso em: 20 jul. 2016

ZIMMERMANN, Tânia Regina; SERAGUZA, Lauriene; VIANA, Ana Evanir Alves. Relações de gênero e violência contra mulheres indígenas em Amamai – MS (2007-2013). **Espaço Ameríndio**. Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 105-126, jan./jun. 2015.